UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - UNIVALI

JANAÍNA SILVEIRA SOARES MADEIRA

A EDUCAÇÃO DOMICILIAR E OS ENUNCIADOS QUE CONSTITUEM OS DISCURSOS PELA SUA REGULAMENTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO NO BRASIL

Itajaí/SC

2023

UNIVALI
UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
VICE-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
CURSO DE DOUTORADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

JANAÍNA SILVEIRA SOARES MADEIRA

A EDUCAÇÃO DOMICILIAR E OS ENUNCIADOS QUE CONSTITUEM OS DISCURSOS PELA SUA REGULAMENTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO NO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Educação - área de concentração: Educação (Linha de Pesquisa - Práticas Docentes e Formação Profissional).

Orientação: Profª. Drª. Valéria Silva Ferreira

Itajaí/SC
2023

JANAÍNA SILVEIRA SOARES MADEIRA

Tese avaliada e aprovada pela Comissão Examinadora e referendada pelo Colegiado do PPGE como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor(a) em Educação.



DRA. VERÔNICA GESSER
COORDENADORA

Apresentada perante a Banca Examinadora composta pelos Professores:

DRA. VALÉRIA SILVA FERREIRA (UNIVALI)
PRESIDENTE E ORIENTADOR

DR. GEORGE SALIBA MANSKE (UNIVALI)
MEMBRO

DR. ALTAIR ALBERTO FAVERO (UPF)
MEMBRO EXTERNO

DRA. ROSÂNIA CAMPOS (UNIVILLE)
MEMBRO EXTERNO

Itajaí-SC, 23 de fevereiro de 2023.

Dedico esta Tese à minha pequena família, Artur,
Júlia e Luciano, sem eles nada seria possível.

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos, Júlia Soares Madeira e Artur Soares Madeira, por compreenderem todos os momentos de ausência e respeitarem a importância deste trabalho na minha vida.

Ao meu marido, Luciano Madeira, pelo apoio incondicional e incentivo em minhas decisões.

À toda minha família, que na torcida distante me motiva a seguir em frente.

À Profª. Drª. Valéria Silva Ferreira, pela orientação, incentivo, confiança e, especialmente, tolerância nestes anos de convivência atravessados por uma pandemia, com orientações à distância e inúmeros contratempos.

À todos os meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), especialmente do Grupo de Pesquisa Contextos da Educação da Criança (GPCEC), que foram indispensáveis para encarar o dia a dia e os desafios das aulas híbridas.

À Profª. Drª. Luciane Oliveira da Rosa, pelo apoio voluntário à minha pesquisa, disponibilidade e sugestões que me fizeram prosseguir e finalizar a Tese.

À todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), em especial o Profº. Drº. Marcelo Freitas de Luna, por todas as contribuições proporcionadas em suas disciplinas.

Aos membros integrantes da banca, Profº. Drº. Altair Alberto Favero, Profº. Drº George Saliba Manske, gratidão especial pelos ensinamentos sobre Foucault em suas aulas excepcionais e Profª. Drª. Rosânia Campos, que desde o mestrado é minha referência de docente e pesquisadora.

À Profª. Drª Iana Gomes de Lima, pesquisadora que me inspira e que contribuiu na banca de qualificação da tese.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), pelo apoio financeiro à realização desta pesquisa.

À Coordenadora do Curso de Direito da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), Beatriz Regina Branco, pela amizade, carinho e incentivo.

À minha amiga Marina Du Bois, pela revisão deste trabalho, mas, principalmente, pelo apoio todos os dias na rotina profissional e na vida.

Gratidão!

O que é a verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas.

Nietzsche (2009, p. 535)

RESUMO

A Educação Domiciliar tem sido defendida como um direito de escolha por parte da família, fundamentado nos princípios constitucionais da liberdade educacional e do pluralismo pedagógico. O movimento pelo *homeschooling* defende o empoderamento dos pais na direção educacional de seus filhos. Em contrapartida, o Estado brasileiro tem o dever constitucional de ofertar educação para todos, assim, o Estado detém o monopólio da direção da educação escolar, por meio da escolarização compulsória, obrigando os pais a matricular seus filhos na rede regular de ensino, situação que vem sendo discutida no Congresso Nacional, onde tramitam Projetos de Lei que buscam regulamentar essa prática educativa. Desta forma, a presente pesquisa, realizada na linha de pesquisa de Práticas Docentes e Formação Profissional, vinculada ao Grupo de Pesquisa Contextos da Educação da Criança (GPCEC), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), questiona: Que enunciados constituem os discursos em defesa da Educação Domiciliar? O objetivo geral da pesquisa é problematizar os enunciados que constituem os discursos em defesa da Educação Domiciliar no Brasil e os objetivos específicos são: i) demonstrar a tutela jurídica do Direito à Educação no Brasil; ii) relacionar o papel da escola na educação; iii) identificar a rede do movimento pela Educação Domiciliar no Brasil e iv) caracterizar os enunciados do discurso em defesa da Educação Domiciliar no Brasil. A pesquisa tem abordagem qualitativa e para análise dos enunciados que se constituem em torno da Educação Domiciliar utilizou-se elementos de diferentes fontes de domínio público na internet, em sites, documentos, Leis, julgados e proposições do cotidiano da Sociedade Civil, do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, relacionados ao objeto de investigação, bem como elementos não discursivos, identificados nas articulações em rede desse movimento. Com inspiração em algumas proposições da análise do discurso de Foucault (2005; 2014), caracterizou-se enunciados que constituem os discursos em defesa da Educação Domiciliar, os quais se entrelaçam, formam uma trama discursiva e fabricam um dispositivo neoliberal e neoconservador da Educação Contemporânea, que ameaça o Direito à Educação e a Democracia no Brasil. Os resultados demonstram que a Educação Domiciliar pode ser entendida como a via máxima de escolarização privada, acarretando a privatização de um bem público e, em última análise, atendendo à lógica do discurso neoliberal e neoconservador de formar um outro sujeito, que prima pela concorrência e empreendedorismo, que atende os auspícios do mercado, privilegiando a retidão moral e os valores familiares e cristãos, definindo assim novos modos de subjetivação dos sujeitos.

Palavras Chaves: Políticas Públicas para Educação; Educação Domiciliar; *Homeschooling*; Desescolarização; Direito à Educação.

ABSTRACT

Homeschooling has been defended as a right of choice on the part of the family, based on the constitutional principles of educational freedom and pedagogical pluralism. The homeschooling movement advocates the empowerment of parents in the educational guidance of their children. On the other hand, the Brazilian State has a constitutional duty to offer education to all. Thus, the State has a monopoly when it comes to managing school education through compulsory schooling, forcing parents to enroll their children in the regular education network. This situation has been discussed in the National Congress, and bills have been passed in an attempt to regulate this educational practice. This study is part of the line of research Teaching Practices and Professional Training, and is linked to the Contexts of Child Education Research Group (Grupo de Pesquisa Contextos da Educação da Criança - GPCEC) of the University of Vale do Itajaí (UNIVALI) Graduate Program in Education (PPGE). It asks the question: What statements constitute the discourses in defense of Home Education. The general objective of the research is to examine the statements that constitute the discourses in defense of Homeschooling in Brazil. It's specific objectives are: i) to demonstrate the legal protection of the Right to Education in Brazil; ii) to relate the role of the school in education; iii) to identify the network of the Homeschooling movement in Brazil; and iv) to characterize the statements of the discourse in defense of Home Education in Brazil. This research uses a qualitative approach, and to analyze the statements that are constituted around Homeschooling, it uses different sources of publicly available information related to the object under investigation, including websites, documents, Laws, judgments and propositions from the daily life of Civil Society, the Executive, the Legislature and the Judiciary, as well as non-discursive elements identified in the coordinated networked of this movement. Inspired by some of the propositions in Foucault's discourse analysis (2005; 2014), statements were characterized that constitute discourses in defense of Homeschooling, which intertwine, form a discursive framework and produce a neoliberal and neoconservative device of Contemporary Education that is threatening the Right to Education and Democracy in Brazil. The results demonstrate that Homeschooling can be understood as the maximum route of private schooling, leading to the privatization of a public asset and, ultimately, meeting the logic of the neoliberal and neoconservative discourse of forming another subject, who excels in competition and entrepreneurship, serving the auspices of the market, privileging moral rectitude and family and Christian values, and thereby defining new modes of subjectivation of the subjects.

Keywords: Public Policies for Education; Home Education; Home Schooling; Unschooling; Right to Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Votos favoráveis à Educação Domiciliar na aprovação do PL nº. 3.179/2012 na Câmara dos Deputados.....108
Gráfico 2 - Votos contrários à Educação Domiciliar na aprovação do PL nº. 3.179/2012 na Câmara dos Deputados.....109

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Regulamentação da Educação Domiciliar como meta 68
Figura 2 - Mecanismo de consulta sobre Educação Domiciliar no mundo..... 75
Figura 3 - Crescimento do *homeschooling* nos EUA.....76
Figura 4 - Desempenho acadêmico da Educação Domiciliar e da Escola Pública.....80
Figura 5 - Grafo sobre a rede da Educação Domiciliar, elaborado por Gabriel Dias dos Santos e Luis Felipe Rosa.....84
Figura 6 - Dados sobre a Educação Domiciliar no Brasil de 05/01/2020.....88
Figura 7 - Dados sobre a Educação Domiciliar no Brasil de 14/01/2023.....88
Figura 8 - Crescimento da Educação Domiciliar no Brasil.....89
Figura 9 - Empresas parceiras da ANED.....90
Figura 10 - Informações para associação na ANED.....91
Figura 11 - Defesa da Educação Domiciliar no MEC.....96
Figura 12 - Defesa da Educação Domiciliar pela Ministra Damares Regina Alves....97
Figura 13 - Captura de tela de trecho do curso on-line “O Direito da Família”, de Alexandre Magno Moreira.....98
Figura 14 - Lançamento Cartilha de Educação Domiciliar.....99
Figura 15 - Capa Cartilha de Educação Domiciliar.....99
Figura 16 - Aula na Educação Domiciliar sobre as fases da lua.....102
Figura 17 - Notícias sobre o lançamento da Cartilha de Educação Domiciliar.....103
Figura 18 - Propostas legislativas no Congresso Nacional a favor da Educação Domiciliar.....105
Figura 19 - Espectro político segundo Bobbio.....111
Figura 20 - Consulta Pública sobre a aprovação do PL n.º 1.338/2022 para regulamentar a Educação Domiciliar.....120
Figura 21 - Pesquisa sobre o que os pais fariam com a proibição legal do *homeschooling*.....121
Figura 22 - Anúncio “patrocinado” sobre a constitucionalidade da Educação Domiciliar.....134

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Situação Legal da Educação Domiciliar em diferentes países do Mundo.....77
Quadro 2 - Redes sociais da ANED.....89
Quadro 3 - Redes sociais e notícias sobre Simone Gaspar Quaresma.....92
Quadro 4 - Instagram da SIDEMUC.....94
Quadro 5 - Relação dos autores dos Projetos de Lei para regulamentar a Educação Domiciliar.....107
Quadro 6 - Principais destaques do Projeto de Lei nº. 1.338/2022, que regulamenta a Educação Domiciliar no Brasil.....117
Quadro 7 - Relação de Ministros que compõe o STF.....127
Quadro 8 - Resumo dos votos dos Ministros do STF no Recurso Extraordinário 888.815-RS.....128
Quadro 9 - Textos extraídos dos votos dos Ministros Luís Roberto Barroso e Luiz Edson Fachin no Recurso Extraordinário 888.815-RS.....129

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANED	Associação Nacional de Educação Domiciliar
ABDPEF	Associação Brasileira de Defesa e Promoção da Educação Familiar
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ANAJURE	Associação Nacional de Juristas Evangélicos
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado
CNE	Conselho Nacional de Educação
CC	Código Civil
CP	Código Penal
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 198
DEM	Democratas
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEN	Exame Nacional do Ensino Médio
ESP	Escola sem Partido
FAMEDUC	Associação de Famílias Educadores do Distrito Federal
GHEX	Global Home Education Exchange
GPEI	Grupo de Pesquisa em Políticas e Práticas para Educação e Infância
GPCEC	Grupo de Pesquisa Contexto da Educação da Criança
HSLDA	*Home School Legal Defense Association*
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério de Estado da Educação
MPSC	Ministério Público de Santa Catarina
NHERI	National Home Education Research Institute
NOVO	Partido Novo
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU	Organização das Nações Unidas
PAED	Programa de Apoio à Educação Domiciliar
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PFL	Partido da Frente Liberal
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PL	Projeto de Lei
PL	Partido Liberal
PLS	Projeto de Lei do Senado
PNL	Plano Nacional de Educação
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PODE	Podemos
PP	Progressistas
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
REDE	Rede Sustentabilidade
STF	Supremo Tribunal Federal
TJSC	Tribunal de Justiça de Santa Catarina
UNIÃO	União Brasil
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
UNIVILLE	Universidade da Região de Joinville

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO……..15

2 PERCURSOS METODOLÓGICOS INSPIRADOS NA ANÁLISE DO DISCURSO DE MICHEL FOUCAULT ……29

3 DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL ……41

3.1 MATRÍCULA OBRIGATÓRIA NA ESCOLA REGULAR ……50

3.2 PAPEL DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO: FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA E ESPAÇO PARA DESENVOLVIMENTO DO SUJEITO DA EXPERIÊNCIA……54

3.3 NEOLIBERALISMO E NEOCONSERVADORISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA……60

4 ENUNCIADOS DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR……68

4.1 ORIGENS DO HOMESCHOOLING, SUA EVOLUÇÃO E PRINCÍPIOS ……70

4.2 REDE DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR NO BRASIL ……81

4.2.1 Educação Domiciliar na Sociedade Civil……86

4.2.2 Educação Domiciliar no Poder Executivo……95

4.2.3 Educação Domiciliar no Poder Legislativo……104

4.2.4 Educação Domiciliar no Poder Judiciário……124

5 A TESE: A EDUCAÇÃO DOMICILIAR SE CONSTITUI COMO UM DISPOSITIVO NEOLIBERAL E NEOCONSERVADOR DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA QUE AMEAÇA O DIREITO À EDUCAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL……136

REFERÊNCIAS……147

APÊNDICES……160

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi a continuação da caminhada iniciada na Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), onde atuo como professora no Curso de Direito, das disciplinas de Direito das Famílias, Direito da Criança e do Adolescente e Direitos Geracionais. Na UNIVILLE, comecei a fazer parte do Grupo de Pesquisa em Políticas e Práticas para Educação e Infância (GPEI), quando, então, inserida nos estudos da Educação Infantil e das Políticas Públicas, ingressei no Mestrado em Educação. O mestrado oportunizou àquela profissional do direito o conhecimento do sistema educacional brasileiro e me constituiu pesquisadora em Educação. A dissertação de mestrado foi fruto das minhas inquietações, reflexões e decepções acerca do problema da qualidade na educação, possibilitando-me refletir a respeito dos discursos atuais que colocam o privado como parâmetro de qualidade e eficiência e o Estado como incapaz de prover a educação de qualidade. Defendendo-se, dessa forma, a transferência para o setor privado da direção e execução das políticas públicas, com adoção de parcerias entre o público e o privado, que acarretam profundas consequências para a gestão democrática da educação (PERONI, 2010). Os resultados indicaram a modificação no papel do Estado na educação, havendo a transferência de recursos públicos para instituições privadas com fins lucrativos, com adoção de conveniamento, instituição de *voucher* e outras modalidades educativas, como o ensino à distância e todo esse movimento [1] em defesa da Educação Domiciliar[2] (MADEIRA, 2019).

[1] O movimento pela Educação Domiciliar não é tema recente e remonta à década de 1960, a partir de movimentos de contracultura que se iniciaram nos Estados Unidos, o que será melhor tratado no item 4.1 do presente trabalho. Este movimento no Brasil conta com famílias interessadas e outros atores públicos e privados, que se unem em prol da articulação para regulamentação e implementação da Educação Domiciliar no país.

[2] Na presente pesquisa optou-se pelo termo Educação Domiciliar, que, conforme Cardoso (2018), corresponde à versão brasileira do *homeschooling*, que se traduz na possibilidade de o ensino ser realizado diretamente pela família e, portanto, no direito de escolher outra modalidade educacional, que não seja a escola. Assim, Educação Domiciliar é o termo mais utilizado para identificar essa prática educativa, constando, inclusive, nos Projetos de Lei e é a nomenclatura utilizada pela Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED). Santos (2019) destacou em sua pesquisa que há diversas outras nomenclaturas utilizadas para definir o *homeschooling*, o que sinaliza um processo de identidade em construção do movimento no Brasil, podendo surgir como alternativas a Educação Domiciliar: “Ensino domiciliar”, “Ensino em casa”, “Educação doméstica”, “Ensino doméstico”, “Estudo domiciliar”, “Escolarização doméstica”, “Escola em domicílio”, “Estudo doméstico”, “Educação na casa”, “Educação em casa”, “Educação básica domiciliar”, “Educação no lar”, “Educação não escolar”, “Estudo em casa”, “Estudo doméstico”, “Estudo escolar no lar”, “Educação escolar que acontece no lar”, “Educação não escolarizada oferecida no âmbito familiar”, “Escola doméstica”, “Escola em domicílio”, “Educação a partir da casa”, “Escola em casa”, “Educação não institucional”, “Educação familiar”, entre outros.

Essa pesquisa de doutorado, realizada na linha de pesquisa de Práticas Docentes e Formação Profissional e vinculada ao Grupo de Pesquisa Contextos da Educação da Criança (GPCEC), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), discute a regulamentação e implementação da Educação Domiciliar, que tem sido defendida como um direito de escolha por parte da família, fundamentada nos princípios constitucionais da liberdade educacional e do pluralismo pedagógico. Em contrapartida, o Estado brasileiro tem o dever constitucional de ofertar educação para todos, tratando-se de direito público subjetivo consagrado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88). Portanto, o Estado detém o monopólio da direção da educação escolar, por meio da escolarização compulsória, obrigando os pais a matricular seus filhos na rede regular de ensino, situação que vem sendo discutida no Congresso Nacional, havendo diversos Projetos de Lei em andamento, que buscam regulamentar e implementar essa prática educacional no país.

Desta forma, o ponto de partida da presente pesquisa se encontra na demonstração dos aspectos legais da tutela jurídica do Direito à Educação no Brasil, eis que a CRFB/88 estabelece em seu art. 208, o dever do Estado com a educação, que deverá ser efetivado por meio de garantia de acesso ao ensino obrigatório, caracterizado como direito público subjetivo (BRASIL, 1988), ou seja, dentro do modelo social, é um direito elementar, fundamental, porta de entrada para os demais direitos. No dizer de Cury (2002), a educação como direito social e político é pressuposto básico para o exercício de todos os outros direitos. Há, assim, a previsão de obrigatoriedade, no próprio texto constitucional, no §3º, do art. 208, da CRFB/88, que estabelece a competência do poder público em recensear os estudantes no ensino fundamental, fazer chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola e, também, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no art. 55, constando a obrigação dos pais a matricular seus filhos na rede regular de ensino e no art. 6º, da Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Nesse sentido, a estrutura educacional brasileira é definida por diversos diplomas legais, que são pautados no sistema regular de ensino, sendo o Estado incumbido do dever de educar através do sistema convencional, garantindo a matrícula e frequência escolares.

Neste contexto, impende se pensar a educação como direito. Direito de todos, inserto no art. 205, da CRFB/88 (BRASIL, 1988). Deste modo, a educação para todos demanda educação compulsória na instituição escolar, ou seja, em escola oficial, obrigatória, gratuita e laica. Mas, não qualquer tipo de educação, defende-se àquela pensada a partir da experiência, que conforme Larrosa (2020) prescinde de tempo e espaço:

> A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (LARROSA, 2020, p. 25).

A educação baseada na experiência não pode se apresentar como um mero processo de adquirir e processar informações no âmbito privado do lar, mas sim deve colocar à disposição do sujeito espaços de encontro, onde têm lugar os acontecimentos, afinal o sujeito da experiência é um sujeito exposto (LARROSA, 2020). Como bem asseverado por Larrosa (2020, p. 26), “é incapaz de experiência aquele a quem nada lhe passa, a quem nada lhe acontece, a quem nada lhe sucede, a quem nada o toca, nada lhe chega, nada o afeta, a quem nada o ameaça, a quem nada ocorre”. Desta forma, a educação assegurada no texto constitucional de 1988 é aquela sustentada na perspectiva da experiência, com múltiplas oportunidades de reflexões e diálogos, o que se contrapõe à ideia da Educação Domiciliar, que ocorre em um contexto livre da ingerência estatal ou da escola convencional, mediada exclusivamente pela família.

A Educação Domiciliar contraria, também, o art. 206 da CRFB/88, que estabelece princípios específicos aplicáveis ao ensino, entre eles a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; a valorização dos profissionais da educação escolar; a gestão democrática do ensino público; a garantia de padrão de qualidade e garantia do direito à educação e

à aprendizagem ao longo da vida. E, ainda, afronta o art. 208, da Carta Magna, eis que a prática do *homeschooling* não encontra guarida na legislação vigente sobre educação básica, privando os estudantes dos processos pedagógicos desenvolvidos na escola, que promovem a socialização e a formação para a cidadania, além de negar vigência ao §3º, do art. 208 da CRFB/88, já citado, que estabelece, expressamente, que "compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola". Portanto, a Educação Domiciliar é incompatível com as disposições constitucionais e legais que asseguram o Direito à Educação no Brasil.

Por outro lado, os defensores da Educação Domiciliar exaltam o empoderamento dos pais na direção educacional de seus filhos, distante da instituição escolar – da escola. Para Barbosa (2016), esse enquadramento do movimento pode ser entendido como via máxima de escolarização privada, mormente porque já há a opção pelo ensino privado em detrimento do ensino público garantido no texto constitucional de 1988, quando estabelece no art. 209, que o ensino é livre à iniciativa privada, desde que atendidas as normas gerais da educação nacional, autorizado e avaliada a qualidade pelo Poder Público, assim:

> reconhece-se como válida a busca dos pais que ensinam os filhos em casa por uma educação de qualidade, bem como as críticas que esses apresentam à ineficiência da instituição escolar perante o cumprimento dos objetivos constitucionalmente previstos para a educação; nessa perspectiva, a normatização de tal modalidade de ensino poderia ser avaliada como uma aplicação ao direito à educação, no que se refere à sua interligação ao direito de escolha dos pais, diante da já existente possibilidade de escolha pelo ensino privado (BARBOSA, 2016, p. 165).

Peroni e Lima (2020), asseveram que os neoliberais e neoconservadores defendem que a educação somente poderá ser verdadeiramente libertadora, quando se libertar das amarras do aparelho do Estado e da opressão estatal. Para eles somente o mercado é capaz de garantir a liberdade de escolha das famílias sobre a educação dos filhos. Sendo assim, os adeptos da prática da Educação Domiciliar sustentam essa modalidade de ensino como um direito de escolha por parte da família. Conforme Aguiar (2011), a Educação Domiciliar "prestigia os princípios constitucionais da liberdade educacional e do pluralismo pedagógico, respeita os direitos das crianças e adolescentes, e produz resultados acadêmicos de destaque". Defende-se, portanto, a Educação Domiciliar com o discurso da qualidade e

efetividade do ensino privado. Neste sentido, Moreira (2017), aduz que, mesmo nas melhores escolas, a educação necessariamente é provida de forma massificada, sem atentar para as necessidades individuais específicas, logo, na Educação Domiciliar tem-se como premissa a educação individualizada.

Há que se destacar, ainda, que muitas famílias procuram legitimar a Educação Domiciliar como meio de proteção de seus filhos, eis que no ambiente escolar estariam expostos a diversos modos de violência à integridade física e psicológica. Conforme Moreira (2017), há quatro princípios ou categorias de motivos para as famílias escolherem a Educação Domiciliar, quais sejam, motivos sociais, acadêmicos, familiares e religiosos. Para o autor, as motivações sociais levam em conta o fato de que a "socialização oferecida pela escola seria de modo geral negativa" e em casa se favoreceria a autoconfiança e a socialização positiva (MOREIRA, 2017, p. 67). Os motivos acadêmicos, dizem respeito à possibilidade da Educação Domiciliar ofertar melhor aprendizagem, de forma individualizada e com foco em disciplinas mais necessárias. Já as motivações familiares se pautam no fato de que a ideologia predominante nas escolas tende a desvalorizar o papel da família e propagar valores contrários aos delas. E, por fim, as motivações religiosas, que defendem que na maioria das escolas há "uma ideologia de cunho materialista e cientificista" contrária à espiritualidade (MOREIRA, 2017, p. 68).

Diante dessas considerações e estando em pauta, atualmente, diversas questões controvertidas no âmbito da educação, e, ainda, diante da possibilidade de aprovação de Lei pelo Congresso Nacional regulamentando e autorizando a implementação da Educação Domiciliar no país, imperiosa a análise acerca dos enunciados que constituem os discursos em defesa da Educação Domiciliar, até por que, de acordo com Casanova e Ferreira (2020), observamos o movimento em prol do *homeschooling* no país se ampliando, ganhando forças políticas no atual cenário neoliberal e neoconservador, atuando a Educação Domiciliar como um dispositivo da Educação Contemporânea, que ameaça o Direito à Educação e a Democracia no Brasil.

Assim, foi iniciada a revisão da produção acadêmica, a fim de examinar o cenário das pesquisas sobre Educação Domiciliar, com buscas no banco de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

(BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). As buscas foram realizadas no mês de maio/2020 e repetidas em março/2022, para mapeamento completo e atualizado de pesquisas já produzidas na área da educação no período 2014 a 2021. A delimitação do período decorre do fato de que a partir de 2014, com a reeleição da presidente Dilma Vana Rousseff[3] e seu impeachment, houve agravamento da crise institucional, que culminou na eleição e posse de Jair Messias Bolsonaro[4], abrindo-se, assim, espaço mais amplo para discussão de políticas alinhadas ao movimento neoliberal e neoconservador no país.

Para selecionar os trabalhos foram utilizados filtros de busca para pesquisas de mestrado e doutorado, somente da grande área de conhecimento das ciências humanas, área de conhecimento, avaliação, concentração e nome do programa na educação[5]. Foram definidos como descritores iniciais as palavras: **i)** "educação domiciliar" e “ensino domiciliar” e *"homeschooling”*, tendo sido encontrado apenas 1 (uma) Tese no BDTD-IBICT; após, somente com os descritores: **ii)** “educação domiciliar" e "*homeschooling*", foram encontrados mais 5 (cinco) trabalhos no Catálogo CAPES, sendo 4 (quatro) Dissertações, 1 (uma) Tese e 3 (três) trabalhos no BDTD-IBICT, sendo 1 (uma) Dissertação não repetida na consulta anterior; e com a opção: **iii)** “educação domiciliar" ou "*homeschooling*", foram localizados os 5 (cinco) trabalhos anteriores e mais 5 (cinco) novos trabalhos no Catálogo CAPES, totalizando, 10 (dez) trabalhos, sendo 6 (seis) Dissertações, 4 (quatro) Teses e os mesmos 3 (três) trabalhos no BDTD-IBICT.

Diante dos resultados poucos expressivos e ciente das diversas nomenclaturas utilizadas para Educação Domiciliar, conforme advertido por Santos (2019), optou-se por utilizar como descritores todas as nomenclaturas indicadas pela autora, associadas à palavra "*homeschooling*". Deste modo, nas pesquisas pelos termos: **iv)**

[3] Dilma Vana Rousseff, é economista, atualmente filiada ao Partido dos Trabalhadores, foi a primeira mulher a se tornar presidente da República do Brasil, em 1 de outubro de 2010, exercendo o cargo de 2011 até seu afastamento por um processo de impeachment em 2016.

[4] Jair Messias Bolsonaro, é um militar reformado, atualmente filiado ao Partido Liberal, tendo sido eleito presidente do Brasil e exercendo o cargo a partir de janeiro de 2019. Lacerda (2019) identifica Bolsonaro como um político neoconservador, defensor de pautas relacionadas à extrema direita; de valores cristãos e da família; defesa da educação domiciliar; de escolas militares; da proibição da discussão sobre gênero; da redução da maioridade penal; da posse de arma de fogo e da militarização, aproximando- se do discurso neoliberal e da defesa de valores do mercado.

[5] Há publicado em revistas e periódicos uma série de artigos científicos, em diversas áreas do conhecimento, sobre a temática do presente trabalho, todavia, optou-se pela seleção apenas de trabalhos de mestrado e doutorado, e, ainda, somente da área de conhecimento das ciências humanas, especificamente da área da educação, para fins de visualizar o interesse pelo tema nos cursos da pós-graduação stricto sensu.

"ensino domiciliar" e "*homeschooling*", foram localizados 5 (cinco) trabalhos, apenas 1 (uma) Dissertação não repetida nas consultas anteriores no Catálogo CAPES e 1 (um) trabalho no BDTD-IBICT, que já havia sido localizado; todos os demais descritores utilizados entre as opções **"v"** e **"xxviii"**, inclusive, a opção pela palavra "*homeschooling*" de forma isolada, trouxeram trabalhos já localizados nos descritores anteriores.

Por fim, para completar a categorização e ampliar a busca por demais produções, optou-se por utilizar o descritor: **xxix)** "desescolarização", tendo sido localizados 7 (sete) trabalhos no Catálogo CAPES, apenas 3 (três) relacionados à Educação Domiciliar, sendo 2 (duas) Dissertações e 1 (uma) Tese e, ainda, 1 (uma) Dissertação no BDTD-IBICT já localizada na CAPES. Dessa forma, realizando-se o balanço das produções[6], foram localizados 15 (quinze) trabalhos, na área da educação, entre os anos 2014 e 2021, que se aproximam do tema, sendo 10 (dez) Dissertações e 5 (cinco) Teses[7].

Impende asseverar que o resultado do balanço das produções, por si só, demonstra que a pesquisa acadêmica no âmbito da pós-graduação *stricto sensu,* na área da educação, sobre a Educação Domiciliar é bastante modesta. Conforme destacado por Vasconcelos e Kloh (2020), essa abordagem ainda pequena da Educação Domiciliar diante de outros temas já consolidados e pesquisados recorrentemente, pode se dever a essa ser uma questão que diz respeito a um grupo minoritário, cuja reivindicação atinge uma parcela bastante limitada da sociedade, não obstante, a possível regulamentação poderá acarretar consequências sobre todos os sistemas de ensino, eis que pela primeira vez, desde que a frequência à escola tornou-se obrigatória, haveria a possibilidade de uma educação legítima fora do ambiente escolar. Diante do número de trabalhos localizados e selecionados, optou-se pela leitura de todos para obter um panorama completo sobre o que está sendo pesquisado acerca do tema nos cursos de pós-graduação *stricto sensu,* bem como constatar se as inquietações desta pesquisa já foram respondidas em outros trabalhos, concluindo-se pelo ineditismo da presente Tese, que pretende problematizar os enunciados que constituem os discursos em defesa da Educação Domiciliar no Brasil.

[6] A revisão detalhada da produção acadêmica pode ser verificada no Apêndice A.
[7] No Apêndice B foram destacadas as 15 (quinze) pesquisas localizadas e selecionadas no balanço das produções sobre o tema da Tese.

Nesse contexto, tem-se que em sua dissertação de mestrado Almeida (2014), investigou várias possibilidades educativas “alternativas”, dentre elas a Educação Domiciliar, concluindo que esta modalidade não é um processo coeso e uniforme, sendo que a sua legalização e institucionalização, nos moldes de como têm sido delineados, também não possibilitariam uma desescolarização do conhecimento.

Kloh (2014), inicialmente, em sua dissertação de mestrado, confronta a Educação Domiciliar com a legislação, os projetos de lei e as decisões judiciais da época, constatando que: a) historicamente, o movimento legislativo quanto ao Direito à Educação preocupou-se em garantir a universalidade, sendo instituída a obrigatoriedade como forma de materializá-la; b) Legislativo e Judiciário, de forma majoritária, concordam que há uma lacuna legislativa que impede a prática de *homeschooling*, tendo em vista a obrigatoriedade legal de matrícula em escola prevista na legislação vigente; e c) há divergência de posicionamento quanto à possibilidade da Educação Domiciliar no Poder Judiciário, sendo que há argumentos favoráveis e desfavoráveis à causa, mas o posicionamento majoritário é de que não é possível aceitar a *homeschooling* no Brasil por falta de previsão legal. Na pesquisa de doutorado, Kloh (2020), defende a regulamentação do *homeschooling* no país e analisa o tramite do processo promovido por uma família educadora, que culminou no julgamento do RE nº. 888.815 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), afirmando que por oito votos foi considerada constitucional a Educação Domiciliar, havendo dois votos pela inconstitucionalidade, concluindo ao final que “(...) o século XXI não será mais o século da escola (pelo menos não da escola que recebemos de herança do século XX). Será o século da educação e da aprendizagem. Com ou sem escola. Na escola ou na casa. Na escola e na casa. Na escola. Na casa” (KLOH, 2020, p. 226).

No mesmo sentido, em defesa da regulamentação da Educação Domiciliar, Andrade (2014), defende a tese de que é possível praticar a educação familiar desescolarizada no Brasil a partir dos marcos legais existentes, sobre regulamentação, fiscalização e avaliação estatal, ampliando significativamente o Direito à Educação de crianças e adolescentes. Em contrapartida, Fernandes (2015), em sua pesquisa, investigando o que pensam os professores sobre o Direito à Educação no ensino fundamental, de forma transversal trata do tema do *homeschooling,* e se posiciona a favor da obrigatoriedade da matrícula na escola, posto que o Brasil ainda não se encontra em situação histórico-social, em meio a

tantas desigualdades, de dispensar esta obrigatoriedade. E, Souza (2016), realizando estudo sobre práticas educativas em de territórios rurais, percebe a experiência da Educação Domiciliar, afirmando que muito moradores do campo são simpáticos ao fato de poderem realizar a própria educação dos filhos.

Percebe-se que, até o presente momento, as pesquisas acadêmicas destacadas, da área da educação, abordam a temática da Educação Domiciliar para defender a sua regulamentação ou, tão somente, tratam o tema de forma transversal em outros estudos, o que nos permite questionar se há falta de interesse dos pesquisadores da educação nessa modalidade educativa e se essa falta de pesquisas pode ser um dos motivos para que a pauta pela regulamentação e implementação no país do *homeschooling* tenha ganhado espaço e força nos últimos anos. Com o trabalho de Vasconcellos (2016), tem-se a análise das representações sociais de escolarização, que segundo a autora, são a operacionalização de ideologias, apresentando a ideologia estatista, que considera que o Estado deve ser o único educador do povo e a liberal, que assume que as famílias são educadoras por excelência e o Estado deve se subordinar àquelas. Aduz a autora que essa polaridade, instituída por meio da dissociação da noção de escolarização, não pode ser superada, uma vez que são representações sociais incompatíveis.

E, com Gavião (2017), enfim, discute- se em um trabalho de doutorado, da área da educação, as fronteiras e possíveis rearranjos, entre família/escola/legislação, asseverando a autora que *homeschooling* no Brasil levanta uma questão pungente relacionada à relação público/privado da política contemporânea. Assim, em sua pesquisa, a autora acompanha a dinâmica de crianças *homeschoolers*, concluindo que tal prática educativa se trata de uma política reversa que enfraquece o espaço entre os homens e, mais do que isso, trata-se da destruição política do político, em última análise, a destruição política de formas de vida, sendo o *homeschooling:*

> (...) Uma “invenção” que fixa, limita e restringe a vida infantil seja porque se lança em embates e negociações que estendem o privado, inserindo-o numa agenda pública, seja porque se reconhecem a partir de outras verdades que, embora complexifiquem o próprio discurso escolar, tem como única finalidade estabelecer um outro tipo de confinamento, certamente mais insidioso, já que parte acima de tudo do engajamento das próprias crianças (GAVIÃO, 2017, p. 132).

Analisando as experiências de educação não institucionalizada, envolvendo uma família adepta da desescolarização, Salgado (2018), diferencia em sua tese de

doutorado o ensino domiciliar (*homeschooling*), da desescolarização (*unschooling*), destacando que os adeptos ao *homeschooling* buscam o reconhecimento legal para transformar a modalidade em educação formal, autorizada pelo Estado, constituindo, assim, um processo de escolarização em casa, o que não ocorre no *unschooling,* onde a família adepta não está preocupada com o reconhecimento do Estado, mas com o apoio irrestrito de um responsável à formação dos filhos e familiares, sem imposições, com o entendimento de que adquirir conhecimento seja algo natural da espécie humana.

Pessoa (2019), adentra o universo da Educação Domiciliar contemporânea para identificar os elementos que constituem a prática educativa das famílias, destacando que o *homeschooling* oportuniza a apreensão das ferramentas pedagógicas adotadas em sua prática, com resultados sócio pedagógicos significativos, embora algumas práticas difiram do modelo escolar, com método fônico de alfabetização, ensino baseado exclusivamente no interesse da criança e currículos flexíveis; já outras mesclem elementos escolares, com utilização de livros didáticos, sala de aula em casa e currículos referenciados na BNCC. E, Santos (2019), defende em sua pesquisa a opção pelo *homeschooling* tensionando os limites do âmbito público (Estado) e do âmbito privado (família) e colocando em pauta o quão intervencionista o Estado pode ou não pode ser na formação das novas gerações.

Martins (2020) aduz em seu trabalho não haver proibição, tampouco autorização expressa na Constituição, quanto à Educação Domiciliar, afirmando que o STF entendeu pela constitucionalidade, porém, a sua viabilização depende de regulamentação em Lei. Ferreira (2020) destaca em sua pesquisa que o processo de desescolarização é ainda mais perigoso para educação infantil, tendo em vista o recente reconhecimento de que compõe a educação básica. Silva (2021) apresenta em seu trabalho os argumentos de ambos os lados, defensores e opositores, onde estes enxergam o *homeschooling* como ameaça à escola, citando sua importância para a criança e aqueles oferecem argumentos baseados na liberdade educacional e no direito de escolha da família. E, por fim, Klinko (2021) adverte que “aqueles que optam por abrir mão da escola nos dias de hoje, ressaltam a concepção de uma educação tratada como bem de uso ou de consumo individual e não de fruição de um legado de experiências simbólicas”.

Com efeito, destaca-se que realizando a consulta no Google Acadêmico (*Google Scholar),* no período de 2014 a 2021, utilizando-se como descritores: "educação domiciliar" ou "*homeschooling"*, foram localizados 540 registros. Assim, dentre os artigos, cartilhas, dossiês, livros, nas mais variadas áreas, selecionamos diversos trabalhos que contribuíram para nossas discussões, que são citados ao longo desta Tese, pois apresentam argumentos que nos auxiliam a compreender esse movimento pela regulamentação e implementação do *homeschooling* na realidade brasileira.

A revisão bibliográfica evidencia que a temática da regulamentação e implementação da Educação Domiciliar no Brasil é um campo de disputas, de divergências de opiniões, inexistindo consenso sobre os posicionamentos discursivos, que mobilizam relações de saber e poder. Em consequência, há proliferação de discursos em variados campos, sendo assim, a problemática desta Tese se apresenta: **Que enunciados constituem os discursos em defesa da Educação Domiciliar?**

Considerando toda a problematização, estabelecemos como objetivo geral da Tese: **problematizar os enunciados que constituem os discursos em defesa da Educação Domiciliar no Brasil,** e os objetivos específicos são: i) demonstrar a tutela jurídica do Direito à Educação no Brasil; ii) relacionar o papel da escola na educação; iii) identificar a rede de defesa da Educação Domiciliar no Brasil e iv) caracterizar os enunciados do discurso em defesa da Educação Domiciliar no Brasil. Diante dos objetivos, trabalha-se com elementos importantes na constituição do dispositivo da Educação Domiciliar e apresenta-se como hipótese de Tese que: **A Educação Domiciliar se constitui como um dispositivo neoliberal e neoconservador da Educação Contemporânea, que ameaça o Direito à Educação e a Democracia no Brasil.**

Na presente Tese a noção de dispositivo é a operada por Foucault (2014), com auxílio de Agamben (2009) e Deleuze (1996). Somando-se aos conceitos de enunciado, discurso e formação discursiva, desenvolvemos a análise e buscamos problematizar os enunciados que constituem os discursos em defesa da Educação Domiciliar. Nesta perspectiva, para análise das tramas discursivas que se constituem em torno da Educação Domiciliar, utilizou-se elementos de diferentes fontes de domínio público na internet, sites, documentos, Leis, julgados e proposições do

cotidiano da Sociedade Civil, do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, relacionados ao objeto de investigação, bem como elementos não discursivos, identificados nas articulações em rede do movimento pela Educação Domiciliar no Brasil. E, assim, os enunciados do discurso da Educação Domiciliar se constituem e se dispersam nessas diferentes esferas de poderes, com defesa dos ideais neoliberais, como liberdade, concorrência e empreendedorismo e dos ideais neoconservadores, tal qual a retidão moral e o resgate de valores familiares e cristãos.

Para Ball (2014), a política deve ser analisada como uma “rede”. A análise de rede envolve muita atenção às organizações e aos atores no campo da política, nos movimentos, conexões, situações e eventos acerca do conhecimento (BALL, 2017). A compreensão das políticas educacionais deve ser realizada de forma global, com verificação dos discursos, enunciados, práticas, estratégias e interesses que afetam os sujeitos. Dessa forma, com inspiração em algumas proposições da análise do discurso de Foucault se caracterizou enunciados em defesa da Educação Domiciliar, os quais se entrelaçam, formam uma trama discursiva e fabricam um dispositivo neoliberal e neoconservador da Educação Contemporânea. O conjunto de enunciados foram problematizados e analisados à luz do referencial teórico de Foucault (1996; 2005; 2008; 2014), além de outros autores como Deleuze (1996), Larrosa (1994; 2020), Fischer (2013; 2020), Veiga-Neto (1998; 2007; 2017), Ball (2014; 2017) e Apple (2003; 2020).

A Tese com título: **A Educação Domiciliar e os enunciados que constituem os discursos pela sua regulamentação e implementação no Brasil**, está organizada em 5 (cinco) capítulos, que pretendem problematizar os discursos em defesa do *homeschooling*, com a escavação dos documentos que compõe o *corpus* de análise, que foram sendo agrupados e reagrupados em torno das formações discursivas. No primeiro capítulo, a presente introdução, apresentamos a motivação e a caminhada da pesquisa, contextualizando, por meio da revisão da produção acadêmica, de modo geral o problema, os objetivos e a hipótese de Tese.

No segundo capítulo, demonstramos o percurso metodológico, detalhando a análise do discurso inspirada em Michel Foucault, apresentando conceitos importantes para compreensão da Tese, tais como, o conceito de enunciado, discurso, formação discursiva, dispositivo, relações de poder e subjetivação, bem como

ressaltamos a forma de coleta de dados e as ferramentas analíticas utilizadas para escrita do trabalho.

No terceiro capítulo, discorremos acerca do Direito à Educação no Brasil, apresentando a tutela jurídica deste direito em nosso país, salientando a necessidade da obrigatoriedade da matrícula na escola regular, o papel da escola na educação e as características neoliberais e neoconservadoras na educação brasileira. Apresentamos o Direito à Educação como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, sendo imprescindível ao fortalecimento da Democracia e encontrando na escola o espaço por excelência para o desenvolvimento do sujeito da experiência.

No quarto capítulo, apresentamos os enunciados que constituem a Educação Domiciliar, ressaltando as origens do *homeschooling,* identificando a rede e realizando a escavação dos documentos selecionados com a arqueologia do site da Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED) e outros atores da Sociedade Civil, nos Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional, nos documentos produzidos pelo Executivo Federal e na decisão judicial referência do Supremo Tribunal Federal (RE nº. 888.815). Assim, o *corpus* de análise compreende recortes enunciativos de documentos, Leis, julgados e proposições, do cotidiano da Sociedade Civil, do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

Por fim, no quinto capítulo, verificamos a fabricação do discurso em defesa da Educação Domiciliar, demonstrando a proliferação discursiva nas análises realizadas, buscando evidências para compreender a Educação Domiciliar como um dispositivo neoliberal e neoconservador da Educação Contemporânea, que ameaça o Direito à Educação e a Democracia no Brasil.

Isto posto, imperiosa a análise dessa política educacional da Educação Domiciliar, que se abeira à normatização no Brasil, eis que os discursos que sustentam essa prática educativa demonstram como se apresenta essa experiência alternativa à educação formal, que permite novas configurações de saber e poder, apresentando-se como uma nova forma de constituição do sujeito. Há que se ressaltar que a presente pesquisa não pretende apresentar uma única verdade, nas palavras de Nietzsche (2002, p. 152), “por muitos caminhos diferentes e de múltiplos modos cheguei eu à minha verdade; não por uma única escada subi até a altura onde meus olhos percorrem o mundo”. Assim, neste trabalho apresenta-se o caminho percorrido

a partir de escolhas feitas por uma profissional com formação nas ciências jurídicas, que se constituiu uma pesquisadora apaixonada pela Educação, não obstante, trilhando um caminho repleto de dúvidas e incertezas, ciente de que “o caminho, na verdade, não existe! ”

2 PERCURSOS METODOLÓGICOS INSPIRADOS NA ANÁLISE DO DISCURSO DE MICHEL FOUCAULT

Neste capítulo, apresenta-se os percursos metodológicos adotados no presente trabalho, demonstrando-se ferramentas da análise do discurso, na perspectiva dos estudos de Michel Foucault. Assim, destaca-se alguns conceitos que serviram de fundamento teórico para a Tese, orientaram a coleta e tratamento dos dados e foram utilizados para problematizar os achados da pesquisa.

Conforme Fischer (2020, p. 73), para analisar os discursos na perspectiva foucaultiana é preciso recusar as explicações que admitem apenas uma interpretação ou um único sentido, de acordo com a autora para Foucault,

> é preciso ficar (ou tentar ficar) simplesmente no nível de existência das palavras, das coisas ditas. Isso significa que é preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar. E a primeira tarefa para chegar a isso é tentar desprender-se de um longo e eficaz aprendizado que ainda nos faz olhar os discursos apenas como um conjunto de signos, como significantes que se referem a determinados conteúdos, carregando tal ou qual significado, quase sempre oculto, dissimulado, distorcido, intencionalmente deturpado, cheio de "reais" intenções, conteúdos e representações, escondidos nos e pelos textos, não imediatamente visíveis. É como se no interior de cada discurso, ou num tempo anterior a ele, se pudesse encontrar, intocada, a verdade, desperta então pelo estudioso.

Na obra “A Arqueologia do Saber”, Foucault (2005, p. 56), reflete sobre o discurso:

> (...) gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.

Tem-se, assim, nos discursos muito mais que um conjunto de signos. Na arqueologia, os enunciados da análise são descobertos na raridade do que está

presente e dos sentidos que habitam cada um deles, portanto, o aporte teórico descreve em profundidade o encontro dos enunciados possíveis de serem ditos em uma determinada regularidade discursiva (FOUCAULT, 2005). Como bem assevera Fischer (2020), tudo está imerso em relações de poder e saber, que se implicam mutuamente, ou seja, enunciados e visibilidades, textos e instituições, falar e ver constituem práticas sociais por definição permanentemente presas, amarradas às relações de poder, que as supõem e as atualizam. Logo, o discurso apresenta regularidades, que Foucault (2005), denomina de "formação discursiva", tipos enunciativos, conceitos e estratégias. E essa formação discursiva compreende-se:

> (...) um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática (FOUCAULT, 2005, p. 82).

O discurso para Foucault está em diferentes tipos de enunciados, os quais pertencem à uma mesma formação discursiva, sendo certo que proferir discursos é algo autorizado à algumas pessoas que podem falar. Deste modo, imprescindível verificar além dos enunciados que formam determinados discursos, as pessoas, os jogos de poder e intensões que estão no contexto de produção desses discursos. Casanova (2017), destaca, assim, que as regras do método arqueológico de Foucault são definidas: pelo discurso, que é um conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; pelo enunciado, que compreende um campo de elementos que pertence a uma formação discursiva; e pela formação discursiva, que revela as regularidades de uma prática discursiva. Portanto, os discursos fazem parte do processo de subjetivação, ligados pelas relações de saber e poder.

A Educação Domiciliar é objeto de uma prática discursiva que não opera sozinha, que depende de uma rede complexa de saber e poder para entrar em funcionamento e na ordem do discurso por sua regulamentação e implementação no Brasil. Dessa forma, a presente pesquisa é inspirada nos estudos de Foucault (1996; 2005; 2008; 2014). Nessa perspectiva, essa análise permite a apresentação de múltiplas realidades e significados, mormente porque esses dados estão inseridos em

contextos de discursos e seus enunciados sinalizam o projeto defendido pela rede de apoio à Educação Domiciliar.

Portanto, a Educação Domiciliar é um dispositivo que se insere e mobiliza as formações discursivas, alicerçada em efeitos de saber, sendo assim, analisar-se-á com apoio em Foucault (2014), os enunciados que constituem o discurso em defesa da regulamentação e implementação da Educação Domiciliar no Brasil, identificando as articulações em rede que atuam exteriorizando as relações de poder. A análise de rede realiza-se segundo Ball (2017), como método para a análise da reforma e governança educacional, quanto uma representação das relações sociais ativas e dos locais de atividade social e política. Desta forma, as redes consistem em conexões complexas, duradouras e em evolução entre pessoas, objetos e tecnologias em espaços e tempos múltiplos e distantes, logo, um conjunto de relações que são constantemente feitas e refeitas no interior das relações processuais que as constituem, estando sempre em construção. Assim, para o autor, as redes de políticas são um conjunto de espaços de políticas interconectados que são virtuais e reais, distantes e íntimos, formais e informais, ideológicos e sociais, vibrantes e, às vezes, frágeis. Neste contexto, será verificada a rede em defesa da Educação Domiciliar, inserta no cotidiano da Sociedade Civil, do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, para compreensão dos movimentos, conexões, esforços, interesses e discursos dos atores, que buscam a regulamentação e implementação no país dessa prática educacional.

A análise de documentos políticos não é algo simples e como bem asseveram Mainardes, Ferreira e Tello (2011) permitem identificar ideologias, conceitos empregados, embates do processo e vozes presentes e ausentes. Desse modo, através da governança, que segundo Silva, Lima e Silva (2019, p. 142), “envolve modos, processos, atores e instrumentos com diferentes interesses na gestão pública, articulados com características do neoliberalismo” se compreende o aparecimento e o processo de legitimação desses “novos atores sociais” que defendem a regulamentação e implementação da Educação Domiciliar. Ademais, para as autoras, a análise de redes políticas é o procedimento e a ferramenta teórica de análise em suas relações de poder, assim, caracteriza-se como um método etnográfico apto para compreender essas redes. A etnografia em rede, conforme orientado por Avellar e Ball

(2017), é o método apropriado para a identificação e análise da construção, manutenção e evolução das redes de políticas.

Com efeito, tem-se uma rede em torno desse movimento em defesa da Educação Domiciliar no Brasil, que vem estabelecendo discussões e adotando ações para sua regulamentação e implementação, inserida na Sociedade Civil, no Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, representando “relações de poder”, que no dizer de Foucault (1996), se estabelecem como relações microfísicas, pulverizadas na sociedade. Desta feita, como bem destacaram Mainardes, Ferreira e Tello (2011), as ações desses sujeitos são fundamentais para mapear as políticas públicas, no caso, compreender esse movimento em prol do *homeschooling*. Com base na etnografia de rede de Ball (2014), que orienta o mapeamento das relações políticas, se destacou os principais atores que têm sido responsáveis por disseminar essa modalidade educativa no Brasil, pertencentes a “modernização conservadora” (APPLE, 2003), composta pelos neoliberais e neoconservadores, que fomentam interesses comuns em torno da regulamentação e implementação da Educação Domiciliar.

Deste modo, realizou-se a escavação em recortes enunciativos de documentos, Leis, julgados e proposições, do cotidiano da Sociedade Civil, do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Pela arqueologia, buscou-se enunciados em defesa da Educação Domiciliar no site da Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED) e outros atores da Sociedade Civil, nos Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional, nos documentos produzidos pelo Executivo Federal e na decisão judicial referência do Supremo Tribunal Federal (RE nº. 888.815). Com a genealogia verificou-se as formações discursivas em defesa do *homeschooling*, buscando averiguar o seu poder de afirmação, suas continuidades e descontinuidades. Assim, no cerne da teoria foucaultiana, com o processo arqueológico se conectou a problemática dos saberes para se compreender os regimes de verdade que embasam os discursos em defesa da Educação Domiciliar, problematizando essa prática educativa com as relações de poder, por meio da genealogia, fazendo surgir o dispositivo neoliberal e neoconservador da Educação Contemporânea, que ameaça o Direito à Educação e a Democracia no Brasil.

Neste ínterim, imprescindível retomar o conceito de dispositivo adotado nesta pesquisa, com base em Foucault (2014) e com auxílio de Agamben (2009) e Deleuze (1996), porque os processos de subjetivação que decorrem da Educação Domiciliar

fazem parte da trama discursiva. De acordo com Agamben (2009), Foucault não elaborou uma definição precisa do termo dispositivo, dessa forma, no dizer deste autor, dispositivo é:

> (...) um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos" (AGAMBEN, 2009, p. 29).

Assim, para Agamben (2009, p. 33), "os dispositivos são precisamente o que na estratégia foucaultiana toma o lugar dos universais: não simplesmente esta ou aquela medida de segurança, esta ou aquela tecnologia do poder", ou seja, diz respeito a estratégias concretas, que se inserem numa rede de poder, implicando sempre na produção de sujeitos. Já para Deleuze, conforme assevera Agostinho (2021), dispositivo não é apenas uma "estratégia concreta que se insere numa rede de poder", pois "contém elementos que não são totalmente capturados pelo poder, forças que não se deixam materializar em aparelhos de controle, sujeitos que não se deixam sujeitar ou que escapam das teias do poder". Weinmann (2006, n.p.) aduz que para Deleuze dispositivo é,

> um conjunto multilinear, composto de linhas de distintas naturezas, as quais percorrem esse dispositivo em todos os sentidos, delineando processos diversos, os quais se encontram em permanente desequilíbrio. Essas linhas são vetores ou tensores, que podem endurecer, sedimentando um dispositivo (linhas de estratificação), mas que também podem quebrar, produzindo variações de direção, ou bifurcar, engendrando derivações, isto é, podem configurar-se como linhas de atualização, por meio das quais se operam as transformações de um dispositivo. Deleuze assinala que Foucault cartografa um dispositivo a partir de três grandes feixes de linhas. Esses feixes não são homogêneos, nem possuem contornos definidos, mas consistem em sistemas de variáveis, que se desdobram umas das outras: o saber, o poder e a subjetivação.

Dessa forma, o saber, o poder e a subjetivação constituem o dispositivo, que consiste, também, em uma máquina enunciativa singular, que determina o regime de dispersão dos enunciados em um conjunto de práticas discursivas, indicando as diversas posições do sujeito e do objeto no discurso, as modalidades de enunciação, as definições conceituais, as escolhas estratégicas, entre outras (Weinmann, 2006, n.p. *apud* Foucault, 2000). No dizer de Foucault (1996, p. 244):

> o dispositivo está sempre inscrito num jogo de poder e, ao mesmo tempo, sempre ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles.

Isto posto, na perspectiva foucaultiana o dispositivo é um conceito amplo e variável, desdobrado em diferentes estratégias de saber e poder, que impulsiona os sujeitos a determinadas práticas. Desta forma, a Educação Domiciliar como prática educativa pode ser considerada um dispositivo. No dizer de Larrosa (1994), as práticas educativas são consideradas como um conjunto de dispositivos orientados à produção dos sujeitos mediante certas tecnologias de classificação e divisão tanto entre indivíduos quanto no interior dos indivíduos. Assim, para o autor o sujeito pedagógico é resultado da articulação entre os discursos que o nomeiam, no corte histórico analisado por Foucault, discursos pedagógicos que pretendem ser científicos, e práticas institucionalizadas que o capturam, nesse mesmo período histórico, representadas pela escola de massas. Portanto, pelo viés foucaultiano, analisando a submissão do sujeito às instâncias de poder e as relações com o saber e o poder, é possível aduzir que é na escola e de tal modo, pela Educação Domiciliar, onde se promove a educação sistematizada, que se busca o desenvolvimento do ser humano e a constituição de sua personalidade, a fim de produzir um tipo específico de sujeito.

A obrigatoriedade da escolarização de crianças e adolescentes e, no mesmo sentido a Educação Domiciliar, tem por fim fazer funcionar a maquinaria que movimenta o dispositivo pedagógico com intuito de formar subjetividades. Para Educação Domiciliar a criação de subjetividades motivadas pela racionalidade neoliberal, aquele sujeito que se empreende como capital humano. Imperioso asseverar, que no presente trabalho, a ideia da racionalidade neoliberal e do capital humano é operada com base em Foucault (2008), percebendo a passagem do Estado liberal para o modelo neoliberal, que interfere nas relações sociais e de trabalho, adotando nova dinâmica de racionalidade, classificada como biopolítica, que produz um aparato de tecnologias para subjetivar o sujeito a buscar estratégias para o sucesso e reconhecimento social. Como assevera Larrosa (1994), utilizando-se das tecnologias disciplinares e biopolíticas, o dispositivo pedagógico vai enquadrando as crianças na infância, até produzir nelas o adulto esperado pela sociedade. Neste sentido, a biopolítica produz um aparato de tecnologias que constituem o dispositivo pedagógico, objetivando e subjetivando o sujeito.

Nesta perspectiva, se apresentam “novos atores sociais” (SILVA; LIMA; SILVA, 2019, p. 142), defensores da Educação Domiciliar como experiência alternativa à educação formal, defendida com o discurso da qualidade e efetividade do ensino privado, fundamentada em uma educação individualizada, que supostamente seria mais efetiva. Muitas famílias procuram legitimar, ainda, a Educação Domiciliar como meio de proteção de seus filhos, eis que no ambiente escolar estariam expostos a ideologias e diversos modos de violência à integridade física e psicológica. Para Vasconcelos e Boto (2020), a Educação Domiciliar busca formulações alternativas à educação formal, baseadas no avanço e no domínio de novas tecnologias, que permitem pensar na educação fora da escola, assim, vem na possibilidade de rompimento com os limites físicos também uma ruptura com o modelo de escolarização vigente e, desta forma, elegem o ambiente doméstico como espaços de educação capazes de prescindir do aparato físico e imaterial que a escola oferece, descrentes das propaladas reformas que se propõem corrigir as deficiências do sistema escolar, colocando em questão o modelo da escolaridade obrigatória.

A Educação Domiciliar inegavelmente afasta as crianças e os adolescentes da vida pública e do contato com os espaços coletivos e estabelece novos processos de subjetivação e de construção do sujeito. Então, a Educação Domiciliar reflete o fenômeno atual de individualização da sociedade e, nestas relações de saber e poder, produzir-se-ão novos sujeitos. De acordo com Larrosa (1994, p. 16):

> Foucault desenvolveu as relações [p.52] entre saber e poder em um conjunto de práticas nas quais se realiza, em uma só operação, tanto a produção de determinados conhecimentos sobre o homem como sua cultura técnica no interior de um determinado conjunto de instituições (Foucault, 1972b, 1975, 1977). O exemplar na análise foucaultiana é essa articulação entre saber e poder em cujo interior se produz o sujeito.

Para Foucault (1996; 2004; 2008), as reformas educacionais constituem tentativas sempre renovadas de instaurar um processo de governamentalidade das populações, ou seja, representam formas de governamento tendo em vista a produção de uma homogeneidade populacional obtida no processo de escolarização. A Educação Domiciliar se apresenta como um dispositivo neoliberal e neoconservador, eis que constituída por um discurso capaz de subjetivar novas gerações, ou seja, pode ser considerada uma potente prática para produção da subjetividade na educação contemporânea moderna, entrelaçada as práticas e discursos da Sociedade Civil, do

Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Assevera Deleuze (1996, p. 86) que "podemos perguntar se as linhas de subjetivação não são o extremo limite de um dispositivo, e se não esboçam elas a passagem de um dispositivo a um outro: neste sentido, elas predispõem as 'linhas de fraturas". Em consequência, a subjetivação na Educação Domiciliar aparece como uma linha de força, articulada nas relações de saber e poder e entrelaçada com outras linhas de naturezas distintas.

Há que se ressaltar, que na análise da Educação Domiciliar como um dispositivo neoliberal e neoconservador da Educação Contemporânea, os conceitos de biopolítica e governamentalidade tratados por Foucault (1996; 2008), são ferramentas importantes, eis que demonstram as descontinuidades da prática educativa como projeto disciplinar, apontando novas configurações dessa modalidade educacional contemporânea, que reflete a sociedade de controle de Deleuze (1996). Conforme bem ressaltou o autor:

> (...) São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares. 'Controle' é o nome que Burroughs propõe para designar o novo monstro, e que Foucault reconhece como nosso futuro próximo. Paul Virilio também analisa sem parar as formas ultra-rápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado. Não cabe invocar produções farmacêuticas extraordinárias, formações nucleares, manipulações genéticas, ainda que elas sejam destinadas a intervir no novo processo. Não se deve perguntar qual é o regime mais duro, ou o mais tolerável, pois é em cada um deles que se enfrentam as liberações e as sujeições. Por exemplo, na crise do hospital como meio de confinamento, a setorização, os hospitais-dia, o atendimento a domicílio pode marcar de início novas liberdades, mas também passaram a integrar mecanismos de controle que rivalizam com os mais duros confinamentos. Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas (DELEUZE, 1996, p. 220).

A análise da Educação Domiciliar é inspirada, portanto, em algumas proposições da análise do discurso de Foucault (2005; 2014), que compreende as ferramentas arqueológicas e genealógicas, que se apoiam e complementam. A arqueologia se preocupa com a regularidade, continuidade e descontinuidades na formação dos enunciados, dos sentidos e do regime de verdade, suspendendo a primazia do sujeito e demonstrando como as construções históricas podem dar lugar a tipos específicos de discursos. Já a genealogia "detém-se nas séries de formação efetiva do discurso, em busca de compreendê-lo em seu poder de afirmação, no seu

poder de constituir domínios de objetos, por meio dos quais poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas" (ROSA, 2022, p. 66).

Sendo assim, para alcançar o objetivo da presente pesquisa de problematizar os enunciados que constituem os discursos em defesa da Educação Domiciliar no Brasil, inicialmente, se demonstrou a tutela jurídica do Direito à Educação, posicionando-se a educação como direito de todos, que demanda educação compulsória na instituição escolar, importando na garantia da existência de escola pública, obrigatória, gratuita e laica, o que é sustentado constitucionalmente por todo arcabouço legal e infraconstitucional, que pautam o sistema regular de ensino, com garantia de matrícula e frequência escolares. A obrigatoriedade da matrícula na escola é uma das garantias de efetividade do Direito à Educação e a Educação Domiciliar é uma ameaça a esse direito público subjetivo.

Discorreu-se, também, sobre o papel da escola na educação, relacionando-o com o fortalecimento da Democracia, defendendo-se a escola como o espaço para colocar em prática os fundamentos e objetivos fundamentais da República para educação, insertos no texto constitucional de 1988, logo, a regulamentação e implementação da Educação Domiciliar acarreta na afronta há muitos desses valores democráticos. E, ainda, se apresentou a perspectiva foucaultiana para o papel da escola como instituição que contribui de forma decisiva para fabricar os sujeitos da modernidade autodisciplinados, sendo imprescindível, deste modo, o espaço público, de igualdade e solidariedade, o que se distancia da prática do *homeschooling*, que se define como modalidade educativa com caráter fortemente individualista.

Ato contínuo, no presente trabalho se identificou a rede em defesa da Educação Domiciliar, com destaque dos principais atores responsáveis por disseminar essa modalidade educativa no Brasil, com base em Lima et. al. (2022), demonstrando-se que a rede é composta pelos atores que Apple (2003) denomina de "modernização conservadora", composta, especialmente, pelos neoliberais e neoconservadores, que possuem interesses comuns em prol do *homeschooling* e atuam junto à Sociedade Civil e no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

E, para caracterizar os enunciados do discurso em defesa da Educação Domiciliar no Brasil, optou-se pelas ferramentas da análise do discurso de Foucault, demonstrando-se que na análise do discurso todo saber é produzido, toda palavra é intencionalmente inventada para, por exemplo, dar nome a uma coisa ou a um

sentimento. Desta forma, o sujeito é produto dos discursos, em consequência, a análise do discurso com inspiração em Foucault serve para mapear como as políticas e suas redes atuam para o desenvolvimento de um projeto de subjetividade. Nesta perspectiva, apresenta-se recortes de documentos, Leis, julgados e proposições do cotidiano da Sociedade Civil, do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, que formam enunciados que se articulam e constituem o dispositivo. Para análise do discurso, foram considerados os princípios que Foucault cita em sua obra “A Ordem do Discurso”, ou seja, “quatro noções devem servir, portanto, de princípio regulador para a análise: a noção de acontecimento, a de série, a de regularidade, a de condição de possibilidade” (FOUCAULT, 2014, p. 51).

Dessarte, para caracterizar, então, os enunciados do discurso em defesa da Educação Domiciliar no Brasil foram utilizadas as noções de Foucault (2014), no sentido de: i) ter um referencial (noção de acontecimento); ii) ter uma posição do sujeito (noção de série); iii) ter um domínio associado (noção de regularidade) e iv) ter materialidade (noção de condição de possibilidade). Fischer (2020, p. 77) esclarece:

> (...) para Foucault, interessa a sua condição mesma de enunciado, em seus quatro elementos básicos:
> 1. a referência a algo que identificamos (o referente, no caso, a figura de mestre associada a doação e amor);
> 2. o fato de ter um sujeito, alguém que pode efetivamente afirmar aquilo (muitos professores e professoras ocupam o lugar de sujeito desse enunciado, e o interessante neste caso seria, por exemplo, descrever quem são os indivíduos que ainda estão nessa condição; mesmo pessoas que não são professores, os "voluntários da educação", também se reconhecem nesse discurso, como tantas vezes vemos em reportagens de jornais e na televisão);
> 3. o fato de o enunciado não existir isolado, mas sempre em associação e correlação com outros enunciados, do mesmo discurso (no caso, o discurso pedagógico) ou de outros discursos (por exemplo, o discurso religioso, missionário, ou mesmo o discurso sobre a mulher, a maternidade, e assim por diante);
> 4. finalmente, a materialidade do enunciado, as formas muito concretas com que ele aparece, nas enunciações que aparecem em textos pedagógicos, em falas de professores, nas mais diferentes situações, em diferentes épocas (veja-se como a mídia se apropria desse discurso e o multiplica em inúmeras reportagens sobre pessoas que voluntariamente passam a dedicar-se ao trabalho de "educadores").

Neste contexto, pela arqueologia o enunciado se apresenta como acontecimento discursivo, produzido, repetido e determinado historicamente, podendo

se modificar a todo momento, conforme determinada formação discursiva, segundo Foucault (2005, p. 31):

> um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem.

Em relação ao sujeito o que o define é o lugar de fala, ou seja, pela análise do discurso arqueológico, não importa a pessoa do sujeito, mas sim o espaço, a posição que assume para proferir e legitimar o discurso, o que é explicitado por Fischer (2013, p. 133):

> (...) na análise do discurso foucaultiano, falar de sujeito do discurso é, igualmente, multiplicar o sujeito, mostrar as diferentes formas de pensá-lo: quem fala neste texto? E de que lugar fala? De que autoridade se investe alguém para falar aqui e não em outro espaço? Quem pode falar sobre isto? Quais as regras segundo as quais a alguém é permitido afirmar isto ou aquilo, neste ou naquele lugar? Quando fazemos essas perguntas, assumimos um modo foucaultiano de complexificação do tema do sujeito dos discursos -, contrariamente à concepção de história na qual se faz "da consciência humana o sujeito originário de todo o devir e de toda prática (...).

Quanto ao enunciado ter um domínio associado para sua caracterização, importa estabelecer que deve haver um certo número de enunciados conexos, que se apresentam com regularidade e se relacionam, formando tramas discursivas, sem compromisso com a unidade ou a coerência, semelhante ao que Foucault (2005, p. 43), denominou de um sistema de dispersão, vejamos:

> No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva - evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como "ciência", ou "ideologia", ou "teoria", ou "domínio de objetividade".

Por fim, para análise do discurso deve-se olhar para materialidade, para que se possa caracterizar “(...) coisas efetivamente ditas, escritas, gravadas em algum tipo de material, passíveis de repetição ou reprodução, ativadas através de técnicas, práticas e relações sociais” (Foucault, 2005, p. 133). Como bem assevera Fischer (2020, p. 93), o que interessa são as “coisas efetivamente ditas ou escritas, importando descrever justamente de que modo elas se inscrevem no interior das formações discursivas”, mormente porque “os enunciados, depois de ditos, depois de instaurados numa determinada formação, sofrem sempre novos usos, tornam-se outros, exatamente porque eles constituem e modificam as próprias relações sociais”. O discurso, que decorre do enunciado é uma forma de poder sobre o sujeito, que julga a sua veracidade.

Por todo o exposto, tem-se a Educação Domiciliar como prática educativa que se apresenta como um acontecimento discursivo, que é produzido, repetido e determinado historicamente, modificando-se a todo momento, situada no âmbito de condições de existência marcadas pelo esforço de atores da Sociedade Civil, do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, para sua regulamentação e implementação, a fim de atender interesses comuns da “modernização conservadora” (APPLE, 2003), nas pautas educacionais e, conforme se sustenta na Tese, os enunciados do discurso da Educação Domiciliar se constituem e se dispersam nessas diferentes esferas de poderes, com defesa dos ideais neoliberais e neoconservadores, ameaçando o Direito à Educação e a Democracia.

3 DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL

No presente capítulo discorrer-se-á acerca da tutela jurídica do Direito à Educação no Brasil, democratizado a partir da década de 80 e assegurado pela Constituição de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, encontrando respaldo, ainda, na legislação infraconstitucional e em diversas declarações e tratados internacionais, que foram constituídos por intermédio de lutas e tensões estabelecidas historicamente. Consta do art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH):

> Artigo 26
> **Todos os seres humanos têm direito à educação.** A educação será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. **A educação elementar será obrigatória.** A educação técnica-profissional será acessível a todos, bem como a educação superior, esta baseada no mérito.
> A educação será orientada no sentido do **pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.** A educação promoverá a **compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos**, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
> Os pais têm prioridade de direito na escolha do género de educação que será ministrada aos seus filhos (ONU, 1948, p. 7) (grifou-se).

Em consonância com a DUDH, a educação é um direito universal, na sua condição elementar (educação básica) é obrigatória, devendo ser pautada na garantia do pleno desenvolvimento da personalidade humana, do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e das liberdades fundamentais. A educação é imprescindível para o desenvolvimento social e fortalecimento da Democracia, devendo promover a compreensão, tolerância, amizade, solidariedade e inclusão. Portanto, estes valores somente podem ser efetivados na escola, que é o lugar por excelência para provimento do ensino pautado em princípios públicos universais e democráticos.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece o Direito à Educação em cerca de vinte e dois artigos, dois dos quais no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), com ampla proteção e ferramentas para promoção desse direito social, enunciado pelo art. 6º, da CRFB/88. Segundo Ranieri (2018), nesse complexo de princípios e regras constitucionais se individualiza a educação como bem jurídico, considerando o seu papel fundamental no desenvolvimento nacional, na construção de uma sociedade justa e solidária e sem

preconceitos, conforme art. 3º, da CRFB/88, bem como para o desenvolvimento da pessoa e exercício dos demais direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, na forma do art. 205 da Carta Magna, abaixo transcritos:

> Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
> I - construir uma sociedade livre, **justa e solidária**;
> II - garantir o **desenvolvimento nacional**;
> III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
> IV - promover o bem de todos, **sem preconceitos** de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988) (grifou-se).
>
> Art. 205. A educação, **direito de todos e dever do Estado e da família**, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988) (grifou-se).

Portanto, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Conforme Costa (2018), essa previsão legal do art. 205, da CRFB/88, estabelece três finalidades para a educação, quais sejam: o desenvolvimento da integridade do ser humano; seu preparo para a construção de uma cidadania ativa e a qualificação profissional. A educação é, assim, um direito social fundante, primordial para o desenvolvimento humano e imprescindível para efetivação dos demais direitos sociais. Cury (2002, p. 19) adverte que o exercício de outros direitos assegurados constitucionalmente depende de que o Direito à Educação seja efetivado:

> É importante se saber, por exemplo, que o Título II, Capítulo I, art. 5º da nossa Constituição garante uma lista infinda de direitos civis entre os quais muitos têm a ver com educação. Cito alguns: a igualdade jurídica entre homem e mulher, a liberdade de consciência e de expressão, a liberdade de associação, a condenação a todo tipo de maus-tratos e a condenação ao racismo como crime inafiançável.

No mesmo sentido, tratando o Direito à Educação como porta de entrada para instrumentar os demais direitos, destaca Amim (2011, p. 62):

> É direito fundamental que permite a instrumentalização dos demais, pois sem conhecimento não há o implemento universal e de fato dos

> demais direitos. A ignorância leva a uma passividade generalizada que impede questionamentos, assegura a manutenção de velhos sistemas violadores das normas que valorizam o ser humano e impede o crescimento do homem e o consequente amadurecimento da nação.

A Carta Magna elevou a educação ao patamar de direito fundamental da República Federativa do Brasil, restando assegurado como um direito de todos, principalmente de crianças e adolescentes, e dever da família e do Estado, que deve ser resguardado com prioridade absoluta, em atenção ao melhor interesse dessas pessoas em desenvolvimento. Neste sentido, Veronese (2019, p. 571) leciona que:

> "(...) para a concretização dos direitos de crianças e adolescentes em consonância com o que preceitua a Doutrina da Proteção Integral, todas as ações voltadas para a satisfação dos direitos desses sujeitos vulneráveis devem levar em consideração aquilo que atender ao melhor interesse deles. "

A doutrina da proteção integral assegura que as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos especiais, que devem ter prioridade absoluta no estabelecimento das políticas públicas, mormente para educação. O texto constitucional de 1988 trata o Direito à Educação como corolário da dignidade da pessoa humana devendo ser assegurado com absoluta prioridade, de forma solidária entre a família e o Estado. O art. 227, da CRFB/88 preconiza a absoluta prioridade do Direito à Educação como "dever da família, da sociedade e do Estado" (BRASIL, 1988). Para Ranieri (2018), essa prioridade é a razão para que o acesso ao ensino seja obrigatório e gratuito, qualificado como direito subjetivo, nos exatos termos do art. 208, §1º, da CRFB/88, devendo, assim, ser assegurada a sua universalização, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, sob pena de responsabilização das autoridades no caso de não oferecimento ou oferta irregular, conforme determina o §2º, do art. 208, da CRFB/88, abaixo transcritos:

> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à **criança, ao adolescente e ao jovem**, **com absoluta prioridade**, o direito à vida, à saúde, à alimentação, **à educação**, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988) (grifou-se).
>
> Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

> I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
> II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;
> III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
> IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;
> V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
> VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
> VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
> §1º **O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.**
> §2º **O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.**
> §3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola (BRASIL, 1988) (grifou-se).

É dever dos pais, na forma do art. 229 da CRFB/88, “assistir, criar e educar os filhos menores” (BRASIL, 1988). Neste ponto, inclusive, é imperioso asseverar que o disposto no final do art. 26 da DUDH, no sentido de que “os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de educação que será ministrada aos seus filhos”, deve ser interpretado em conformidade com os demais princípios e valores previstos para Educação no ordenamento jurídico internacional e nacional, não se podendo admitir interpretações literais, que, inclusive, são realizadas pelos defensores do *homeschooling*, para afirmar que a Educação Domiciliar é “Um Direito Humano, tanto dos pais quanto dos filhos” [8]. Ademais, o Ministro Luiz Fux em seu voto no Recurso Extraordinário n.º 888.815-RS (BRASIL, 2018), manifestou-se sobre essa previsão da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, considerando, entre outros argumentos, que deve ser interpretado como direito de os pais escolherem a instituição de ensino que vão matricular os filhos, ou seja, na escola pública ou na escola privada, laica ou confessional, comunitária ou filantrópica.

Não obstante, embora o sistema educacional brasileiro possa dar margem à privatização, fundamentada no discurso da qualidade, a obrigatoriedade da matrícula

[8] Em 27/05/2021 foi publicado pelo MEC uma Cartilha sobre Educação Domiciliar constando na capa a frase “UM DIREITO HUMANO, TANTO DOS PAIS QUANTO DOS FILHOS”, conforme se observar da Figura 15.

na escola é uma garantia para assegurar o Direito à Educação estabelecido no texto constitucional. De acordo com Flach (2011), “a escolaridade obrigatória carrega consigo a responsabilidade em reorganizar a educação como um todo, visando ultrapassar o simples acesso à escola, ampliando as possibilidades de aquisição dos conhecimentos para toda a população”. Dessa forma, não parece crível que o mesmo Estado que presta com deficiência o ensino público e que permite a privatização da oferta educacional, controlará com eficiência a regularidade e qualidade da Educação Domiciliar, que, inegavelmente retirará crianças e adolescentes do espaço público e poderá agravar riscos de evasão escolar e de outras formas de violência operadas no recesso do lar.

O Ministro Luiz Fux destacou, ainda, a “faceta anti-isonômica” do *homeschooling*, que demanda altos investimentos na contratação de preceptores ou um dos pais, geralmente a mãe, que não se encontra no mercado de trabalho, deste modo, “se restringe à parcela mais abastada da sociedade” e neste sentido haveria o “encastelamento da elite brasileira, propositalmente apartada do contato com as desigualdades sociais e econômicas”, ofendendo, assim, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, estabelecida no art. 206, I, da CRFB/88 e combate às desigualdades dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, insertos no art. 3º da CRFB acima transcrito (BRASIL, 2018, p. 127). Portanto, a Educação Domiciliar ameaça o Direito à Educação, importando em uma prática individualista, que seria uma alternativa educacional somente para famílias com alto padrão aquisitivo, desfavorecendo políticas para educação pública e desacreditando os valores constitucionais estabelecidos para a educação, não coadunando, dessa maneira, com os princípios previstos no art. 206 da CRFB/88:

> Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
> I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
> III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
> IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
> V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
> VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
> VII - garantia de padrão de qualidade.
> VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

> IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (BRASIL, 1988).

Sob esse contexto, tem-se que a Educação Domiciliar passa distante da promoção da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (art. 206, I, CRFB/88), posto que, para efetivação desse princípio torna-se indispensável a existência de escola para todos, sendo certo que o Brasil ainda está muito distante da universalização da educação básica, logo, deve-se privilegiar o tratamento isonômico, garantindo-se políticas públicas de acesso e permanência na escola, para o seu fortalecimento, sob pena de agravamento das desigualdades sociais. A igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, reforça a função social do Direito à Educação garantido no texto constitucional, o que é reiterado na LDB, ao prever que é a escola o lugar para formação do sujeito social, estabelecendo no §2º, do art. 1º que "a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social".

O princípio da "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber" (art. 206, II, CRFB/88) e o do "pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas" (art. 206, III, CRFB/88), apesar de utilizados pelos defensores do *homeschooling* para sustentar o direito à liberdade de escolher o modelo de educação de seus filhos, se contrapõem à ideia do ensino em casa, posto que esses direitos não podem sujeitar a criança e o adolescente, tão somente, a uma única concepção pedagógica, a de seus pais, responsáveis ou preceptores. A Constituição de 1988 assegura o direito ao ensino revestido no convívio social e contato com a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas, em respeito à diversidade, tolerância e solidariedade, para formação integral do sujeito cidadão qualificado para o trabalho.

O Direito à Educação em relação à gratuidade da sua prestação, na forma do princípio estabelecido no art. 206, IV, da CRFB/88, é a garantia, por si só, de que se pode exigir o cumprimento do comando constitucional, eis que "o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente", nos termos do art. 208, §2º, da CRFB/88. Desse modo, a regulamentação e implementação da Educação Domiciliar no Brasil é uma abertura legal que pode interferir na responsabilidade pública pela oferta educacional, inclusive acarretando a redução de investimentos públicos e, como já asseverado, essa transferência para o setor privado de políticas públicas compromete

a gestão democrática do ensino, o que é outro princípio assegurado no art. 206, VI, da CRFB/88.

Na Educação Domiciliar, ainda inexiste a necessidade de certificação específica de profissionais da educação, em afronta aos princípios da valorização dos profissionais da educação escolar (art. 206, V, CRFB/88) e da garantia de piso salarial (art. 206, VIII, CRFB/88). Segundo Rosa e Camargo (2020), esse movimento pela regulamentação e implementação da Educação Domiciliar exterioriza a contínua desvalorização dos profissionais da educação, que de forma reiterada são atacados, contribuindo, dessa maneira, para a desconstrução da profissão docente, que historicamente transitou de uma ocupação inicialmente exercida de forma assistemática, que aos poucos foi se constituindo, mormente a partir de ações direcionadas para a valorização do profissional docente. As autoras asseveram, também, que na prática do *homeschooling* se desconsidera todo o percurso de constituição da profissão docente na realidade brasileira, eis que se autoriza qualquer um ensinar ou que se pode aprender sozinho. Apple (2020) aduz, ainda, que a crescente expansão da Educação Domiciliar é um mercado de oportunidades para o privado, para venda do currículo pronto, o que acarreta a desqualificação do trabalho docente, posto que o currículo é acomodado e não sujeito a uma transformação mais pessoal realizada pelo professor. Assim, essa prática educativa desconfigura as conquistas operadas para o reconhecimento do profissional da educação e acaba por chancelar discursos odiosos contra os professores.

Quanto à garantia de padrão de qualidade (art. 206, VII, CRFB/88) e direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida (art. 206, IX, CRFB/88), no âmbito do lar não se pode assegurar a efetivação de tais princípios, ao contrário, é impossível reproduzir toda a estrutura de uma escola, incluindo, professores, orientadores, coordenação pedagógica, sendo certo, também, que as avaliações parametrizadas para Educação Domiciliar não substituem a avaliação do progresso da aprendizagem, que acontece de forma contínua na escola, dessa forma, não são capazes de mensurar todas as dimensões do desenvolvimento de competências e habilidades, e, por fim, afasta-se do espaço coletivo de proteção contra diversas formas de violência, ante a ausência de contato com outros adultos que podem identificar uma situação de risco.

Ao tratar da prioridade absoluta, o ECA define em seu art. 4º que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar a efetivação do Direito à Educação, enumerando no parágrafo único que essa garantia de prioridade compreende: a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude (BRASIL, 1990). Assevera Dallari (2018), que essa enumeração dos procedimentos indispensáveis para garantia de prioridade não é exaustiva, ou seja, não estão especificadas todas as situações em que deverá ser assegurada a preferência à infância, representando, assim, o mínimo exigível para fins de dar efeito prático à determinação de prioridade exposta na CRFB/88. Dessa forma, o Direito à Educação se trata de direito fundamental, inerente ao direito de personalidade da criança e do adolescente, que não pode ser limitado e que deve ser resguardado por políticas públicas de forma prioritária.

A obrigação educacional é, portanto, de incumbência solidária da família, da sociedade e do Estado e, nessa perspectiva, a Constituição de 1988, em seu art. 208, acima descrito, estabelece o dever precípuo do Estado de prestar educação, que deverá ser efetivado por meio de garantia de acesso ao ensino obrigatório e gratuito (COSTA, 2018). A obrigatoriedade legal de matrícula na rede regular de ensino adveio, na forma atual, com a Emenda à Constituição nº. 59/2009, que alterou a redação do inciso I, do art. 208, da CRFB/88, estabelecendo que é dever do Estado garantir a educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, assegurando, inclusive, a sua oferta para todos os que não tiveram acesso a ela na idade própria. Diante disso, a educação é tanto um direito como um dever para o Estado e os cidadãos.

Com efeito, imperioso asseverar, novamente, que toda a estrutura educacional brasileira é definida por diplomas legais pautados no sistema regular de ensino compulsório, sendo o Estado incumbido do dever de educar por meio do sistema convencional, garantindo a matrícula e frequência escolares. Dito isto, tem-se que a política educacional brasileira possui diversos marcos normativos, além da CRFB/88 e do ECA, como a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Emenda à Constituição nº 14/1996, bem como normas infraconstitucionais

e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), vinculado ao Ministério de Estado da Educação (MEC). Destacando-se, também, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), o Plano Nacional de Educação (PNL), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), dentre outros documentos oficiais, que trazem significativas contribuições para o cenário educacional brasileiro, todos fundados na matrícula obrigatória na instituição escolar, que deve garantir as diretrizes e valores constitucionais para educação, dentre eles o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205, CRFB/88).

O Direito à Educação, nos exatos termos do art. 53, do ECA, deve visar o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, devendo ser assegurados, ainda, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; o direito de ser respeitado por seus educadores; o direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; o direito de organização e participação em entidades estudantis; o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência e, também, o direito dos pais ou responsáveis terem ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais (BRASIL, 1990). Para Costa (2018), o ECA objetiva que todas as crianças e adolescentes tenham acesso à escola pública gratuita, de boa qualidade, e que seja aberta e democrática, capaz de auxiliar no desenvolvimento das capacidades e da condição de agente na sociedade em que está inserido. Para a autora:

> O *caput* do art. 53, ao tratar do direito à educação, hierarquiza os objetivos da ação educativa, colocando em primeiro lugar o pleno desenvolvimento do educando como pessoa, em segundo lugar o preparo para o exercício da cidadania e em terceiro lugar a qualificação para o trabalho. Este é um ordenamento que não pode e não deve ser, em momento algum, ignorado na interpretação deste artigo. Esta hierarquia estabelece o primado da pessoa sobre as exigências relativas à vida cívica e ao mundo do trabalho, reafirmando o princípio basilar de que a lei foi feita para o homem, e não o contrário. Isto significa que a pessoa é finalidade maior, devendo as esferas da política e da produção levar em conta este fato na estruturação e no funcionamento de suas organizações (COSTA, 2018, p. 408).

Logo, mesmo que aprovada a regulamentação da Educação Domiciliar por Lei, oriunda do Congresso Nacional, entende-se pela inconstitucionalidade dessa modalidade educacional, eis que diversos outros dispositivos constitucionais e legais

são pautados no sistema regular de ensino, com a obrigatoriedade de implementação desse na instituição escolar, fazendo com que o sistema vigente seja construído para garantir esse dever. Conforme assevera, Motta Filho (2016), todo esse arcabouço legal que regulamenta a educação no Brasil, além de fixar planos de ação e metas para o Estado, descem a detalhes em termos de regramento jurídico, contemplando grande número de normas que primam pela compulsoriedade, a fim de alcançar os comandos constitucionais para efetivar o Direito à Educação previsto no texto constitucional de 1988. Então, imperioso aprofundar sobre a obrigatoriedade da matrícula na escola regular no Brasil como inerente ao Direito à Educação.

3.1 MATRÍCULA OBRIGATÓRIA NA ESCOLA REGULAR

Ao longo do tempo, a matrícula foi se tornando obrigatória na escola regular, com redução do tempo para determinada faixa etária. Foi na Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934 a primeira previsão de obrigatoriedade do ensino, estabelecendo o art. 150 que competia à União o ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos (BRASIL, 1934). Já a Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, após dissolução da Câmara dos Deputados e do Senado, no âmbito do Estado Novo, manteve a obrigatoriedade do ensino primário, porém, atenuou o dever do Estado como responsável pela educação, prevendo a educação dos filhos como primeiro dever e direito natural dos pais[9] e a educação pública somente para os que necessitarem, inclusive com previsão de contribuição financeira por àqueles menos necessitados, o que se demonstra pela transcrição dos dispositivos legais abaixo:

> Art. 125 - A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular.
>
> Art. 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de

[9] O *homeschooling* retoma essa ideia exposta no texto constitucional de 1937, de que a educação dos filhos é direito natural dos pais. Para Cury (2017), ao colocar o direito da família e/ou a liberdade como prévios a qualquer obrigação institucionalizada advinda do Estado, o movimento parece retomar, como fundamento de sua argumentação, ao menos de modo amplo, a tese ou as teses do jusnaturalismo, seja ele pela vertente medieval, seja pela moderna, assim, de modo geral, o jusnaturalismo ou direito natural, significa um direito que decorre da natureza como seu fundamento.

> instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.
>
> Art. 130 - O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar (BRASIL, 1937).

Na Constituição de 1946, foi restabelecida a previsão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário oficial, todavia, no art. 166, foi previsto que "a educação é direito de todos e **será dada no lar e na escola** (...)" (grifou-se) (BRASIL, 1946). Assim, a LDB de 1961, que tramitou por mais 13 anos no parlamento brasileiro, promulgada pelo presidente João Goulart depois de amplas discussões e disputas, trouxe no art. 93 a previsão do Sistema Público de Ensino, fundamentado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, prevendo, ainda, a possibilidade da educação no lar, no art. 30, que estabelecia:

> Art. 30 - Não poderá exercer função pública, nem ocupar emprego em sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público o pai de família ou responsável por criança em idade escolar sem fazer prova de matrícula desta, em estabelecimento de ensino, **ou de que lhe está sendo ministrada educação no lar** (grifou-se) (BRASIL, 1961).

Nesse período, apesar do art. 29 da LDB de 1961, determinar que competia ao Município, anualmente, realizar a chamada da população escolar de 7 anos de idade, para matrícula na escola primária, era possível a educação no lar, sendo a previsão mantida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1967, apesar de disciplinado, no art. 168, inciso II, a idade para obrigatoriedade do ensino, dos 7 aos 14 anos, para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais (BRASIL, 1967).

Em 1971, a Lei nº 5.692, de 11 de agosto, fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, determinando a extensão da obrigatoriedade do ensino primário, com oito anos de duração, estabelecendo no art. 20 que "o ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula. " No art. 41, determinou que "a educação constitui dever da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios, das empresas, da família e da comunidade em geral, que entrosarão recursos e esforços para promovê-la e

incentivá-la". Havendo, inclusive, previsão no parágrafo único deste artigo, que, em solidariedade com o poder público, respondem, "pelo cumprimento do preceito constitucional da obrigatoriedade escolar, os pais ou responsáveis e os empregadores de toda natureza de que os mesmos sejam dependentes" (BRASIL, 1971).

Enfim, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205). Conforme consta expressamente no texto constitucional de 1988, no art. 208, inciso I, com redação dada pela Emenda à Constituição nº. 59, de 2009, é dever do Estado garantir "a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria". O Direito à Educação passou, assim, a ser amplamente protegido pelo ordenamento jurídico brasileiro, inexistindo dúvida acerca do dever do Estado de proporcionar o acesso à escola e o não oferecimento do ensino obrigatório, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente, nos exatos termos do §2º, do art. 208 da CRFB/88 (BRASIL, 1988).

Assevera-se que a Carta Magna de 1988 não repetiu o texto da constituição anterior que autorizava o ensino ser ministrado "no lar e na escola", portanto, como evidenciam os princípios, preceitos e valores estabelecidos em diversos dispositivos da CRFB/88 (arts. 6º, 205, 206, 208, 227 e 229), tem-se assegurado o direito social e fundamental, em consequência, o direito público subjetivo à matrícula na escola regular, com igualdade de condições para acesso e permanência; com liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; com pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

O dever do Estado a garantia da Educação Básica obrigatória e gratuita foi incorporado às Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) pela Lei nº 12.796/13, nas seguintes etapas: a) pré-escola; b) ensino fundamental e c) ensino médio. O Estado deve, ainda, assegurar o atendimento na educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade. E, em seu art. 6º, está expressamente previsto **o dever**

dos pais ou responsáveis de efetuar a matrícula na educação básica, a partir dos quatro anos de idade (BRASIL, 2013).

Há que se destacar, também, que o §3º, do art. 208 do próprio texto da CRFB/88, estabelece que "compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e **zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola**" (BRASIL, 1988) (grifou-se). Deste modo, para Netto (2005), o Estado se obrigou a garantir a prestação do ensino fundamental para todos, sujeitando os pais ou responsáveis à fiscalização, para que seja assegurada a frequência à escola. Neste sentido, o art. 55 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), enuncia que: "os pais ou responsável **têm a obrigação de matricular** seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino" (BRASIL, 1990) (grifou-se). Em consequência, os pais têm o dever de matricular seus filhos menores de idade na escola regular, havendo opção, tão somente, por não matricular na educação infantil, mas, conforme asseverado por Souza (2018), caso pretendam realizar a matrícula, o poder público terá o dever de fornecê-lo, ante a expressa previsão do *caput* do art. 208 da CRFB/88.

Para Santos (2018), este dever de realizar a matrícula decorre do poder familiar, pois a educação compõe o rol de cuidados e responsabilidades dos pais em relação a crianças e adolescentes. Portanto, esses dispositivos legais são instrumentos de garantia de efetivação do Direito à Educação, assegurando o acesso à escola em cumprimento ao direito à proteção integral. A inobservância das determinações legais de matricular os filhos na rede regular de ensino, pode acarretar na suspensão, extinção ou perda do poder familiar pelos pais, que incorrem, também, em infração administrativa, podendo lhes ser aplicada multa (BRASIL, 1990). E, ainda, na configuração de crime de abandono intelectual, na forma do art. 246 do Código Penal, com aplicação de pena de detenção de quinze dias a um mês ou multa (BRASIL, 1940).

A obrigatoriedade da matrícula na escola é uma das garantias de efetividade do Direito à Educação, que, inegavelmente, é um dos maiores desafios da sociedade brasileira. Em nosso país a universalização da educação básica ainda é um ideal, marcada por parcerias do Estado com o privado (PERONI, 2010), em consequência, impõem-se a escolarização compulsória. A Educação Domiciliar é uma forma altamente excludente e elitista, e, assim, não resolverá o problema do ensino no Brasil,

mas, poderá incrementar o descompromisso com políticas públicas para educação. Desta forma, a Educação Domiciliar não condiz com a igualdade defendida no texto constitucional de 1988, sendo certo tratar-se de uma modalidade educativa com caráter fortemente individualista. Em consequência, representa um retrocesso às conquistas que buscaram a universalização da Educação Básica.

Impende asseverar, ainda, que no sistema legal vigente somente se admite educação fora da escola ou domiciliar quando o aluno se encontra internado para tratamento de saúde por tempo prolongado, nos exatos termos do art. 4º-A da LDB, que assim estabelece:

> Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa (BRASIL, 2013).

No que se refere ao sistema em que se deve matricular a criança e o adolescente, Santos (2018) adverte que, tanto o sistema público, quanto o sistema privado, contemplam a exigência legal. O que importa é a regularidade, pois o Estado estipula conteúdos educacionais e parâmetros curriculares a serem cumpridos nos sistemas de ensino a fim de que garantam padrões de equalização de oportunidades para todos. Sendo assim, o Estado brasileiro possui a função de ofertar educação para todos e o monopólio estatal de direção da educação escolar, que obriga os cidadãos a matricularem seus filhos na escola regular, com fundamento principal no papel da escola como um lugar imprescindível à vida em sociedade. A excelência da escola pública gratuita disseminará o desenvolvimento de uma efetiva consciência cidadã, por meio da gestão democrática do ensino, eis que a educação consiste num dos instrumentos mais eficazes para tanto (COSTA, 2018), e como asseverou Kant (1986, p. 19), *“o homem não é nada além daquilo que a educação faz dele”.* Diante dessas considerações, impende destacar o papel da escola na educação.

3.2 PAPEL DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO: FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA E ESPAÇO PARA DESENVOLVIMENTO DO SUJEITO DA EXPERIÊNCIA

O papel da escola na educação não pode ser desvinculado dos fundamentos que constituem o Estado Democrático de Direito, insertos no art. 1º, da CRFB/88,

relacionados a soberania; cidadania; dignidade da pessoa humana; valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político. Sendo assim, o papel da escola deve estar em consonância com os valores democráticos, bem como com os objetivos fundamentais da República, estabelecidos no art. 3º da Carta Magna, que visam construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização; reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988). Então, deve-se associar o papel da escola na educação à cidadania e, consequentemente, ao fortalecimento da Democracia.

Ranieri (2013, p. 56) aduz que a educação possibilita a difusão da Democracia e dos direitos humanos, além dos valores cruciais do mundo contemporâneo, consolidando a cidadania como “direito de ter direitos”. Logo, a escola não é apenas uma instituição própria a fornecer habilidades técnicas, mas é também essencial à educação informal, pois cuida da transmissão de normas, valores, atitudes relativas à vida social e, tanto uma função como a outra desenvolvem plenamente a pessoa, atendendo à determinação da Constituição de 1988 (CURY, 2006). A escola responde, dessa maneira, antes de qualquer coisa, as necessidades sociais, sejam elas individuais ou coletivas (Ranieri, 2017). Além de visar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205, CRFB/880), a educação interfere também na conservação e aprimoramento do Estado Democrático de Direito (RANIERI, 2013). O papel da escola, assim, é de fundamental relevância, sendo indispensável para a formação dos cidadãos e garantia de uma sociedade democrática, que resguarda os princípios da igualdade, respeito as diferenças, solidariedade e não discriminação, em suma, imprescindível para fortalecimento da Democracia.

Portanto, no dizer de Cury (2017, p. 104), a “escola é um lugar de convívio com o outro: o negro, o pardo, o não crente, o pobre, o diferente, enfim. É um lugar institucional para se respeitar o outro, meu igual”. Isto posto, a reafirmação do valor da instituição escolar dá-se não só como lócus de transmissão de conhecimentos e de zelo pela aprendizagem, mas pela socialização institucional voltada para a superação do egocentrismo pela aquisição do respeito mútuo e da reciprocidade, sendo certo que o amadurecimento da cidadania só se dá quando a pessoa se vê

confrontada por situações nas quais o respeito de seus direitos se põe perante o respeito pelo direito dos outros (CURY, 2006).

Bobbio (2000, p. 30) define Democracia “por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos”. Partindo desses pressupostos, o autor adverte que àqueles que são chamados a decidir devem ser garantidos, dentre outros, os direitos de liberdade, de opinião, de expressão, de reunião, de associação (BOBBIO, 2000). Nesta perspectiva, imperiosa a expansão dos espaços de participação do cidadão, para que possa efetivamente exercer seus direitos humanos, sociais, fundamentais e universais, ou seja, participar ativamente da sociedade. A Educação Domiciliar representa exatamente o contrário, é a expressão máxima da educação privada, com retraimento da criança e do adolescente para o isolamento do lar, a fim de operar a governamentalidade neoliberal e neoconservadora.

Veiga-Neto (2013, n.p.) esclarece que “a governamentalidade neoliberal intervirá para maximizar a competição, para produzir liberdade para que todos possam estar no jogo econômico”, o que equivale dizer que a própria liberdade se transforma num “objeto de consumo”, para subjetivar o empreendedor de si. Apresenta-se, ainda, na governamentalidade neoconservadora, com o governamento da sexualidade e gênero, ampliando-se, para intolerância religiosa, imposição de modelo de família e valores morais. Estes são enunciados potentes do dispositivo da Educação Domiciliar, que produz as subjetividades sob a lógica neoliberal e neoconservadora.

Com efeito, o papel da escola é de destaque na subjetivação de sujeitos. E, diante deste papel altamente relevante, a escola deve ser entendida como espaço público, um espaço de igualdade, no dizer de Masschelein e Simons (2019, p. 26), um lugar de “democratização do tempo livre”. Para os autores:

> A escola é uma invenção que transforma todos em um aluno – e, nesse sentido, coloca todos numa situação inicial equivalente. O mundo é tornado público pela escola. Ela não consiste, portanto, na iniciação em uma cultura ou estilo de vida de um grupo específico (posição social, classe, etc.). Com a invenção da escola, a sociedade oferece a oportunidade de um novo começo, uma renovação (MASSCHELEIN; SIMON, 2019, p. 105).

É na escola que se busca constituir o sujeito pedagógico, com normatização dos saberes para se alcançar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, na forma do já citado art.

205 da CRFB/88 (BRASIL, 1988). Como lembra Veiga-Neto (2007), a escola foi e continua sendo a principal instituição encarregada de construir um tipo de mundo moderno, almejando a ordem e a vida civilizada. Para o autor:

> A escola moderna é o locus em que se dá de forma mais coesa, mais profunda e mais duradoura a conexão entre poder e saber na Modernidade. E é por causa disso que ela é capaz de fazer tão bem a articulação entre a Razão de Estado e o deslocamento das práticas pastorais (para as tecnologias do eu), funcionando, assim, como uma máquina de governamentalização que consegue ser mais poderosa e ampla do que a prisão, o manicômio, o quartel, o hospital.
> Isso faz da escola um lugar privilegiado para se observar, por exemplo, tanto as transformações que já aconteceram quanto as que ainda estão acontecendo na lógica social (VEIGA-NETO, 2001, p. 109).

A escola, portanto, funciona como uma maquinaria, eis que é uma forma de governamento para formar subjetividades, nos exatos termos definidos pelos autores Varela e Alvarez-Uria (1992, p. 98):

> (...) a escola primária, enquanto forma de socialização privilegiada e lugar de passagem obrigatório para as crianças das classes populares, é uma instituição recente cujas bases administrativas e legislativas contam com pouco mais do que um século de existência. De fato, a escola pública, gratuita e obrigatória foi instituída por Romanones em princípios do século XX convertendo os professores em funcionários do estado e adotando medidas concretas para tomar efetiva a aplicação da regulamentação que proibia o trabalho infantil antes dos dez anos. A escola nem sempre existiu, daí a necessidade de determinar suas condições históricas de existência no interior de nossa formação social.

Consoante o destacado pelos autores, a escola se constituiu nesta maquinaria de governo da infância, reunindo e instrumentalizando uma série de dispositivos que contribuíram para o seu aparecimento, quais sejam:

> 1- A definição de um estatuto de infância
> 2- A emergência de um espaço específico destinado à educação das crianças
> 3- O aparecimento de um corpo de especialistas da infância dotados de tecnologias específicas e de “elaborados” códigos teóricos
> 4- A destruição de outros modos de educação
> 5- A institucionalização propriamente dita da escola: a imposição da obrigatoriedade escolar decretada pelos poderes públicos e sancionada pelas leis (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1992, p. 69).

Dessa forma, a escola moderna produz um determinado tipo de sujeito nesse espaço, surgindo especialistas que estabeleceram a forma de educação compulsória

para educação básica como modelo a ser seguido, buscando a constituição do sujeito da experiência. Assim, toda atividade, projeto ou modelo de “escola” possui como finalidade constituir um tipo de sujeito, uma subjetivação, devendo-se pensar o papel da escola, na perspectiva foucaultiana, como a instituição que contribui de forma decisiva para fabricar os sujeitos da modernidade autodisciplinados. Para Foucault (2013), o poder disciplinar permeia diversas instituições, como prisões, hospitais, manicômios, fábricas e escolas, sendo esta a que mais contribuiu, na modernidade, para a docilização dos corpos. E, sendo a Educação Domiciliar uma nova prática educativa contemporânea, atua de forma potente na produção subjetividades, passando, assim, à sociedade de controle, conforme advertido por Deleuze (1996).

Defende-se, assim, o papel da escola como tempo e espaço para experiência, sendo esta a garantia constitucional inserta no Direito à Educação, um lugar de encontro e acontecimentos, ou seja, um lugar específico para o sujeito aprender de forma coletiva, aprender com o outro, uma experiência de vida, que se distancia da educação individualizada no âmbito do lar. Segundo Larrosa (2020, p. 74):

> A vida, como a experiência, é a relação: com o mundo, com a linguagem, com o pensamento, com os outros, com nós mesmos, com o que se diz e o que se pensa, como que dizemos e o que pensamos, com o que somos e o que fazemos, com o que já estamos deixando de ser. A vida é a experiência da vida, nossa forma singular de vivê-la. Por isso, colocar a relação educativa sob a tutela da experiência (e não da técnica, por exemplo, ou da prática) não é outra coisa que enfatizar sua implicação com a vida, sua vitalidade.

A construção do sujeito se dá com o outro, com o diferente, com a sua relação com o mundo, impondo à defesa dos espaços coletivos, a defesa da escola como espaço público, que possui o papel fundamental de humanizar o convívio, a coletividade. Dessarte, o papel da escola para a educação difere dos ideais defendidos na Educação Domiciliar, voltados ao individualismo, aos valores do mercado, a maximização dos ganhos individuais de aprendizagem e ao tempo produtivo com foco na renda e recursos, se parecendo com àquela educação exemplificada por Masschelein e Simons (2019, p. 158):

> O tempo como tempo de aprender é equiparado aqui com o tempo produtivo ou, mais precisamente, com o cálculo constante com um olhar focado na (futura) renda ou retorno e recursos uteis. Para o indivíduo empreendedor – que hoje inclui alunos, professores e pais – o tempo é sempre ocupado; talentos individuais devem ser encontrados e desenvolvidos; as melhores escolhas devem ser feitas;

> o valor agregado deve ser produzido; o capital humano deve ser desenvolvido e acumulado. Essa condição é adequadamente articulada nos termos “permanente” e “permanência” que atualmente têm bom trânsito. Ser um profissional empreendedor significa ser permanentemente ocupado e aprender em uma base permanente. O tempo para a personalidade empreendedora é, assim, algo que pode e deve ser “gerenciado”. É um tempo de prioridades, investimento e retorno.

Nos dias atuais, com a ampliação da participação do privado no contexto da educação nacional, principalmente a partir da década de 1990, conforme estudos já realizados por Peroni e Adrião (2005), entre outros autores, colocou-se em risco os avanços trazidos pela Carta Magna de 1988, pelo ECA de 1990, LDB aprovada em 1996 e demais instrumentos normativos. A presença de instituições privadas na arena de políticas públicas, acarretou o fortalecimento de um novo modo de gestão pública na educação, que induz e defende a transferência de recursos públicos para instituições privadas, inclusive, com fins lucrativos (MADEIRA, 2019). A Educação Domiciliar, como já ressaltado e sustentado por Hypolito *et. al* (2019), é uma das manifestações dessa modificação do papel do Estado na educação, é mais um modo daqueles onde se percebe a articulação de tradições culturais conservadoras, de interesses religiosos conservadores e de certos interesses da nova classe média para adoção de políticas econômicas neoliberais e neoconservadoras.

A Educação Domiciliar, em consequência, entendida como um movimento de privatização da educação, afasta-se da educação voltada para experiência (LARROSA, 2020), inexistindo o espaço coletivo de construção do bem comum, desaparecendo a fronteira entre público e privado. Essa prática educativa que foca no individualismo, como bem asseverado por Lubienski (2000), causa danos ao contrato social, que impõe aos cidadãos obrigações republicanas numa sociedade democrática. O que é sustentado por Apple (2020), ao asseverar que o papel da escola não só ensinar conteúdos, mas, principalmente incorporar normas de uma comunidade social maior que, pelo menos teoricamente, respeita a diversidade, baseia-se em cidadãos críticos, e interrompe desigualdades de gênero, de classe social e racial, lista que aumentou pelos movimentos por toda a sociedade em busca de formas melhores de redistribuição, reconhecimento e representação.

Neste contexto, a regulamentação e implementação da Educação Domiciliar no Brasil é uma ameaça à Democracia, reforçando-se, assim, a Tese pensada no presente trabalho. Diante dessas conclusões, imperioso discorrer sobre essas

agendas neoliberal e neoconservadora que modificam o papel do Estado na educação brasileira.

3.3 NEOLIBERALISMO E NEOCONSERVADORISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O texto constitucional de 1988 declarou a educação como um direito de todos os cidadãos e dever do Estado e da família, devendo ser promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, proclamando, dentre outros, os princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a garantia de um padrão de qualidade de ensino. Conforme assevera Dallari (1998, p. 51), o Direito à Educação deve ser provido pelo Estado sem qualquer exceção, com igualdade de oportunidades, não bastando dizer que “todos têm o mesmo direito de ir à escola, é preciso que tenham também a mesma possibilidade”. Dessa forma, exerce o Estado papel de protagonista na efetivação desse direito universal da pessoa humana, sendo o principal responsável pela oferta de vagas, mediante responsabilização da União na organização do sistema federal de ensino, financiamento de instituições, e a prestação de assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, que devem atuar na educação básica, além da garantia de permanência da criança e do adolescente na escola.

Não obstante, não cabe ao Estado somente a oferta de vagas, mas a efetivação de um sistema educacional de qualidade, que permita o desenvolvimento de um cidadão efetivamente educado, que possa contribuir para desenvolvimento da sociedade em que vive, posto que a educação prepara as pessoas tanto para mudanças interiores como exteriores, deixando-as aptas a enfrentarem desafios futuros, com a capacidade de moldá-los aos seus próprios valores e princípios, bem como interesses individuais e sociais (MOTTA, 1997). É, assim, direito subjetivo fundamental, a garantia à educação pública, gratuita, laica e de qualidade. Ocorre que, no Brasil, como já asseverado, o processo de universalização da educação nunca se consolidou, fomentando os discursos de crise da escola, a fim legitimar novas práticas e modalidade educacionais, a exemplo da Educação Domiciliar.

Sobre esses discursos, Veiga-Neto (2007, p. 104) aduz que “sentimos que a escola está em crise porque percebemos que ela está cada vez mais desencaixada da sociedade”. Esse é o resultado dos discursos da agenda neoliberal e

neoconservadora na educação brasileira, fomentar a crise da escola pública para viabilizar a adoção de soluções adequadas aos seus ideais e, desse modo, “é bem possível, até, que os novos espaços e práticas sociais, assim, como as instituições que estão surgindo por toda parte, venham a tomar o lugar e as funções que até agora foram da escola moderna” (VEIGA-NETO, 2007, p. 107). A Educação Domiciliar, revalorizada como modalidade educacional, na perspectiva foucaultiana, importa na atualização do dispositivo, se apresentando como uma das respostas para crise da escola. De acordo com Fernandes (2005, p. xii):

> As crises das políticas educativas delineadas e as dificuldades com que se debatem as escolas parecem conduzir à revalorização de modalidades de ensino que tinham perdido a sua vigência histórica, tais como o ensino doméstico. O desejo, por parte das famílias, de eficiência pedagógica, de permanência de valores e de segurança física, leva a que se recorra ao ensino no interior do lar, o que é reforçado pela disposição actual de fontes informáticas de informação.

Portanto, esse discurso de crise da escola, resultado de uma urgência histórica (FOUCAULT, 1996) fabrica o dispositivo da Educação Domiciliar, para atuar no afastamento do Estado do seu papel constitucional de prover a educação para todos. Esse movimento é defendido com base no direito individual de escolha das famílias, porém, contribui significativamente para outro movimento, já em curso, de privatização da educação, esvaziando os princípios constitucionais mínimos previstos para educação pública e democrática. Portanto, a Educação Domiciliar é uma das manifestações da modificação do papel do Estado na Educação, sendo uma política no campo educacional que pode ser caracterizada como neoliberal e neoconservadora, ao lado de outras pautas já mais comumente analisadas e destacadas por Lima e Hypolito (2019), como o movimento Escola sem Partido (ESP), as discussões acerca da BNCC, escolas cívico-militares e, especialmente, as questões ligadas a ideologia de gênero.

O movimento neoconservador, que surgiu no período após a Segunda Guerra Mundial, em torno dos anos de 1960 e 1970, é um dos grupos que compõem a Nova Direita, que constitui uma aliança principalmente com os neoliberais, que foram preponderantes para o desmantelamento do Estado de bem-estar e criação de uma nova forma de administrar o Estado (LIMA; HYPOLITO, 2019). Essa aliança entre neoliberais e neoconservadores, que, também, fazem parte a nova classe média

profissional e populistas autoritários é denominada por Apple (2003), de “modernização conservadora”.

Apple (2003, p. 44) assevera que “os neoliberais são o elemento mais poderoso da aliança que sustenta a modernização conservadora. Orientam-se pela visão de um Estado fraco. Nesse caso, o que é privado é necessariamente bom e o que é público é necessariamente ruim”. As suas ideias operam na racionalidade neoliberal, entendendo o aluno como capital humano (FOUCAULT, 2008), aos quais devem ser dadas qualificações e disposição para competir eficiente e efetivamente no mercado de trabalho, sendo consumidores do produto educação. Diante disto, os neoliberais se preocupam com a orientação político-econômica atrelada à noção de mercado e pensam a educação através de políticas de currículo, avaliação e testes padronizados, ampliação de parcerias público-privadas e outras formas de privatização (LIMA; HYPOLITO, 2019).

A Educação Domiciliar pode ser entendida, assim, como a via máxima da escolarização privada, constituída pelo discurso neoliberal, eis que se apresenta como a efetiva privatização de um bem público. Conforme assevera Lubienski (2000), a escolha por essa modalidade de ensino estaria associada à tendência de valorização dos bens privados sobre os bens públicos, centrando-se nas questões dos direitos individuais e benefícios privados da educação. Na Educação Domiciliar se privilegia a liberdade educacional e se enfatiza a melhor aprendizagem, de forma individualizada e com foco em disciplinas mais necessárias ao sujeito empreendedor, protagonista do processo educativo. E, então, estando o sujeito submetido a esses enunciados e discursos neoliberais, torna-se passível de subjetivação e controle pelo mercado.

Seguindo a mesma perspectiva, Hypolito et. al. (2019) destacam que “vive-se no Brasil uma onda conservadora”. Conforme Apple (2003), os neoconservadores são guiados pela visão de um Estado forte nas questões em torno do saber, dos valores e do corpo e, assim,

> (...) baseiam-se “numa visão romântica do passado, um passado em que o ‘verdadeiro saber’ e a moralidade reinavam supremos, onde as pessoas ‘conheciam o seu lugar’ e em que as comunidades estáveis, guiadas por uma ordem natural, protegiam-nos dos estragos da sociedade” (APPLE, 2003, p. 57).

Neste ínterim, os neoconservadores, também, adotam estratégias para subjetivação dos sujeitos pelo dispositivo da Educação Domiciliar, apresentam essa

prática educativa como solução para emergência de proteção da criança e do adolescente das ideologias, crenças e visão de mundo contrárias aos valores de sua família e para resguardar contra o *bullying*, drogas e outros tipos de violência que se apresentam no ambiente escolar. Neste contexto, a Educação Domiciliar é baseada na premissa de que a interferência do Estado na vida da família representa um perigo para os neoconservadores, medo do multiculturalismo, e, na perspectiva dos populistas autoritários, medo de conviver com o diferente e, muitas vezes, imoral (LIMA; HYPOLITO, 2019).

Apesar de preferências às vezes conflitantes, esses grupos têm seus objetivos catalisados por políticas educacionais que mesmo expressando paradoxos e contradições, garantem interesses essenciais para cada um deles. Portanto, o neoliberalismo e o neoconservadorismo repercutem nas políticas educacionais, e consequentemente na Educação Domiciliar, aproveitando-se do discurso de crise para sustentar ações para estruturar seus valores em torno da educação e do papel do Estado na educação (HYPOLITO, et. al, 2019). Conforme salientado por César e Duarte (2010), os estudos históricos sobre a educação inspirados pelo pensamento de Foucault demonstram a existência de ciclos de reforma precedidos por análises que apontam a crise nos sistemas educacionais. A noção de crise é sempre relacional, assim, se notamos que a escola atravessa uma crise é porque há um descompasso entre como ela está se apresentando ou funcionando e como pensamos que ela deve ser ou como ela foi até pouco tempo atrás ou, ainda, pode estar havendo um descompasso entre ela e outras instâncias sociais (VEIGA-NETO, 2007). A Educação Domiciliar se apresenta, nesse contexto, como uma das respostas para urgência da crise da escola.

No mesmo sentido manifesta-se Peroni e Lima (2020), aduzindo que o neoliberalismo e neoconservadorismo se fazem presentes como a principal estratégia do capital para restaurar o poder de classe, mediante um processo de correlação de forças por projetos societários, atuando a partir de uma determinada agenda, tanto por meio de propostas concretas, tais como projetos legislativos, programas e políticas nacionais, quanto por discursos e mobilização da opinião pública. Dessa forma, o projeto de escola dos neoliberais e neoconservadores é “centrado no controle – controle do trabalho docente, controle do currículo, controle da gestão, controle dos resultados e controle dos sujeitos, incluídos seus corpos e suas mentes” (PERONI;

LIMA, 2020, p. 7). Assim, a partir dessa narrativa de crise na educação, de acordo com as autoras os:

> (...) neoliberais e conservadores constroem estratégias que possibilitem esvaziar os sentidos de justiça social, igualdade, solidariedade e diversidade historicamente construídos dentro da escola, buscando substituí-los: de um lado, pelo empreendedorismo, produtividade e meritocracia; e, do outro lado, pela retidão moral, cristianismo e valores familiares (PERONI; LIMA, 2020, p. 8).

A Educação Domiciliar é assim um projeto muito bem articulado pelo discurso neoliberal e neoconservador, elevada à solução exitosa e promissora para a emergência da crise da escola na contemporaneidade. Essa prática educativa atende o discurso neoliberal de afastamento do Estado do seu dever de prover diretamente à educação pública, gratuita, laica e de qualidade, aproximando-o de parcerias com instituições da Sociedade Civil, com a construção de uma política da Terceira Via. Giddens (2005) alerta que essas parcerias não excluem o Estado, mas exigirão novos modos de regulação. Seguindo essa lógica, "o Estado precisa tanto extrair sustento da sociedade civil como desempenhar papel ativo em regulá-la" (GIDDENS, 2007, p. 25).

Dessa forma, o papel do Estado na educação se modifica com a regulamentação e implementação da Educação Domiciliar, que, ainda ilegal, já movimenta uma associação, a ANED, que noticia a prática de *homeschooling* por 35.000 (trinta e cinco mil) famílias no Brasil, com mais de 70.000 (setenta mil) estudantes, e que está presente nas 27 unidades da federação (ANED, on-line)[10]. E, assim, promovem a oferta de cursos e formações para o pais, venda de materiais didáticos e difundem o discurso salvador para a educação, aproximando-se das premissas da Terceira Via, onde o empreendedorismo civil é uma qualidade da Sociedade Civil modernizada, necessário para que os grupos cívicos produzam estratégias criativas e enérgicas para ajudar na lida com problemas sociais (GIDDENS, 2007).

A modificação do papel do Estado na educação e essa agenda neoliberal e neoconservadora, com a adoção de novas políticas para a educação, como a Educação Domiciliar, estão promovendo um progressivo desmonte da educação

[10] Dados disponíveis em https://www.aned.org.br/index.php/conheca-educacao-domiciliar/ed-no-brasil. Acesso em 11/01/2022.

pública no Brasil, sem garantia de eficiência ou economia, o que há tempos já foi destacado por Montaño (2010, p. 23), que indica que,

> o objetivo de retirar o Estado (e o capital) da responsabilidade de intervenção na "questão social" e de transferi-los para a esfera do "terceiro setor" não ocorre por motivos de eficiência (como se as ONGs fossem naturalmente mais eficientes que o Estado), nem apenas por razões financeiras: reduzir os custos necessários para sustentar esta função estatal. O motivo é fundamentalmente político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto a políticas sociais (estatais) e qualidade; criar uma cultura de autoculpa pelas mazelas que afetam população, e de autoajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento; desonrar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro, a partir da precarização e focalização (não universalização) da ação social estatal e do "terceiro setor", uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial.

Nessa perspectiva, passando o privado a direcionar e participar na elaboração e/ou execução das políticas públicas, muda o papel do Estado, que fica, assim, encarregado da regulação e do controle dessas atividades, assumindo, um novo papel, de agente fiscalizador. Chancelam-se as experiências alternativas à educação formal, dentre elas a Educação Domiciliar, que promove o afastamento das crianças e dos adolescentes da vida pública e do contato com os espaços coletivos, articulando novos processos de subjetivação e de construção do sujeito. Para Foucault (1996, 2008), são tentativas de se instaurar um processo de governamentalidade para produção de uma homogeneidade populacional obtida. É o que Veiga-Neto (1999) apresenta como novas táticas e novos dispositivos que colocam o Estado sob uma nova lógica, com a maximização e estímulo da liberdade e autonomia individual e à associatividade em instâncias não-estatais em defesa da escola privada, onde a educação é pensada como uma mercadoria, para "livre" escolha e consumo dos sujeitos-clientes. Portanto, os princípios neoliberais e neoconservadores para educação são instrumento de governamento do sujeito, e no caso do *homeschooling,* governamentalidade atrelada aos ideais neoliberais e neoconservadores.

Neste sentido, Miller e Rose (2012, p. 233 *apud* Gordon, 1991), destacam que o "eu empreendedor" é o cidadão ativo da democracia em ação, encarregado de uma divisão particular de produto, de uma grande corporação ou de uma série particular de atividades no chão de fábrica, governado à luz do imperativo de que cada um conduz sua vida como um tipo de empresa do eu, lutando para melhorar a "qualidade de vida" para si mesmo e para sua família, através das escolhas que faz dentro do

mercado da vida. Desta feita, o empreendedor, dentro dessa perspectiva mercadológica, é o único ser social possível para o governo do mundo do trabalho, apto a solucionar todos os problemas, encontrando no mercado o sinônimo de liberdade, bem-estar, qualidade, sendo assim o empreendedorismo a solução para constituir um novo sujeito capaz de atender as demandas do capital.

É incontroverso que na Educação Domiciliar se adotam práticas mais individualizadas, preocupando-se aqueles pais somente com os benefícios dos próprios filhos, tem-se, assim, o que Apple (2003, p. 217), define como crescimento da consciência privatizada, tratando-se de uma extensão da "suburbanização" da vida cotidiana, equivalente às comunidades muradas e privatização de bairros, lazer, praças e muitas outras coisas, oferecendo uma "zona de segurança" tanto física quanto ideológica. Para Lubienski (2000), à medida que os pais optam pela Educação Domiciliar, estão por antepor o interesse individual ao coletivo, retirando-se de uma instituição democrática, excluindo parte de suas vidas da vida comum, infringindo, dessa maneira, a democracia propriamente dita, haja vista esta requerer visão coletiva e que insistamos no lugar público a despeito de nossas divergências, ao invés de optar por não participar mais dela. É evidente que nem mesmo o discurso neoconservador de garantia de instrução moral e religiosa, conforme valores da família ou a proteção da integridade física e mental se sustentam diante do viés coletivo e socializante da escola.

O enfraquecimento da escolarização obrigatória, com adoção de uma política neoliberal e neoconservadora como a Educação Domiciliar, por certo contribuirá para aumentar a desigualdade social e, em última análise, atenderá a lógica neoliberal e neoconservadora de formar um outro sujeito, que prima, de um lado, pela concorrência, produtividade e empreendedorismo e, de outro lado, pela retidão moral, cristianismo e valores familiares, atendendo os auspícios do mercado e não dependendo do Estado. Diante destas constatações, importante lembrar que, de acordo com Veiga-Neto (2007), uma escolarização desobrigada de práticas disciplinares, em nome de uma maior liberdade, estará dissociada de seu papel de ensinar precocemente o autogoverno, o que poderá deixar os estudantes à mercê de práticas de controle e coerções externas a se estenderem ao longo de suas vidas. Para o autor, é importante lembrar o que nos ensinou Foucault: "para aqueles que ou não passaram pela escola, ou, mesmo tendo passado por ela, não aprenderam a se

autogovernar, ainda existem outras instituições de sequestro à sua espera: a prisão, o manicômio, os asilos, algumas fábricas *etc*.” (VEIGA-NETO, 2007, p. 113). No dizer de Veiga-Neto (2007), uma sociedade de controle é competitiva e o sucesso dos indivíduos depende, em grande parte, de sua maior capacidade de se autogovernar.

Por todo o exposto, o movimento pela Educação Domiciliar traz ao debate a grande dicotomia entre o público e o privado, colocando em pauta o direito da família em educar crianças e adolescentes no âmbito do lar, ao lado da obrigação do Estado de ofertar a educação obrigatória institucionalizada, sendo imprescindível caracterizar os enunciados do discurso em defesa da Educação Domiciliar, que estão inseridos no contexto social e buscam a regulamentação e implementação dessa prática educativa, com objetivo maior de construir uma sociedade neoliberal e neoconservadora a partir da constituição de novos sujeitos, o que ameaça o Direito à Educação e a Democracia no Brasil.

4 ENUNCIADOS DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR

Nos últimos anos, em decorrência da escalada de governos de direita ao poder no Brasil, verificamos uma maior abertura de espaço para a discussão de políticas alinhadas a onda neoliberal e neoconservadora, dentre elas o *homeschooling*. A regulamentação da Educação Domiciliar foi uma das metas para os primeiros 100 dias do governo eleito em 2019 do presidente Jair Messias Bolsonaro. A Figura 1 destaca a imagem divulgada no site do Senado Federal em 28/01/2009 sobre às metas do governo para educação.

Figura 1 - Regulamentação da Educação Domiciliar como meta

Metas para os primeiros 100 dias

Na quarta-feira (23), o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni apresentou 35 metas prioritárias para os primeiros 100 dias de governo. Quatro projetos envolvem a área educacional.

Alfabetização Acima de Tudo	Lançamento de um programa nacional de definição de soluções didáticas e pedagógicas para alfabetização, com a proposição de método para redução do analfabetismo a partir de evidências científicas.
Programa Ciência na Escola	Promover interação entre universidades e a rede de escolas públicas para o ensino de ciências.
Educação domiciliar	Regulamentar o direito à educação domiciliar, reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio de medida provisória. Segundo o governo, 31 mil famílias utilizam esse modo de aprendizagem.
Programa Um por Todos e Todos por Um! Pela Ética e Cidadania	Elaborar e disseminar agenda de promoção da ética e da cidadania a ser adotada por escolas no âmbito da sala de aula.

Fonte: SENADO FEDERAL, on-line[11].

Assim, as discussões sobre regulamentação e implementação da Educação Domiciliar no Brasil tornaram-se pauta de urgência e passaram a circular uma série

[11] Dados disponíveis em https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/01/28/governo-promete-mudancas-profundas-na-educacao. Acesso em 04/02/2022.

de enunciados sobre o tema no cotidiano da Sociedade Civil, do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Percebe-se, na imagem acima reproduzida, a urgência para regulamentação da Educação Domiciliar, normalizando o direito a prática educativa ao aduzir que é “reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF)”, valendo-se da posição do sujeito, no caso do STF, para dar condições de existência ao discurso. Utilizando, até mesmo, enunciado falso, posto que, como se demonstrará no presente trabalho no item 4.2.4, o STF, no julgado referência sobre o *homeschooling,* fixou três teses e uma delas, inclusive, apresenta a inconstitucionalidade da Educação Domiciliar. E, ainda, na imagem reproduzida, afirma-se que “segundo o governo, 31 mil famílias utilizam esse modo de aprendizagem”, enunciando a existência de um púbico concreto para corroborar a emergência do discurso.

Neste capítulo, serão caracterizados os enunciados que constituem os discursos em defesa da Educação Domiciliar no Brasil, a fim de compreender a formação discursiva em torno dessa modalidade educativa, que constitui certos saberes e estabelece estratégias de poder. Para tanto, serão retomadas as origens do *homeschooling,* com identificação da rede de Defesa da Educação Domiciliar, escavando os documentos, para selecionar com a arqueologia os enunciados. É relevante destacar que os enunciados que compõem os discursos em defesa da Educação Domiciliar no Brasil não existem de modo isolado nas fontes escavadas e citadas, estão correlacionados com outros enunciados, não sendo o discurso novo, eis que perpassa a própria história da educação.

Martinho Lutero, rompendo a tradição da responsabilidade da Igreja pelas escolas, durante a Reforma Protestante no século XVI, defende que incumbe ao Estado os encargos da educação escolar. No dizer de Barbosa (2011), para Lutero, a educação deveria ser para todos, independentemente de gênero e classe social, pregando que todos os pais, patrões e gente pobre enviassem suas crianças para a escola, eis que a cidade precisava de gente comum instruída. Assim, defendia uma educação popular, de acesso a todos. A autora destaca, ainda, que:

> Além de posicionar-se a favor de uma escola para todos, Lutero imputa a ela um caráter obrigatório, forçando os pais e as autoridades responsáveis a atentarem para isso: "Em minha opinião, porém, também as autoridades têm o dever de obrigar os súditos a mandarem seus filhos à escola [...]" (Lutero, 1995, v.5, p.362); ou seja, já no século XVI encontramos a defesa de um ensino para todos e de caráter obrigatório, conclamando tanto os pais, para enviarem os filhos

> à escola, como as autoridades, para a supervisionar-lhes a frequência (BARBOSA, 2011).

Lutero propagou o caráter estatal da educação e posicionou o Estado como responsável pela educação obrigatória para todos, eis que era do interesse estatal a formação de subjetividades – “gente comum instruída”. No Brasil, a escolarização teve início no século XVII, impulsionada pelas instituições religiosas, tanto a protestante como a católica, e encontrou consolidação no século XX, quando os governos nacionais passaram a criar órgãos, formular planos de educação e estabelecer legislação para as instituições de ensino, que passaram a ser autorizadas e regulamentadas pelo poder público (CARDOSO, 2018).

Costa (2016, p. 39) adverte que “a gênese do *homeschooling* pode ser encontrada a partir de críticas feitas à compulsoriedade da educação pelo Estado”. Destaca o autor que os defensores do ensino em casa se posicionam contrariamente ao monopólio e ao direcionismo estatal, criticando a educação escolar compulsória, uma vez que se pautam no pensamento liberal do não intervencionismo estatal e da prevalência das liberdades individuais. Em consequência, para eles o Estado não teria a legitimidade de instituir um sistema de educação único e padronizado para todos, posto que, cada pessoa tem o direito de escolher o modelo e o sistema de ensino que adotaria (COSTA, 2016).

Neste contexto, surge o discurso pela desescolarização, que se apresenta em diversas vertentes, sendo a mais conhecida denominada de *homeschooling* – Educação Domiciliar, que se constrói historicamente a partir de um discurso sustentado em determinados acontecimentos, como a crise da escola e a necessidade urgente de se encontrar meios para melhorar a qualidade da educação. Portanto, imprescindível retomar as origens dessa prática educativa, ressaltando a sua evolução histórica e seus princípios.

4.1 ORIGENS DO *HOMESCHOOLING*, SUA EVOLUÇÃO E PRINCÍPIOS

O movimento da desescolarização surgiu a partir de 1960, decorrente de severas críticas ao sistema de ensino vigente, propondo uma revisitação a partir da concepção de que as pessoas aprendem se comunicando e compartilhando experiências umas com as outras (COSTA, 2016). Nas décadas de 1970 e 1980 esse movimento despontou no Estados Unidos da América (EUA). No dizer de Cardoso

(2018), ocorreu, pois, parcela da sociedade americana mostrou-se insatisfeita com ensino na escola, questionando a qualidade e, também, a compatibilidade com a moral religiosa da família. Nos primeiros anos do movimento pela Educação Domiciliar nos EUA, o traço mais comum das famílias que usavam o *homeschooling* era incorporar o não convencional e uma vontade de ser visto como não-conformista em relação à cultura *mainstream*, que é a opção pela educação fora do caráter popular e dominante. Dessa forma, mesmo que muitas famílias que usavam o *homeschooling* fossem cristãs protestantes, o movimento em si originalmente era diverso em sua ideologia e não inerentemente religioso (CARTER, 2019). Logo, presente na Educação Domiciliar, desde a sua origem, a série de enunciados de crise da educação escolar e de resposta a urgência pela qualidade na educação.

Em 1971, Ivan Illich escreveu o livro “Sociedade sem Escolas”, defendendo que a escola não poderia ser vista como a única opção possível para garantir a instrução e o acesso ao conhecimento, devendo focar na aprendizagem autônoma (CARDOSO, 2018). Para Illich (2018), a maioria das pessoas aprende, a maior parte do tempo, quando faz aquilo que gosta de fazer; a maioria das pessoas é curiosa e quer incutir um significado a tudo aquilo com que entra em contato; e a maioria das pessoas é capaz de um intercurso pessoal e íntimo com outras pessoas, a menos que seja estupidificada por um trabalho ou alienada pela escola. Assim, para o autor:

> A desescolarização da sociedade implica o reconhecimento da dupla natureza da aprendizagem. Insistir apenas na instrução prática seria um desastre; igual ênfase deve ser posta em outras espécies de aprendizagem. Se as escolas são “o lugar errado” para se aprender uma habilidade, são “o lugar mais errado” ainda para se obter educação. A escola realizar mal ambas as tarefas; em parte porque não sabe distinguir as duas. A escola é ineficiente no ensino de habilidades, principalmente por que é curricular. Na maioria das escolas, um programa que vise a fomentar uma habilidade está sempre vinculado a outra tarefa que é irrelevante. A história está ligada ao progresso na matemática; e a assistência às aulas, ao direito de usar o campo de jogos.
>
> A escola é ainda menos eficiente na concatenação das circunstâncias que incentivam o uso franco explorador das habilidades adquiridas, para o qual reservo o termo “educação liberal”. A principal razão disso é que a escola obrigatória e a escolarização tornam-se um fim em si mesmo: uma estada forçada na companhia de professores, que paga o duvidoso privilégio de poder continuar nessa companhia. Assim como o ensino de habilidades deve ser liberto de cerceamento curriculares, assim deve a educação liberal estar dissociada da frequência obrigatória. Tanto a aprendizagem de habilidades quanto a educação do senso inventivo e criativo podem ser favorecidos por

> disposições institucionais, mas são de natureza diversa e muitas vezes oposta (ILLICH, 2018, p. 30).

Neste contexto, defendendo a desescolarização da sociedade, ante o reconhecimento da dupla natureza da aprendizagem, de se aprender habilidades e de se obter competências para aplicá-las, com liberdade curricular e sem frequência obrigatória em uma instituição, a defesa da desescolarização se fortaleceu com Illich, que se opõe totalmente à escola e aduz que,

> a escola escraviza mais profunda e sistematicamente, pois unicamente ela está creditada com a função primordial de formar a capacidade crítica e, paradoxalmente, tenta fazê-lo tornando a aprendizagem dos alunos – sobre si mesmos, sobre os outros e sobre a natureza – dependente de um processo pré-empacotado (ILLICH, 2018, p. 65).

As ideias de Illich serviram de base para o movimento do *homeschoolin*g, que modernamente nos EUA teve a influência de John Holt, no lado secular e Raymond Moore, no lado religioso. Para eles, seria necessária a separação entre Estado e Educação, assim como ocorreu entre Estado e Igreja, assim, uma lei que obrigue todas as crianças a frequentar a escola acaba por violar a liberdade individual (CELETI, 2011 *apud* BARBOSA, 2014). E, ainda, dar-se-ia aos adultos o direito de moldar as crianças segundo seus valores e moral, pois a elas não é dado nenhum direito de escolher o tipo de educação que valorizam ou mesmo de estar fora de um sistema educacional (COLBECK, 2001 *apud* BARBOSA, 2013). Percebe-se a constituição do discurso em defesa da Educação Domiciliar enunciada a partir de uma série de acontecimentos, como o livre exercício do poder familiar, a defesa da liberdade, pluralismo e empreendedorismo.

Cardoso (2018) destaca que esse movimento pela desescolarização nos EUA ensejou duas vertentes o *unschooling*, que é desescolarização completa, que não utiliza quaisquer materiais ou diretrizes escolares, nem dispõe de sistematização, eis que tudo é estabelecido pelos pais, sem qualquer auxílio ou interferência do Estado; e o *homeschooling,* no qual se mantém o contato com o sistema escolar e utiliza-o para organizar o ensino em casa. Holt, foi o grande defensor dessa educação direta pela família, defendendo um método bem livre de abordagem da educação feita no lar que ele chamou de “Aprendendo Vivendo” (CARTER, 2019).

Para Holt, o *homeschooling* é uma forma de individualizar aprendizagem, e isso não é possível diante de um currículo parametrizado, pois o que mais interessa nesse

processo são os desejos, motivações e objetivos dos alunos (COSTA, 2016). Destaca Cardoso (2018) que Holt acreditava que as escolas não eram necessárias para garantir a instrução e tal função deveria ser das famílias, as quais poderiam conferir uma metodologia pedagógica individualizada de ensino. Conforme Carter (2019), Holt publicou vários livros sobre educação, dentre eles, *How Children Fail* em 1964 e *How Children Learn* em 1967*,* e, ainda, a primeira revista de *homeschooling,* em 1977, a *Growing Without Schooling,* que era um boletim informativo sobre Educação Domiciliar e serviu por mais de 24 anos, antes da era da internet*,* como recurso e rede para famílias que usavam a Educação Domiciliar.

Por outro lado, Moore trouxe o caráter moral e religioso para o *homeschooling*, e como líder evangélico, ao lado da esposa, Dorothy Moore, invocavam o direito e dever natural dos pais de educar os filhos. Eles foram proponentes da “Fórmula Moore”, que tinha como premissas estudo, trabalho manual e serviço doméstico/comunitário (CARTER, 2019). O casal publicou, em 1981, o livro *How Grown Kids,* considerado um dos livros mais influentes pelos praticantes do *homeschooling,* baseado em argumentos religiosos para justificar a prática da Educação Domiciliar, tendo, também, produzido diversas outras obras voltadas às famílias *homechoolers* e contribuído significativamente para a criação da *Home School Legal Defense Association* (HSLDA), em 1983 (COSTA, 2016).

Sendo assim, o *homeschooling* está presente na sociedade americana desde a década de 1960, sendo considerado um movimento social que luta para difundir a importância da família na criação e desenvolvimento dos filhos, que não deveria ser responsabilidade do Estado ou das escolas, mas sim daqueles que estão mais próximos, os pais (CARDOSO, 2018). Neste ponto, percebe-se a origem de um potente enunciado do discurso neoconservador, o direito e dever natural dos pais de educar os filhos.

A *Home School Legal Defense Association* (HSLDA), é uma organização sem fins lucrativos que visa a auxiliar famílias que praticam a Educação Domiciliar por meio de proteção legal, apoio educacional e força na comunidade, contando, atualmente, com 95.000 membros, doadores, líderes do *homeschooling*, legisladores e outros que desejam proteger essa liberdade, descrevendo-se como uma "organização cristã" que acredita:

> (...) que Deus deu a todos os pais - independentemente de suas crenças religiosas ou forma de espiritualidade - o direito e a responsabilidade de dirigir a educação e a educação de seus filhos. Imitando a Cristo, procuramos refletir o amor de Deus para o mundo, tornando possível que todos os pais ensinem seus próprios filhos em casa! Saudamos a todos e protegemos e promovemos a liberdade de todos os pais de educar seus filhos em casa, independentemente de suas crenças religiosas (ou se eles têm alguma) (HSLDA, on-line).

Para HSLDA, ser uma organização cristã significa que todos os funcionários são cristãos e, ao realizar as tarefas diárias, desejam fazer o melhor, como se estivessem trabalhando diretamente para nosso Senhor e fazem tudo motivados pela gratidão e amor a Deus, amor por aqueles a quem servem e paixão por tornar a Educação Domiciliar possível. O fruto do serviço é servir ao próximo com honestidade, integridade, excelência, empatia, graça, humildade, generosidade, boa administração e cuidado. Neste contexto, a HSLDA acredita que toda criança merece educação de qualidade e defende que a Educação Domiciliar é uma das melhores maneiras de conseguir isso, pois nenhuma outra forma de educação permite o mesmo tipo de customização e personalização, eis que, com o ensino em casa, o pai é livre para ensinar o filho no próprio ritmo, seguir os seus interesses e elaborar um plano de educação que atenda às suas necessidades específicas.

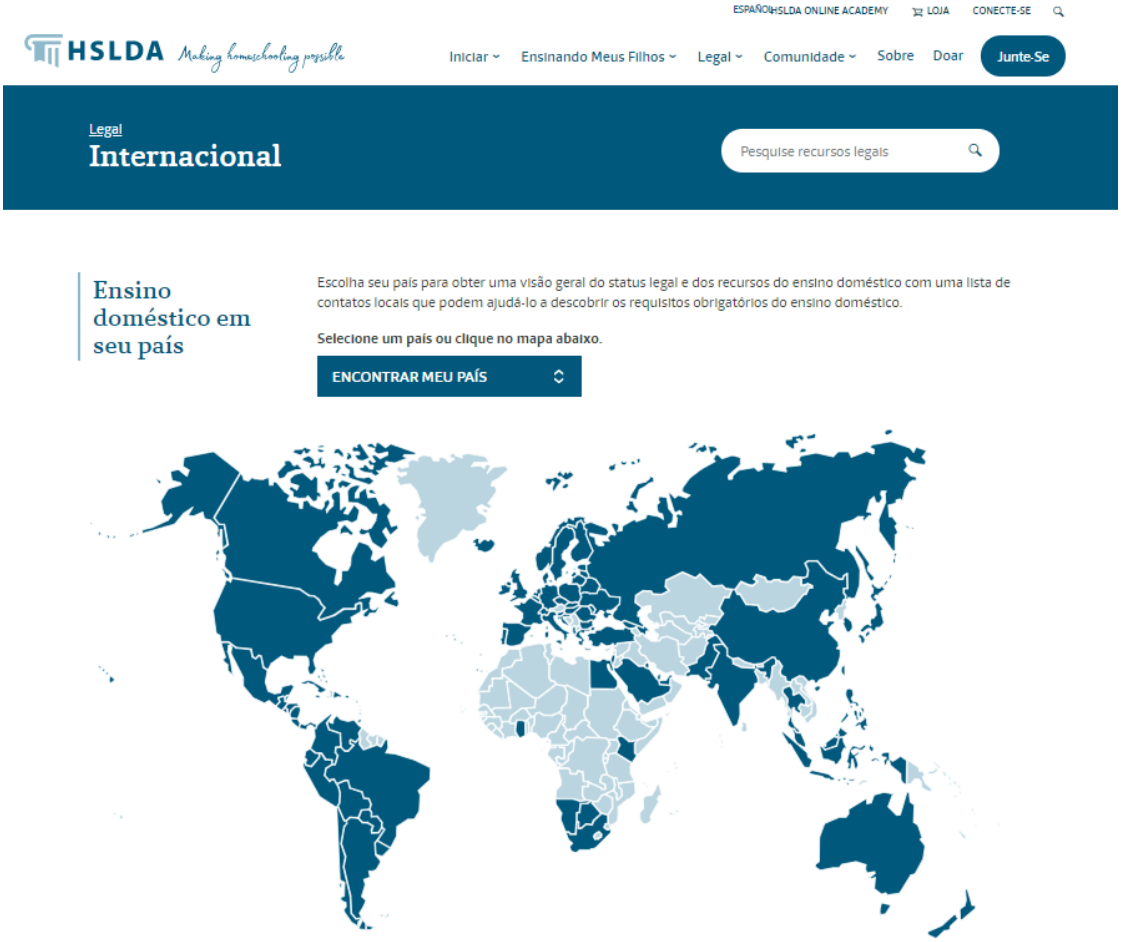
Assim, a HSLDA defende que os pais são normalmente mais adequados do que o Estado para determinar que tipo de educação funciona melhor para seus filhos, posto que conhecem as necessidades e habilidades destes muito melhor do que qualquer governo, logo, são mais capazes de encontrar maneiras de atender a essas necessidades e cultivar essas habilidades (HSLDA, on-line). Deus, servidão, graça, humildade, generosidade, cuidado, são referenciais de enunciados potentes utilizados pela HSLDA e que constituem os discursos em defesa da Educação Domiciliar.

A HSLDA possui diversos membros associados no Brasil e, deste modo, é um lugar, com reconhecimento mundial, para disseminação dos discursos em prol do *homeschooling.* Em seu site, consta entrevista com a procuradora da HSLDA no Brasil, Gabriela Castilhos, que afirma a obrigatoriedade de matrícula na escola no país, alertando que as famílias que educam em casa correm o risco de serem processadas pelas autoridades, Conselhos Tutelares e Ministério Público, todavia, adota o enunciado falso já mencionado sobre a declaração de constitucionalidade da Educação Domiciliar pelo STF. Dos enunciados do discurso da procuradora emerge a urgência de ações para regulamentação da Educação Domiciliar no Brasil como

prática educativa, utilizando-se da emergência em impedir processos contra as famílias *homeschoolers,* até mesmo com a utilização de um enunciado, que por ser advogada, deveria saber que é falso.

Cardoso (2018) destaca que a HSLDA auxilia diretamente as famílias educadoras de outros países, inclusive do Brasil, a implementar a Educação Domiciliar e fomenta pesquisas em todo o mundo com o objetivo de propagar a ideia de liberdade educacional. Constam no site americano da HSLDA informações acerca da situação legal da Educação Domiciliar em diversos países, com indicação de recursos para os pais adotarem a prática do ensino em casa, como se pode observar da imagem abaixo capturada do site da organização:

Figura 2 - Mecanismo de consulta sobre Educação Domiciliar no mundo



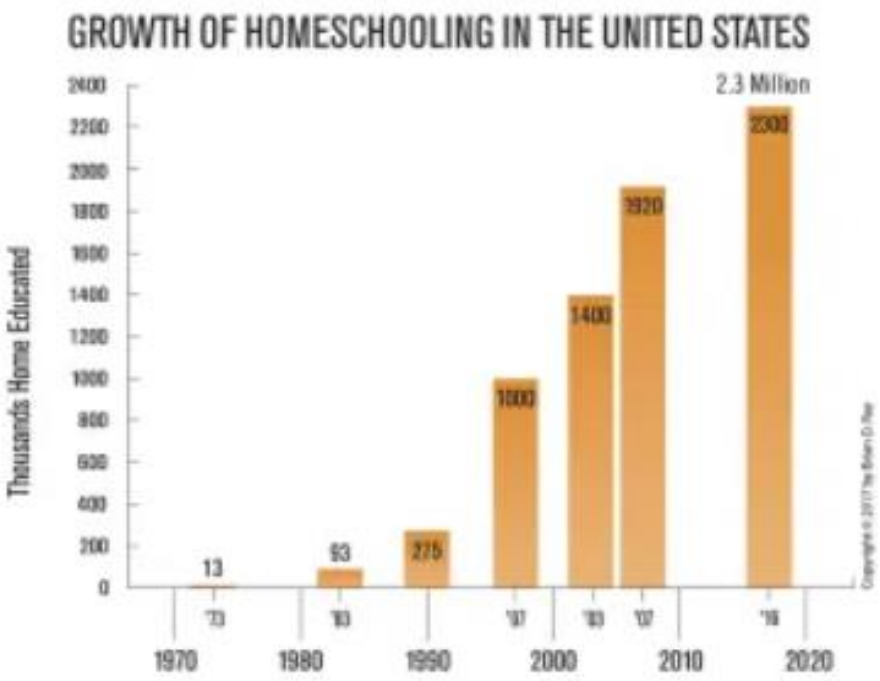
Fonte: HSLDA, on-line[12].

O *National Home Education Research Institute* (NHERI) é outro instituto americano que conduz e coleta pesquisas sobre Educação Domiciliar e publica o

[12] Dados disponíveis em https://hslda.org/legal/international. Acesso em 04/02/2021.

jornal chamado *Home School Researcher,* especializado em pesquisas, fatos, estatísticas, artigos acadêmicos e informações sobre a Educação Domiciliar. De acordo com Ray (2018), presidente do NHERI, os EUA são o país com maior número de adeptos à Educação Domiciliar, contando com, aproximadamente, 2,3 milhões de alunos em idade escolar. Na Figura 3 apresenta-se o crescimento do homeschooling nos EUA.

Figura 3 - Crescimento do *homeschooling* nos EUA



Fonte: RAY, 2018[13].

Segundo Ray (2021), a população de Educação Domiciliar vinha crescendo cerca de 2% a 8% ao ano nos últimos tempos, mas cresceu drasticamente de 2019-2020 a 2020-2021, estimando-se que, atualmente, nos EUA, haja 4,0 a 5,0 milhões de alunos em *homeschooling*, o que corresponderia de 7% a 9% das crianças em idade escolar. Assevera, ainda, que a Educação Domiciliar tem crescido em todo o mundo, citando, como exemplo, Austrália, Canadá, França, Hungria, Japão, Quênia, Rússia, México, Coréia do Sul, Tailândia e Reino Unido. Costa (2016), relata que o *homeschooling* é um fenômeno sociocultural, que se estende hoje por 63 países, e segundo a literatura americana sobre o *home education,* o perfil da população praticante é seleto, majoritariamente composto por famílias brancas, de classe média,

[13] Dados disponíveis em http://www.nheri.org/homeschool-population-size-growing/. Acesso em 04/02/2021.

protestantes, com pais casados, mães não economicamente ativas, pai provedor e mais escolarizado em comparação com a média nacional. Cardoso (2018) destaca em seu livro de forma detalhada a situação da Educação Domiciliar em diferentes países, o que foi sintetizado e destacado no Quadro 1.

Quadro 1 - Situação Legal da Educação Domiciliar em diferentes países do Mundo

País	**Situação Legal**
Alemanha	Não permite a Educação Domiciliar, tendo sido reconhecida pelo Judiciário a proibição da educação direta pela família, respondendo os pais a ações judiciais movida pelo Estado se desobedecerem a legislação.
Argentina	Não há regulamentação legal, mas, também, não há proibição para adoção da Educação Domiciliar, sendo os estudantes dessa modalidade podem realizar exames para obter a certificação para ingressar na universidade.
Austrália	Permite a adoção da Educação Domiciliar.
Áustria	Permite-se a Educação Domiciliar com regulamentações locais, sendo a escolarização obrigatória até 14 anos, assim, os estudantes dessas modalidade devem estar matriculados em instituições de ensino para realizar exames de avaliação.
Brasil	Os pais tem a obrigação de matricular seus filhos na escola, conforme art. 55 do ECA, podendo a omissão ser caracterizado o crime de abandono intelectual previsto no art. 246, do CP.
Canadá	Permite a adoção da Educação Domiciliar, com baixa regulamentação em British Columbia, Ontario, New Brunswick e Newfoundland & Labrador, exigindo-se apenas uma notificação; regulamentação moderada em Manitoba, Nova Scotia e Prince Edward Island, solicitando além da notificação, a apresentação de relatórios de progresso dos estudantes; e regulam alta em Alberta, Saskatchewan e Quebec, exigindo-se dos pais apresentação de plano educacional, relatório de progresso e provas periódicas.
Chile	Não há regulamentação legal, existindo associações que auxiliam os pais que desejam a Educação Domiciliar, não sendo vedado a adoção dessa prática pelas famílias. A Constituição Chilena não obriga a escolarização.
Colômbia	Não há regulamentação legal, havendo movimento social defendendo a adoção Educação Domiciliar e atuação de instituições, como por exemplo a *Red Colombia de Educación en Familia*. A Constituição Colombiana considera a instrução obrigatória entre os 5 e 15 anos, contudo, os pais são livres para escolher o tipo de educação de seus filhos.
Dinamarca	Permite a adoção da Educação Domiciliar.
Equador	A Educação Domiciliar é autorizada pelo Poder Executivo, mediante Acordo Técnico nº 0067-13 de 08 de abril de 2013 elaborado pelo Ministério da Educação, desde que autorizada por uma comissão técnica, que exige comprovação de qualificação dos pais para ensinar e a vinculação à instituições de ensino para avaliações periódicas, sendo que

	o descumprimento do procedimento ou desempenho desfavorável do aluno a autorização pode ser revogada.
Espanha	A educação deve ser escolarizada, conforme a *Ley Orgánica 2/2006 de Educasión,* prevendo a Constituição Espanhola a obrigatoriedade de 10 anos de ensino escolar.
Estados Unidos da América	Cada Estado da federação possui autonomia para legislar sobre educação, havendo diversos entendimentos para prática do *homeschooling.* Há Estados que dispensam a regulamentação, logo, permitem maior liberdade aos pais, os quais não precisam notificar qualquer autoridade sobre a prática do *homeschooling* (Alaska, Connecticut, Idaho, Illinois, Indiana, Iowa, Michigan, Missouri, New Jersey, Oklahoma e Texas); Estados com baixa regulamentação, que determinam uma notificação (Alabama, Arizona, California, Kansas, Delawe, Georgia, Kentucky, Mississippi, Montana, Nebraska, Nevada, New México, Utah, Wisconsin e Wyoming); Estados com moderada regulamentação, que além da notificação, realizam testes periódicos e avaliação profissional (Arkansas, North Carolina, South Carolina, Colorado, North Dakota, South Dakota, Florida, Hawaii, Louisiania, Maine, Maryland, Minnesota, New Hampshire, Tennessee, Virginia, West Virginia, Ohio e Washington); e Estados com alta regulamentação, que exigem notificação, exames, análise do desenvolvimento, além de outros requisitos, como qualificação dos pais e fiscalização estatal por visitas periódicas (Rhode Island, Massachusetts, New York, Pensilvânia e Vermont).
Finlândia	Permite a adoção da Educação Domiciliar.
França	Permite a adoção da Educação Domiciliar, com ampla fiscalização, sendo os pais obrigados a notificar às autoridades locais, inscrever seus filhos no departamento de educação das prefeituras e realizar declarações anuais do processo de educação dos filhos dos 6 aos 16 anos.
Itália	A Educação Domiciliar é autorizada constitucionalmente, podendo os filhos ser ensinados em casa pelo sistema de *l'istruzione familiare,* devendo a criança estar vinculada a uma instituição de ensino e os pais devem prestar declarações à diretoria da escola anualmente.
Irlanda	É autorizado o *home education,* com reconhecimento constitucional e auxílio das autoridades através de um regime denominado de *Home, School, Community Liaison Scheme.*
Japão	Não há óbice ao *homeschooling* devendo ser noticiado para as autoridades locais e se comprovar a instrução por meio de provas.
Portugal	A Educação Domiciliar é permitida através do Decreto 553 de 21 de novembro de 1980, com vinculação à instituição de ensino, que se responsabiliza pela avaliação.
Reino Unido	A educação é obrigatória entre 5 e 16 anos, sendo possível o *home education*, pelo *Departament for Children, School and Families,* que se ocupa em fiscalizar se as famílias estão cumprindo o dever de educar.
Rússia	O *home education* é realizado pelas famílias, com a contratação de professores ou diretamente.
Suécia	É proibido pela "Nova Lei de Educação" o Ensino Domiciliar.

União Europeia	A Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia, aprovada pela Comissão Europeia em 07 de dezembro de 2000 ressalta a importância da liberdade para criação de instituições de ensino, assim, como o direito dos pais de escolher a modalidade pedagógica de seus filhos.

Fonte: Elaboração da autora, conforme Cardoso (2018, p. 118-129).

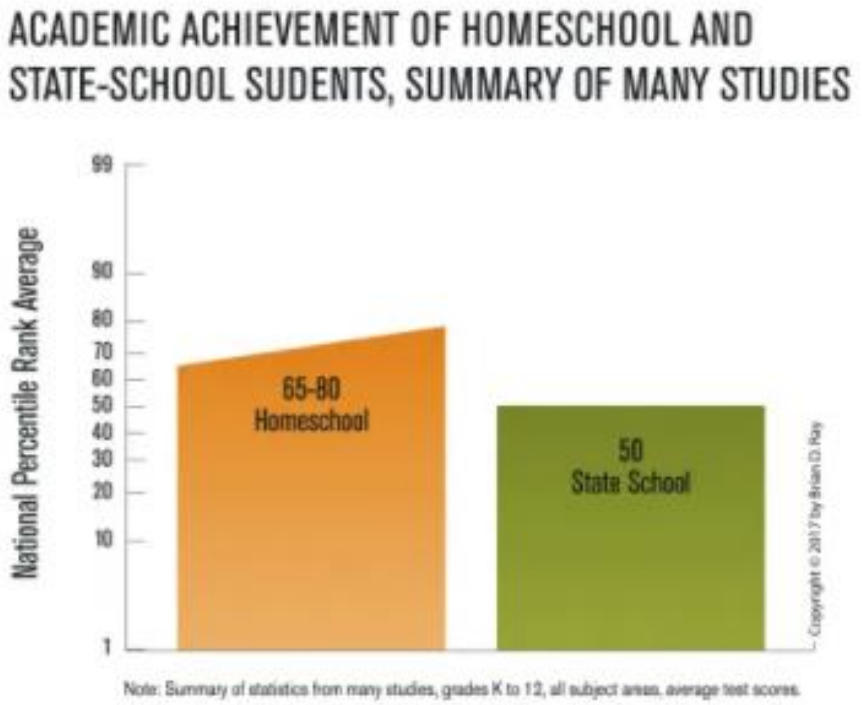
Os dados sobre a Educação Domiciliar nos diferentes países demonstram que a desescolarização completa (*unschooling)* é uma situação bastante incomum no mundo. Em muitos países, a Educação Domiciliar é vedada expressamente pela legislação (Brasil, Alemanha e Espanha). E, na grande maioria, os dados apontam que há certa prática do *homeschooling*, com a manutenção do contato com o sistema escolar regular, muitas vezes para organizar, mediar, fiscalizar e avaliar o ensino em casa. Até mesmo nos Estados Unidos, país percussor dessa prática educacional, há diferentes formas de regulamentação em seus Estados, não havendo, todavia, proibição do *homeschooling,* embora essa diversidade de modelos demonstre as contradições e descontinuidades dos enunciados. Todos esses dados divulgados por essas organizações e instituições se propõem a reiterar a urgência e manter a regularidade do discurso pela regulamentação da Educação Domiciliar normalizando a sua implementação no Brasil, como já ocorrido em diversos países do mundo.

Quanto aos motivos para adoção da Educação Domiciliar, Ray (2021, n.p.) destaca os seguintes:

- personalizar ou individualizar o currículo e ambiente de aprendizagem para cada criança,
- realizar mais academicamente do que nas escolas,
- usar abordagens pedagógicas diferentes das típicas em escolas institucionais,
- melhorar as relações familiares entre filhos e pais e entre irmãos,
- proporcionar interações sociais orientadas e fundamentadas com colegas jovens e adultos,
- proporcionar um ambiente mais seguro para crianças e jovens, devido à violência física, drogas e álcool, abuso psicológico, racismo e sexualidade imprópria e prejudicial à saúde associada a escolas institucionais, e
- como uma abordagem educacional alternativa quando escolas institucionais públicas ou privadas são fechadas devido a situações agudas de saúde, como relacionadas a doenças (por exemplo, Covid-19, Coronavirus)
- proteger as crianças de minorias contra o racismo em escolas públicas ou expectativas mais baixas de crianças de cor (por exemplo, negras) (por exemplo, Fields-Smith, 2020; Mazama & Lundy, 2012).
- ensinar e transmitir um determinado conjunto de valores, crenças e visão de mundo para crianças e jovens.

Costa (2016) assevera que os pais são normalmente multidimensionais e justificam sua escolha pela Educação Domiciliar por motivações ideológicas, desejam que seus filhos tenham uma visão particular sobre o mundo; motivações pedagógicas, buscam preparar os filhos de modo a incutir visões particulares; e motivações ambientais, visam a proteger os filhos de fenômenos negativos encontrados nas escolas, tais como violências e drogas. Ray (2021) aponta, como motivo determinante, a alta performance acadêmica dos alunos em Educação Domiciliar, afirmando que estes normalmente obtêm 15 a 30 pontos percentuais acima dos alunos de escolas públicas em testes de desempenho acadêmico padronizados e estão cada vez mais sendo recrutados ativamente por faculdades e pelo mercado de trabalho, conforme exposto na Figura 4.

Figura 4 - Desempenho acadêmico da Educação Domiciliar e da Escola Pública



Fonte: RAY, 2021[14].

Conforme Cardoso (2018), as vantagens da Educação Domiciliar derivam das motivações que acarretam na retirada ou não inserção da criança no sistema regular de ensino, que podem ser elencadas como sendo: a) ensino individualizado; b) ampliação da convivência familiar; c) liberdade com relação aos conteúdos

[14] Dados disponíveis em https://www.nheri.org/research-facts-on-homeschooling/. Acesso em 04/02/2021.

pedagógicos; d) prevenção a situações de risco à integridade; e e) atividades próximas às comunidades. Constata-se, deste modo, que há uma reiteração, atualização e regularidade de enunciados do discurso neoliberal, como a meritocracia, concorrência, autogestão, autodesenvolvimento e produtividade que constituem os discursos em defesa da Educação Domiciliar, visando a formação do sujeito do futuro para que seja um empreendedor alinhado, também, aos ideais neoconservadores, ou seja, um empreendedor que defende Deus, a pátria, a moral e os bons costumes e a família natural. E, nesta perspectiva, percebe-se sujeitos que se afastam dos espaços coletivos e passam a contribuir para proliferação do discurso da rede em prol do *homeschooling,* colocando em risco o Direito à Educação e a Democracia.

4.2 REDE DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR NO BRASIL

A escavação nos ambientes virtuais, com base na etnografia de rede de Ball (2014), evidencia recortes enunciativos em prol da Educação Domiciliar, escavados de documentos, Leis, julgados e proposições, do cotidiano da Sociedade Civil, Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Parte-se da premissa que inseridos nesses espaços há atores que defendem a legalidade da prática educativa do *homeschooling*, ainda que atualmente seja expressamente proibida pela legislação nacional (ar. 208, §3º CRFB/88, art. 55 do ECA e art. 6º da LDB). Até mesmo porque, os defensores da Educação Domiciliar no Brasil afirmam que há apenas aparente vedação legal à adoção do ensino em casa, porque deve ser levada em conta a Constituição em seu conjunto e não artigos isolados. Neste sentido, Moreira (2009, p. 48), manifesta-se:

> Esse é o princípio da unidade da Constituição, segundo o qual “as normas constitucionais devem ser vistas não como normas isoladas, mas como preceitos integrados num sistema unitário de regras e princípios, que é instituído na e para a própria Constituição”. Intimamente ligado a ele, está o princípio da concordância prática ou da harmonização, que “consiste, essencialmente, numa recomendação para que o aplicador das normas constitucionais, em se deparando com situações de concorrência entre bens constitucionalmente protegidos, adote a solução que otimize a realização de todos eles, mas ao mesmo tempo não acarrete a negação de nenhum”.

Com efeito, sustentam que indiretamente é possível a adoção da Educação Domiciliar, com base nas normas constitucionais. Segundo Moreira (2009), o texto

constitucional de 1988 autoriza a Educação Domiciliar quando estabelece no art. 5°, a proteção à liberdade de expressão em diversos incisos (IV a IX), prevendo expressamente no inciso VIII que “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei” (BRASIL, 1988). Para o autor, “a falta de previsão legal da prestação alternativa não inviabiliza o exercício do direito, pois todas as normas que preveem direitos individuais têm aplicabilidade imediata. Basta a utilização do superprincípio da proporcionalidade” (MOREIRA, 2009, p. 49). Inclusive, sustenta que a escolarização obrigatória contraria o princípio constitucional do pluralismo político, previsto no art. 1°, V, da CRFB/88, que assegura a liberdade de expressão, manifestação e opinião, indispensáveis ao Estado Democrático de Direito, que reconhece a sociedade formada por vários grupos, com multiplicidade de visões e que busca a coexistência de variados pontos de vista ideológicos, político, religioso, entre outros. Para o autor:

> Se houvesse, de fato, o pluralismo político determinado como fundamental pela Constituição da República, os pais, verdadeiros responsáveis pela transmissão de valores, poderiam escolher a escola que estivesse de acordo com seu sistema de pensamento. Assim, pais islâmicos poderiam escolher escolas islâmicas para seus filhos, pais ateus poderiam escolher escolas ateias, pais liberais poderiam escolher escolas liberais, etc. Essas opções não existem no Brasil. Mesmo em escolas confessionais, vinculadas a determinada religião, é sentido o predomínio da doutrina esquerdista Moreira (2009, n.p.).

O monopólio da educação por parte do Estado, também, é alvo de críticas de Martins Filho (1992):

> (...) considerada monopólio do Estado, este acabaria incutindo desde a mais tenra infância suas ideologias políticas aos jovens, incapazes de discernirem o ideológico do fático, por lhes faltar o espírito crítico. (...) Experiência que demonstrou a inviabilidade prática do monopólio estatal da educação foi a tentativa bolchevique, nos primeiros anos da revolução comunista na Rússia (...), de atribuir exclusivamente ao Estado a educação das crianças, possibilitando, dessarte, incutir-lhes a ideologia marxista desde a infância. A experiência, ao estilo espartano, provocou tais desajustes psicológicos nessas crianças tão precocemente afastadas do convívio familiar, que os soviéticos, em poucos anos, acabaram por reformular sua política nesse aspecto, sem, no entanto, reconhecerem o fracasso de sua postura teórica.

Neste contexto, a rede de defesa da Educação Domiciliar no Brasil defende que “a educação dos filhos é uma questão eminentemente privada que, como qualquer

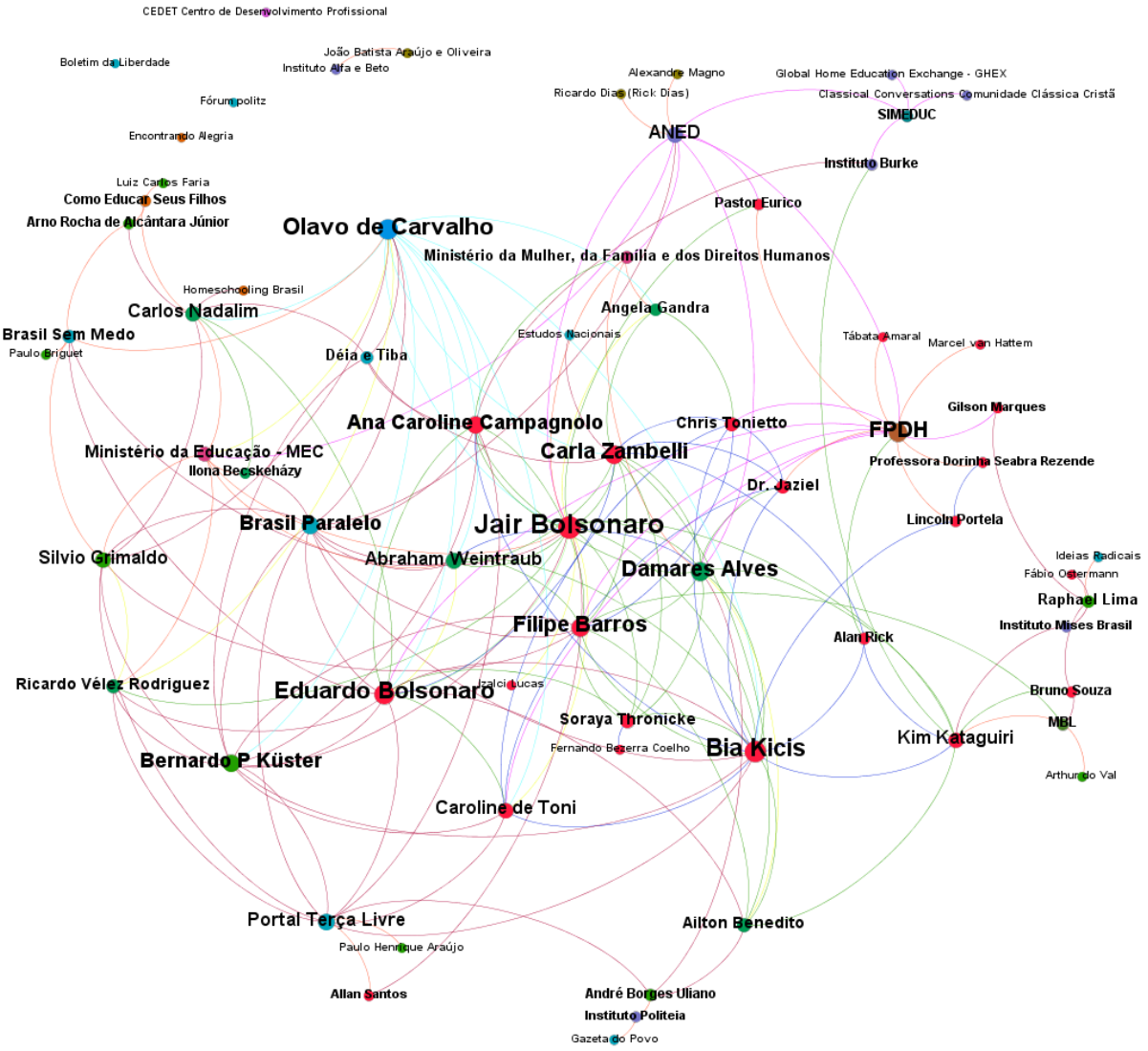
questão privada, somente pode admitir a interferência do Estado quando esta revelar-se não só benéfica, mas também imprescindível" (MOREIRA, 2009, p. 51). Dessa forma, segundo Cardoso (2018), o poder familiar estabelecido no art. 229 da CRFB/88, nos arts. 21 e 22 do ECA e nos arts. 1.630 e 1.634 do Código Civil (CC), e a própria noção do papel da família e seu dever de educar são fundamentos para sustentar que os pais podem optar pela Educação Domiciliar de seus filhos.

Imperioso ressaltar, neste momento, a sustentação da possiblidade da regulamentação e implementação da Educação Domiciliar como prática educativa no Brasil. Apesar de expressamente vedada na legislação nacional, há nos enunciados uma apropriação de fundamentos principiológicos, constitucionais e legais, que notoriamente são utilizados para declarar a inconstitucionalidade do *homeschooling.* Como se percebe nos enunciados destacados acima, se defende a possibilidade de aplicação do próprio texto constitucional de 1988 "em seu conjunto e não artigos isolado"; da adoção do "superprincípio da proporcionalidade"; observância de princípios constitucionais como do pluralismo político, da liberdade de expressão, manifestação e opinião, indispensáveis ao Estado Democrático de Direito; respeito a multiplicidade de visões; coexistência de variados pontos de vista ideológicos, político e religioso; e, até mesmo, fundamentos no ECA e no CC em matéria de liberdade para exercício do poder familiar.

Diante de todas as ações, enunciados e discursos que vem sendo engendrados por essa rede e se dispersam no cotidiano da Sociedade Civil, Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, com defesa dos ideais neoliberais e neoconservadores. Muitos pesquisadores vêm se debruçando no estudo dos avanços da "aliança conservadora" no Brasil e, especificamente, sobre o tema da Educação Domiciliar. Lima et. al. (2022), em recente artigo, apresentaram de modo excepcional a análise da rede com os principais atores que têm sido responsáveis por disseminar essa modalidade educativa no Brasil[15]. Por meio de um gráfico, que no presente trabalho foi destacado na Figura 5, os autores Gabriel Dias dos Santos e Luis Felipe Rosa, demonstraram e atualizaram a rede da Educação Domiciliar no Brasil, com janela temporal de 1º de janeiro de 2018 a 31 de maio de 2020, vejamos:

[15] Um dos objetivos específicos do presente trabalho é identificar a rede do movimento pela Educação Domiciliar no Brasil. Todavia, essa identificação foi pensada para verificação dos enunciados dos discursos dos atores que compõem a rede. Não é objetivo da Tese detalhar a identificação e realizar o mapeamento de rede de políticas, mas sim operar com os resultados.

Figura 5 - Grafo sobre a rede da Educação Domiciliar, elaborado por Gabriel Dias dos Santos e Luis Felipe Rosa



Fonte: Lima, et. al., 2022, p. 11[16].

A rede identificada pelos autores é, assim, composta por mais de 33% de atores políticos partidários; 26% somente atores ligados à veículos e influenciadores de mídia; mais de 10% de instituições não estatais; outros 10% de representantes de órgãos governamentais; mais de 4% atores de *sites* de venda de serviços e produtos; outros 4% de representantes de instituições não estatais; mais de 2% atores de órgãos governamentais; entre outros.

[16] Dados disponíveis em https://www.nheri.org/research-facts-on-homeschooling/. Acesso em 04/02/2021. Para aprofundamento da análise da rede produzida pelos autores Gabriel Dias dos Santos e Luis Felipe Rosa, sugere-se a leitura do artigo de Lima et. al. (2022).

A rede em torno da Educação Domiciliar estabelece discussões e adota ações para sua regulamentação. No dizer de Lima et. al. (2022), a rede reflete a “aliança conservadora”, denominada por Apple (2003) de “modernização conservadora”, composta, principalmente, pelos neoliberais e neoconservadores, que catalisam interesses comuns em torno da Educação Domiciliar. De acordo com os autores, nessa rede há:

> Grupos, como os autodenominados liberais, veem, na educação domiciliar, uma oportunidade de inserir premissas econômicas neoliberais – como uma menor intervenção do Estado na educação e o princípio da livre escolha – em cena. Há, ainda, grupos que defendem a pauta pela criação de um novo mercado de livros didáticos. Contudo, grande parte dos atores da rede sustenta a educação domiciliar com discursos morais e religiosos, o que demonstra que, no Brasil, a aliança conservadora no atual contexto é liderada por fundamentalistas religiosos (LIMA et. al., 2022, p. 18).

Nessa perspectiva, para a presente Tese serão considerados o discurso de alguns dos atores que compõem a rede demonstrada por Lima et. al. (2022), não obstante, realizar-se-á a divisão para *corpus* de análise em outra perspectiva, considerando os enunciados dos discursos de diferentes fontes de domínio público na internet, sites, documentos, Leis, julgados e proposições do cotidiano da Sociedade Civil, do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, relacionados ao objeto de investigação, bem como elementos não discursivos, identificados nas articulações em rede do movimento pela Educação Domiciliar no Brasil.

Na Sociedade Civil, a principal entidade identificada na rede é a Associação Nacional da Educação Domiciliar (ANED), com atuação significativa de Ricardo Dias (Rick Dias). Há, assim, há atuação de diversos outros atores citados por Lima et. al. (2022), além desses primeiros já destacados, atores ligados à veículos e influenciadores de mídia, de instituições não estatais e atores de site de venda de serviços e produtos.

No Poder Executivo, atentar-se-á ao âmbito da União Federal, havendo a atuação de atores representantes de órgãos governamentais, que constam do gráfico proposto por Lima et. al. (2022), como Jair Messias Bolsonaro, Damares Alves e Abraham Weintraub, bem como do órgão do Ministério da Educação - MEC, que tratam a Educação Domiciliar como pauta prioritária, até porque ela atende a agenda política neoliberal e neoconservadora, que marcou a gestão do governo federal encerrado em 2022.

No Poder Legislativo, será destacado o Congresso Nacional, com a atuação de Senadores e Deputados Federais, dos quais muitos são citados no gráfico de Lima et. al. (2022), tais como, Eduardo Bolsonaro, Bia Kicis, Chris Tonietto e Caroline de Toni. É no Congresso Nacional que tramitam diversos Projetos de Lei para regulamentação da Educação Domiciliar, como o PL n°. 3.261/15 de autoria de Eduardo Bolsonaro, e o PL n°. 3.262/2019 de coautoria de Chris Tonietto, Bia Kicis, Caroline de Toni (PSL/SC) e Dr. Jaziel (PL/CE). No presente trabalho será dado ênfase ao PL n.º 3.179/2012, proposto pelo Deputado Lincoln Portela, em 08/02/2012, que é o projeto mais antigo ainda em trâmite, aprovado na Câmara de Deputados, no dia 19 de maio de 2022, seguindo para discussão no Senado Federal como PL n.º 1.338/2022.

E, por fim, no Poder Judiciário, será analisado o voto dos Ministros no julgado referência da Educação Domiciliar proferido pelo Supremo Tribunal Federal (RE nº. 888.815), porque, em última instância, será o órgão responsável pelo desfecho de toda essa discussão sobre a regulamentação da Educação Domiciliar no Brasil e sua constitucionalidade, autorizando ou não a sua implementação em território nacional, ante a análise dos valores e princípios expressos na Carta Magna de 1988.

Como bem asseverado por Foucault (2005), o discurso está em diferentes tipos de enunciados. O *corpus* escolhido para análise representa uma parte da formação discursiva em defesa da Educação Domiciliar no Brasil. Deste modo, esses enunciados constituem os discursos em defesa do *homeschooling*, que se aproximam aos interesses dos grupos neoliberais e neoconservadores para educação. Assim, com inspiração na análise do discurso foucaultiano, busca-se associar as práticas discursivas e não-discursivas para constituir o dispositivo da Educação Domiciliar.

A identificação da rede em defesa da Educação Domiciliar, com o destaque dos principais atores responsáveis por disseminar a Educação Domiciliar no Brasil, é assim fundamental para entender a atuação da “modernização conservadora” (APPLE, 2003), inserida na Sociedade Civil, no Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, que buscam com a regulamentação e implementação dessa prática educativa fazer valer seus interesses comuns, fundamentados nos princípios neoliberais e neoconservadores para educação e, em última análise, para constituição de um novo sujeito para atender os interesses do mercado e defender determinados valores, crenças religiosas e visão de mundo.

4.2.1 Educação Domiciliar na Sociedade Civil

O principal ator identificado na rede em defesa da Educação Domiciliar no âmbito da Sociedade Civil é a Associação Nacional da Educação Domiciliar (ANED), que atua na construção de referências acadêmicas, jurídicas, eventos, debates, assessorias, dentre outras ações, disponibilizando essas informações através de consultas no portal da ANED na internet[17], que possui grande quantidade de material veiculado, autodenominando-se como:

> (...) uma instituição sem fins lucrativos. Fundada no ano de 2010, por iniciativa de um grupo de famílias.
> A principal causa defendida pela ANED, é a autonomia educacional da família. Não nos posicionamos contra a escola, mas entendemos que, assim como os pais têm o dever de educar, têm também o direito de fazer a opção pela modalidade de educação dos filhos. Defendemos, portanto, a liberdade, e a prioridade da família na escolha do gênero de instrução a ser ministrado aos seus filhos. Isso com base na Declaração Universal de Direitos Humanos, artigo 26, e no Código Civil Brasileiro, artigo 1.634 (ANED, on-line).

A rede de defesa da Educação Domiciliar encontra suporte na Sociedade Civil, com grande participação e influência da ANED, que se apresenta como uma instituição sem fins lucrativos, fundada em 2010, por iniciativa de um grupo de famílias, que busca a autonomia educacional. A ANED aduz que não se posiciona contra a escola, mas entende que o pais têm dever de educar e direito de fazer a opção pela modalidade de educação dos filhos, defendendo a liberdade e a prioridade da família na escolha do gênero de instrução a ser ministrado. Percebe-se de forma clara o discurso sempre presente e reiterado dos neoliberais em prol dos referenciais por eles defendidos, principalmente a liberdade educacional, bem como àquele enunciado pelos neoconservadores pela defesa do livre exercício do poder familiar.

Ao iniciar a presente pesquisa, em 2020, como se comprova pela Figura 6, constava no site da Associação Nacional da Educação Domiciliar (ANED, on-line) [18], que essa prática educativa no Brasil era adotada por 7.500 (sete mil e quinhentas) famílias, com mais de 17.000 (dezessete mil) estudantes. Atualmente, conforme consta da Figura 7, divulga-se no site que a Educação Domiciliar é adotada por 35.000

[17] Dados disponíveis em https://www.aned.org.br/. Acesso em 04/02/2021.
[18] Dados disponíveis em https://www.aned.org.br/index.php/conheca-educacao-domiciliar/ed-no-brasil. Acesso em 14/01/2023.

(trinta e cinco mil) famílias, com mais de 70.000 (setenta mil) estudantes no Brasil. A exteriorização desses números de adeptos à modalidade educacional é um enunciado potente de regularidade em prol da regulamentação e implementação no país da Educação Domiciliar.

Figura 6 - Dados sobre a Educação Domiciliar no Brasil de 05/01/2020



Fonte: ANED, on-line.

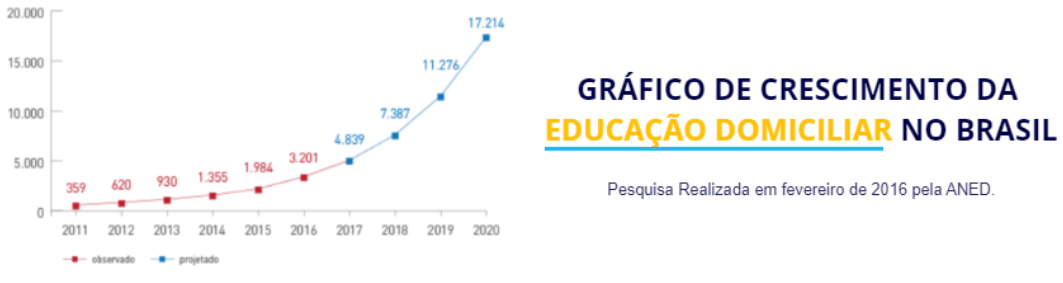
Figura 7 - Dados sobre a Educação Domiciliar no Brasil de 14/01/2023



Fonte: ANED, on-line.

Esses dados e informações, sobre o número de famílias e estudantes em *homeschooling* no Brasil, tem fundamento em uma "pesquisa realizada em fevereiro de 2016", divulgada no site através de gráfico, reproduzido na Figura 8, no sentido de que o crescimento da Educação Domiciliar foi maior que 2000% entre 2011 e 2018, crescendo a uma taxa de aproximadamente 55% ao ano, conforme abaixo:

Figura 8 - Crescimento da Educação Domiciliar no Brasil



Fonte: ANED, on-line[19].

Assim, sem demonstrar os dados empíricos de forma detalhada ou pesquisas atualizadas, a ANED informa em seu site um aumento exponencial em 3 anos de 7.500 (sete mil e quinhentas) para 35.000 (trinta e cinco mil) famílias e de 17.000 (dezessete mil) para 70.000 (setenta mil) estudantes em Educação Domiciliar, o que, demonstra a defesa de um discurso para exteriorizar vantagens de tal pratica educativa, a fim de angariar adeptos à pauta em prol da regulamentação e implementação no país dessa prática educativa.

A ANED mantém um espaço qualificado para seus discursos, possuindo redes sociais altamente ativas, conforme consta do Quadro 2, com publicações diárias de conteúdo em defesa da Educação Domiciliar. No Instagram, o perfil é @anedbrasil, com 29,3 mil seguidores; no Facebook, 17.036 pessoas curtiram a página @anededucacaodomiciliar; e, no Youtube, há 4,68 mil inscritos no canal @aned-associacaonacionaldee9699; todos os espaços enunciando “a liberdade de educar seus filhos”.

Quadro 2 - Redes sociais da ANED

Instagram	Facebook	Youtube
		

Fonte: Elaboração da autora, com captura de tela das redes sociais da ANED[20].

[19] Dados disponíveis em https://www.aned.org.br/index.php/conheca-educacao-domiciliar/ed-no-brasil. Acesso em 14/01/2023.

[20] Os dados apontados no texto se referem aos números de seguidores, curtidas e inscritos no dia da consulta, realizada em 14/01/2023.

Em relação aos objetivos da ANED, são enunciados três principais referenciais em seu site:

> - promover a defesa do direito da família a educação domiciliar no Brasil, através da representação coletiva dos seus associados junto às autoridades, órgãos e entidades pertinentes;
> - promover ações de divulgação da Educação domiciliar, através de artigos, estudos, cursos, palestras, audiências públicas e outros meios de comunicação;
> - promover a integração e a cooperação entre as famílias educadoras, fornecendo suporte para esse fim (ANED, on-line).

Para Casanova e Ferreira (2019), o segundo objetivo divulgado pela ANED, permite estabelecer uma relação entre neoliberais e neoconservadores, pois a modalidade torna-se um negócio rentável, conciliando o desejo da família em realizar esses ideais e a inexperiência dos pais que precisam aprender a ensinar seus filhos. Conforme Apple (2020) adverte, a crescente expansão da Educação Domiciliar é um mercado de oportunidades para empresas privadas para acomodar e vender um currículo pronto. A ANED realiza a divulgação em suas redes de diversas empresas parceiras que apoiam e dão suporte à Educação Domiciliar, vejamos a figura abaixo:

Figura 9 - Empresas parceiras da ANED



Fonte: Elaboração da autora com dados da ANED disponíveis no Facebook[21].

[21] Dados disponíveis em https://www.facebook.com/anededucacaodomiciliar. Acesso em 05/01/2020.

Dentre essas empresas, destaca-se, por exemplo, a “Conecte HS”, que oferece cursos de idiomas e de cultura clássica, para as famílias aprenderem a adotar o *homeschooling*; a “KP Educação Domiciliar” e a “Família que Educa”, que confeccionam apostilas e outros materiais vendidos pela internet, bem como a divulgação de diversos sites mantidos por professores, pedagogos, psicólogos, dentre outros, como o “Estudando em Casa”, que disponibilizam materiais didáticos e serviços de consultoria e assessoria pedagógica para os pais.

Neste ponto, percebem-se arraigados na Educação Domiciliar os ideais neoliberais de educação como mercadoria, como oportunidade para a produção de uma gama de produtos e serviços, capaz de mobilizar o mercado econômico, tanto que, no site da ANED, há informações, inclusive, para se tornar associado do “Clube ANED” e receber uma carteira de identificação para acessar o conteúdo da área restrita do site, obter resposta personalizada de consultores e especialistas e receber atendimento prioritário da associação. A contribuição, atualmente, é de R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) por ano, por família, conforme divulgação do site:

Figura 10 - Informações para associação na ANED



Fonte: ANED, on-line[22].

Em fevereiro de 2021, a ANED lançou o “Programa de Apoio à Educação Domiciliar (PAED)”[23], em parceria com a Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE), que tem como missão,

[22] Dados disponíveis em https://www.aned.org.br/participe/associar-se. Acesso em 08/06/2022.
[23] O Programa de Apoio à Educação Domiciliar (PAED), pode ser consultado em: https://anajure.org.br/programas/paed/.

> a defesa das liberdades civis fundamentais – em especial a liberdade religiosa e de expressão – e a promoção dos deveres e direitos humanos fundamentais – em especial o princípio da dignidade da pessoa humana, tudo isso sob a égide e as bases principiológicas do Cristianismo e do seu consectário histórico, o Estado Democrático de Direito (ANAJURE, on-line).

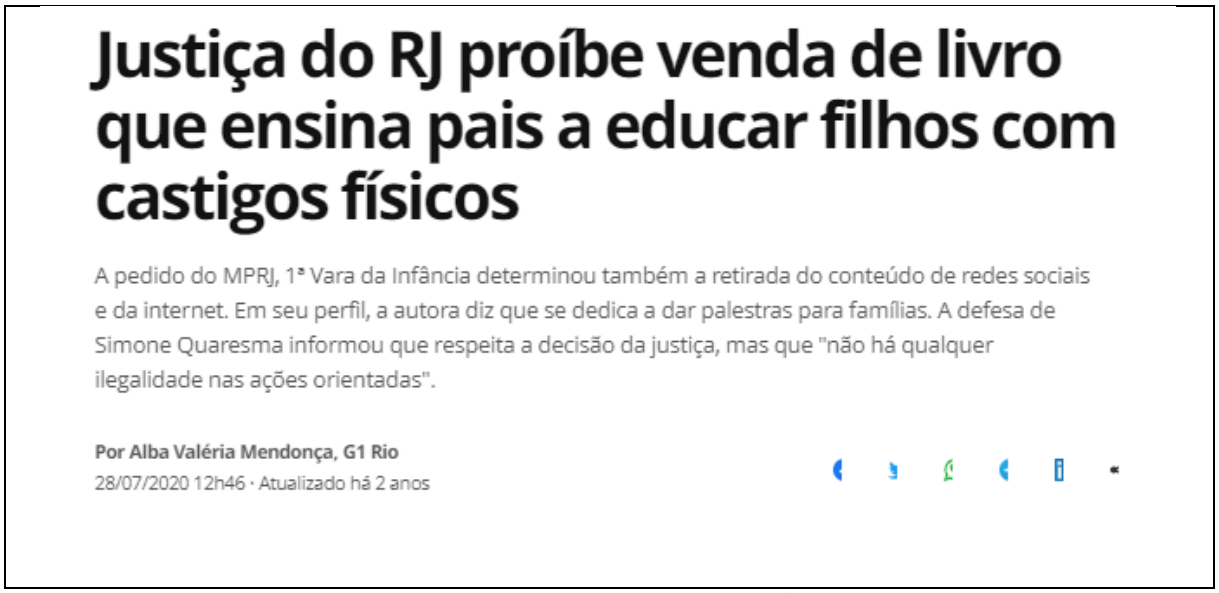
A ANAJURE destaca que este programa tem objetivo de apoiar mais diretamente as famílias educadoras nos desafios jurídicos enfrentados diariamente relacionados com as liberdades civis fundamentais e, mais especificamente, com a liberdade religiosa, orientando acerca da máxima expressão possível deste direito humano e fundamental com segurança jurídica, prevendo, ainda, a capacitação jurídica de profissionais que atuam (ou desejam atuar) na defesa das famílias educadoras (ANAJURE, on-line). Percebe-se que é a agenda do neoconservadorismo em ação para sustentação e dar condições de existência à Educação Domiciliar.

Há, assim, por esses atores, forte apelo à defesa de ideais neoconservadores, com orientação para os pais educarem seus filhos, inclusive, através de castigos físicos, o que é defendido por Simone Gaspar Quaresma, “esposa, mãe, sogra e avó de DEZ”, palestrante, professora, que cria filhos para Deus e escritora, conforme se apresenta em seu perfil no Instagram para 113 mil seguidores. E, ainda, realiza diversos cursos para ensinar famílias a educar, para adotar o *homeschooling,* e é autora do livro “O que toda mãe gostaria de saber sobre disciplina bíblica”, no qual aduz: “Discipline sua criança em áreas onde as marcas não ficarão visíveis”. A venda desse livro foi proibida pela Justiça.

Quadro 3 - Redes sociais e notícias sobre Simone Gaspar Quaresma







Justiça do RJ proíbe venda de livro que ensina pais a educar filhos com castigos físicos

A pedido do MPRJ, 1ª Vara da Infância determinou também a retirada do conteúdo de redes sociais e da internet. Em seu perfil, a autora diz que se dedica a dar palestras para famílias. A defesa de Simone Quaresma informou que respeita a decisão da justiça, mas que "não há qualquer ilegalidade nas ações orientadas".

Por Alba Valéria Mendonça, G1 Rio
28/07/2020 12h46 · Atualizado há 2 anos

Fonte: Elaboração da autora[24].

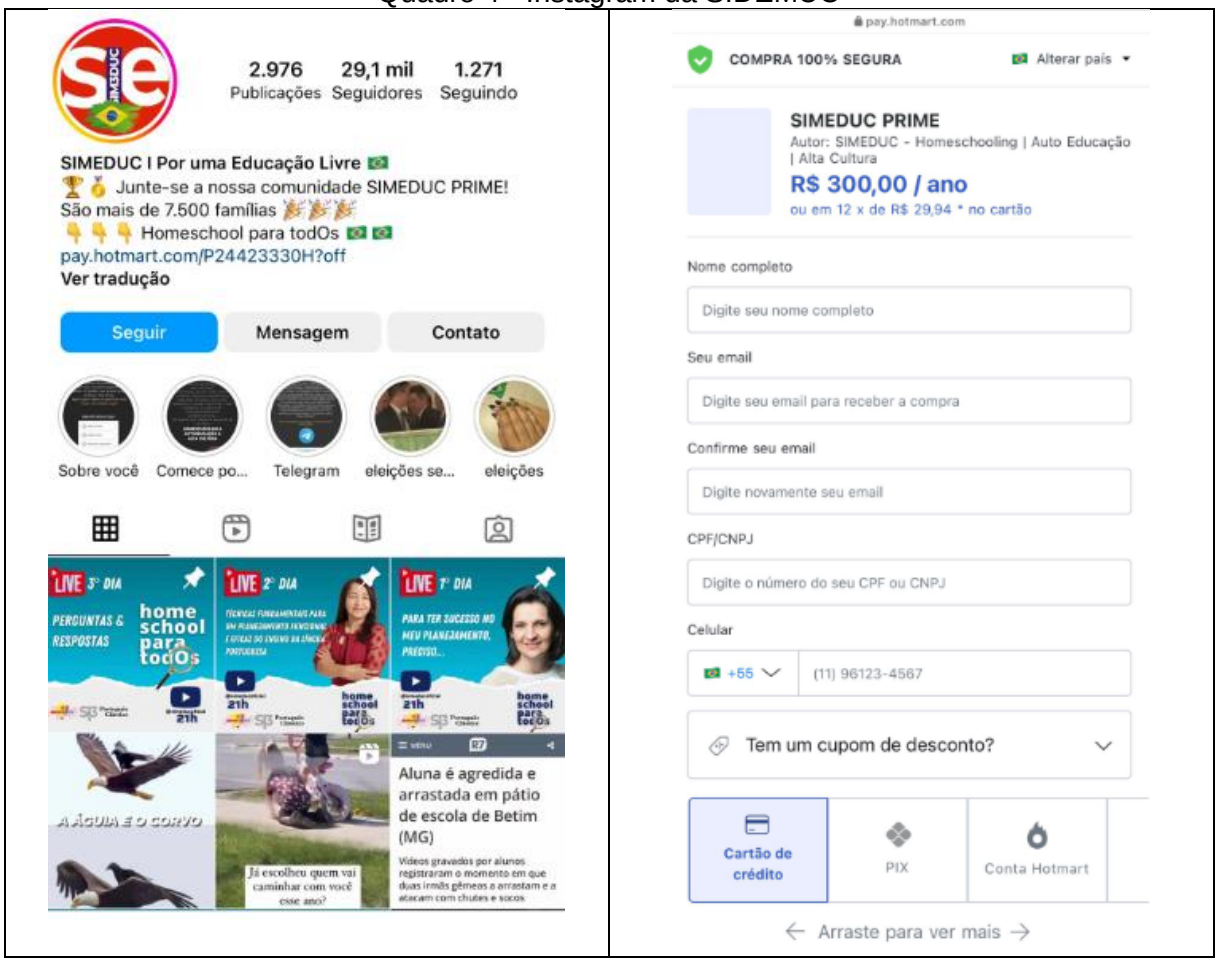
Na Sociedade Civil outro ator de destaque na defesa da Educação Domiciliar é o representante principal da ANED, seu presidente – Ricardo Dias ou Rick Dias, como se apresenta no Linkedin[25], que educou sua filha em casa e, em 2015, travou uma batalha judicial para que ela ingressasse na universidade antes de completar 18 anos, posto que havia obtido pontuação para o certificado de conclusão do ensino médio no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEN). Rick Dias possui, também, um site de eventos on-line, chamado SIMEDUC (https://simeduc.com.br/), que é uma das maiores plataformas de *homeschooling* do Brasil, no qual há uma loja virtual que comercializa material didático, livros e mentorias para *"homeschooling* sem medo". O livro "O que toda mãe gostaria de saber sobre disciplina bíblica", de autoria de Simone Gaspar Quaresma, apesar de proibido, é indicado e vendido nos cursos, eventos e feiras realizados pelo SIMEDUC. A página no Instagram @simeducoficial conta com 29,1 mil seguidores[26] e, além de notícias e lives, ao clicar no link da biografia há direcionamento para compra do "SIMEDUC PRIME", um tipo de associação, mediante pagamento de R$ 300,00/ano ou 12x de R$ 29,94 no cartão, conforme se demonstra no quadro abaixo:

[24] Os dados apontados do Instagram se referem aos números de seguidores conforme consulta realizada em 24/01/2023; a capa em: https://www.livrariadefesadoevangelho.com.br/o-que-toda-mae-gostaria-de-saber-sobre-disciplina-biblica-simone-quaresma e a notícia pode ser acessada em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/28/justica-do-rj-proibe-venda-de-livro-que-ensina-pais-a-educar-filhos-com-castigos-fisicos.ghtml.

[25] Dados disponíveis em https://www.aned.org.br/participe/associar-se. Acesso em 08/06/2022.

[26] Disponível em https://www.linkedin.com/in/rick-dias-28499632/?originalSubdomain=br. Acesso em 08/06/2022.

Quadro 4 - Instagram da SIDEMUC



Fonte: Elaboração da autora, com captura de tela do Instagram da SIMEDUC.

Em destaque, ainda, na Sociedade Civil, em defesa da Educação Domiciliar e das famílias que praticam essa modalidade de ensino ilegal, apresenta-se Edison Prado de Andrade, advogado, doutor em Educação pela USP, que defendeu sua tese de doutorado na temática do *homeschooling*, estando seu trabalho referenciado no balanço das produções realizado. É advogado da ANED e das famílias associadas, além de gestor da Associação Brasileira de Defesa e Promoção da Educação Familiar (ABDPEF). Recentemente, com a aprovação do Projeto de Lei nº. 3.179/12 pela Câmara dos Deputados, participou de diversas entrevistas na mídia[27], apresentando-se como especialista e defendendo a implementação da "escola em casa" no Brasil.

Diversos outros atores atuam no âmbito da Sociedade Civil na defesa da regulamentação e implementação da Educação Domiciliar, ligados à veículos e influenciadores de mídia, como salientado por Lima *et. al.* (2022), com destaque para

[27] Entrevista de 01/07/22 disponível em https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2022/07/mais-vozes-sob-diferentes-pontos-de-vista-pais-e-especialistas-discutem-o-ensino-domiciliar-cl52w9cl600ah0167rb1p59be.html. Acesso em 08/07/2022.

IP.TV, responsável por criar o aplicativo Mano, desenvolvido para a campanha presidencial de Jair Messias Bolsonaro e que foi introduzido em diversos Estados para criação de aplicativos de aulas EAD nas redes públicas. O site *The Intercept Brasil* revelou em reportagem,[28] que, com a pandemia e aulas on-line, milhões de alunos foram obrigados a usar o aplicativo dessa empresa que criou a TV Bolsonaro (THE INTERCEPT BRASIL, n.p.).

Percebe-se que esses atores da Sociedade Civil, interligados por essas associações nacionais (ANED, ANAJURE e ABDPEF) e internacionais, como a *Home School Legal Defense Association* (HSLDA), atuam em várias frentes para defesa da Educação Domiciliar, buscando com seus discursos carregados dos ideais neoliberais e neoconservadores, manter a urgência da pauta em prol da regulamentação e implementação dessa modalidade educativa no país.

4.2.2 Educação Domiciliar no Poder Executivo

No governo de Jair Messias Bolsonaro, iniciado em janeiro de 2019 e finalizado em dezembro de 2022, a Educação Domiciliar foi uma pauta prioritária, como já destacado, mormente porque atende à agenda política neoliberal e neoconservadora, que marcou a gestão implementada pelo presidente e seus ministros. A atuação do Poder Executivo federal em prol da Educação Domiciliar foi tão abrangente que logo no início do governo, a casa civil em conjunto com o MEC enviou ao Congresso Nacional, com chancela do Presidente da República, um novo texto de Projeto de Lei para regulamentação do *homeschooling*. O PL n.º 2.401/2019, proposto pelo Poder Executivo Federal, foi encaminhado à Câmara dos Deputados pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, em 17/04/2019, dispondo sobre o exercício do direito à Educação Domiciliar, tendo sido apensado ao PL nº. 3.179/2012, que foi aprovado em 19/05/2022. Há que se ressaltar que o texto desse projeto, na forma de Medida Provisória, foi encaminhado[29] ao presidente por seus Ministros Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos) e Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub (Ministro da Educação).

[28] A reportagem completa do *site The Intercept* Brasil, pode ser consultado em: https://theintercept.com/2020/06/15/app-empresa-tv-bolsonaro-aulas-online-pandemia/.

[29] O ofício referido consta das páginas 6 a 9 do projeto, que pode ser consultado em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1734553&filename=PL%202401/2019. Acesso em 05/01/2022.

Em 30/05/2019, o MEC, órgão máximo da educação nacional, defendeu a Educação Domiciliar, vedada em Lei, em seminário realizado na Câmara dos Deputados, conforme amplamente noticiado nas redes sociais e se demonstra pela figura abaixo:

Figura 11 - Defesa da Educação Domiciliar no MEC



Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS, on-line[30].

A Ministra Damares Regina Alves, também, atuou, fortemente pela aprovação do PL nº. 3.179/2012, que regulamenta a Educação Domiciliar no Brasil, sendo que os enunciados dos seus discursos demonstram a urgência da pauta para os representantes do Poder Executivo. De modo reiterado, enquanto, ainda, era Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, concedeu entrevistas, proferiu discursos e realizou publicações em suas redes sociais para legitimação do *homeschooling.* Recentemente, realizou uma postagem em suas redes sociais convocando seus seguidores: “LIGUE PARA OS DEPUTADOS DO SEU ESTADO e cobre a posição favorável pelo direito constitucional das famílias sobre o ensino dos seus filhos”. Na

[30] Dados disponíveis em https://www.camara.leg.br/noticias/558829-para-mec-educacao-domiciliar-deve-ser-opcao-para-familias/. Acesso em 05/01/2020.

Figura 12 se destaca a postagem realizada no Instagram, com 16.434 curtidas dos seus seguidores.

Figura 12 - Defesa da Educação Domiciliar pela Ministra Damares Regina Alves

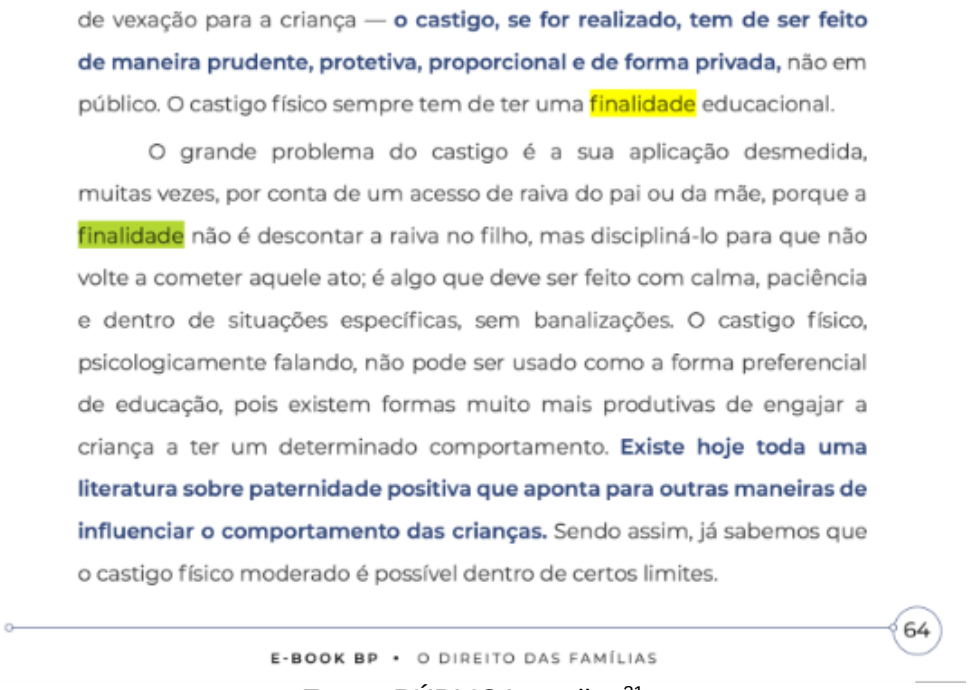


Fonte: Elaboração da autora, com captura de tela de postagem do Instagram da Ministra Damares Regina Alves, de 13/05/2022.

Há que se ressaltar que a Ministra Damares nomeou em sua gestão no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Alexandre Magno Moreira, que passou, a partir de 2019, a exercer cargo de secretário adjunto da Secretaria Nacional de Cidadania e posteriormente foi Secretário Nacional de Proteção Global. Alexandre Magno Moreira é um dos principais articuladores da defesa do *homeschooling* no Brasil, autor de obras sobre a temática da Educação Domiciliar, citadas no presente

trabalho, já atuou como diretor jurídico da ANED de 2010 a 2019, sendo consultor jurídico da associação. É, também, ligado à HSLDA e foi conselheiro por oito anos da *Global Home Education Exchange* (GHEX), uma das plataformas para as atividades internacionais da HSLDA. Alexandre Magno Moreira, oferece um curso on-line na plataforma audiovisual da "Brasil Paralelo", na qual defende a implementação do *homeschooling* e orienta aos pais o uso de castigo físico na educação dos filhos, realizado de "maneira prudente, protetiva e de forma privada", eis que, assim, possui "finalidade educacional". A Figura 13 apresenta um trecho do material produzido e disponibilizado aos alunos do seu curso.

Figura 13 - Captura de tela de trecho do curso on-line "O Direito da Família", de Alexandre Magno Moreira



de vexação para a criança — **o castigo, se for realizado, tem de ser feito de maneira prudente, protetiva, proporcional e de forma privada,** não em público. O castigo físico sempre tem de ter uma finalidade educacional.

O grande problema do castigo é a sua aplicação desmedida, muitas vezes, por conta de um acesso de raiva do pai ou da mãe, porque a finalidade não é descontar a raiva no filho, mas discipliná-lo para que não volte a cometer aquele ato; é algo que deve ser feito com calma, paciência e dentro de situações específicas, sem banalizações. O castigo físico, psicologicamente falando, não pode ser usado como a forma preferencial de educação, pois existem formas muito mais produtivas de engajar a criança a ter um determinado comportamento. **Existe hoje toda uma literatura sobre paternidade positiva que aponta para outras maneiras de influenciar o comportamento das crianças.** Sendo assim, já sabemos que o castigo físico moderado é possível dentro de certos limites.

64

E-BOOK BP • O DIREITO DAS FAMÍLIAS

Fonte: PÚBLICA, on-line[31].

Esses atores públicos, representantes e servidores de órgãos governamentais vinculados ao Poder Executivo foram atuantes para manter a regularidade do discurso em defesa da Educação Domiciliar, incentivando a sua implementação, de forma imediata, mesmo com vedada legal. Tanto que, em 27/05/2021, o MEC, já sob o comando do Ministro, Milton Ribeiro, pastor, advogado e professor, lançou uma Cartilha, o que foi amplamente divulgado e todo o material disponibilizado nas redes sociais do Ministério da Educação, conforme demonstra a figura abaixo:

[31] Dados disponíveis em https://apublica.org/2022/07/homeschooling-brasil-castigo-fisico-bater-aned-hslda/. Acesso em 28/12/2022.

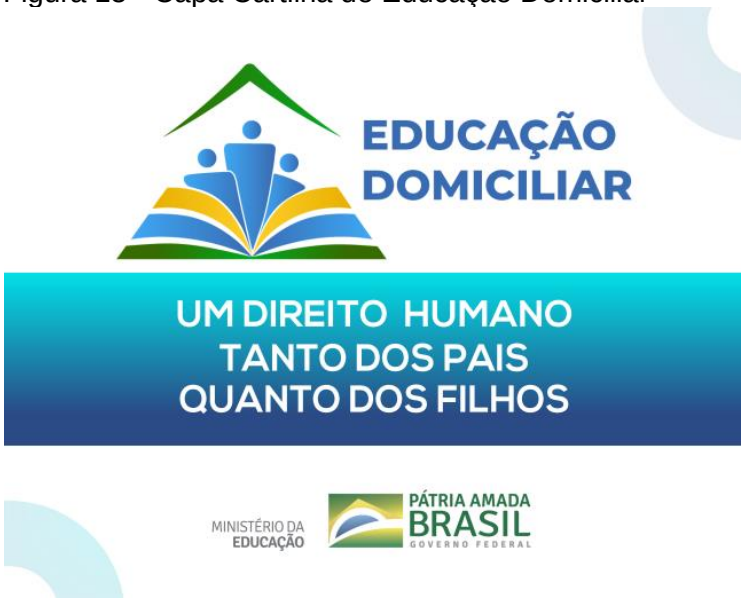
Figura 14 - Lançamento Cartilha de Educação Domiciliar



Fonte: MEC, on-line[32].

A Cartilha Informativa foi denominada de “Educação Domiciliar: um direito humano tanto dos pais quanto dos filhos” (BRASIL, 2021) e, em cerca de vinte páginas, propõe-se a esclarecer as razões pelas quais os Projetos de Lei em trâmite devem ser aprovados e o *homeschooling* implementado no país. A Figura 15 estampa a capa da Cartilha.

Figura 15 - Capa Cartilha de Educação Domiciliar



Fonte: BRASIL, 2021.

[32] Dados disponíveis em https://www.camara.leg.br/noticias/694872-deputados-defendem-regulamentacao-do-ensino-domiciliar-no-pais-com-apoio-do-governo/. Acesso em 05/01/2020.

A Cartilha elaborada e disponibilizada pelo MEC, apresenta, na página 2, o conceito de Educação Domiciliar, reafirmando o discurso neoconservador de que é direito dos pais a escolha do tipo de instrução que será ministrada a seus filhos, apropriando-se da previsão exarada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948):

> A Educação Domiciliar é a modalidade de ensino, em todos os níveis da educação básica, dirigido pelos próprios pais ou responsáveis legais, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.
> "os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de educação que será ministrada aos seus filhos".
> Declaração Universal dos Direitos Humanos, Art. 26 (BRASIL, 2021).

Na página 3 da Cartilha, afirma-se que a Educação Domiciliar é reconhecida em 85% dos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sendo um direito garantido legalmente em mais de 60 países ao redor do mundo. E, na página 4, destaca-se que essa modalidade educativa é praticada por 2,5 milhões de estudantes do ensino fundamental e médio nos EUA, apresentando exemplos de crianças americanas estudando nesse regime (BRASIL, 2021). Esses enunciados sustentam o discurso de urgência na regulamentação do *homeschooling* no Brasil.

Desconsiderando que a Educação Domiciliar é vedada no Brasil, inclusive, caracterizando crime de abandono intelectual a conduta de não matricular os filhos na escola, o órgão máximo da educação nacional informa, na página 5, sem qualquer referência a fonte dos dados, que no Brasil cerca de 17 mil famílias e 35 mil crianças e adolescentes já estudam em regime de Educação Domiciliar. Nas páginas 6 e 7 apresenta práticas educativas comuns na Educação Domiciliar, quais sejam:

> Utilizam currículo estruturado, mas com liberdade para ampliar as fontes de pesquisa e os objetivos do aprendizado, de acordo com interesses do estudante;
>
> Em algumas comunidades, os pais e as mães se organizam para ensinar os filhos em grupos: o pai ou a mãe ensina matemática, outro ensina história, outro ensina informática e assim por diante;
>
> Comunidades de famílias educadoras se reúnem regularmente;
>
> Crianças escrevem ensaios e relatórios com base em suas pesquisas, realizadas em diferentes fontes, com a supervisão dos pais;

> Fontes primárias e biografias são muito valorizadas;
>
> As crianças e adolescentes expõem seus trabalhos diante de outros estudantes e dos adultos das comunidades de aprendizagem (BRASIL, 2021).

Nas páginas 8 e 10 da Cartilha, discorre-se sobre a socialização, afirma-se que "acontece o tempo todo: nos grupos de famílias educadoras e na interação com crianças que estudam em escolas regulares e que são primos, vizinhos, colegas da comunidade, do clube ou do condomínio". Para eles, a socialização aconteceria de maneira natural, nas idas ao supermercado, em conversas com porteiro, cobrador do ônibus, idosos e, em situações planejadas, como em "contextos políticos, nos quais as crianças podem fazer a diferença contribuindo para a efetivação da liberdade educacional desta e das futuras gerações" (BRASIL, 2021). Importante, aqui, ressaltar a estratégia discursiva, utilizada com objetivo de contrapor outros discursos contrários, que justamente criticam a falta de sociabilidade no *homeschooling*. Questiona-se, as práticas apontadas na Cartilha "de socialização natural", no supermercado, ônibus ou em contato com porteiro e cobrador do ônibus, podem ser realmente equiparadas aos processos socializadores que ocorrem no espaço da escola? Para responder essa indagação destaca-se o preceituado por Vasconcelos e Boto (2020), no sentido de que a escola detém importante caráter civilizador, assinalado pela convivência entre alunos e professores, com cumplicidades e rivalidades, afetos e desafetos, o que é educativo e representa "um contínuo aprendizado de equações dos conflitos inerentes à sociabilidade humana" (VASCONCELOS; BOTO, 2020, p. 14).

Em sequência, como propósitos da regulamentação da Educação Domiciliar, consta na página 11 da Cartilha elaborada pelo MEC, "defender o direito à liberdade das famílias educarem os filhos e o direito dos filhos à educação de qualidade, visando seu melhor desenvolvimento pessoal, preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e para as demais áreas da vida". E, conforme consta da página 12, a Educação Domiciliar visa:

> Oferecer mais uma opção de educação para jovens e crianças;
>
> Respeitar o direito das famílias à liberdade educacional;
>
> Favorecer a distinção entre o exercício do direito à liberdade educacional e o crime de abandono intelectual;

> Trazer clareza em relação às estatísticas sobre evasão escolar, distinguindo entre os que deixaram a escola para estudar em casa e aqueles que abandonaram os estudos;
>
> Proteger as famílias educadoras contra o preconceito e a discriminação;
>
> Estimular o exercício da cidadania e do trabalho voluntário entre as famílias que desenvolvem atividades em conjunto (BRASIL, 2021).

Nas páginas 13 e 14, destacam-se questões de currículo, que, de acordo com as orientações da Cartilha, deve ser estruturado, sem se abrir mão da disciplina diária, havendo, todavia, liberdade e flexibilidade, inclusive, para realizar aula de culinária, que "pode conter elementos de história, geografia, ciências, matemática e até astronomia", exemplificando com uma imagem de uma aula sobre as fases da lua exposta na Figura 16.

Figura 16 - Aula na Educação Domiciliar sobre as fases da lua



Fonte: Imagem extraída da página 13 da Cartilha de Educação Domiciliar (BRASIL, 2021), elaborada pelo MEC.

Nas páginas 15 a 17 da Cartilha, apresenta-se personalidades que foram educadas em Educação Domiciliar, como Benjamin Franklin, Antônio Pereira

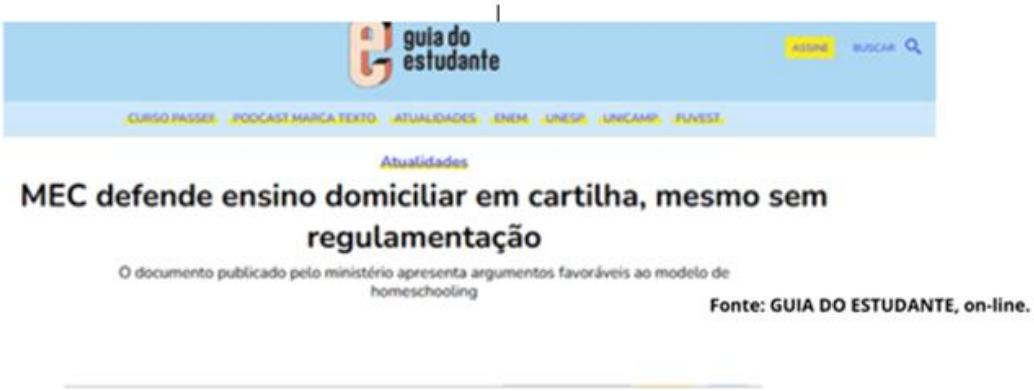
Rebouças e Barão de Mauá, além de alguns jovens brasileiros, que teriam cursado essa modalidade de ensino, aos quais se dá espaço para narrar as suas experiências. Imprescindível, neste aspecto, destacar que essa estratégia discursiva, de dar lugar de fala àqueles que praticam a Educação Domiciliar, é uma maneira de reiterar a urgência da necessidade de se regulamentar a modalidade educativa, o que, também, se faz na página 18 da Cartilha, quando se destaca o histórico dos Projetos de Lei, em andamento na Câmara e no Senado, demonstrando-se o decurso de tempo que se espera a solução para o problema da falta de previsão normativa.

Na página 19, encerra-se a cartilha com a frase: “o Brasil não pode mais esperar” (BRASIL, 2021), com reiteração do acontecimento da urgência como a estratégia para sustentar a regulamentação e implementação da Educação Domiciliar no país.

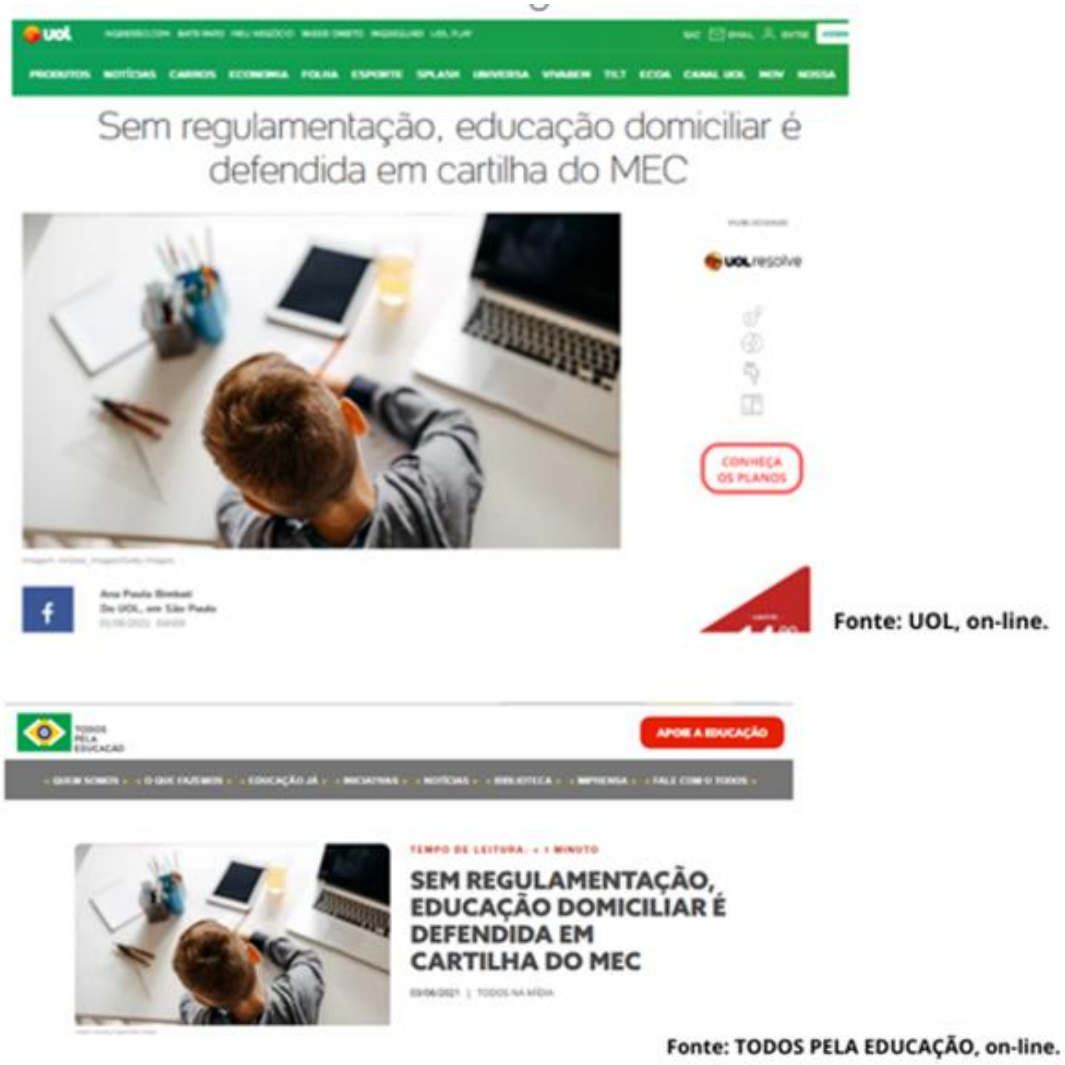
Percebe-se, assim, o discurso de urgência adotado pelo MEC na defesa da regulamentação da Educação Domiciliar, sustentado por discursos neoliberais e neoconservadores em relação ao direito das famílias à liberdade educacional, ao direito de escolha por uma educação mais individualizada e de qualidade e, ainda, para proteção e desenvolvimento de seus filhos. A Cartilha foi muito comemorada pelas autoridades vinculadas ao Poder Executivo e demais atores da rede de defesa da Educação Domiciliar, importando na materialização dos interesses daqueles que se empenham na regulamentação e implementação do *homeschooling* no Brasil.

Por outro lado, para demonstrar a existência de discursos diferentes e contrários dentro de uma mesma temática, a Figura 7 apresenta um apanhado de notícias negativas sobre o lançamento da Cartilha pelo MEC sem que a Educação Domiciliar tenha sido regulamentada por Lei.

Figura 17 - Notícias sobre o lançamento da Cartilha de Educação Domiciliar



Fonte: GUIA DO ESTUDANTE, on-line.



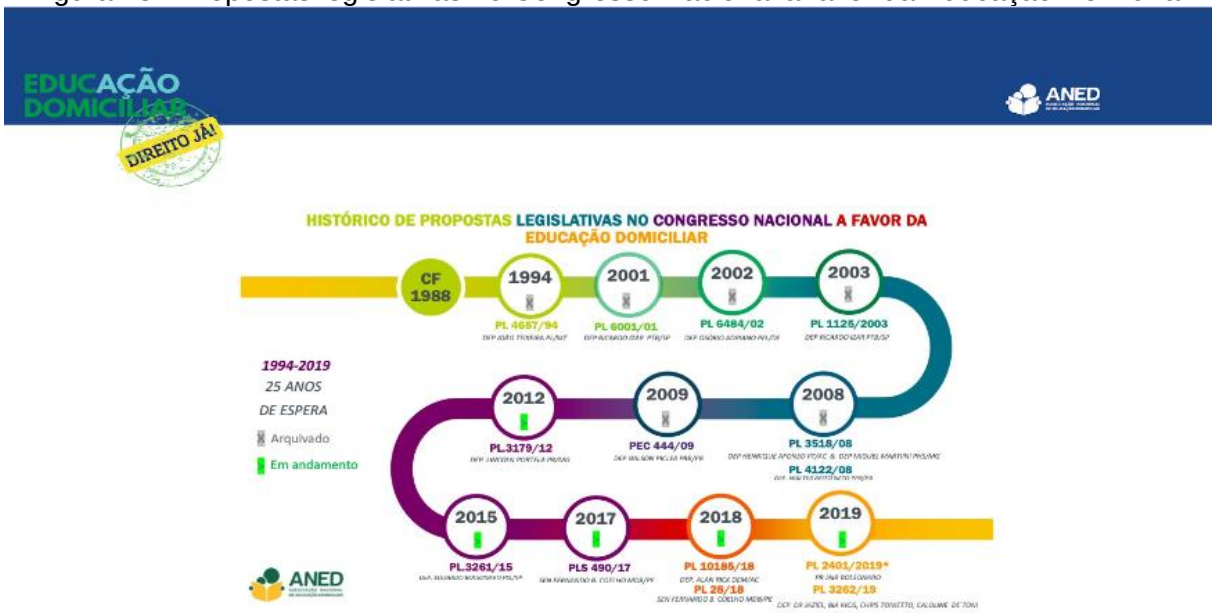
Fonte: Elaborado pela autora, com pesquisas em sites da internet, realizadas em 16/01/2023, com as fontes indicadas na própria figura.

Por fim, imperioso destacar, que a conduta desses atores do Poder Executivo, de incentivar a adoção da Educação Domiciliar, inclusive, com a publicação da Cartilha e sua divulgação, atenta contra os princípios da administração pública, que exigem dos representantes públicos, honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, e caracterizando violação direta à Lei (art. 55, ECA e art. 6º, LDB), eis que a Educação Domiciliar é expressamente vedada pela legislação nacional.

4.2.3 Educação Domiciliar no Poder Legislativo

A Educação Domiciliar é um tema recorrente no Poder Legislativo e, desde a promulgação do texto constitucional em 1988, tramitaram no Congresso Nacional 8 (oito) Projetos de Lei (PL) e 1 (uma) Proposta de Emenda à Constituição (PEC), com vistas à regulamentação dessa prática educativa, o que pode ser ilustrado pela Figura 18 na qual se apresenta o histórico dessas propostas legislativas.

Figura 18 - Propostas legislativas no Congresso Nacional a favor da Educação Domiciliar



Fonte: ANED, on-line[33].

O primeiro foi o Projeto de Lei n.º 4.657/94, apresentado em 16/06/1994, pelo deputado João Teixeira (PL/MT), que previa a criação do "Ensino Domiciliar de Primeiro Grau", com determinação de que o currículo observasse as normas do MEC e que houvesse a verificação do aluno no final do ano, junto à rede estadual de ensino, para capacitá-lo à série subsequente; esse projeto foi rejeitado e arquivado em fevereiro de 1995. Somente, em dezembro de 2001, um novo Projeto de Lei n.º 6.001/01, dispondo sobre o "Ensino em Casa", foi apresentado pelo deputado Ricardo Izar (PTB/SP), e, no ano seguinte, foi apresentado o Projeto de Lei nº. 6.484/02, de autoria do deputado Osório Adriano (PFL/DF), para instituir a "Educação Domiciliar no sistema de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; ambos projetos foram apensados para tramitação e arquivados em janeiro de 2003, tendo sido neste mesmo ano rejeitado o Projeto de Lei n.º 1.125/03, novamente apresentado pelo deputado Ricardo Izar, com proposta idêntica ao Projeto de Lei nº. 6.001/01. Esses

[33] Dados disponíveis em https://www.facebook.com/anededucacaodomiciliar. Acesso em 17/05/2020.

projetos foram desarquivados posteriormente e novamente rejeitados e arquivados definitivamente em janeiro de 2007.

Em 5 de junho de 2008, o deputado Henrique Afonso (PT/AC) propôs o Projeto de Lei n.º 3.518/08, para autorizar a Educação Domiciliar na educação básica. E, em outubro do mesmo ano, o deputado Walter Brito Neto (PRB/PB), apresentou o Projeto de Lei n.º 4.122/08, para regulamentar a Educação Domiciliar, com alteração da LDB e do ECA, ambos os projetos foram apensados e em novembro de 2011, arquivados. Ressalta-se que, concomitantemente, em 2009, o deputado Wilson Picler (PDT/PR), apresentou a Proposta de Emenda à Constituição n.º 444/09, propondo alteração da CRFB/88, para regulamentar a Educação Domiciliar para crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, tendo sido a proposta encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e arquivada em janeiro de 2011. Posteriormente, essa PEC foi desarquivada e novamente rejeitada, sendo arquivada definitivamente em janeiro de 2015.

Em fevereiro de 2012, o deputado Lincoln Portela (PRB/MG) apresentou o PL n.º 3.179/12, para alterar a LDB e o ECA, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica. Com essa proposta em tramitação, em 2015, o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), apresentou o PL n.º 3.261/15 e, em dezembro de 2017, o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), propôs o Projeto de Lei do Senado (PLS) n.º 490/17, para regulamentar a Educação Domiciliar e, alguns meses, depois o PLS n.º 28/18, para alterar o Código Penal, a fim de que a prática da Educação Domiciliar não caracterize o crime de abandono intelectual. Posteriormente, em maio de 2018, o deputado Alan Rick (DEM/AC), apresentou o PL n.º 10.185/18, também para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica.

Assim, os novos projetos em andamento na Câmara dos Deputados (PL n.º 3.261/15 e PL n.º 10.185/18), foram apensados ao PL nº. 3.179/12. Em 17/04/2019, foi recebido na Câmara dos Deputados ofício do Poder Executivo, encaminhando mensagem do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, como já ressaltado, com proposta para regulamentação da Educação Domiciliar, que foi convertido no PL n.º 2.401/19 e, também, apensado ao PL n.º 3.179/12. Por fim, em 03/06/2019, foi apresentado o PL n°. 3.262/2019 de autoria de Chris Tonietto (PSL/RJ), Bia Kicis (PSL/DF), Caroline de Toni (PSL/SC) e Dr. Jaziel (PL/CE), para alteração do Código

Penal, para incluir o parágrafo único, no art. 246, a fim de prever que a Educação Domiciliar não configura crime de abandono intelectual.

Importante asseverar que os autores dos Projetos de Lei para regulamentar a Educação Domiciliar no Brasil, em sua maioria, sendo 11 dos 14 autores, eram filiados a partidos políticos de espectro político à direita, com posicionamento ideológico conservador, como se percebe no Quadro 5 abaixo:

Quadro 5 - Relação dos autores dos Projetos de Lei para regulamentar a Educação Domiciliar

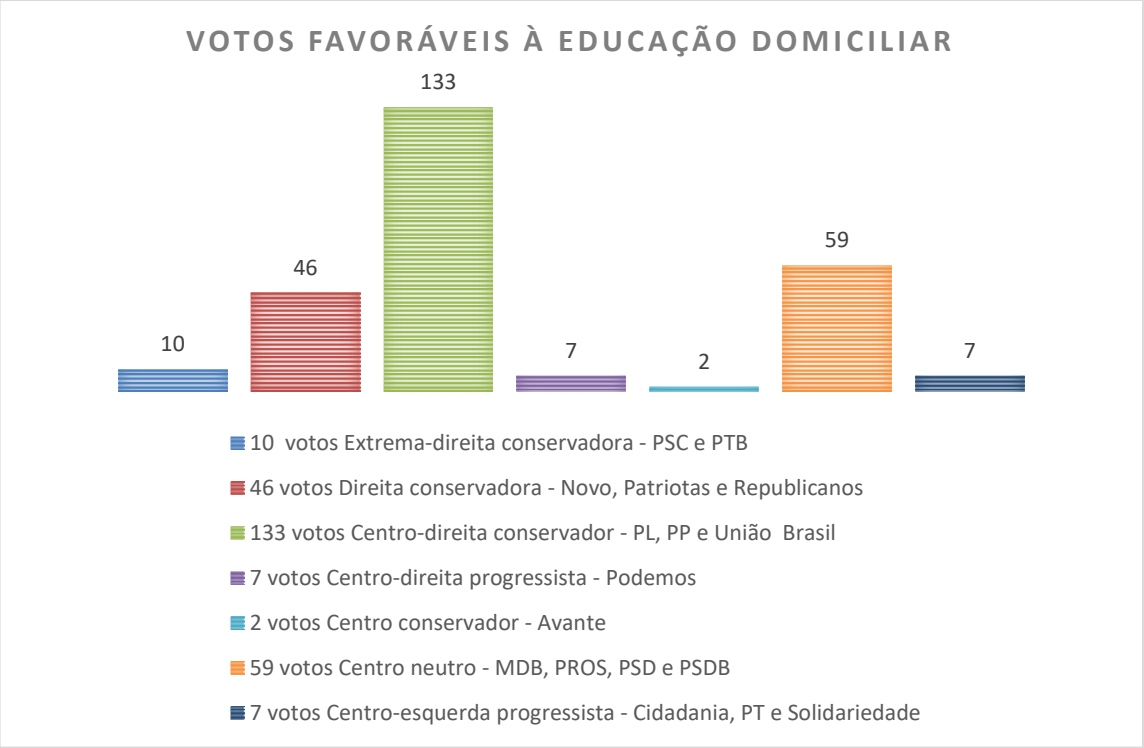
Iniciativa PL/PLS	**Partido Político**	**Espectro Político**	**Posicionamento Ideológico**
Deputado João Teixeira	PL/MT	Centro-direita	Conservador
Deputado Ricardo Izar	PTB/SP	Extrema-direita	Conservador
Deputado Osório Adriano	PFL/DF União Brasil/DF (atual)	Centro-direita	Conservador
Deputado Henrique fonso	PT/AC	Centro-esquerda	Progressista
Deputado Walter Brito Neto	PRB/PB Republicanos/PB (atual)	Direita	Conservador
Deputado Wilson Picler	PDT/PR	Esquerda	Progressista
Deputado Lincoln Portela	PRB/MG Republicanos/MG (atual)	Direita	Conservador
Deputado Eduardo Bolsonaro	PL-SP	Centro-direita	Conservador
Senador Fernando Bezerra Coelho	MDB/P	Centro	Neutro
Deputado Alan Rick	DEM/AC União Brasil/AC (atual)	Centro-direita	Conservador
Deputada Chris Tonietto	PSL/RJ União Brasil/RJ (atual)	Centro-direita	Conservador
Deputada Bia Kicis	PSL/DF União Brasil/DF (atual)	Centro-direita	Conservador
Deputada Caroline de Toni	PSL/SC União Brasil/SC (atual)	Centro-direita	Conservador
Deputado Dr. Jaziel Pereira	PL/CE	Centro-direita	Conservador

Fonte: Elaborado pela autora[34].

[34] Os dados sobre os autores dos PL/PLS foram consultados nas páginas da Câmara dos Deputados (https://www.camara.leg.br/) e do Senado Federal (https://www12.senado.leg.br/hpsenado) e os dados sobre o espectro político e posicionamento ideológico foram consultados na Wikipédia,

Em 19 de maio de 2022, a Câmara de Deputados aprovou o Projeto de Lei nº. 3.179/2012 (BRASIL, 2012), com tramitação em regime de urgência, por 264 votos favoráveis, 144 contrários e 2 abstenções. No Gráfico 1, em resumo ao que se detalha no Apêndice C[35], demonstra-se os votos favoráveis dos Deputados à aprovação do projeto.

Gráfico 1 - Votos favoráveis à Educação Domiciliar na aprovação do PL nº. 3.179/2012 na Câmara dos Deputados



Fonte: Elaborado pela autora[36].

Analisando os 264 votos favoráveis ao projeto que regulamenta a Educação Domiciliar no Brasil, tem-se que: 10 votos foram oriundos de partidos da extrema-direita conservadora (PSC e PTB); 46 votos da direita conservadora (NOVO, Patriota e Republicanos); 133 votos do centro-direita conservador (PL, PP e UNIÃO); 7 votos de partido do centro-direita progressista (PODE); 2 votos do centro conservador

disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Posicionamentos_dos_partidos_brasileiros. Acesso em 18/12/2022.

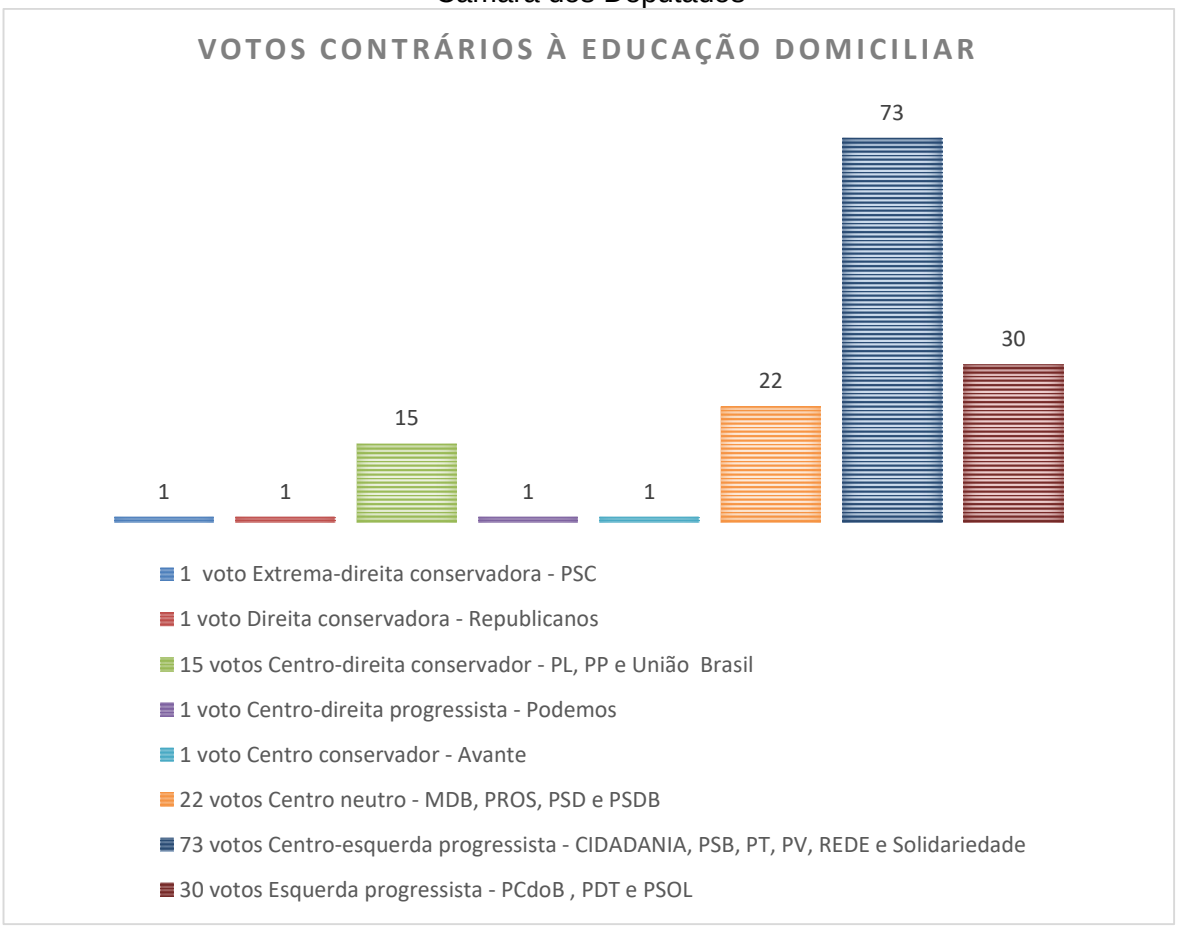
[35] No Apêndice C apresenta-se o resultado detalhado da votação do PL nº. 3179/2012 na Câmara dos Deputados, com discriminação de todos os votos por partido político e respectivos parlamentares, destacando-se o espectro político e posicionamento ideológico de cada legenda, bem como a orientação do partido para voto no PL por seus parlamentares.

[36] Os dados sobre a votação do PL nº. 3.179/2012 foram consultados na página da Câmara dos Deputados (https://www.camara.leg.br/), especificamente em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/chamadaExterna.html?link=http://www.camara.gov.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=10854. Acesso em: 26/12/2022.

(Avante); 59 votos do centro neutro (MDB, PROS, PSD e PSDB) e 7 votos do centro-esquerda progressista (Cidadania, PT e Solidariedade). Destaca-se, ainda, que a totalidade dos parlamentares que compõe os partidos PTB (extrema-direita conservadora), Novo, Patriota (direita conservadora) e PROS (centro neutro) votaram favoráveis a aprovação do Projeto de Lei nº. 3.179/2012 para regulamentar a Educação Domiciliar.

No Gráfico 2, em resumo ao que se detalha no Apêndice C, demonstra-se os votos contrários dos Deputados à aprovação do projeto.

Gráfico 2 - Votos contrários à Educação Domiciliar na aprovação do PL nº. 3.179/2012 na Câmara dos Deputados



Fonte: Elaborado pela autora[37].

Impende ressaltar que dos 144 votos contrários ao projeto que regulamenta a Educação Domiciliar no Brasil, 1 voto foi oriundo de partido da extrema-direita

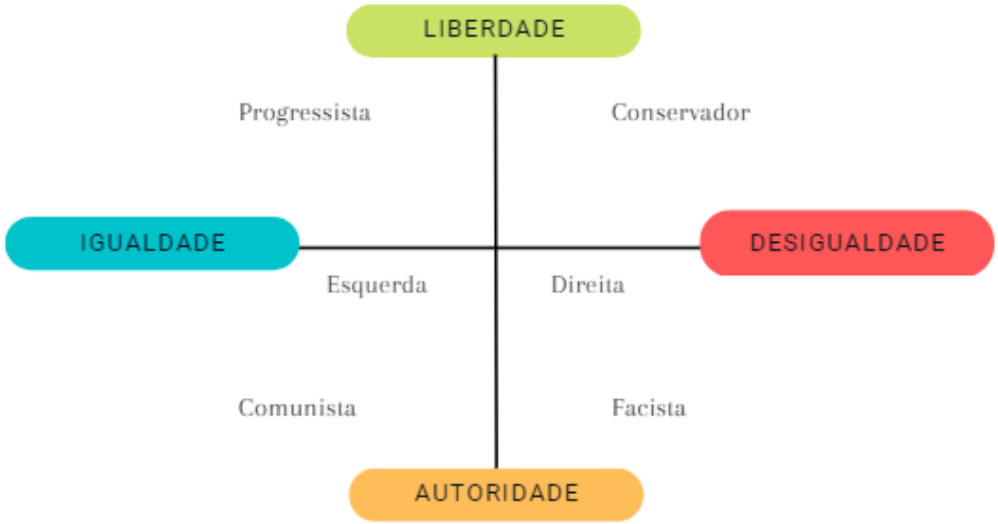
[37] Os dados sobre a votação do PL nº. 3.179/2012 foram consultados na página da Câmara dos Deputados (https://www.camara.leg.br/), especificamente em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/chamadaExterna.html?link=http://www.camara.gov.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=10854. Acesso em: 26/12/2022.

conservadora (PSC); 1 voto da direita conservadora (Republicanos); 15 votos do centro-direita conservador (PL, PP e UNIÃO); 1 voto do centro-direita progressista (PODE); 1 voto do centro conservador (Avante); 22 votos de partidos do centro neutro (MDB, PROS, PSD e PSDB), 73 votos do centro-esquerda progressista (Cidadania, PSB, PT, PV, REDE e Solidariedade) e 30 votos da esquerda progressista (PCdoB , PDT e PSOL). Assevera-se, que a totalidade dos parlamentares que compõe os partidos PSB, PV, REDE (centro-esquerda progressista), PCdoB e PSOL (esquerda progressista), votaram contrários a aprovação do Projeto de Lei nº. 3.179/2012.

Com efeito, assevera-se que para definir direita e esquerda, utilizou-se o critério igualdade x desigualdade e liberdade x autoridade proposto por Bobbio (1995, p. 118), que orienta “apreciação (apprezzamento) da ideia da igualdade, e que o critério para distinguir a ala moderada da ala extremista, tanto na direita quanto na esquerda, é diversa postura (attegiamento) diante da liberdade (...). Assim, de acordo com o autor, ao lado da díade igualdade x desigualdade, deve-se colocar a díade liberdade x autoridade, assim, tem-se os extremos, libertários x autoritários. Logo, dependendo da postura, maior ou menor liberdade, pode-se reconhecer o moderado e o extremista. Para o autor, o espectro político pode ser resumido em quatro posicionamentos: extrema-esquerda, movimentos igualitários e autoritários; centro-esquerda, movimentos simultaneamente igualitários e libertários, denominados de socialismo liberal e que compreenderiam partidos social democratas; centro-direita, movimentos simultaneamente libertários e inigualitários, no qual se inserem os partidos conservadores e extrema-direita, movimentos antiliberais e anti-igualitários, como fascismo e nazismo (BOBBIO, 1995).

Todavia, considerando que não há partido político que seja absolutamente coerente em suas posições, costuma-se criar classificações intermediárias, como as utilizadas na presente Tese, denominadas de extrema-direita conservadora, direita conservadora, centro-direita conservador, centro conservador, centro-direita progressista, centro neutro, centro-esquerda progressista, esquerda progressista, que podem ser pensadas na forma da figura abaixo para se definir o espectro político:

Figura 19 - Espectro político segundo Bobbio



Fonte: Elaborado pela autora, com base em BOBBIO (1995).

Os dados levantados em relação à propositura e votação do Projeto de Lei nº. 3.179/2012, que regulamentou a Educação Domiciliar no Brasil, permitem afirmar que no âmbito do Poder Legislativo, a Educação Domiciliar é uma pauta defendida majoritariamente por partidos políticos e parlamentares que compõe a direita conservadora ou a "Nova Direita" ou, ainda, como já citado e ressaltado por Apple (2003), da aliança entre neoliberais, neoconservadores, populistas religiosos autoritários conservadores e uma fração particular e gerencial da nova classe média, que tem efeitos poderosos em tantos aspectos da sociedade, denominada de "modernização conservadora".

Na votação do Projeto de Lei nº. 3.179/2012 na Câmara dos Deputados, entre os dias 18 e 19 de maio de 2022, dentre os 410 Deputados que compuseram o quórum da votação, 56 realizaram manifestações no plenário, para orientar os votos dos seus partidos, realizar proposições de adiamento e emendas, bem como para proferir discursos em defesa ou contra a aprovação do projeto que regulamenta a Educação Domiciliar. Ao todo 22 Deputados fizeram uso da palavra no plenário para defesa do *homeschooling*. No Apêndice D[38], foram descritos todos os discursos proferidos pelos

[38] No Apêndice D apresenta-se todas as manifestações realizadas no plenário pelos Deputados que votaram em defesa da Educação Domiciliar na votação do PL nº. 3.179/2022. Os discursos constam no site a Câmara dos Deputados em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_deputados?idProposicao=534328. Acesso em: 22/12/2022.

Deputados que votaram em defesa da Educação Domiciliar, destacando-se, em síntese, os seguintes enunciados discursivos neoliberais e neoconservadores:

i) Deputado Marcel Van Hattem, do partido NOVO/RS, afirmou que a "família brasileira, que é quem tem o direito de decidir" como será a educação dos filhos; aduziu que a Educação Domiciliar "é uma prática natural por ser um direito das famílias, por ser um direito das crianças, por ser um direito dos estudantes"; destacou por diversas vezes, que o STF reconheceu a constitucionalidade do *homeschooling*, afirmando que é "um direito consagrado pela Constituição, de acordo com o que o próprio STF decidiu pelo voto de 10 dos seus Ministros" e ressaltou que os alunos da Educação Domiciliar "conseguem atingir melhores médias depois em estudos universitários e assim por diante".

ii) Deputada Dra. Soraya Manato, do partido PTB/ES, se identificou da "direita conservadora"; aduziu que "desrespeito às crianças é a ideologia de gênero na escola", afirmando que "há sexualização das nossas crianças dentro da escola, há politização das nossas crianças dentro da escola e agora há a implantação de banheiros unissex dentro das escolas"; afirmou que "crianças de 10, 11 anos, ainda não sabem ler"; sustentou que "crianças pertencem às famílias, não ao Estado. Portanto, os pais e os responsáveis têm autonomia para decidir sobre a educação" e defendeu que:

> "os pais e responsáveis têm o direito, sim, de educarem os seus filhos da maneira que eles acham mais justa, fortalecendo as famílias, fortalecendo a religiosidade dessas crianças, tornando-os adultos sérios, adultos que vão constituir suas famílias, adultos com uma educação muito melhor".

iii) Deputado Sóstenes Cavalcante, do partido PL/RJ, se identificou como "conservador" afirmando que a Educação Domiciliar "trata-se de uma modalidade avançada no mundo em mais de 65 países, e o Brasil precisa avançar na educação"; aduziu que "a educação brasileira tem muito a avançar com o *homeschooling*"; destacou que "precisamos entender e garantir a liberdade" e que "ninguém melhor do que a família para determinar a educação dos seus filhos";

iv) Deputada Bia Kicis, do partido PL/DF, defendeu a "qualidade dos alunos" em *homeschooling;* salientou que o projeto "não autoriza que famílias pobres deixem de levar os filhos para a escola e digam que estão fazendo *homeschooling*" e afirmou

que “o Supremo Tribunal Federal, que já declarou que o *homeschooling* e o ensino domiciliar são, sim, constitucionais”.

v) Deputado Diego Garcia, do partido Republicanos/PR, salientou que “a educação domiciliar permite o fortalecimento dos vínculos familiares. Ela é a base para muitas dessas famílias” e destacou os “resultados extremamente positivos do *homeschooling*”.

vi) Deputado Tiago Mitraud, do partido NOVO/MG, salientou que “além da questão educacional envolvida na discussão do *homeschooling*, ela diz respeito à liberdade, de não se ter o Estado tutelando o que nós devemos ou não devemos fazer das nossas vidas”; asseverou que querem “dar a liberdade, para aquelas famílias que não confiam no Estado ou que, por qualquer outro motivo, querem oferecer educação domiciliar, de oferecerem” e aduziu que “defender a liberdade é defender a possibilidade de que cada indivíduo, cada pai de família, cada mãe de família possa escolher o tipo de educação que deseja dar aos filhos”.

vii) Deputado Filipe Barros do partido PL/PR, afirmou que: “não pratico o *homeschooling*, porque não tenho o dom para isso” e sustentou o discurso de crise da educação nacional, afirmando que o país está “nas últimas posições dos rankings internacionais”.

viii) Deputado General Peternelli, do partido UNIÃO/SP, defendeu “a liberdade, que é um direito fundamental do cidadão brasileiro” e ressaltou que está sendo discutido uma atividade que já ocorre.

ix) Deputado Capitão Alberto Neto, do partido PL/SP, sustentou que “essa modalidade promove o ensino mais disciplinado, em casa, sob a tutela dos pais ou de um professor contratado que tenha habilidade e domínio de conteúdo para ministrar aula, passar corretamente o conhecimento para o aluno”; afirmou que “o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou e declarou ser constitucional a mudança no texto original da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil”; destacou que “os pais poderão acompanhar diretamente o projeto de ensino dos seus filhos, pautar o ensino de valores e virtudes que considerem primordiais nessa fase inicial da vida”; salientou que é “projeto simples, pautado pela ética liberal” e que “dá segurança jurídica para os familiares que já praticam o ensino domiciliar por diversos motivos - motivos de saúde, motivos ideológicos”.

x) Deputada Adriana Ventura, do partido NOVO/SP, afirmou que “as famílias brasileiras podem decidir, podem escolher, podem ter a liberdade de resolver como seus filhos serão educados”; defendeu a aprovação da Educação Domiciliar pois “muitas famílias que enfrentam vários problemas: problemas às vezes de enfermidade, problemas às vezes de violência no bairro, problemas às vezes de perseguição, problemas psicológicos” e afirmou que “nós sabemos que a educação e as escolas tradicionais têm tido muita dificuldade de entregar um bom ensino, um ensino de qualidade, com aprendizagem".

xi) Deputada Luisa Canziani, do partido PSD/PR, nomeada Relatora, apresentou voto resumindo pareceres exarados por outros Deputados, afirmando que PL nº. 3179/2012 se coaduna com a manifestação do Supremo Tribunal Federal, a fim de que seja aprovada regulamentação da Educação Domiciliar por Lei federal editada pelo Congresso Nacional, na modalidade "utilitarista" ou "por conveniência circunstancial" e com cumprimento da obrigatoriedade, do dever solidário da Família/Estado, do núcleo básico de matérias acadêmicas, supervisão, avaliação e fiscalização pelo poder público; bem como as demais previsões impostas diretamente pelo texto constitucional, inclusive no tocante às finalidades e objetivos do ensino; em especial, evitar a evasão escolar e garantir a socialização do indivíduo, por meio de ampla convivência familiar e comunitária, nos termos do art. 227 da CRFB/88.

xii) Deputada Caroline de Toni, do partido PL/SC, aduziu que a Educação Domiciliar “é um direito natural, um direito que é a base de todas as famílias”; salientou que “os números da educação brasileira são alarmantes”; afirmou que “há ideologia de gênero e doutrinação político-partidária dentro das escolas”; ressaltou que a Educação Domiciliar é “uma prática que já está autorizada em 85% dos países signatários da OCDE” e assim defendeu “a família brasileira, a liberdade das famílias, a liberdade de educar e essa modalidade, que é uma opção”.

xiii) Deputado Eli Borges, do partido PL/TO, destacou três ponderações para aprovação da Educação Domiciliar, a primeira no sentido de que a opção é da família que tem de se doar, citando, inclusive, que uma que trabalhava, assim como seu esposo, “fez a opção de que apenas o esposo trabalharia e ela se dedicaria ao *homeschooling*”; a segunda o fato de que “no *homeschooling* o ambiente é saudável e familiar” e a terceira no sentido de que “os números revelam que o lugar mais seguro, em que pesem algumas exceções, é na própria família”.

xiv) Deputado Enrico Misasi, do partido MDB/SP, afirmou que as “famílias devem ser incentivadas, essas famílias devem ser auxiliadas pelo Estado e pelas escolas, para que exerçam com maior dignidade o protagonismo educativo que querem ter” e sustentou que “não há uma obrigação jurídica, nem na Constituição nem em outro lugar, dizendo que a única forma de socializar é pela escola. É possível suprir a socialização por outros meios, evidentemente”, por este motivo aduziu que “o *homeschooling* não é inconstitucional”, o que teria sido afirmado pelo STF.

xv) Deputado Junio Amaral, do partido PL/MG, afirmou que o projeto aprovado “vai permitir que os pais, que as famílias tenham liberdade”, inclusive, evitando que se continue “ofendendo a fé dos seus filhos, da sua família, tentando doutriná-los ideologicamente, além de outros valores que, infelizmente, através de alguns espaços no ensino, acabam desvirtuando a sua família e corrompendo os nossos jovens”.

xvi) Deputado Eduardo Cury, do partido PSDB/SP, ressaltou que “é um direito fundamental de quem cria”.

xvii) Deputado Alan Rick, do partido UNIÃO/AC, destacou que “o mundo pratica o *homeschooling*, e o nível de eficiência desses estudantes é de 15% a 30% maior. São alunos procurados pelas melhores universidades”; afirmou que “a Constituição brasileira, repito, garante aos pais o direito de educar os seus filhos” e, ainda, parabenizou a ANED.

xviii) Deputado Alex Manente, do partido Cidadania/SP, afirmou que o projeto “trata-se apenas da formalização do *homeschooling* para as pessoas no Brasil terem a liberdade de colocar os seus filhos na educação que queiram, com controle de avaliação do Estado para formação futura”.

xix) Deputado Bibo Nunes, do partido PL/RS, afirmou que “os pais ou os responsáveis legais têm prioridade de direito na escolha do tipo de instrução que será ministrada a seus filhos”.

xx) Deputada Paula Belmonte, do partido Cidadania/SP, comemorou “a importância da liberdade do cidadão brasileiro e da cidadã brasileira”.

xxi) Deputado Marco Feliciano, do partido PL/SP, salientou que “o PL que regulamenta o *homeschooling* no Brasil é um marco na afirmação dos direitos individuais na exata forma como está previsto no art. 5º da Constituição Federal” e salientou que “uma família eduque os seus filhos segundo os seus costumes e

tradições, isso é assegurado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o Pacto de São José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário".

xxii) Deputado Ney Leprevost, do partido UNIÃO/PR, destacou que "a autoridade máxima sobre o destino de cada criança são os seus pais".

Percebe-se, deste modo, nos discursos proferidos pelos Deputados, a condição de urgência para aprovação do Projeto de Lei nº. 3.179/2012, com reiteração dos enunciados que constituem a defesa da Educação Domiciliar, fundados nos ideais neoliberais, como a defesa da liberdade, o argumento de crise da escola, da qualidade do ensino privado, dos resultados positivos do *homeschooling* e da adoção da prática educativa em diversos países do mundo; e nos ideias neoconservadores, como a defesa do direito natural da família de escolher a forma de educar os seus filhos, a defesa contra a ideologia de gênero e o fortalecimento da religiosidade. Muitos discursos dos Deputados, assentam, também, a condição de urgência na reiteração da fala de que muitas famílias já praticam o *homeschooling* e são perseguidas pela Justiça, Ministério Público e Conselho Tutelar, sofrendo processos, ameaças de perda da guarda dos filhos e tratadas como criminosos.

E, sobre esses discursos proferidos pelos Deputados, imperioso advertir, ainda, que as falas reiteradas dos Deputados sustentando que o STF já se manifestou pela constitucionalidade da Educação Domiciliar, trata-se de um enunciado falso, que é reiteramente utilizado para dar condição de existência aos discursos.

Nesta perspectiva, relevante a análise do texto de lei, aprovado na Câmara dos Deputados e que, em 23 de maio de 2022, passou a tramitar no Senado Federal, sob novo número, ou seja, como Projeto de Lei nº. 1.338/2022 (BRASIL, 2022), tendo sido indicado como relator o senador Flávio Arns (PODE-PR), estando, atualmente, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado (CE)[39]. Há que se destacar que esse projeto em andamento traz modificações na LDB e no ECA, prevendo, no art. 3º, que o disposto no art. 246 do Código Penal, que tipifica o crime de abandono intelectual, não se aplica aos pais ou responsáveis legais que optarem pela oferta da Educação Domiciliar. No Apêndice E[40] apresenta-se um quadro comparativo da LDB,

[39] A tramitação atual considera a data da consulta realizada em 16/01/2023. O PL 1338/2022 pode ser acompanhado pelo link: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/153194.

[40] No Apêndice C apresenta-se o resultado detalhado da votação do PL nº. 3179/2012 na Câmara dos Deputados, com discriminação de todos os votos por partido político e respectivos parlamentares, destacando-se o espectro político e posicionamento ideológico de cada legenda, bem como a orientação do partido para voto no PL por seus parlamentares.

e ECA com alterações do Projeto de Lei nº. 1.338/2022, destacando-se os principais pontos em síntese no Quadro 6.

Quadro 6 - Principais destaques do Projeto de Lei nº. 1.338/2022 que regulamenta a Educação Domiciliar no Brasil

Destaques Principais	**Projeto de Lei nº. 1.338/2022**
Opção pela Educação Domiciliar	- Os pais ou responsáveis devem formalizar a opção pela Educação Domiciliar, na Educação Básica, por livre escolha e sob sua responsabilidade pelos estudantes (art. 23, §3º, II da LDB alterada pelo PL n.º 1.338/2022). - Obrigatoriedade de matrícula anual do estudante em instituição de ensino credenciada (art. 23, §3º, I, da LDB alterada pelo PL n.º 1.338/2022).
Exigências aos pais ou responsáveis	- Pelo menos um dois pais ou responsáveis ou, ainda, o preceptor, devem comprovar o nível de escolaridade superior ou em educação profissional tecnológica, em curso reconhecido (art. 23, §3º, I, "a" da LDB alterada pelo PL n.º 1.338/2022). - Devem apresentar certidões criminais da Justiça Federal e da Justiça Estadual ou Distrital (art. 23, §3º, I, "b" da LDB alterada pelo PL n.º 1.338/2022). - Manutenção de registro periódico das atividades pedagógicas realizadas e envio de relatórios trimestrais dessas atividades à instituição de ensino em que o estudante estiver matriculado (art. 23, §3º, VI, da LDB alterada pelo PL n.º 1.338/2022). - Devem garantir a convivência familiar e comunitária do estudante (art. 23, §3º, XI, da LDB alterada pelo PL n.º 1.338/2022).
Vedação ou perda do direito à opção pela Educação Domiciliar	- No caso de condenação ou se estiver no cumprindo pena pelos crimes previstos no ECA, na Lei Maria da Penha, crimes da parte especial do Código Penal, da Lei de Drogas e Lei dos Crimes Hediondos (art. 23, §5º, I, da LDB alterada pelo PL n.º 1.338/2022). - No caso da avaliação anual evidenciar insuficiência de progresso do educando em 2 (dois) anos consecutivos (art. 23, §5º, II, da LDB alterada pelo PL n.º 1.338/2022). - No caso do estudante do ensino fundamental e médio seja reprovado, em 2 (dois) anos consecutivos ou em 3 (três) anos não consecutivos, na avaliação anual ou a ela injustificadamente não compareça (art. 23, §5º, III, da LDB alterada pelo PL n.º 1.338/2022). - No caso da avaliação semestral evidenciar, por 2 (duas) vezes consecutivas ou 3 (três) vezes não consecutivas, insuficiência de progresso do estudante com deficiência ou com transtorno global do desenvolvimento, de acordo com suas potencialidades (art. 23, §5º, IV, da LDB alterada pelo PL n.º 1.338/2022).
Exigências às instituições de ensino credenciadas ou rede	- Manutenção de cadastro dos estudantes em Educação Domiciliar nela matriculados, a ser anualmente informado e atualizado perante o órgão competente do sistema de

	ensino (art. 23, §3º, III, da LDB alterada pelo PL n.º 1.338/2022). - Acompanhar o desenvolvimento do estudante por docente tutor, inclusive mediante encontros semestrais com os pais ou responsáveis legais, o educando e, se for o caso, o preceptor ou preceptores (art. 23, §3º, VII, da LDB alterada pelo PL n.º 1.338/2022). - Realização de avaliações anuais de aprendizagem e participação do estudante nos exames do sistema nacional de avaliação da educação básica e, quando houver, nos exames do sistema estadual ou sistema municipal de avaliação da educação básica (art. 23, §3º, VIII, da LDB alterada pelo PL n.º 1.338/2022). - Avaliação semestral do progresso do estudante com deficiência ou com transtorno global de desenvolvimento por equipe multiprofissional e interdisciplinar (art. 23, §3º, IX, da LDB alterada pelo PL n.º 1.338/2022). - Promoção de encontros semestrais das famílias optantes pela Educação Domiciliar, para intercâmbio e avaliação de experiências (art. 23, §3º, XIII, da LDB alterada pelo PL n.º 1.338/2022). - Certificação da aprendizagem para avaliação do estudante sendo na educação pré-escolar, avaliação anual qualitativa cumulativa dos relatórios trimestrais e no ensino fundamental e médio, avaliação anual, baseada nos conteúdos curriculares, admitida a possibilidade de avanço nos cursos e nas séries e no caso de ser considerado o resultado insatisfatório, será oferecida uma nova avaliação, no mesmo ano, em caráter de recuperação (art. 24, §3º, da LDB alterada pelo PL n.º 1.338/2022).
Currículo e atividades pedagógicas	- Deve ser cumprido conteúdos curriculares referentes ao ano escolar do estudante, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, admitida a inclusão de conteúdos curriculares adicionais pertinentes (art. 23, §3º, IV, da LDB alterada pelo PL n.º 1.338/2022). - Devem ser realizadas atividades pedagógicas que promovam a formação integral do estudante e contemplem seu desenvolvimento intelectual, emocional, físico, social e cultural (art. 23, §3º, V, da LDB alterada pelo PL n.º 1.338/2022).
Fiscalização	- Acompanhamento educacional, pelo órgão competente do sistema de ensino, e de fiscalização, pelo Conselho Tutelar (art. 23, §3º, X, da LDB alterada pelo PL n.º 1.338/2022).
Previsão de Isonomia	- Garantia de isonomia de direitos e vedação de qualquer espécie de discriminação entre crianças e adolescentes que recebam educação escolar e as que recebam Educação Domiciliar, inclusive no que se refere à participação em concursos, competições, eventos pedagógicos, esportivos e culturais, bem como, no caso dos estudantes com direito à educação especial, acesso igualitário a salas de atendimento educacional

	especializado e a outros recursos de educação especial (art. 23, §3º, XII, da LDB alterada pelo PL n.º 1.338/2022).

Fonte: elaborado pela autora com dados do Projeto de Lei nº. 1.338/2022.

Percebe-se que o Projeto de Lei nº. 1.338/2022 em andamento no Senado Federal para regulamentação da Educação Domiciliar no Brasil, estabelece um arcabouço legal de obrigações aos pais ou responsáveis; às instituições de ensino credenciadas ou rede; aos órgãos competentes do sistema de ensino (MEC, Secretaria de Educação Estadual e Municipal), além do Conselho Tutelar. Portanto, o Projeto de Lei em tela se afasta completamente da desescolarização completa ou moderada (*unschooling),* optando-se pela regulamentação da prática mais usual em diversos países, conforme demonstrado no Quadro 2, no item 4.1 desse trabalho, que é o *homeschooling*, com a manutenção do contato com o sistema escolar regular, para organizar, mediar, fiscalizar e avaliar a prática educativa em casa.

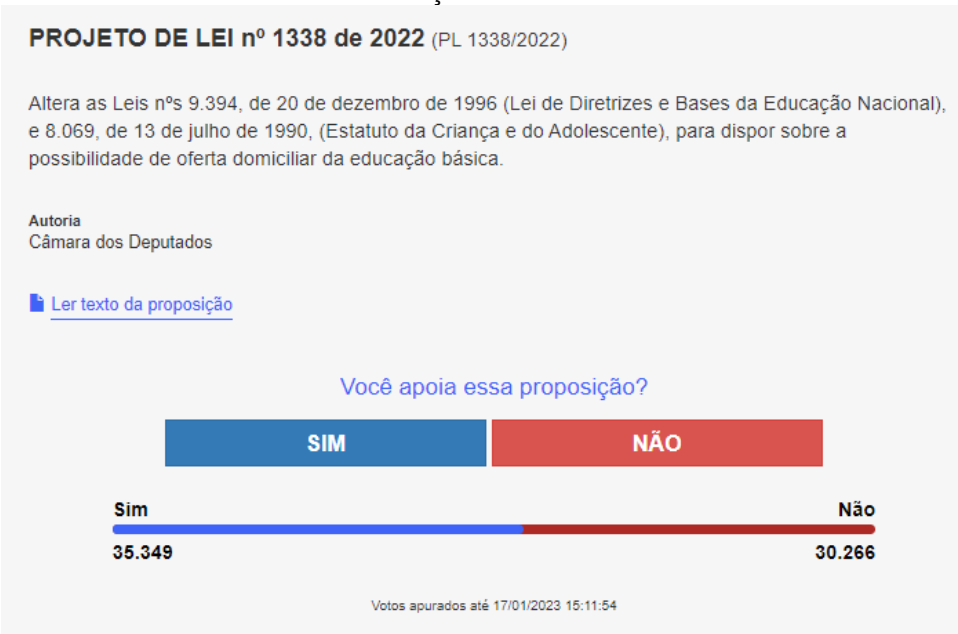
O texto aprovado na Câmara (Projeto de Lei nº. 3.179/2012), que, atualmente, tramita no Senado Federal (Projeto de Lei nº. 1.338/2022), foi objeto de muitas críticas, inclusive, pela própria ANED[41], demonstrando-se, que até mesmo dentro de uma estratégia discursiva podem ocorrer enunciados contraditórios. A ANED, antes da aprovação do texto, apresentou diversas sugestões de alterações e adequações, como por exemplo, a opção de matrícula em entidades que existem com a finalidade exclusiva de dar apoio, tutoria, programas e materiais à Educação Domiciliar e não na escola regular; a flexibilização da exigência de que um dos pais tenham ensino superior, ao argumento de que a Educação Domiciliar se destina a estudantes da Educação Básica, portanto o requisito deveria ser ter, pelo menos, o ensino médio completo e não o superior; a exclusão da ideia de recuperação e de perda do direito à prática educativa em caso de insuficiência nas avaliações, eis que tal circunstância seria incompatível com o modelo e liberdade educacionais.

A temática da regulamentação e implementação da Educação Domiciliar é deveras controvertida na sociedade brasileira. No próprio site do Senado Federal, onde é mantida consulta pública permanente acerca da matéria, enquanto o Projeto de Lei nº. 1.338/2022 tramita, há uma aparente divisão acerca da opinião sobre o

[41] As sugestões e críticas da ANED sobre o Projeto de Lei nº. 3.179/2012 podem ser consultadas em: https://www.aned.org.br/images/Juridico/Posicionamento_da_ANED_e_Sugestoes_de_Alteracao_ao_Substitutivo_ao_PL3179_2012docx_-_Documentos_Google.pdf. Acesso em: 22/06/2021.

tema, já tendo havido 65.615 votos, sendo 35.349 (53,87%) favoráveis e 30.266 (46,13%) contrários, conforme demonstrado pela Figura 20 abaixo:

Figura 20 - Consulta Pública sobre a aprovação do PL n.º 1.338/2022 para regulamentar a Educação Domiciliar



Fonte: SENADO FEDERAL, on-line[42].

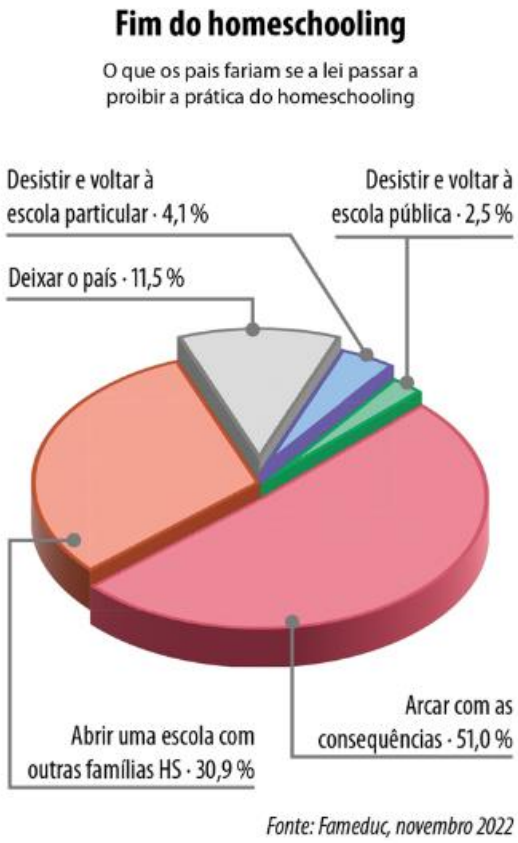
Em notícia publicada em 26/05/2022[43] o Senador Marcelo Castro (MDB-PI), presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado (CE), afirmou que o PL nº 1.338/2022 desvia atenção do que é essencial na educação para tratar de um assunto que não contribui em nada para a melhoria do ensino; o Senador Jean Paul Prates (PT-RN), também, se manifestou contrário ao PL nº 1.338/2022, eis que anula o direito de crianças e adolescentes à educação escolar em benefício do direito dos pais ou responsáveis legais de escolherem o tipo de instrução que será ministrada a seus filhos, ofendendo, assim, o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, bem como liberdade de aprender e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. O Senador Confúcio Moura (MDB-RO), afirmou que votará contra a aprovação do PL nº 1.338/2022, eis que a Educação Domiciliar não vai gerar ganho de qualidade para educação, ao contrário, pode deixar as condições ainda mais desiguais; e a Senadora Zenaide Maia (PROS-RN), aduziu que o PL nº 1.338/2022 se caracteriza como um “ataque sistemático à educação pública do país”.

[42] Os dados da consulta foram apurados até 17/01/2023, às 15h11min54seg. A consulta está disponível em https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=153194.

[43] Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/26/projeto-que-autoriza-educacao-domiciliar-comeca-a-ser-discutido-no-senado. Acesso em 06/06/2022.

Em outra notícia publicada em 08/12/2022[44], destacou-se que no segundo semestre de 2022, foram realizadas três audiências públicas no Senado Federal, com participação de diversas entidades e especialistas. Na primeira audiência realizada na CE, no dia 27 de junho, o presidente da ANED, Ricardo Dias, ressaltou o peso da incerteza legal sobre a compreensão da situação do *homeschooling* no Brasil. E, foi apresentado pela Associação de Famílias Educadoras do Distrito Federal (FAMEDUC), uma pesquisa sobre o perfil de famílias que praticam o *homeschooling* em todo o país, destacando-se que mais da metade das famílias consultadas (51%) afirmaram que continuariam com a prática mesmo que ela não seja legalizada e arcariam com as consequências legais; 30,9% abririam uma escola com outras famílias; 11,5% responderam que deixariam o país e menos de 7% colocariam os filhos na educação formal pública ou privada, o que é demonstrado na Figura 21.

Figura 21 - Pesquisa realizada pela FAMEDUC sobre o que os pais fariam com a proibição legal do *homeschooling*



Fonte: SENADO FEDERAL, on-line[45].

[44] Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/12/senado-aprofunda-debate-sobre-educacao-domiciliar. Acesso em 22/12/2022.

[45] Dados da pesquisa em: https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=153194.

Neste ponto, imperioso mencionar, mais uma vez, que a Educação Domiciliar é expressamente proibida por Lei no Brasil, havendo a obrigação dos pais de matricular seus filhos na rede regular de ensino, no próprio texto constitucional, quanto ao ensino fundamento, no §3º, do art. 208, da CRFB/88; e em todas as etapas, nos exatos termos do art. 55, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do art. 6º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), podendo a omissão ser caracterizada crime de abandono intelectual, previsto no art. 246, do Código Penal (CP). Portanto, percebe-se a reiteração do discurso de urgência para regulamentação da Educação Domiciliar como prática educativa, apesar de vedada na legislação nacional.

Isto posto, a partir das análises já realizadas, percebe-se que a aprovação do PL nº 1.338/2022, que regulamenta a Educação Domiciliar no Brasil, trará consequências gravosas para a educação, com a privatização do bem público e ameaças à Democracia, entre outros riscos a que serão submetidos crianças e adolescentes, já destacados por Wendler e Flach (2020, p. 10), quando da análise de Projeto de Lei anterior, tais como:

> (...) acirramento da divisão social, visto que haverá uma incomensurável distância entre a educação oferecida na escola e aquela desenvolvida na clausura do lar; distância entre os conhecimentos adquiridos; dificuldade de identificação e denúncias relativas à violência doméstica; falta de convívio social e, consequentemente, desrespeito à diversidade; ampliação do mercado editorial para a venda de materiais didáticos e pedagógicos com fins específicos para a Educação Domiciliar; e, quiçá, negligência do poder público pela garantia do direito à educação a todos os cidadãos, visto que haverá uma "opção" das famílias por essa modalidade e que essa "opção" poderá, em alguns casos, se constituir em obrigatoriedade.

Por fim, importante destacar que, no Poder Legislativo Estadual de Santa Catarina, foi sancionada, com veto parcial, a Lei Complementar n.º 775, de 3 de novembro de 2021, que alterava a Lei Complementar n.º 170/1998, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação, a fim de incluir a previsão da Educação Domiciliar. Assim, na forma do art. 10-A, havia sido admitida no Estado de Santa Catarina a Educação Domiciliar, sob a responsabilidade dos pais ou tutores, observadas a articulação, supervisão e avaliação periódica da aprendizagem pelos órgãos próprios dos sistemas de ensino (SANTA CATARINA, 2021a). Consoante o preceituado nos art. 10-F e 10-G, da referida Lei Estadual, a avaliação deveria ser realizada pelos

“órgãos competentes do Município”, enquanto a fiscalização, pelo Conselho Tutelar e pelos órgãos de educação, no que diz respeito ao cumprimento do currículo escolar:

> Art. 10-F As crianças e adolescentes em ensino domiciliar serão avaliadas pelos órgãos competentes do Município em que residem, por meio de provas institucionais aplicadas pelo sistema público de educação, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
>
> Art. 10-G A fiscalização da educação domiciliar será realizada:
> I - pelo Conselho Tutelar do Município de residência do educando, no que diz respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes, em especial ao da convivência comunitária;
> II - pelos órgãos de educação, no âmbito de suas respectivas competências, no que diz respeito ao cumprimento do currículo escolar mínimo estabelecido (SANTA CATARINA, 2021a).

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade, em tramite sob o nº. 5061030-73.2021.8.24.0000, sustentando que a Lei Complementar nº. 775/2021,

> interfere na competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação, em afronta ao artigo 8º da Constituição Estadual e ao artigo 22, inciso XXIV, da Constituição da República; usurpa a competência legiferante municipal para dispor sobre os sistemas municipais de ensino e seus respectivos órgãos, conferindo-lhes novas atribuições de cunho avaliativo e fiscalizatório, e não observa os artigos 110, caput, e 112, inciso I, da Constituição Catarinense; e, por iniciativa legislativa parlamentar, estabelece novas atribuições aos órgãos da administração pública, violando a previsão dos artigos 32, caput, e 71, inciso IV, alínea "a", do mesmo diploma constitucional, conforme se demonstrará a seguir (SANTA CATARINA, 2021c).

Em decisão liminar, a desembargadora Dra. Maria do Rocio Luz Santa Ritta, entendeu pela plausibilidade das alegações formuladas pelo MPSC, no sentido de que a legislação impugnada, ao veicular norma originária e exaustiva sobre Educação Domiciliar, regulou matéria reservada privativamente à União, com virtual ofensa ao disposto no artigo 22, XXIV, CRFB/88, destacando, ainda, que o STF, ao apreciar o Tema 822 da Repercussão Geral, por ocasião do julgamento do RE 888.815, já entendeu que o *homeschooling*, depende de criação e regulamentação prévia e originária pelo Congresso Nacional, por meio de Lei Federal. Ademais, a desembargadora entendeu plausível a argumentação em torno da usurpação da competência do Poder Executivo Municipal para dar início à lei que estabelece novas atribuições aos órgãos da administração pública, inclusive com aumento de despesa:

> Como se vê, para além da intromissão estadual na estrutura e nos afazeres de órgãos do Poder Executivo local, cometendo-lhes funções até então inexistentes, já que até então também inexistente era o ensino domiciliar, é de se presumir que a proposta importará no aumento considerável de gastos, pois não se sabe como a conformação já saturada dos órgãos municipais pode dar conta da fiscalização útil e efetiva do sistema de educação domiciliar sem a contratação de novos funcionários e toda uma reestruturação administrativa (SANTA CATARINA, 2021c).

Dessa forma, foi concedida a cautelar postulada pelo MPSC para suspender a eficácia da Lei Complementar n.º 775/2021, devendo o mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade ser julgado pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). Em 06/02/2023, a referida Lei, foi declarada inconstitucional por unanimidade do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Com efeito, anteriormente, o TJSC já havia suspendido uma Lei Municipal da cidade de Chapecó/SC, que também tratava de Educação Domiciliar, tendo sido deferida liminar nos autos Ação Direta de Inconstitucionalidade, em trâmite sob o n.º 5061030-73.2021.8.24.0000, pelo Relator, o Desembargador Dr. Salim Schead dos Santos, que, do mesmo modo, entendeu pertinente a alegação inicial do MPSC de que a edição de Lei Municipal regulamentando a matéria inserida no conceito de diretriz e base de educação, viola o sistema de competências legislativas previsto na Constituição de 1988 e na Constituição do Estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2021b).

Percebe-se que, mesmo aprovado o Projeto de Lei n.º 1.338/2022 em trâmite no Senado Federal, modificando a LDB e o ECA, a fim de regulamentar a Educação Domiciliar no Brasil, haverá discussão judicial, no âmbito do STF acerca da constitucionalidade da referida Lei e implementação dessa prática educativa, posto que diversos outros dispositivos legais e, principalmente, previsões na Carta Magna de 1988, pautam a educação no sistema regular de ensino, com a obrigatoriedade de matrícula na instituição escolar, entendendo-se que essa modalidade educativa não é compatível com os objetivos, princípios e valores da educação da CRFB/88.

4.2.4 Educação Domiciliar no Poder Judiciário

No ordenamento jurídico brasileiro, até o presente momento, não existe autorização para adoção da prática da Educação Domiciliar, ao contrário, é

expressamente vedada pela CRFB/88, ECA, LDB, importando em crime previsto no Código Penal deixar de matricular a criança e adolescente no sistema regular de ensino.

O Supremo Tribunal Federal (STF) é o órgão de cúpula do Poder Judiciário, e a ele compete, precipuamente, a guarda da Constituição, conforme definido no art. 102 da Carta Magna de 1988. Portanto, o STF é o órgão responsável para analisar eventual ação que reivindique a possibilidade de a Educação Domiciliar ser considerada meio lícito de cumprimento do dever de educação.

Neste contexto, no ano de 2018, a temática da Educação Domiciliar foi objeto de discussão e decisão no STF, quando do julgamento do Recurso Extraordinário 888.815-RS (BRASIL, 2018), submetido à sistemática da repercussão geral[46], tendo sido adotada a seguinte tese, que compõe o Tema 822: "Não existe direito público subjetivo do aluno ou de sua família ao ensino domiciliar, inexistente na legislação brasileira" (BRASIL, 2018). O julgamento foi assim ementado:

> CONSTITUCIONAL. EDUCAÇÃO. DIREITO FUNDAMENTAL RELACIONADO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E À EFETIVIDADE DA CIDADANIA. DEVER SOLIDÁRIO DO ESTADO E DA FAMÍLIA NA PRESTAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL. NECESSIDADE DE LEI FORMAL, EDITADA PELO CONGRESSO NACIONAL, PARA REGULAMENTAR O ENSINO DOMICILIAR. RECURSO DESPROVIDO. 1. A educação é um direito fundamental relacionado à dignidade da pessoa humana e à própria cidadania, pois exerce dupla função: de um lado, qualifica a comunidade como um todo, tornando-a esclarecida, politizada, desenvolvida (CIDADANIA); de outro, dignifica o indivíduo, verdadeiro titular desse direito subjetivo fundamental (DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA). No caso da educação básica obrigatória (CF, art. 208, I), os titulares desse direito indisponível à educação são as crianças e adolescentes em idade escolar. 2. É dever da família, sociedade e Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, a educação. A Constituição Federal consagrou o dever de solidariedade entre a família e o Estado como núcleo principal à formação educacional das crianças, jovens e adolescentes com a dupla finalidade de defesa integral dos direitos das crianças e dos adolescentes e sua formação em cidadania, para que o Brasil possa vencer o grande desafio de uma educação melhor para as novas gerações, imprescindível para os países que se querem ver desenvolvidos. 3. A Constituição Federal não veda de forma absoluta o ensino domiciliar, mas proíbe qualquer de suas espécies que não respeite o dever de solidariedade entre a família e o Estado como núcleo principal à formação educacional das

[46] "Repercussão Geral" é um procedimento de admissibilidade de recursos no STF, assim, caso seja reconhecido em um julgamento, todos os demais processos em trâmite nos Tribunais do país com temas semelhantes ficam suspensos (sobrestados), aguardando o julgamento do mérito no STF e a partir da tese fixada é aplicada nas outras instâncias do Poder Judiciário.

> crianças, jovens e adolescentes. São inc3onstitucionais, portanto, as espécies de unschooling radical (desescolarização radical), unschooling moderado (desescolarização moderada) e homeschooling puro, em qualquer de suas variações. 4. O ensino domiciliar não é um direito público subjetivo do aluno ou de sua família, porém não é vedada constitucionalmente sua criação por meio de lei federal, editada pelo Congresso Nacional, na modalidade "utilitarista" ou "por conveniência circunstancial", desde que se cumpra a obrigatoriedade, de 4 a 17 anos, e se respeite o dever solidário Família/Estado, o núcleo básico de matérias acadêmicas, a supervisão, avaliação e fiscalização pelo Poder Público; bem como as demais previsões impostas diretamente pelo texto constitucional, inclusive no tocante às finalidades e objetivos do ensino; em especial, evitar a evasão escolar e garantir a socialização do indivíduo, por meio de ampla convivência familiar e comunitária (CF, art. 227). 5. Recurso extraordinário desprovido, com a fixação da seguinte tese (TEMA 822): "Não existe direito público subjetivo do aluno ou de sua família ao ensino domiciliar, inexistente na legislação brasileira" (BRASIL, 2018).

Nesse ínterim, impende asseverar que no debate acerca da Educação Domiciliar no STF foram votados três posicionamentos pelos Ministros. O primeiro, no sentido de que a Educação Domiciliar não seria vedada pela Constituição de 1988, com os votos do Ministro Luís Roberto Barroso, pela liberação imediata da prática e do Ministro Luiz Edson Fachin, pela liberação condicionada a prazo para o Congresso Nacional regulamentar a matéria. A segunda posição foi a majoritária e prevaleceu, a fim de não autorizar a Educação Domiciliar, eis que dependeria da existência prévia de Lei Federal, que deverá prever como se dará a supervisão, avaliação e fiscalização da prática pelo Poder Público. Neste sentido, votaram os Ministros Alexandre de Moraes, Rosa Weber, Gilmar Mendes, Marco Aurélio, Dias Toffoli e Cármen Lúcia. E, por fim, o terceiro posicionamento, adotado pelos Ministros Luiz Fux e Enrique Ricardo Lewandowski, decidindo que a Educação Domiciliar é vedada pela CRFB/88, mesmo que autorizada por Lei (BRASIL, 2018).

No voto vencedor, com relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, foi antecipado, ainda, que não é qualquer espécie de Educação Domiciliar que pode ser compatível com a Carta Magna, tendo sido consignado que são inconstitucionais o *unschooling* radical (desescolarização radical), o *unschooling* moderado (desescolarização moderada) e o *homeschooling* puro, em qualquer de suas variações, pois negam a participação estatal solidária, estabelecida e assegurada pelo art. 227 da Constituição de 1988.

Os Ministros do STF sinalizaram, dessa forma, que eventual Lei editada pelo Congresso Nacional, deve respeitar o dever solidário entre família e Estado na formação educacional das crianças e adolescentes, além de observar a obrigatoriedade da educação dos 4 aos 17 anos, garantir a oferta da base nacional curricular comum e permitir a supervisão, fiscalização e avaliações periódicas pelo Poder Público (BRASIL, 2018). Ademais, aduziram que é inconstitucional qualquer Lei Estadual ou Municipal sobre Educação Domiciliar, sem prévia regulamentação nacional, porque inexiste qualquer previsão dessa modalidade de ensino pela legislação de diretrizes e bases da educação nacional ou norma de igual hierarquia.

Assim, impende identificar dentre os atuais Ministros do STF aqueles que defendem a constitucionalidade da Educação Domiciliar, a fim de analisar seus votos e o discurso, que passaram a orientar ações em prol da regulamentação e implementação da Educação Domiciliar no Brasil. São Ministros atuais do STF:

Quadro 7 - Relação de Ministros que compõe o STF

Ordem de antiguidade	**Ministro**	**Data limite para aposentadoria**
1	Gilmar Ferreira Mendes	dezembro/2030
2	Enrique Ricardo Lewandowski	maio/2023
3	Cármen Lúcia Antunes Rocha	abril/2029
4	José Antônio Dias Toffoli	novembro/2042
5	Luiz Fux	abril/2028
6	Rosa Maria Pires Weber	outubro/2023
7	Luís Roberto Barroso	março/2033
8	Luiz Edson Fachin	fevereiro/2033
9	Alexandre de Moraes	dezembro/2043
10	Kassio Nunes Marques	maio/2047
11	André Luiz de Almeida Mendonça	dezembro/2047

Fonte: Elaboração da autora, com dados constantes no portal do STF (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, on-line).

Analisando os votos proferidos pelos Ministros do STF no Recurso Extraordinário 888.815-RS (BRASIL, 2018), com indicação da sua ordem de antiguidade definida acima, tem-se que os Ministros Luís Roberto Barroso e Luiz Edson Fachin votaram pela liberação da Educação Domiciliar, entendendo pela constitucionalidade dessa prática educativa; os Ministros Gilmar Ferreira Mendes, Cármen Lúcia Antunes Rocha, José Antônio Dias Toffoli, Rosa Maria Pires Weber, Alexandre de Moraes e Marco Aurélio, já aposentado, votaram no sentido de liberação da Educação Domiciliar, com cumprimento de requisitos por Lei a ser editada pelo Congresso Nacional para reconhecimento, então se verificar a constitucionalidade e

os Ministros Enrique Ricardo Lewandowski e Luiz Fux votaram pela inconstitucionalidade da Educação Domiciliar, mesmo que autorizada por Lei, eis que vedada pela CRFB/88, vejamos o disposto no quadro abaixo:

Quadro 8 - Resumo dos votos dos Ministros do STF no Recurso Extraordinário 888.815-RS

Ministros que votaram pela liberação da Educação Domiciliar, entendendo pela **constitucionalidade**: 7 - Luís Roberto Barroso 8 - Luiz Edson Fachin
Ministros que votaram no sentido de liberação da Educação Domiciliar com **cumprimento de requisitos** pela Lei a ser editada pelo Congresso Nacional para reconhecimento da constitucionalidade: 1 - Gilmar Ferreira Mendes 3 - Cármen Lúcia Antunes Rocha 4 - José Antônio Dias Toffoli 6 - Rosa Maria Pires Weber 9 - Alexandre de Moraes Marco Aurélio – aposentado
Ministros que votaram pela **inconstitucionalidade** da Educação Domiciliar, mesmo que autorizada por Lei, eis que vedada pela CRFB/88: 2- Enrique Ricardo Lewandowski 5- Luiz Fux
Ministros que **NÃO votaram** no Recurso Extraordinário 888.815-RS: 10 - Kassio Nunes Marques 11 - André Luiz de Almeida Mendonça

Fonte: Elaboração da autora, com dados constantes no Recurso Extraordinário 888.815-RS (BRASIL, 2018) [47].

Percebe-se que nos votos da maioria dos Ministros há enunciados que importam na descontinuidade do discurso em prol da Educação Domiciliar, pois se aproximam da declaração de inconstitucionalidade de qualquer Lei que regulamente e autorize a Educação Domiciliar e esteja distante ou em contradição com os diversos dispositivos legais que pautam o sistema regular de ensino, porque, conforme destacado por Motta Filho (2016), a extensão das normas programáticas, contemplam grande número de normas e exigências a serem observadas para cumprimento da finalidade, princípios e valores para educação estabelecidos na Carta Magna de 1988. Assim, mesmo que aprovada Lei pelo Congresso Nacional, tem-se que a constitucionalidade do *homeschooling* será debatida no STF, já tendo sido manifestado entendimento, no julgamento referido, de forma majoritária, no sentido de que somente será autorizada essa modalidade educacional se atendidos requisitos

[47] A íntegra do acórdão do Recurso Extraordinário 888.815-RS pode ser acessado em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Camara_Especial/Ac%C3%B3rd%C3%A3o%20RE%20888.815%20-%20Homeschooling.pdf
do mérito no STF e a partir da tese fixada é aplicada nas outras instâncias do Poder Judiciário.

assegurados na CRFB/88 e legislação infraconstitucional, tais como: o dever solidário entre família e Estado na formação educacional das crianças e adolescentes; a obrigatoriedade da educação dos 4 aos 17 anos; a garantia da oferta da base nacional curricular comum; e a efetiva supervisão, fiscalização e avaliação periódica pelo Poder Público.

Por outro lado, os votos dos Ministros Luís Roberto Barroso e Luiz Edson Fachin, trazem enunciados que induzem a discursos que se aproximam da declaração de constitucionalidade da Educação Domiciliar, defendendo, assim, a regulamentação e implementação dessa modalidade educativa, se aproximando aos interesses dos grupos neoliberais e neoconservadores para educação, o que pode ser identificado nos textos dos votos proferidos no julgamento do Recurso Extraordinário 888.815-RS, a seguir destacados no quadro abaixo.

Quadro 9 - Textos extraídos dos votos dos Ministros Luís Roberto Barroso e Luiz Edson Fachin no Recurso Extraordinário 888.815-RS

Localização no Acórdão do Recurso Extraordinário 888.815-RS	**Textos do voto do Ministro Luís Roberto Barroso**
Página 3 do voto do Ministro Luís Roberto Barroso e página 13 de 197 do inteiro teor do Acórdão	"(...) Penso que há sete motivos pelos quais pais e responsáveis optam, em algumas circunstâncias, pela escolarização domiciliar. A primeira, o desejo de conduzir diretamente o desenvolvimento dos filhos; a segunda, o **fornecimento de instrução moral, científica, filosófica e religiosa da forma que os pais considerem mais adequado**; a terceira, **a proteção da integridade física e mental dos educandos, retirando-os de ambientes escolares agressivos, incapacitantes ou limitadores** - nem todas as escolas ficam no Lago Sul de Brasília, ou no Leblon ou no Jardins; quatro, o **descontentamento com a real eficácia do sistema escolar ofertado pela rede pública ou privada;** cinco, o desenvolvimento de um **plano de ensino personalizado e adaptado às peculiaridades das crianças e adolescentes;** seis, a crença na **superioridade do método de ensino doméstico em relação aos modelos pedagógicos empregados pela rede regular de ensino**; e sete, a dificuldade de acesso às instituições de ensino tradicionais em virtude de restrições financeiras ou geográficas".
Página 8 do voto do Ministro Luís Roberto Barroso e página 18 de 197 do inteiro teor do Acórdão	"(...) as crianças que estão em educação domiciliar, conforme pesquisas empíricas relevantes - e as quais eu tive acesso -, elas não apenas têm **melhor desempenho acadêmico**, o que é indisputado, como também apresentam um nível elevado de socialização, acima da média, porque essas crianças, por circunstâncias diversas, ou pela igreja, ou pelo clube

	desportivo, pelos parques públicos, a verdade é que pesquisas empíricas realizadas predominantemente nos Estados Unidos documentam que não há problemas de socialização com as crianças que se encontram no ensino domiciliar. E eu acho que, hoje em dia, mais valor do que as valorações puramente abstratas ou ideológicas têm aquelas que se baseiam em pesquisas empíricas - e a virada empírico-pragmática que eu gosto de defender para a interpretação do Direito, desde que não haja um direito fundamental em jogo sendo prejudicado (...)".
Página 9 do voto do Ministro Luís Roberto Barroso e página 19 de 197 do inteiro teor do Acórdão	"(...) E, portanto, não trabalho sobre a presunção de que os pais optem pelo ensino domiciliar para fazer a vida dos filhos pior no futuro, crianças frustradas e fracassadas. É justamente ao contrário. Eles optam porque acham que isso os fará cidadãos melhores e pessoas mais felizes; independentemente da minha opção, acho que eles têm o **direito de fazer essa escolha**".
Página 9 do voto do Ministro Luís Roberto Barroso e página 19 de 197 do inteiro teor do Acórdão	"(...)"Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...) II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; **A educação domiciliar é perfeitamente compatível com esse dispositivo, sobretudo com a parte que fala em liberdade de aprender".**
Página 10 do voto do Ministro Luís Roberto Barroso e página 20 de 197 do inteiro teor do Acórdão	"(...) "Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito (...) à educação, (...)" Este artigo, que é o artigo em que se baseia toda a doutrina para extrair o princípio do melhor interesse da criança, sintomaticamente **coloca a família na frente do Estado, no dever de prover educação"**.
Página 11 do voto do Ministro Luís Roberto Barroso e página 21 de 197 do inteiro teor do Acórdão	"(...) Para muitas pessoas, uma **educação religiosa ou moral** de acordo com as suas próprias convicções só pode ser prestada pela educação domiciliar".
Página 11 do voto do Ministro Luís Roberto Barroso e página 21 de 197 do inteiro teor do Acórdão	"Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II- autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.' O modo como interpreto genericamente o conceito de iniciativa privada ou de livre iniciativa - e não apenas neste contexto, mas em outros - é que isso não significa apenas uma atividade econômica. **A livre iniciativa se traduz em um conjunto de liberdades existenciais de escolha na vida, que vão desde a profissão até o modo pelo qual a família quer educar os seus filhos".**

Localização no RE 888.815-RS	Textos do voto do Ministro Luiz Edson Fachin
Página 12 do voto do Ministro Luiz Edson Fachin e página 97 de 197 do inteiro teor do Acórdão	"(...) O homeschooling seria, assim, apenas uma entre as várias técnicas de ensino, razão pela qual, nos termos do art. 206, III, da CRFB, caberia ao Estado garantir o pluralismo das concepções pedagógicas. Não se pode negar que, na experiência comparada, o ensino domiciliar foi estudado e, do que se tem dos autos, é possível afirmar que não haveria disparidades entre os alunos que estudaram pelo método domiciliar e os que tiveram educação formal na escola. Muitos alegam que não há qualquer dificuldade com a socialização e que as crianças que passaram pelo ensino domiciliar são plenamente integradas na sociedade. Mais do que o direito à liberdade de crença, que, como se aduziu, não é desproporcionalmente atingido pela educação compulsória, é em relação à qualidade do método e à sua particularidade que o direito invocado pelos pais encontraria amparo constitucional. **Noutras palavras, os pais têm direito que seus filhos gozem de um pluralismo de concepções pedagógicas que permita à criança desenvolver a personalidade, as aptidões e a capacidade mental e física em todo o seu potencial**.
Página 13 do voto do Ministro Luiz Edson Fachin e página 98 de 197 do inteiro teor do Acórdão	"(...) negar aos pais e às crianças eventual **acesso a uma técnica eficaz poderia violar o mesmo pluralismo** que, agora, se requer em relação às ideias que devem circular na sociedade. Desde que atendidos os princípios constitucionais relativos à educação, nenhuma concepção pedagógica pode ser aprioristicamente afastada".

Fonte: Elaboração da autora, com dados constantes no Recurso Extraordinário 888.815-RS (BRASIL, 2018) [48] (grifou-se).

Percebe-se, portanto, que **apenas dois Ministros do STF, Ministros Luís Roberto Barroso e Luiz Edson Fachin, se manifestaram no sentido de que a Constituição de 1988 não proíbe a Educação Domiciliar**, reconhecendo o direito de opção dos pais a assumirem de imediato a responsabilidade pelo ensino dos filhos. Fundamentaram seus discursos na interpretação dispositivos constitucionais que comumente são utilizados para vedar tal prática educativa, como o art. 206, II e III, da CRFB/88, que tratam dos princípios da "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber" e do "pluralismo das concepções pedagógicas", bem como art. 227 da CRFB/88, que estabelece a solidariedade entre família e Estado no dever educacional.

[48] O inteiro teor do acórdão do RE 888.815-RS pode ser acessado em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Camara_Especial/Ac%C3%B3rd%C3%A3o%20RE%2088 8.815%20-%20Homeschooling.pdf.

A maioria dos Ministros do STF, Ministros Gilmar Ferreira Mendes, Cármen Lúcia Antunes Rocha, José Antônio Dias Toffoli, Rosa Maria Pires Weber, Alexandre de Moraes e Marco Aurélio, já aposentado, posicionaram-se pela incompatibilidade atual da Educação Domiciliar com o texto constitucional de 1988, pois essa modalidade dependeria de regulamentação normativa emanada do Congresso Nacional. Somente com a análise dessa futura Lei, que regulamentaria a Educação Domiciliar, é que se poderia analisar a constitucionalidade da prática educativa, que demandaria a observância dos princípios e preceitos da Constituição, com adoção de cautelas para evitar evasões escolares disfarçadas de Educação Domiciliar, além de imposição de mecanismos de controle de frequência, supervisão, avaliação pedagógica, socialização e fiscalização. Esses serviços de acompanhamento da prática do *homeschooling* teriam custos e mobilizariam agentes públicos, o que no dizer do Ministro Gilmar Mendes, em seu voto, poderiam prejudicar o orçamento da educação pública:

> (...) acolher a ideia de homeschooling supervisionado pelo Estado traria consigo uma consequência inevitável: a de que os custos envolvidos nos colocariam no meio de um paradoxo. O paradoxo de ter que deslocar energia pública – humana e institucional – para cumprir com a fiscalização da prática. E, então, **teríamos um possível agravamento das já deficitárias condições estruturais da educação pública**. Por exemplo, teríamos o deslocamento da atividade de professores e demais agentes da área da educação pública para funcionar na fiscalização do homeschooling (BRASIL, 2018, p. 146) (grifou-se).

A Ministra Cármen Lúcia, em seu voto, ressaltou que o Poder Legislativo poderia editar uma Lei prevendo a Educação Domiciliar, destacando que há Projetos de Lei em trâmite, todavia, essa regulamentação para ser compatível com a Constituição de 1988 deve munir o Estado das ferramentas necessárias para garantir os padrões mínimos de qualidade, “de forma a assegurar o direito fundamental à educação e o pleno desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens que porventura sejam submetidos a esse regime de ensino” (BRASIL, 2018, p. 195).

No sentido de total vedação da Educação Domiciliar pela Carta Magna de 1988, manifestaram-se dois Ministros do STF, Ministros Enrique Ricardo Lewandowski e Luiz Fux, ressaltando que a Educação Domiciliar é proibida pela Constituição, pois há previsão de obrigatoriedade do ensino escolar, exigindo dos pais a matrícula dos filhos em instituições oficiais de ensino, públicas ou privadas, assim como o dever de zelar

pela frequência do educando à escola no ensino fundamental, nos termos do art. 208, §3º, da CRFB/88. O Ministro Luiz Fux asseverou que:

> (...) O arcabouço normativo construído pelo constituinte originário, pelo legislador e pelo administrador alinha-se harmoniosamente para a obrigatoriedade de as crianças em idade escolar estarem matriculadas na rede regular de ensino e frequentarem as aulas. **Isso demonstra que o ensino domiciliar é, não apenas inconstitucional, mas também incompatível com o nosso ordenamento jurídico.** Entendimento diverso desvirtuaria a capacidade institucional da comunidade de especialistas em pedagogia, psicologia e educação, responsável pelo desenho de políticas públicas no setor – argumento principal do Supremo Tribunal Federal nas recentes ADPF 292 e ADC 17, referentes à idade mínima para ingresso na pré-escola e no ensino fundamental (BRASIL, 2018, p. 110) (grifou-se).

O Ministro Luiz Fux, em seu voto no Recurso Extraordinário 888.815-RS destacou, dentre outros argumentos contrários à Educação Domiciliar, que a escola é indispensável ao preparo do indivíduo para o exercício da cidadania, propósito último da educação e, assim, pressupõe o convívio com o pluralismo de ideias e práticas, como forma de desenvolver sua tolerância, deste modo para o Ministro:

> O ensino domiciliar, compreendido como aquele que se substitui ao escolar**, visa a doutrinação do aluno e/ou seu afastamento do convívio social travado no ambiente escolar**. Em ambos os casos, **pretende incutir no menor a visão de mundo dos pais sem lhe oportunizar o contraponto crítico que seria construído a partir de outras visões existentes**. Nenhum livro ou discurso dos pais vai ensinar à criança o respeito à diferença melhor do que o convívio social com o diferente. **O ensino domiciliar, assim, compromete a formação integral do indivíduo, sobretudo como integrante de uma sociedade sabidamente plural** (BRASIL, 2018, p. 121) (grifou-se).

O Ministro Enrique Ricardo Lewandowski ressaltou que o legislador constituinte foi claro ao estabelecer no texto constitucional de 1988 que a "a educação é simultaneamente um direito e um dever do Estado e da família - mas não exclusivamente desta -, mas que deve ser construída coletivamente, com a participação ativa da sociedade" (BRASIL, 2018, p. 132). Assim, para o Ministro, o ensino não se restringe apenas ao lado puramente técnico, mas representa um importante fator de socialização e de integração do indivíduo na coletividade, aplainando diferenças de renda, cor, gênero, origem, dentre outras, portanto,

> (...) **não há razão para retirar uma criança das escolas oficiais, públicas ou privadas, em decorrência da insatisfação de alguns**

> **com a qualidade do ensino.** A solução para essa pretensa deficiência - que, aliás, não atinge as caríssimas escolas privadas frequentadas pela elite - seria dotá-las de mais recursos estatais e capacitar melhor os professores, inclusive mediante uma remuneração digna.
> **Insisto em que essa solução não encontra guarida no princípio republicano, o qual reclama engajamento, e não exclusão ou o isolamento das pessoas com relação ao meio social, porque o interesse individual não é, nem pode ser, a única força a animar a vida em comunidade** (BRASIL, 2018, p. 133) (grifou-se).

Portanto, o discurso de que o STF já declarou a Educação Domiciliar constitucional, repetido de forma contínua e reiterada por atores da Sociedade Civil, do Poder Executivo e Legislativo e, inclusive, "patrocinado" em reportagens nas mídias digitais, conforme se demonstrado pela Figura 22, representa um enunciado falso do discurso dos Ministros exarados no julgamento do Recurso Extraordinário 888.815-RS.

Figura 22 - Anúncio "patrocinado" sobre a constitucionalidade da Educação Domiciliar



Fonte: INSTITUTO POLITÉIA, on-line[49].

Percebe-se a tentativa de proliferação de um discurso falso, no sentido de que já houve pelo STF a declaração de constitucionalidade da Educação Domiciliar, a fim

[49] A notícia pode ser acessada em: https://www.gazetadopovo.com.br/instituto-politeia/stf-constitucionalidade-ensino-domiciliar-homeschooling/.

de sustentar a urgência de ações em prol da regulamentação e implementação dessa prática educativa no Brasil e lhe proporcionar condições de existência.

Neste contexto, tem-se que a Lei eventualmente aprovada no Congresso Nacional, para regulamentar a Educação Domiciliar, passará, necessariamente, pelo crivo do Poder Judiciário e será rigorosamente avaliada a sua constitucionalidade pelo STF. Nesta perspectiva, imperioso destacar que os discursos reiterados que afirmam que o STF já fixou entendimento de que a Educação Domiciliar é constitucional, bastando a sua regulamentação por Lei aprovada pelo Congresso Nacional para sua implementação, são falsos, porque essa futura Lei precisa ser analisada a fim de se constatar a sua constitucionalidade. Ademais, é deveras comum no âmbito judicial a possibilidade de reflexões posteriores sobre o tema, com mudanças de posicionamento, havendo, reformulações na própria composição dos Ministros do STF que ulteriormente poderão analisar e votar essa temática.

5 A TESE: A EDUCAÇÃO DOMICILIAR SE CONSTITUI COMO UM DISPOSITIVO NEOLIBERAL E NEOCONSERVADOR DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA, QUE AMEAÇA O DIREITO À EDUCAÇÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL

Neste capítulo, objetiva-se operar com a hipótese de tese em que se defende que a Educação Domiciliar constitui um dispositivo neoliberal e neoconservador da Educação Contemporânea, que ameaça o Direito à Educação e a Democracia no Brasil. Impende asseverar que, no presente trabalho, o conceito de dispositivo é tomado com base em Foucault (2014), entendendo-se pela existência de uma rede discursiva complexa e multifacetada em torno dessa prática educativa, que a constitui a partir de diferentes elementos discursivos e não discursivos. Essa rede permite novas configurações de saber e relações de poder, apresentando-se o dispositivo da Educação Domiciliar como uma nova forma de constituição de sujeitos.

Como *corpus* de análise foram escavados recortes enunciativos de documentos, Leis, julgados e proposições, operados e que se dispersam no cotidiano da Sociedade Civil, do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, cujos atores são ligados à "modernização conservadora" (APPLE, 2003) e compõem a rede discursiva que contribui para regulamentação e implementação da Educação Domiciliar, que operam como dispositivo. Assim, para encontrar os enunciados, pela arqueologia foucaultiana, foram escavados os discursos neoliberais e neoconservadores da Educação Domiciliar, que se avultam em meio à precariedade do sistema convencional público de ensino, aproveitando-se do discurso de crise da educação (VEIGA-NETO, 2007).

No dizer de Apple (2003), estamos vivenciando a desintegração social com a perda de legitimidade de uma instituição dominante que supostamente nos unia - a escola. Dessa forma, a Educação Domiciliar tem sido um movimento crescente, fomentado no Brasil, mesmo diante da proibição legal, pelo discurso neoliberal e neoconservador, com o intuito de constituir novos cidadãos, mais livres, autônomos e que possam atender os anseios da aliança conservadora.

Neste contexto, é justamente neste ponto que se pensou a presente Tese, posto que experiências alternativas à educação formal permitem novas configurações de saber e poder, consequentemente, novas formas de constituição de sujeitos. Portanto, tem-se que "**A Educação Domiciliar se constitui como um dispositivo**

neoliberal e neoconservador da Educação Contemporânea, que ameaça o Direito à Educação e a Democracia no Brasil", atuando como ferramenta na fabricação de sujeitos que primam pela concorrência e empreendedorismo, que atendem os auspícios do mercado e que privilegiam a retidão moral e os valores familiares e cristãos.

É importante reiterar que o dispositivo é um conceito amplo, aberto, múltiplo e variável, um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, documentos, organizações, decisões, leis, proposições, isto é, uma "rede que se pode tecer entre estes elementos" (FOUCAULT, 1996, p. 244). Conforme o pensamento foucaultiano, o dispositivo passa a ser "qualquer coisa que tenha de algum modelo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes" (AGAMBEN, 2009, p. 40). Assim, esses enunciados e discursos produzem relações de poder, subjetivando sujeitos para um modelo de sociedade neoliberal e neoconservadora. O dispositivo da Educação Domiciliar articula saber e poder, impulsionando os sujeitos a formas determinadas de subjetividades.

A Educação Domiciliar como dispositivo se apresenta a partir de múltiplos elementos, como no discurso da Sociedade Civil, onde se identificou uma série de vantagens da prática educativa; nos enunciados do Poder Executivo, que possibilitaram a adoção dessa modalidade educacional, por meio da publicação de Cartilha orientativa; nos discursos do Poder Legislativo, ressaltando a urgência na regulamentação normativa da Educação Domiciliar; e em enunciados do Poder Judiciário, que normalizaram e materializaram discursos de constitucionalidade do *homeschooling* no Brasil. Percebe-se uma multiplicidade de atores autorizados a falar e com lugar de fala para defesa da regulamentação e implementação da Educação Domiciliar no Brasil.

O dispositivo da Educação Domiciliar, nesta perspectiva, contempla uma ampla rede discursiva que se sustenta em uma diversidade de saberes, que coloca em operação relações de poder em prol de sua regulamentação e implementação para o fim último de constituir o sujeito desejado pelo neoliberalismo e neoconservadorismo. Logo, é assim que se apresenta a subjetivação do sujeito, sendo possível afirmar que essa prática educacional busca capturar as subjetividades e transformar todos em empreendedores de si (FOUCAULT, 2008). Portanto, essas séries de ações e práticas

são engendradas com o propósito de governar o sujeito capturado pelo dispositivo. Para o neoliberalismo, a educação deve ser necessariamente um bem privado, em consequência, a Educação Domiciliar é uma possibilidade concreta de colocar em prática os discursos neoliberais, como a busca contínua pela formação do sujeito empreendedor, competitivo e alinhado aos valores do mercado. Tem-se, também, a possibilidade de atuação do neoconservadorismo como forma de governamento para formar subjetividades em defesa da tradição e dos valores familiares, religiosos e morais. Com efeito, através da Educação Domiciliar, opera-se um dispositivo que busca constituir o sujeito pedagógico em consonância com um projeto mais amplo de sociedade neoliberal e neoconservadora.

Deleuze (1996) define dispositivo como um conjunto multilinear composto por linhas de naturezas diferentes, que estão em permanente desequilíbrio e que se atravessam e se desdobram em saber, poder e subjetivação. O dispositivo da Educação Domiciliar está em constante mudança e articulação entre as linhas que o constituem, sendo atualizado e moldado conforme o momento histórico, político e social. Esse dispositivo ganha força no Brasil justamente com avanço da "modernização conservadora" (APPLE, 2003) e torna-se pauta prioritária do governo federal iniciado em 2019, que dá andamento à produção de saberes, para colocar em funcionamento relações de força em prol da subjetivação de sujeitos, que primam pelos princípios neoliberais e neoconservadores.

Sendo assim, o dispositivo da Educação Domiciliar abrange uma rede ampla de diferentes enunciados, que constituem os discursos em defesa de sua regulamentação e implementação, oriundos de formações discursivas atualizadas pelos neoliberais e neoconservadores, que atuam junto à Sociedade Civil e Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Constatou-se, dessa maneira, em reposta ao problema da pesquisa, que a Educação Domiciliar se constitui de discursos neoliberais e neoconservadores, tais como: a crise da educação pública; a qualidade e melhor aprendizagem do *homeschooling*; a liberdade educacional; o direito natural dos pais em escolher a educação dos filhos; a proteção dos valores familiares, religiosos e morais, que foram tratados nos capítulos anteriores do presente trabalho. Esses enunciados são potentes e reiteradamente repetidos com sentido de urgência para regulamentação e implementação dessa prática educativa no Brasil e, ainda, se fortalecem e vão se respaldando em outros discursos, como, por exemplo, o discurso

da “racionalidade econômica”, das “escolas cívico militares”, da “ideologia de gênero”, que os legitimam e lhes dão sustentação. O dispositivo da Educação Domiciliar é, assim, fabricado pela regularidade e articulação dessas formações discursivas, a fim de produzir a subjetivação desse sujeito neoliberal e neoconservador.

Foucault (1996) apresenta o dispositivo como uma estratégia dominante para atender determinada urgência histórica, no caso da Educação Domiciliar, os neoliberais e os neoconservadores aproveitando-se do discurso de crise da escola buscam a regulamentação e implementação do *homeschooling* no Brasil, com equivalência nos seus anseios de formar um sujeito empreendedor, competitivo, alinhado aos valores do mercado, protagonista que defende a tradição e valores familiares e morais.

Neste contexto, defende-se a Tese de que Educação Domiciliar se fabrica enquanto dispositivo da Educação Contemporânea, que coloca em risco o Direito à Educação e a Democracia no Brasil. O Direito à Educação deve ser interpretado de modo amplo, considerando todo arcabouço normativo que o posiciona como direito de todos, importando na garantia da existência da escola pública, obrigatória, gratuita e laica. A compulsoriedade da matrícula na escola é uma das garantias de efetividade desse direito fundamental público subjetivo, sendo o seu papel indispensável à cidadania e ao fortalecimento da Democracia, ou seja, para garantia do “direito de ter direitos” (RANIERI, 2013).

Defende-se a escola como espaço público, que possui o papel fundamental para constituição do sujeito da experiência (LARROSA, 2020). A escola é indispensável para a formação dos cidadãos e garantia de uma sociedade que resguarda valores democráticos, que assegura o direito ao convívio social, à igualdade, à pluralidade de ideias e concepções pedagógicas, ao respeito à diversidade, à tolerância e à solidariedade, para formação integral do sujeito cidadão qualificado para o trabalho. Esses princípios se distanciam da prática do *homeschooling*, que é uma modalidade educativa com caráter fortemente individualista, a expressão máxima da educação privada, com total afastamento do sujeito do espaço público e submissão a uma única concepção pedagógica imposta pela família, fazendo operar a governamentalidade neoliberal e neoconservadora.

A regulamentação e implementação da Educação Domiciliar em um país como o Brasil, que comporta graves e impactantes estatísticas de disparidade social, evasão

escolar, violência doméstica e trabalho infantil, importa na ampliação da desigualdade social e na restrição do espaço coletivo para construção do bem comum, com o desaparecimento da fronteira entre o público e o privado e a opção pela consciência privatizada (APPLE, 2003), ameaçando de sobremaneira o Direito à Educação e a Democracia.

Percebe-se pela análise dos recortes enunciativos escavados de documentos, leis, julgados e proposições exarados pelos atores que compõe a “modernização conservadora” (APPLE, 2003) e atuam junto à Sociedade Civil e no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, tratados no capítulo 4, uma série de fatores que apontam para um sentido de urgência em torno da regulamentação e implementação da Educação Domiciliar no Brasil. Os discursos denotam a confecção de um projeto de sociedade para atender os interesses de grupos específicos, com destaque para os neoliberais e neoconservadores. Pela regularidade discursiva das formações enunciativas desse grupo, fabrica-se o dispositivo da Educação Domiciliar, buscando o afastamento do Estado do seu papel constitucional de prover a educação para todos, articulando-se e atualizando-se por outros enunciados e discursos que ameaçam a educação pública e democrática.

Ao verificar as origens do *homeschooling,* sua evolução e princípios, no item 4.1 do presente trabalho, discorrendo-se sobre todo o movimento pela desescolarização, percebeu-se o clamor pela urgência de ações em defesa de uma prática educativa que atenda os interesses neoliberais, como a liberdade educacional, a salvação para crise e falta de qualidade da educação escolar e que promova o direito e dever natural dos pais de educarem os filhos conforme suas concepções morais e religiosas, atendendo as motivações do neoconservadorismo. Assim, o campo de saber em torno da Educação Domiciliar foi se constituindo com o objetivo principal de formar novos cidadãos, passando essa prática educativa a ser colocada como uma das possibilidades de salvação para crise da escola (VEIGA-NETO, 2007). E, com esse entendimento de que a crise da educação constitui os discursos em defesa da Educação Domiciliar, consolida-se a necessidade de se buscar novas práticas para subjetivação desses sujeitos para Educação Contemporânea. E, então, sustenta-se a urgência histórica que atua na fabricação do dispositivo da Educação Domiciliar e que legitima os discursos operados pelos atores neoliberais e neoconservadores no âmbito da Sociedade Civil e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Analisando esses recortes enunciativos, constatou-se a repetição de diversos domínios associados, fundamentados em múltiplos aspectos reiteradamente citados em defesa da Educação Domiciliar, como motivações pedagógicas, ambientais, sociais, familiares e religiosas, que capturam o sujeito que deve ser disciplinado, controlado e conduzido. Desta forma, o dispositivo da Educação Domiciliar passa a comportar condições de existência, havendo muito esforço para sua regulamentação e implementação, por aqueles que estão autorizados a falar e tem voz nessa rede ampla e complexa, tratada no item 4.2 do presente trabalho, que responde à urgência da crise na educação e constantemente se articula e se atualiza por outros enunciados e discursos, atuando junto à Sociedade Civil e aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Essa rede utiliza estratégias discursivas criativas e eficientes, como, por exemplo: para mobilizar a adoção à prática educativa, a possibilidade de se tornarem sócios de associações, que promovem desde a orientação até a defesa jurídica de famílias *homeschoolers*; para respaldar a atuação ilegal de agentes públicos, que teriam a obrigação funcional de coibir a evasão escolar, mormente porque o *homeschooling* é proibido e criminalizado pela legislação nacional; para chancelar discursos ideológicos de políticos partidários da direita conservadora; e para normalizar a adoção dessa modalidade educacional, que conflita com os objetivos, princípios e valores da educação, expressos na Constituição de 1988, que devem ser resguardados pelo STF.

Foi destacada uma série de enunciados neoliberais e neoconservadores dos atores da Sociedade Civil interligados por associações (ANED, HSLDA, ANAJURE e ABDPEF), que atuam em várias frentes para proliferação do discurso em defesa da Educação Domiciliar, já mencionados no item 4.2.1, do presente trabalho, como: a manutenção de sites e redes sociais ativas para divulgação de dados e estatística, enunciando as vantagens da Educação Domiciliar; a realização de lives, palestras e cursos, para difundir a prática por meio da opinião de especialistas; o suporte para as famílias que desejam adotar o *homeschooling*, com a divulgação de diversas empresas parceiras que apoiam a Educação Domiciliar, elaboram material didático, oferecem serviços de consultoria e assessoria pedagógica para os pais e, inclusive, possibilitam que se tornem associados mediante pagamento de mensalidades.

Os enunciados dos atores do Poder Executivo Federal, foram apresentados no item 4.2.2, desta pesquisa, os quais sustentam as condições de existência da

Educação Domiciliar. Esses agentes públicos, representantes e servidores de órgãos governamentais, promovem a possibilidade de implementação dessa prática educativa, mesmo inexistindo autorização legal, e, ao contrário, sendo esta expressamente vedada no ordenamento jurídico brasileiro e, até mesmo, criminalizada. Destacam-se a remessa pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, em 17/04/2019, para a Câmara dos Deputados do PL n.º 2.401/2019, para regulamentar a Educação Domiciliar; a atuação de Ministros em defesa dessa prática, e a publicação pelo MEC da Cartilha Informativa, “Educação Domiciliar: um direito humano tanto dos pais quanto dos filhos”, reiterando o sentido de urgência na regulamentação do *homeschooling* e a regularidade de sua adoção como modalidade educativa.

No âmbito do Poder Legislativo, demonstrou-se uma série de enunciados pela urgência na regulamentação da Educação Domiciliar, que se proliferou com mais potência, pois são esses atores que estão autorizados a regulamentar a Educação Domiciliar por meio de aprovação das Leis. Restou caracterizado no item 4.2.3, deste trabalho, ações e discursos para aprovação dos Projetos de Lei em andamento no Congresso Nacional, pelos partidos políticos e por parlamentares que compõem majoritariamente a direita conservadora ou a “Nova Direita”, com apoio em determinadas tramas discursivas em defesa dos ideais neoliberais e neoconservadores.

No Poder Judiciário, apresentou-se, no item no item 4.2.4, enunciações no contexto da defesa da regulamentação e implementação da Educação Domiciliar, com atualização dos dizeres daqueles que em *ultima ratio* são os responsáveis pela efetiva chancela dessa prática como modalidade educativa lícita no país. São os Ministros do STF que serão chamados a falar sobre a constitucionalidade da Educação Domiciliar e seus discursos pela regularidade da prática à luz do texto constitucional de 1988, que ativam o dispositivo da Educação Domiciliar, tornando-o potente para a Educação Contemporânea.

Apontar os casos exitosos de alunos submetidos à Educação Domiciliar no Brasil e em diversos países do mundo; difundir o apoio à pratica educativa por autoridades; exibir o andamento de Projetos de Lei em trâmite no Congresso Nacional; afirmar que a prática já se encontra chancelada pelo STF, com declaração de

constitucionalidade, são enunciados potentes que produzem o efeito de urgência acerca dessa regulamentação e implementação do *homeschooling* no Brasil.

Compreende-se com o presente trabalho que os enunciados neoliberais e neoconservadores constituem os discursos em defesa da Educação Domiciliar no Brasil. Ao nos debruçarmos sobre o *corpus* de análise da presente pesquisa, tratado no capítulo anterior, constatamos que os enunciados dos discursos em defesa da Educação Domiciliar no cotidiano da Sociedade Civil e no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, estabelecem verdades que passam a circular desmobilizando e enfraquecendo a escola como espaço público de aprendizagem, franqueando uma prática educativa vedada em Lei a ser aceita socialmente. Esse dispositivo da Educação Domiciliar pretende a produção de novos sujeitos marcados pelas tramas discursivas, um sujeito diferente daquele forjado pela experiência, um sujeito que prima pela concorrência e empreendedorismo, que atende os auspícios do mercado e que privilegia a retidão moral e os valores familiares e cristãos.

Sendo assim, a Educação Domiciliar, como um dispositivo neoliberal e neoconservador da Educação Contemporânea, traz a possibilidade de novas configurações para governamento do sujeito (FOUCAULT, 1996; 2008) inserido na sociedade de controle (DELEUZE, 1996). Em consequência, o dispositivo opera na constituição de um saber e na produção de um determinado sujeito - neoliberal e neoconservador, preocupado com o ensino privado, que seria mais efetivo e de qualidade, demonstrando-se a importância de toda essa formação discursiva fabricada pelo dispositivo da Educação Domiciliar, que ameaça o Direito à Educação e a Democracia no Brasil.

Portanto, tem-se que a Educação Domiciliar se constitui como um dispositivo, tal qual sustentado por Foucault (1996), fabricado para atender uma urgência histórica de crise da escola, todavia, com valores distantes dos princípios democráticos da educação, com demarcada relação excludente com o meio social, enfraquecendo a diversidade, tolerância, solidariedade e o projeto de Democracia. Como bem ressalta Lubienski (2000, p. 215) a Educação Domiciliar “privatiza os meios, o controle e o propósito da educação”, abrindo caminho para o aprofundamento das ações individuais, constituindo sujeitos empreendedores que atendem as perspectivas de mercantilização da educação. No dizer de Apple (2020), a colocação do individual sobre o bem coletivo, em todo esse processo de regulamentação e implementação da

Educação Domiciliar, pode debilitar o direito público e a responsabilidade de garantir que gerações futuras estejam preparadas para a participação em uma Democracia pluralista. Nesse processo, apresenta-se a potência dos enunciados do neoliberalismo, que operam com desdém pela esfera pública em busca de privatizar e acomodar o que tem sido benéfico para todos, não meramente ao sujeito de forma individual.

E, os neoconservadores, conforme Apple (2020), com seus enunciados relacionados à evolução, sexualidade, e à natureza “dada por deus” das relações de gênero, o lugar central de crenças irredentistas sobre o conhecimento bíblico, a profunda preocupação com o crescimento da secularidade, entre outros, produzem implicações curriculares, principalmente para uma crescente sociedade diversificada com o objetivo social de aprimorar uma democracia mais espessa e, em última análise, reproduzem formas e identidades patriarcais.

A análise do *corpus* desta Tese possibilitou a confirmação da hipótese da pesquisa no sentido de que **a Educação Domiciliar se constitui como um dispositivo neoliberal e neoconservador da Educação Contemporânea, que ameaça o Direito à Educação e a Democracia no Brasil**, tendo sido respondida a questão de pesquisa sobre os enunciados que constituem os discursos em defesa da Educação Domiciliar no Brasil, com demonstração de que vem sendo fabricada pelo discurso neoliberal e neoconservador, que enfraquece a escola e como dispositivo representa ameaça ao Direito à Educação e a Democracia.

Ademais, apesar da Educação Domiciliar atingir uma parcela ínfima dos cerca de 36 milhões de alunos matriculados na rede pública da educação básica no Brasil, segundo dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022), essa modalidade educativa vem ganhando proeminência e a sua regulamentação e implementação poderá acarretar consequências gravosas para a educação escolar, mormente diante da extrema desigualdade social. Como bem salienta Cury (2006), teríamos o risco de voltar ao momento histórico onde as elites ensinavam seus filhos em casa, negligenciando-se, assim, o acesso de todos a uma escolarização institucionalizada.

O estudo da regulamentação e implementação dessa prática educativa foi um desafio e por certo não se encerra com a presente pesquisa. Quando pensado o presente tema, no início de 2020, a Educação Domiciliar fazia parte do programa de

governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, e, a qualquer momento, poderia haver a mudança da legislação, com alteração significativa para a pesquisa e escrita da Tese. Tanto que, em 19 de maio de 2022, a Câmara de Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 3.179/12 (BRASIL, 2012), que culminou na reformulação parcial dos capítulos 3 e 4 do presente estudo. Com a pandemia da COVID-19, a discussão sobre essa prática educativa tomou força entre a população e no Congresso Nacional, com veementes manifestações por sua regulamentação e, até mesmo, com a decretação do seu fim, ante as dificuldades enfrentadas na maioria dos lares brasileiros para mediar a realização de aulas remotas.

Houve a necessidade, inclusive, da ANED, logo no início da pandemia, em 20 de março de 2020, manifestar-se sobre a diferenciação entre as aulas híbridas adotadas durante a quarentena e a prática educativa do *homeschooling*, afirmando que "quarentena não é *homeschooling*". Essa estratégia pode ser vista como uma dispersão da regularidade discursiva, a fim de disseminar os ideais neoliberais e neoconservadores que defendem em seus discursos, no sentido de que no "*homeschooling* se usufrui de liberdade educacional"; "liberdade de ir e vir"; "liberdade de estar com colegas e amigos"; "liberdade para frequentar bibliotecas, parques, academias, clubes e de estar na comunidade"; "liberdade de viver em sociedade e de ser socializado" (ANED, Facebook)[50].

O presente trabalho foi escrito em meio a incertezas sobre a regulamentação e implementação desse projeto da Educação Domiciliar, muito bem articulado e movido pelo discurso neoliberal e neoconservador, a fim de responder à urgência da crise da escola na contemporaneidade, e está sendo finalizado com a advento de novo governo federal, iniciado em janeiro de 2023, do presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), com espectro político à esquerda e posicionamento ideológico progressista, permanecendo, deste modo, a dúvida quanto aos destinos do *homeschooling* no Brasil.

Neste contexto, entende-se que ainda há muito que se problematizar sobre a regulamentação e implementação da Educação Domiciliar no Brasil, que já vem se constituindo na contemporaneidade e sobre os sujeitos, o que torna a conclusão do presente trabalho, realizado a partir de uma sequência de ideias e escolhas nem um pouco neutras por parte da autora, uma tarefa extremamente complicada, posto que

[50] Dados disponíveis em https://www.facebook.com/anededucacaodomiciliar. Acesso em 15/01/2023.

novas pesquisas devem ser realizadas, com outros tantos olhares, para compreensão das práticas discursivas tratadas e as que surgirão e que inegavelmente constituem esse dispositivo neoliberal e neoconservador da Educação Contemporânea, que ameaça o Direito à Educação e a Democracia no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Argos Editora da Unochapecó, 2009.

AGOSTINHO, Larissa Drigo. Diagrama ou dispositivo? Foucault entre Deleuze e Agamben. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, 1(30), 6-19, 2021, https://doi.org/10.11606/issn.1517-0128.v1i30p6-19.

AGUIAR, Alexandre Magno Fernandes Moreira. **A situação jurídica do ensino domiciliar no brasil.** Publicado em: 07/2011. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/19514/a-situacao-juridica-do-ensino-domiciliar-no-brasil. Acesso em: 25/06/2020.

ALMEIDA, Gabriela Freitas de. **Para onde caminham as escolas?** 31/03/2014. 129 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, Brasília. Biblioteca Depositária: BCE UnB.

AMIM, Andréa Rodrigues. **Curso de direito da criança e adolescente: aspectos teóricos e práticos.** 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

ANAJURE - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EVANGELICOS. **Página inicial *on line***. Disponível em: https://anajure.org.br/. Acesso em: 15/01/2023.

ANDRADE, Edison Prado de. **A educação familiar desescolarizada como um direito da criança e do adolescente: relevância, limites e possibilidades na ampliação do direito à educação.** 25/08/2014. 563 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: FEUSP.

ANED - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DOMICILIAR. **Página inicial *on line***. Disponível em: https://www.aned.org.br/. Acesso em: 30/11/2020.

_____. **Facebook: @anededucacaodomiciliar**. Disponível em: https://www.facebook.com/anededucacaodomiciliar. Acesso em: 17/05/2020.

APPLE, Michel W. Fora com todos os professores: a política cultural do ensino doméstico. *In:* **Educando à direita: mercados, padrões, deus e desigualdade.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____ Homeschooling, democracy, and regulation: An essay review of **Homeschooling: The history and philosophy of a controversial practice** by S. F. Peters & J. G. Dwyer. Education Review, 27. 2020, http://dx.doi.org/10.14507/er.v27.2931.

AVELLAR, Marina; BALL, Stephen J. ***International Journal of Educational Development*** (2017), http://dx.doi.org/10.1016/j.ijedudev.2017.09.007. Disponível em: https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2017/11/avelar-ball-ijed-paper.pdf

BALL, Stephen J. **Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal.** Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

_____. Laboring to relate: neoliberalism, embodied policy, and network dynamics. **Peabody Journal of Education**, v. 92, p. 29-41, jan. 2017. DOI: https://doi.org/10.1080/0161956X.2016.1264802

BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. Estado e educação em Martinho Lutero: a origem do direito à educação. **Cadernos de Pesquisa.** Vol. 41, Núm. 144**.** Dez 2011, Fundação Carlos Chagas. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000300012.

_____. **Ensino em casa no Brasil: um desafio à escola?** 2013. Universidade de São Paulo, 2013.

_____. **Reflexões sobre a compulsoriedade da educação escolar e o ensino em casa**. 2014. Disponível em: http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT1/GT1_Comunicacao/LucianeMunizRibeiroBarbosa_GT1_integral.pdf. Acesso em: 13/05/2020.

_____. Homeschooling no Brasil: ampliação do direito à educação ou via de privatização? **Educação & Sociedade**. vol.37 nº.134 Campinas Jan./Mar. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016157215. Acesso em 03/02/21.

_____. Homeschooling, democracy, and regulation: An essay review of Homeschooling: The history and philosophy of a controversial practice by S. F. Peters & J. G. Dwyer. **Education Review**, 27. 2020, http://dx.doi.org/10.14507/er.v27.2931.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política.** São Paulo: Editora UNESP, 1995.

_____. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 09/11/2021.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 09/11/2021.

_____. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Código Penal. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 17/03/2021.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 09/11/2021.
Acesso em: 09/11/2021.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**, Brasília, 1961. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 12/11/2021.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 09/11/2021.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**, Brasília, 1971. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 12/11/2021.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**, Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11/03/2020.

_____. **Lei de nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 11/03/2020.

_____. **Lei n.º 9.394, de 23 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11/03/2020.

_____. **Projeto de Lei n.º 3.179, de 08 de fevereiro de 2012**. Acrescenta parágrafo ao art. 23 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica. Nova redação, altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação. Disponível em: básica.https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=534328. Acesso em: 10/05/2022.

_____. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 11/03/2020.

_____. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

_____. Supremo Tribunal Federal. **RE 888815** - Recurso Extraordinário. Órgão julgador: Tribunal Pleno, Relator(a): Min. Roberto Barroso, Redator(a) do acórdão: Min. Alexandre De Moraes. Julgamento: 12/09/2018. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RE888815mAM.PDF. Acesso em: 13/03/2020.

_____. **Projeto de Lei n.º 2.401/2019**. Dispõe sobre o exercício do direito à Educação Domiciliar, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 2019.

_____. Cartilha - Educação domiciliar: um direito humano tanto de pais quanto de filhos. **Ministério da Educação,** 2021. https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acesso_informacacao/pdf/CartilhaEducacaoDomiciliar_V1.pdf

_____. **Projeto de Lei n.º 1.338/2022**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica, 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Página inicial on-line**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/. Acesso em: 30/11/2020.

CARDOSO, Nardejane Martins. **O direito a optar pela educação domiciliar no Brasil.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

CARTER, Joe. **9 coisas que você deveria saber sobre o movimento Homeschooling.** Publicado em 10/05/2019. Disponível em: https://voltemosaoevangelho.com/blog/2019/05/9-coisas-que-voce-deveria-saber-sobre-o-movimento-homeschooling/. Acesso em: 03/02/2021.

CASANOVA, Letícia Veiga. **As relações escolas-famílias e a construção de um ideário.** 2017. 327 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2017.

CASANOVA, Letícia Veiga; FERREIRA, Valéria Silva. Os discursos da associação nacional de educação domiciliar do brasil. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2014771, p. 1-17, 2020 Disponível em: https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André. Hannah Arendt: pensar a crise da educação no mundo contemporâneo. **Educação e Pesquisa.** Vol. 36, nº.3. São Paulo, Sept./Dec. 2010.

COSTA, Fabricio Veiga. ***Homeschooling*** **no Brasil: uma análise da constitucionalidade e da legalidade do Projeto de Lei 3.179/12.** Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

COSTA, Marli Marlene Moraes da. Comentários ao art. 53 do ECA. *In* ***Estatuto da criança e do adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais.*** Coordenadores Josiane Rose Petry Veronese; Mayra Silveira; Munir Cury. 13º ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação educacional brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. Educação escolar e educação no lar: espaços de uma polêmica. **Educação e Sociedade.** Campinas, v. 27, p. 667-688, out. 2006.

_____. Homeschooling: entre dois jusnaturalismos? Pro-Posições, vol. 28, n. 2. **Homeschooling e o direito à educação**, mai-ago, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0006.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da teoria geral do estado**. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

_____. Comentários ao art. 4º do ECA. *in* ***Estatuto da criança e do adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais.*** Coordenadores Josiane Rose Petry Veronese, Mayra Silveira, Munir Cury. 13º ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução Peter Pal Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

_____. O que é um dispositivo? *In:* G. Deleuze, **O mistério de Ariana**. Lisboa: Vega,1996, p. 83-96.

FERREIRA, Marcela Figueira. **"O Bicho-papão na escola": a proposta curricular do município de fortaleza para educação infantil no processo da desescolarização de crianças de 0 a 5 anos.** 10/12/2020. 137 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Ceará, Ceará.

FERNANDES, Rogério. Prefácio. *In*: VASCONCELOS, M. C. C. **A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de oitocentos.** Rio de Janeiro: Editora Gryphus, 2005. p. xi-xiv.

FERNANDES, Yrama Siqueira. **"Direito à educação? pergunta complicada (...)" o que pensam os professores do primeiro seguimento do ensino fundamental.** 10/03/2015 153 F. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca. Depositária: http://www.dbd.puc-rio.br

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, nº.114, São Paulo, nov. 2001.

_____. Foucault. *In*: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas.** 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 123-153.

FLACH, Simone de Fátima. Direito à educação e obrigatoriedade escolar no Brasil: entre a previsão legal e a realidade. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 43, p. 285-303, set. 2011 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: https://web.archive.org/web/20170923044332id_/https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/viewFile/8639943/7506. Acesso em: 29/08/2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

_____. **A Arqueologia do saber.** Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed., Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005.

_____. **O Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramalhete. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GAVIÃO, Juliane Soares Falcão. **As crianças e suas memórias e infância: escola e homeschooling nas narrativas infantis.** 26/07/2017. 160 F. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: Central da UFRGS.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia.** Tradução: Maria Luiza X.de A.borges. 5 ed., Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **O debate global sobre a terceira via**. Trad. Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Editora UNESPE, 2007.

GUIA DO ESTUDANTE. **MEC defende ensino domiciliar em cartilha, mesmo sem regulamentação.** Página on-line, por Wender Starlles, atualizado em 3 jun 2021, 20h11min e publicado em 3 jun 2021, 17h12. Disponível em: https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/mec-defende-ensino-domiciliar-em-cartilha-mesmo-sem-regulamentacao/. Acesso em: 28/12/2022.

HYPOLITO, Álvaro Moreira; LIMA, Iana Gomes de Lima; CAMPOS, Rosânia; SILVA, Simone. **Neoliberalismo e neoconservadorismo na educação brasileira: uma análise a partir de políticas educacionais.** Anais da 39ª Reunião da Anped, 2019. Disponível em: http://anais.anped.org.br/p/39reuniao/trabalhos?page=1. Acesso em: 10/10/2022.

HSLDA - *Home School Legal Defense Association*. **Página inicial *on line***. Disponível em: https://hslda.org/. Acesso em: 04/02/2021.

ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas.** Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**, 2022. Disponível em https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar. Acesso em 15/01/2023.

INSTITUTO POLITÉIA. **Em decisão histórica, voto condutor no STF reconhece a constitucionalidade do ensino domiciliar (homeschooling)**. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/instituto-politeia/stf-constitucionalidade-ensino-domiciliar-homeschooling/. Acesso em: 15/01/2023.

KANT, Emmanuel. **Crítica da razão prática**. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1986.

KLINKO, Janaina. **Desescolarização e abandono do mundo: um estudo sobre argumentos antiescola e seus pressupostos.** 02/09/2021. 92 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: FEUSP.

KLOH, Fabiana Ferreira Pimentel. **Homeschooling no Brasil: a legislação, os projetos de lei e as decisões judiciais.** 24/06/2014. 233 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis. Biblioteca Depositária: UCP.

_____. **De Canela a Brasília: nas vozes de um processo, a Educação Domiciliar chegou à Suprema Corte brasileira.** 19/02/2020. 267 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Rede Sirius.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro.** Porto Alegre: Zouk, 2019.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. *In:* Silva, Tomaz Tadeu. **O sujeito da educação**. Petrópolis: Vozes, 1994, p.35-86.

_____. **Tremores: escritos sobre a experiência**. Tradução Cristina Antunes, João Wanderley Geraldi, 1 ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2020.

LIMA, Iana Gomes de; GANDIN, Luís. Armando; ROSA, Luis Felipe; SANTOS, Gabriel Dias dos. A rede da educação domiciliar no Brasil: a aliança conservadora em ação. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 17, p. 1–24, 2022. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.17.21141.094. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/21141. Acesso em: 14 jan. 2023.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, e190901, 2019.

LUBIENSKI, Chris. Wither the Common Good? A critique of Home Schooling. In: **Peabody Journal of Education**, v. 75, nº 1&2, p. 207-232, 2000.

MADEIRA, Janaína Silveira Soares. **A relação público-privado na educação infantil: uma nova gestão pública.** 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade da Região de Joinville, UNIVILLE, Joinville, 2019.

MAINARDES, J.; FERREIRA, M. S.; TELLO, C. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teóricos-metodológicos. *In*: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas.** São Paulo: Cortez, 2011. p. 143-172.

MARTINS, Renato de Almeida. **A judicialização da educação: uma análise sobre ensino domiciliar sob a ótica do entendimento fixado pelo STF a partir do recurso extraordinário nº 888815/RS/2018.** 31/08/2020. 170 F. Mestrado em Educação. Instituição e Ensino: Universidade De Uberaba, Uberaba. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central.

MARTINS, Rudnei Joaquim. **Gestão democrática como dispositivo gerencialista.** 2020. 192 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2020.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **A legitimidade do direito positivo: direito natural, democracia e jurisprudência.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992.

MASSCHELEIN, Jan; SIMON, Maarten. **Em defesa da escola: uma questão pública.** Tradução Cristina Antunes, 2 ed. 4 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MEC. **Ministério da Educação**, página on-line. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br.

MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. Produção, identidade e democracia. *In* MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. **Governando o presente: gerenciamento da vida econômica, social e pessoal.** São Paulo: Paulus, 2012. pgs. 208-238.

MOREIRA, Alexandre Magno Fernandes. **Homeschooling: uma alternativa constitucional à falência da educação no Brasil.** Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, v. 21 n. 2, fev. 2009.

_____. **O direito à educação domiciliar.** Brasília: Editora Monergismo, 2017.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTTA, Elias de Oliveira. **Direito educacional e educação no século xxi: com**

comentários à nova lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: UNESCO, 1997.

MOTTA FILHO, Sylvio Clemente da. **Direito constitucional: teoria, jurisprudência e questões.** 26. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2016.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou zaratustra**. São Paulo: Martins Claret, 2002.

_____. Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral. Trad. Rubens Torres Filho. *In:* MARÇAL, Jairo (org.). **Antologia de textos filosóficos.** SEED: Curitiba-PR, 2009, p. 530-541.

NHERI - NATIONAL HOME EDUCATION RESEARCH INSTITUTE. **Página inicial *on line***. Disponível em: https://www.nheri.org/about-nheri/. Acesso em: 04/02/2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração universal dos direitos humanos,** 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 25/11/2022.

PERONI, Vera Maria Vidal e ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. Público não-estatal: estratégias para o setor educacional brasileiro. *In* ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas e PERONI, Vera Maria Vidal (orgs.). **O público e o privado na educação: interfaces entre Estado e sociedade**. São Paulo: Xamã, 2005.

PERONI, Vera Maria Vidal. A democratização da educação em tempos de parcerias entre o público e o privado. **Revista de Educação Pública** – UFMT, v. 19, p. 215-227, 2010.

PERONI, Vera Maria Vidal; LIMA, Paula de. Políticas conservadoras e gerencialismo. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015344, p. 1-20, 2020 Disponível em: https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa.

PESSOA, Alexsandro Vieira. **Práticas pedagógicas na educação domiciliar: um estudo de caso em Aracaju-SE**. 28/02/2019, 123 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. Biblioteca Depositária: Bicen.

PÚBLICA. Agência de Jornalismo Investigativo. On-line. ***Defensores do homeschooling no Brasil recomendam castigos físicos de crianças.*** Disponível em: https://apublica.org/2022/07/homeschooling-brasil-castigo-fisico-bater-aned-hslda/. Acesso em 28/12/2022.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. O direito educacional no sistema jurídico brasileiro. *In*: **ABMP, Todos pela educação** (Org.). Justiça pela qualidade na educação. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. O novo cenário jurisprudencial do direito à educação no Brasil: o ensino domiciliar e outros casos no Supremo Tribunal Federal**, Pro-Posições.** 2017, vol. 28, nº. 2, p. 141/171. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/pp/a/wn5BqBXPYRZPz4ZvMxVqVbs/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 14/10/2021.

_____. Educação obrigatória e gratuita no Brasil: um longo caminho, avanços e perspectivas. *In* **Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar**. Organizado por Nina Beatriz Stocco Ranieri e Angela Limongi Alvarenga Alves. São Paulo: Cátedra UNESCO de Direto à Educação/Universidade de São Paulo (USP), 2018.

RAY, Brian D. **Crescimento do ensino em casa: vários pontos de dados mostram aumento de 2012 a 2016 e posteriores.** Publicada em 20 de abril de 2018. Disponível em: http://www.nheri.org/homeschool-population-size-growing/. Acesso em 04/02/2021.

_____. **Ensino doméstico: a pesquisa.** Publicada em 15 de janeiro de 2021. Disponível em: https://www.nheri.org/research-facts-on-homeschooling/. Acesso em 04/02/2021.

ROSA, Ana Claudia Ferreira; CAMARGO, Arlete Maria Monte de. *Homeschooling:* o reverso da escolarização e da profissionalização docente no Brasil. 04 Jun 2020. **Práxis Educativa.** DOI: 10.5212/PraxEduc.v.15.14818.036

ROSA, Luciane Oliveira da. **A Influência dos documentos supranacionais nas produções de subjetividade das pedagogas.** 350 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2022.

SALGADO, Gabriele Nigra. **Educação "alternativa": do discurso à imagem**. 20/06/2018. 297 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Biblioteca Depositária: BU UFSC.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar nº 170, de 7 de agosto de 1998.** Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação. Florianópolis, 1998. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Lei%20Complementar%20170_98_%20sistema%20estado%20de%20SC%20(1)%20(1).pdf. Acesso em: 10/04/2020.

_____. **Lei Complementar nº 775, de 3 de novembro de 2021.** Altera a Lei Complementar nº 170, de 1998, que "Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação", a fim de incluir a previsão da educação domiciliar. Florianópolis, 2021a. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2021/775_2021_lei_complementar.html. Acesso em: 10/04/2020.

_____. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Decisão em ação direta de inconstitucionalidade nº 5058462-84.2021.8.24.000/SC.** Órgão julgador: Órgão Especial, Relator: Des. Salim Schead dos Santos. Julgamento: 19/11/2021. Florianópolis, 2021b. Disponível em: https://eprocwebcon.tjsc.jus.br/consulta2g/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=321637345071499934588101210175&evento=32163734507149993458810122287&key=9fc9fa3f086a62ef960372ef2b6c137b3e4608e1e3c20264a06d

c80ceab964e6&hash=eef4ec26b08e4fbb78e1fca309addf12. Acesso em: 13/03/2022.

_____. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Decisão em ação direta de inconstitucionalidade nº 5061030-73.2021.8.24.0000/SC.** Órgão julgador: Órgão Especial, Relatora: Des. Maria do Rocio Luz Santa Ritta. Julgamento: 02/12/2021. Florianópolis, 2021c. Disponível em: https://eprocwebcon.tjsc.jus.br/consulta2g/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=321638471990292831046701137557&evento=32163847199029283 1046701150062&key=185b2b8ff22112885e3cda750c4887a3e9d28bcb267b227068a a476ffbb2966c&hash=b2e72764b5c23004a6e793f0cceb13ae. Acesso em: 13/03/2022.

SANTOS, Aline Lyra dos. **Educação domiciliar o "lugar de criança é na escola"? Uma análise sobre a proposta de homeschooling no Brasil**. 26/03/2019. 256 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH

SANTOS, Danielle Maria Espezim dos. Comentários ao art. 55 do ECA. *in* **Estatuto da criança e do adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais.** Coordenadores Josiane Rose Petry Veronese, Mayra Silveira, Munir Cury. 13º ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

SENADO FEDERAL. **Página inicial on-line**. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/01/28/governo-promete-mudancas-profundas-na-educacao. Acesso em: 24/11/2022.

SILVA, Simone Gonçalves da; LIMA, Iana Gomes Lima; SILVA, Maria Eloísa da. Redes de influência em políticas educacionais: o avanço neoconservador e neoliberal em cena. **Teoria e Prática da Educação**, vol. 22, nº. 3, p. 137-154, 28 nov. 2019.

SILVA, Vania Maria de Carvalho E. **Homeschooling ou educação domiciliar: origem, debates e tentativas de regulamentação no Brasil**. 25/08/2021. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca.

SOUZA, Marinaldo Fernando de**. Além da escola: reflexões teórico-metodológicas com base na análise de práticas educativas alternativas descobertas em áreas rurais da região de São Carlos S.P.** 11/03/2016. 192 F. Doutorado em Educação Escolar Instituição de Ensino: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara. Araraquara Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.

SOUZA, Motauri Ciocchetti de. Comentários ao art. 54 do ECA. *in* **Estatuto da criança e do adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais.** Coordenadores Josiane Rose Petry Veronese, Mayra Silveira, Munir Cury. 13º ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

STAKE, R. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Página inicial on-line**. Disponível em: http://portal.stf.jus.br/. Acesso em: 06/01/2021.

THE INTERCEPT BRASIL. **Escola com partido**. Página on-line. Disponível em: https://theintercept.com/2020/06/15/app-empresa-tv-bolsonaro-aulas-online-pandemia/. Acesso em: 15/01/2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Sem regulamentação, educação domiciliar é defendida em cartilha do MEC.** Página on-line. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/noticias/sem-regulamentacao-educacao-domiciliar-e-defendida-em-cartilha-do-mec/. Acesso em 28/12/2022.

UOL. **Sem regulamentação, educação domiciliar é defendida em cartilha do MEC.** Página on-line. Por Ana Paula Bimbati, São Paulo, 01/06/2021, 04h00. Disponível em: https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/06/01/mec-cartilha-educacao-domiciliar.htm. Acesso em 28/12/2022.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. **Teoria & Educação**, nº. 6, p. 68-96, Porto Alegre, 1992.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; BOTO, Carlota. A educação domiciliar como alternativa a ser interrogada: problema e propostas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, vol. 15, e2014654, p. 1-21, 2020 Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; KLOH, Fabiana Ferreira Pimentel. Uma produção que se intensifica: a educação domiciliar nas pesquisas acadêmicas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE**, vol. 36, nº. 2, p. 539 - 558, mai/ago, 2020.

VASCONCELLOS, Moroni Azevedo de. **As representações sociais de escolarização na polêmica acerca da homeschooling.** 15/04/2016. 98 F. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: Biblioteca Centro I.

VEIGA NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades.Texto apresentado e discutido no **Colóquio Foucault, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)**, em novembro de 1999, sob a coordenação da Drª Vera Portocarrero. Disponível em: http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta5.13.htm. Acesso em: 08/07/2020.

_____. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR Carlos. **Habitantes de babel: políticas e poéticas da diferença.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 105- 118.

_____. Pensar a escola como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da modernidade. *In* COSTA. Marisa Vorraber. **A escola tem futuro?** 2ª ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. Governamentalidade e educação. **Revista Colombiana de Educación,** nº. 65, Bogotá July/Dec. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-39162013000200002.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Direito da criança e do adolescente: novo curso - novos temas.** 2. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

WEINMANN, Amadeu de Oliveira. Dispositivo: um solo para a subjetivação. **Psicologia & Sociedade.** Dez 2006, https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000300003.

WENDLER, Juliane Morais; FLACH, Simone de Fátima. Reflexões sobre a proposta de educação domiciliar no brasil: o projeto de lei nº 2401/2019. **Práxis Educativa**, vol. 15, e2014881, p. 1-13, 2020. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.15.14881.028. Disponível em: https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/14881.

APÊNDICES

Apêndice A - Revisão da produção acadêmica no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) 160
Apêndice B - Pesquisas localizadas e selecionadas no balanço das produções sobre o tema da Tese.....168
Apêndice C - Resultado detalhado da votação do PL nº. 3179/2012 na Câmara dos Deputados.....170
Apêndice D - Manifestações realizadas no plenário pelos Deputados que votaram em defesa da Educação Domiciliar na votação do PL nº. 3.179/2022.....180
Apêndice E - Quadro comparativo LDB, ECA e CP com alterações do Projeto de Lei nº. 1.338/2022.....205

Apêndice A - Revisão da produção acadêmica no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Descritor	**Resultados** CAPES BDTD-IBICT	**Filtros na Busca** **Tipo:** Mestrado/Doutorado **Ano:** 2014 a 2021 **Grande Área de Conhecimento**: Ciências Humanas **Área de conhecimento:** Educação **Área de Avaliação:** Educação **Área de Concentração**: Educação **Nome do Programa:** Educação
i) "educação domiciliar" AND “ensino domiciliar” AND "homeschooling"	1 BDTD-IBICT	1. KLOH, Fabiana Ferreira Pimentel. **De Canela a Brasília: nas vozes de um processo, a Educação Domiciliar chegou à Suprema Corte brasileira**. 19/02/2020. 267 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca.
ii) "educação domiciliar" AND "homeschooling"	5 CAPES Obs.: 4 trabalhos não localizados nos descritores anteriores	2. KLOH, Fabiana Ferreira Pimentel. **Homeschooling No Brasil: a legislação, os projetos de lei e as decisões judiciais.** 24/06/2014. 233 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis. Biblioteca Depositária: UCP. 3. PESSOA, Alexsandro Vieira. **Práticas Pedagógicas na Educação Domiciliar: um estudo de caso em Aracaju-SE.** 28/02/2019, 123 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 4. SANTOS, Aline Lyra dos. **Educação Domiciliar o “Lugar de Criança é na Escola”? Uma análise sobre a proposta de homeschooling no Brasil** 26/03/2019. 256 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH. 5. SILVA, Vania Maria de Carvalho E. **Homeschooling ou Educação Domiciliar: Origem, Debates e Tentativas de Regulamentação no Brasil.** 25/08/2021. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca. KLOH, Fabiana Ferreira Pimentel. **De Canela a Brasília: nas vozes de um processo, a Educação Domiciliar chegou à Suprema Corte brasileira**. 19/02/2020. 267 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Rede Sirius.
	3 BDTD-IBICT Obs.: Apenas 1 trabalho não localizado na CAPES	PESSOA, Alexsandro Vieira. **Práticas Pedagógicas na Educação Domiciliar: um estudo de caso em Aracaju-SE.** 28/02/2019, 123 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. KLOH, Fabiana Ferreira Pimentel. **De Canela a Brasília: nas vozes de um processo, a Educação Domiciliar chegou à Suprema Corte brasileira**.

		19/02/2020. 267 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Rede Sirius. 6. FERREIRA, Marcela Figueira. **"O Bicho-Papão na Escola": A proposta curricular do Município de Fortaleza para educação infantil no processo da desescolarização de crianças de 0 a 5 anos.** 10/12/2020. 137 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Ceará, Ceará.
iii) "educação domiciliar" OR "homeschooling"	10 CAPES Obs.: 5 trabalhos não repetidos nos descritores anteriores	KLOH, Fabiana Ferreira Pimentel. **Homeschooling No Brasil: a legislação, os projetos de lei e as decisões judiciais.** 24/06/2014. 233 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis. Biblioteca Depositária: UCP. 7. ANDRADE, Edison Prado de. **A educação familiar desescolarizada como um direito da criança e do adolescente: relevância, limites e possibilidades na ampliação do direito à educação.** 25/08/2014. 563 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: FEUSP. 8. FERNANDES, Yrama Siqueira**. "Direito À Educação? Pergunta Complicada (...)" O Que Pensam Os Professores Do Primeiro Seguimento Do Ensino Fundamental.** 10/03/2015 153 F. Mestrado Em Educação Instituição De Ensino: Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro, Rio De Janeiro Biblioteca Depositária: http://www.dbd.puc-rio.br 9. SOUZA, Marinaldo Fernando de. **Além Da Escola: Reflexões Teórico-Metodológicas Com Base Na Análise De Práticas Educativas Alternativas Descobertas Em Áreas Rurais Da Região De São Carlos S.P.** 11/03/2016. 192 F. Doutorado em Educação Escolar Instituição de Ensino: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara. Araraquara Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. 10. VASCONCELLOS, Moroni Azevedo de. **As Representações Sociais de Escolarização Na Polêmica Acerca Da Homeschooling.** 15/04/2016. 98 F. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: Biblioteca Centro I. 11. GAVIAO, Juliane Soares Falcão. **As Crianças e Suas Memórias e Infância: Escola e Homeschooling nas Narrativas Infantis.** 26/07/2017. 160 F. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: Central da UFRGS. PESSOA, Alexsandro Vieira. **Práticas Pedagógicas na Educação Domiciliar: um estudo de caso em Aracaju-se.** 28/02/2019, 123 f. Mestrado em

		Educação. Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. Biblioteca Depositária: Bicen. SANTOS, Aline Lyra dos. **Educação Domiciliar o "Lugar de Criança é na Escola"? Uma análise sobre a proposta de homeschooling no Brasil** 26/03/2019. 256 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH. SILVA, Vania Maria de Carvalho E. **Homeschooling ou Educação Domiciliar: Origem, Debates e Tentativas de Regulamentação no Brasil.** 25/08/2021. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca. KLOH, Fabiana Ferreira Pimentel. **De Canela a Brasília: nas vozes de um processo, a Educação Domiciliar chegou à Suprema Corte brasileira**. 19/02/2020. 267 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Rede Sirius.
	3 BDTD-IBICT Obs.: Trabalhos localizados no descritor anterior	PESSOA, Alexsandro Vieira. **Práticas Pedagógicas na Educação Domiciliar: um estudo de caso em Aracaju-SE.** 28/02/2019, 123 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. KLOH, FABIANA FERREIRA PIMENTEL. **De Canela a Brasília: nas vozes de um processo, a Educação Domiciliar chegou à Suprema Corte brasileira**. 19/02/2020. 267 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. FERREIRA, Marcela Figueira**. "O Bicho-Papão na Escola": A proposta curricular do Município de Fortaleza para educação infantil no processo da desescolarização de crianças de 0 a 5 anos.** 10/12/2020. 137 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Ceará, Ceará.
iv) "ensino domiciliar" AND "homeschooling"	5 CAPES Obs.: Apenas 1 não repetido nos descritores anteriores	ANDRADE, Edison Prado de. **A educação familiar desescolarizada como um direito da criança e do adolescente: relevância, limites e possibilidades na ampliação do direito à educação.** 25/08/2014. 563 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: FEUSP. GAVIAO, Juliane Soares Falcão. **As Crianças e Suas Memórias e Infância: Escola e Homeschooling nas Narrativas Infantis.** 26/07/2017. 160 F. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: Central da UFRGS. SANTOS, Aline Lyra dos. **Educação Domiciliar o "Lugar de Criança é na Escola"? Uma análise sobre**

		a proposta de homeschooling no Brasil 26/03/2019. 256 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH. KLOH, Fabiana Ferreira Pimentel. **De Canela a Brasília: nas vozes de um processo, a Educação Domiciliar chegou à Suprema Corte brasileira**. 19/02/2020. 267 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Rede Sirius. 12. MARTINS, Renato de Almeida. **A Judicialização da Educação: uma análise sobre ensino domiciliar sob a ótica do entendimento fixado pelo STF a partir do Recurso Extraordinário nº 888815/RS/2018**. 31/08/2020. 170 F. Mestrado em Educação. Instituição ee Ensino: Universidade De Uberaba, Uberaba. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central.
	1 BDTD-IBICT Obs.: Trabalho já localizado nos descritores anteriores	KLOH, Fabiana Ferreira Pimentel. **De Canela a Brasília: nas vozes de um processo, a Educação Domiciliar chegou à Suprema Corte brasileira**. 19/02/2020. 267 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Rede Sirius.
v) "ensino em casa" AND "homeschooling"	0 CAPES	
	1 BDTD-IBICT Obs.: Trabalho já localizado nos descritores anteriores	KLOH, Fabiana Ferreira Pimentel. **De Canela a Brasília: nas vozes de um processo, a Educação Domiciliar chegou à Suprema Corte brasileira**. 19/02/2020. 267 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Rede Sirius.
vi) "educação doméstica" AND "homeschooling"	2 CAPES Obs.: Trabalhos já localizados nos descritores anteriores	KLOH, Fabiana Ferreira Pimentel. **Homeschooling No Brasil: a legislação, os projetos de lei e as decisões judiciais.** 24/06/2014. 233 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis. Biblioteca Depositária: UCP. KLOH, Fabiana Ferreira Pimentel. **De Canela a Brasília: nas vozes de um processo, a Educação Domiciliar chegou à Suprema Corte brasileira**. 19/02/2020. 267 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Rede Sirius.
	0 BDTD-IBICT	
vii) "ensino doméstico" AND "homeschooling"	2 CAPES Obs.: Trabalhos já localizados nos descritores anteriores	VASCONCELLOS, Moroni Azevedo de. **As Representações Sociais de Escolarização Na Polêmica Acerca Da Homeschooling.** 15/04/2016. 98 F. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: Biblioteca Centro I. FERNANDES, Yrama Siqueira**. "Direito À Educação? Pergunta Complicada (...)" O Que Pensam Os Professores Do Primeiro Seguimento Do Ensino**

		Fundamental. 10/03/2015 153 F. Mestrado Em Educação Instituição De Ensino: Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro, Rio De Janeiro Biblioteca Depositária: http://www.dbd.puc-rio.br
	0 BDTD-IBICT	
viii) "estudo domiciliar" AND "homeschooling"	0 CAPES BDTD-IBICT	
ix) "escolarização doméstica" AND "homeschooling"	1 CAPES Obs.: Trabalho já localizado nos descritores anteriores	VASCONCELLOS, Moroni Azevedo de. **As Representações Sociais de Escolarização Na Polêmica Acerca Da Homeschooling.** 15/04/2016. 98 F. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: Biblioteca Centro I.
	0 BDTD-IBICT	
x) "escola em domicílio" AND "homeschooling"	0 CAPES BDTD-IBICT	
xi) "estudo doméstico" AND "homeschooling"	0 CAPES BDTD-IBICT	
xii) "educação na casa" AND "homeschooling"	1 CAPES Obs.: Trabalho já localizado nos descritores anteriores	KLOH, Fabiana Ferreira Pimentel. **De Canela a Brasília: nas vozes de um processo, a Educação Domiciliar chegou à Suprema Corte brasileira**. 19/02/2020. 267 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Rede Sirius
	0 BDTD-IBICT	
xiii) "educação em casa" AND "homeschooling"	0 CAPES BDTD-IBICT	
xiv) "educação básica domiciliar" AND "homeschooling"	0 CAPES BDTD-IBICT	
xv) "educação no lar" AND "homeschooling"	0 CAPES BDTD-IBICT	
xvi) "educação não escolar" AND "homeschooling"	0 CAPES BDTD-IBICT	
xvii) "estudo em casa" AND "homeschooling"	0 CAPES BDTD-IBICT	
xviii) "estudo doméstico" AND "homeschooling"	0 CAPES BDTD-IBICT	
xix) "estudo escolar no lar" AND "homeschooling"	0 CAPES BDTD-IBICT	
xx) "educação escolar que acontece no lar" AND "homeschooling"	0 CAPES BDTD-IBICT	
xxi) "educação não escolarizada oferecida no	0 CAPES BDTD-IBICT	

âmbito familiar" AND "homeschooling"		
xxii) "escola doméstica" AND "homeschooling"	0 CAPES BDTD-IBICT	
xxiii) "escola em domicílio" AND "homeschooling"	0 CAPES BDTD-IBICT	
xxiv) "educação a partir da casa" AND "homeschooling"	0 CAPES BDTD-IBICT	
xxv) "escola em casa" AND "homeschooling"	0 CAPES BDTD-IBICT	
xxvi) "educação não institucional AND "homeschooling"	9 CAPES Obs.: Trabalhos já localizados nos descritores anteriores	KLOH, Fabiana Ferreira Pimentel. **Homeschooling No Brasil: a legislação, os projetos de lei e as decisões judiciais.** 24/06/2014. 233 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis. Biblioteca Depositária: UCP. ANDRADE, Edison Prado de. **A educação familiar desescolarizada como um direito da criança e do adolescente: relevância, limites e possibilidades na ampliação do direito à educação.** 25/08/2014. 563 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: FEUSP. FERNANDES, Yrama Siqueira**. "Direito À Educação? Pergunta Complicada (...)" O Que Pensam Os Professores do Primeiro Seguimento do Ensino Fundamental.** 10/03/2015 153 F. Mestrado Em Educação Instituição De Ensino: Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro, Rio De Janeiro Biblioteca Depositária: http://www.dbd.puc-rio.br. VASCONCELLOS, Moroni Azevedo de. **As Representações Sociais de Escolarização Na Polêmica Acerca Da Homeschooling.** 15/04/2016. 98 F. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: Biblioteca Centro I. GAVIAO, Juliane Soares Falcão. **As Crianças e Suas Memórias e Infância: Escola e Homeschooling nas Narrativas Infantis.** 26/07/2017. 160 F. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: Central da UFRGS. PESSOA, Alexsandro Vieira. **Práticas Pedagógicas na Educação Domiciliar: um estudo de caso em Aracaju-se.** 28/02/2019, 123 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. Biblioteca Depositária: Bicen. SANTOS, Aline Lyra dos. **Educação Domiciliar o "Lugar de Criança é na Escola"? Uma análise sobre**

		a proposta de homeschooling no Brasil 26/03/2019. 256 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH. KLOH, Fabiana Ferreira Pimentel. **De Canela a Brasília: nas vozes de um processo, a Educação Domiciliar chegou à Suprema Corte brasileira**. 19/02/2020. 267 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Rede Sirius SILVA, Vania Maria de Carvalho E. **Homeschooling ou Educação Domiciliar: Origem, Debates e Tentativas de Regulamentação no Brasil.** 25/08/2021. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca.
	0 BDTD-IBICT	
xxvii "educação familiar" AND "homeschooling"	1 CAPES Obs.: Trabalho já localizado nos descritores anteriores	ANDRADE, Edison Prado de. **A educação familiar desescolarizada como um direito da criança e do adolescente: relevância, limites e possibilidades na ampliação do direito à educação.** 25/08/2014. 563 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: FEUSP.
	1 BDTD-IBICT Obs.: Trabalho já localizado nos descritores anteriores	ANDRADE, Edison Prado de. **A educação familiar desescolarizada como um direito da criança e do adolescente: relevância, limites e possibilidades na ampliação do direito à educação.** 25/08/2014. 563 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: FEUSP.
xxviii) "homeschooling"	4 CAPES Obs.: Trabalhos já localizados nos descritores anteriores	ANDRADE, Edison Prado de. **A educação familiar desescolarizada como um direito da criança e do adolescente: relevância, limites e possibilidades na ampliação do direito à educação**. 25/08/2014. 563 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: FEUSP. GAVIAO, Juliane Soares Falcão. **As Crianças e Suas Memórias e Infância: Escola e Homeschooling nas Narrativas Infantis.** 26/07/2017. 160 F. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: Central da UFRGS. SANTOS, Aline Lyra dos. **Educação Domiciliar o "Lugar de Criança é na Escola"? Uma análise sobre a proposta de homeschooling no Brasil** 26/03/2019. 256 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH. KLOH, Fabiana Ferreira Pimentel. **De Canela a Brasília: nas vozes de um processo, a Educação Domiciliar chegou à Suprema Corte brasileira**. 19/02/2020. 267 f. Doutorado em Educação. Instituição

		de Ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Rede Sirius.
	1 BDTD-IBICT Obs.: Trabalho já localizado nos descritores anteriores	ANDRADE, Edison Prado de. **A educação familiar desescolarizada como um direito da criança e do adolescente: relevância, limites e possibilidades na ampliação do direito à educação**. 25/08/2014. 563 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: FEUSP.
xxix) "desescolarização"	7 CAPES Obs.: Apenas 3 trabalhos relacionados a "Educação Domiciliar"	13. KLINKO, Janaina. **Desescolarização e abandono do mundo: um estudo sobre argumentos antiescola e seus pressupostos.** 02/09/2021. 92 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: FEUSP. 14. ALMEIDA, Gabriela Freitas de. **Para onde caminham as escolas?** 31/03/2014. 129 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, Brasília. Biblioteca Depositária: BCE UnB. MOREIRA, Simone Costa. **Efeito do Território Periférico no Trabalho Escolar: análise de duas escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.** 30/11/2017. 201 f. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central UFRGS. TEIXEIRA, Felipe Barbosa. **Negro Drama: Reflexões Sobre o Impacto do Racismo Ambiental no Genocídio de Jovens Negros em Rondonópolis-MT.** 23/12/2020. 73 F. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis. Biblioteca Depositária: Biblioteca da Universidade Federal de Mato Grosso. 15. SALGADO, GABRIELE NIGRA. **Educação "Alternativa": Do Discurso à Imagem**. 20/06/2018. 297 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Biblioteca Depositária: BU UFSC. FERREIRA, Rodrigo Klassen. **O Dispositivo de Anglicidade e a Desescolarização da Aprendizagem de Inglês.** 14/12/2021 77 F. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Luterana do Brasil, Canoas. FERREIRA, Marcela Figueira. **"O Bicho-Papão Na Escola": A Proposta Curricular Do Município De Fortaleza Para Educação Infantil No Processo Da Desescolarização De Crianças De 0 A 5 Anos** 10/12/2020. 145 F. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
	1 BDTD-IBICT Obs.: Trabalho já localizado no descritor anterior	KLINKO, Janaina. **Desescolarização e abandono do mundo: um estudo sobre argumentos antiescola e seus pressupostos.** 02/09/2021. 92 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: FEUSP.

Apêndice B - Pesquisas localizadas e selecionadas no balanço das produções sobre o tema da Tese

Título	Autor(a)	Orientador(a)	Instituição	Nível	Ano
Para onde caminham as escolas?	Gabriela Freitas de Almeida	Patricia Lima Martins Pederiva	UnB	Mestrado	2014
Homeschooling no Brasil: a legislação, os projetos de lei e as decisões judiciais	Fabiana Ferreira Pimentel Kloh	Maria Celi Chaves Vasconcelos	UCP	Mestrado	2014
A educação familiar desescolarizada como um direito da criança e do adolescente: relevância, limites e possibilidades na ampliação do direito à educação	Edison Prado de Andrade	Roberto da Silva	USP	Doutorado	2014
Direito à educação? Pergunta complicada (...)". O que pensam os professores do primeiro segmento do Ensino Fundamental	Yrama Siqueira Fernandes	Vera Maria Ferrão Candau	PUC-RIO	Mestrado	2015
Além da escola: reflexões teórico-metodológicas com base na análise de práticas educativas alternativas descobertas em áreas rurais da região de São Carlos S.P.	Marinaldo Fernando de Souza	Dulce Consuelo Andreatta Whitaker	UNESP	Doutorado	2016
As representações sociais de escolarização na polêmica acerca da homeschooling	Morôni Azevedo de Vasconcellos	Tarso Bonilha Mazzotti	ESTÁCIO	Mestrado	2016
As Crianças e Suas Memórias e Infância: Escola e Homeschooling nas Narrativas Infantis	Juliane Soares Falcão Gavião	Fabiana de Amorim Marcello	UFRGS	Doutorado	2017
Educação "Alternativa": Do Discurso à Imagem	Gabriele Nigra Salgado	Wladimir Antônio Garcia	UFSC	Doutorado	2018
Práticas Pedagógicas na Educação Domiciliar: um estudo de caso em Aracaju-SE	Alexsandro Vieira Pessoa	José Mário Aleluia Oliveira	UFS	Mestrado	2019
Educação Domiciliar o "Lugar de Criança é na Escola"? Uma análise sobre a proposta de homeschooling no Brasil	Aline Lyra dos Santos	Antônio Jorge Gonçalves Soares	UFRJ	Mestrado	2019
A Judicialização da	Renato de	Giseli Cristina	UNIUBE	Mestrado	2020

Educação: uma análise sobre ensino domiciliar sob a ótica do entendimento fixado pelo STF a partir do Recurso Extraordinário nº 888815/RS/2018	Almeida Martins	do Vale Gatti			
De Canela a Brasília: nas vozes de um processo, a Educação Domiciliar chegou à Suprema Corte brasileira	Fabiana Ferreira Pimentel Kloh	Maria Celi Chaves Vasconcelos	UERJ	Doutorado	2020
"O Bicho-Papão na Escola": A proposta curricular do Município de Fortaleza para educação infantil no processo da desescolarização de crianças de 0 a 5 anos.	Marcela Figueira Ferreira	Justino de Sousa Junior	UFC	Mestrado	2020
Homeschooling ou Educação Domiciliar: Origem, Debates e Tentativas de Regulamentação no Brasil	Vania Maria de Carvalho e Silva	José Damiro de Moraes	UFRJ	Mestrado	2021
Desescolarização e abandono do mundo: um estudo sobre argumentos antiescola e seus pressupostos	Janaina Klinko		USP	Mestrado	2021

Apêndice C - Resultado detalhado da votação do PL nº. 3179/2012 na Câmara dos Deputados

Partido Político: AVANTE **Espectro Político:** Centro **Posicionamento Ideológico:** Conservador **Número de Parlamentares:** 4 **Orientação do Partido: SIM**					
PARLAMENTAR	**UF**	**VOTO**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
André Janones	MG	Não	2	1	1
Greyce Elias	MG	**Sim**			
Pastor Sargento Isidório	BA	Abstenção			
Tito	BA	**Sim**			
Total AVANTE: 2 votos favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção					
Partido Político: CIDADANIA **Espectro Político:** Centro-esquerda **Posicionamento Ideológico:** Progressista **Número de Parlamentares:** 4 **Orientação do Partido: SIM**					
PARLAMENTAR	**UF**	**VOTO**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
Alex Manente	SP	**Sim**	3	1	-
Daniel Coelho	PE	**Sim**			
Paula Belmonte	DF	**Sim**			
Rubens Bueno	PR	Não			
Total CIDADANIA: 3 votos favoráveis e 1 contrário					
Partido Político: MDB **Espectro Político:** Centro **Posicionamento Ideológico:** Neutro **Número de Parlamentares:** 28 **Orientação do Partido: LIBERADO**					
PARLAMENTAR	**UF**	**VOTO**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
Alceu Moreira	RS	**Sim**	17	11	-
Carlos Chiodini	SC	**Sim**			
Célio Silveira	GO	**Sim**			
Celso Maldaner	SC	**Sim**			
Dulce Miranda	TO	Não			
Elcione Barbalho	PA	**Sim**			
Emanuel Pinheiro Neto	MT	**Sim**			
Enrico Misasi	SP	**Sim**			
Fábio Ramalho	MG	Não			
Flaviano Melo	AC	Não			
Giovani Feltes	RS	Não			
Gutemberg Reis	RJ	**Sim**			
Hermes Parcianello	PR	**Sim**			
Hildo Rocha	MA	**Sim**			
Isnaldo Bulhões Jr.	AL	Não			
Jose Mario Schreiner	GO	**Sim**			
José Priante	PA	Não			
Juarez Costa	MT	Não			
Mara Rocha	AC	**Sim**			
Márcio Biolchi	RS	Não			
Newton Cardoso Jr	MG	Não			
Otoni de Paula	RJ	**Sim**			
Raul Henry	PE	Não			
Rogério Peninha Mendonça	SC	**Sim**			
Sergio Souza	PR	**Sim**			
Severino Pessoa	AL	**Sim**			

Uldurico Junior	BA	Não			
Victor Mendes	MA	**Sim**			
Total MDB: 17 votos favoráveis e 11 contrários					
Partido Político: NOVO **Espectro Político:** Direita **Posicionamento Ideológico:** Conservador **Número de Parlamentares:** 8 **Orientação do Partido: SIM**					
PARLAMENTAR	**UF**	**VOTO**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
Adriana Ventura	SP	**Sim**	8	-	-
Alexis Fonteyne	SP	**Sim**			
Gilson Marques	SC	**Sim**			
Lucas Gonzalez	MG	**Sim**			
Marcel van Hattem	RS	**Sim**			
Paulo Ganime	RJ	**Sim**			
Tiago Mitraud	MG	**Sim**			
Vinicius Poit	SP	**Sim**			
Total NOVO: 8 votos favoráveis					
Partido Político: PATRIOTA **Espectro Político:** Direita **Posicionamento Ideológico:** Conservador **Número de Parlamentares:** 4 **Orientação do Partido: SIM**					
PARLAMENTAR	**UF**	**VOTO**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
Alcides Rodrigues	GO	**Sim**	4	-	**-**
Dr. Frederico	MG	**Sim**			
Marreca Filho	MA	**Sim**			
Professor Joziel	RJ	**Sim**			
Total PATRIOTA: 4 votos favoráveis					
Partido Político: PCdoB **Espectro Político:** Esquerda **Posicionamento Ideológico:** Progressista **Número de Parlamentares:** 8 **Orientação do Partido: NÃO**					
PARLAMENTAR	**UF**	**VOTO**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
Alice Portugal	BA	Não	-	8	-
Daniel Almeida	BA	Não			
Jandira Feghali	RJ	Não			
Márcio Jerry	MA	Não			
Orlando Silva	SP	Não			
Perpétua Almeida	AC	Não			
Professora Marcivania	AP	Não			
Renildo Calheiros	PE	Não			
Total PCdoB: 8 votos contrários					
Partido Político: PDT **Espectro Político:** Esquerda **Posicionamento Ideológico:** Progressista **Número de Parlamentares:** 16 **Orientação do Partido: NÃO**					
PARLAMENTAR	**UF**	**VOTO**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
Afonso Motta	RS	Não	-	16	-
André Figueiredo	CE	Não			
Chico D`Angelo	RJ	Não			
David Miranda	RJ	Não			
Eduardo Bismarck	CE	Não			
Félix Mendonça Júnior	BA	Não			
Gustavo Fruet	PR	Não			
Idilvan Alencar	CE	Não			

Jesus Sérgio	AC	Não			
Leônidas Cristino	CE	Não			
Mário Heringer	MG	Não			
Mauro Benevides Filho	CE	Não			
Pompeo de Mattos	RS	Não			
Ricardo da Karol	RJ	Não			
Robério Monteiro	CE	Não			
Wolney Queiroz	PE	Não			
Total PDT: 16 votos contrários					
Partido Político: PL **Espectro Político:** Centro-direita **Posicionamento Ideológico:** Conservador **Número de Parlamentares:** 72 **Orientação do Partido: SIM**					
PARLAMENTAR	**UF**	**VOTO**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
Altineu Côrtes	RJ	**Sim**			
André Ferreira	PE	**Sim**	69	3	-
Bia Kicis	DF	**Sim**			
Bibo Nunes	RS	**Sim**			
Bosco Costa	SE	**Sim**			
Capitão Alberto Neto	AM	**Sim**			
Capitão Augusto	SP	**Sim**			
Capitão Derrite	SP	**Sim**			
Carlos Jordy	RJ	**Sim**			
Caroline de Toni	SC	**Sim**			
Chris Tonietto	RJ	**Sim**			
Coronel Armando	SC	**Sim**			
Coronel Chrisóstomo	RO	**Sim**			
Coronel Tadeu	SP	**Sim**			
Daniel Freitas	SC	**Sim**			
Delegado Éder Mauro	PA	**Sim**			
Domingos Sávio	MG	**Sim**			
Dr. Jaziel	CE	**Sim**			
Edio Lopes	RR	**Sim**			
Eduardo Bolsonaro	SP	**Sim**			
Eli Borges	TO	**Sim**			
Emidinho Madeira	MG	**Sim**			
Eros Biondini	MG	**Sim**			
Fernando Rodolfo	PE	Não			
Filipe Barros	PR	**Sim**			
Flávia Arruda	DF	**Sim**			
Gelson Azevedo	RJ	**Sim**			
General Girão	RN	**Sim**			
Giacobo	PR	**Sim**			
Giovani Cherini	RS	**Sim**			
Gurgel	RJ	**Sim**			
Helio Lopes	RJ	**Sim**			
Jefferson Campos	SP	**Sim**			
João Carlos Bacelar	BA	**Sim**			
João Maia	RN	**Sim**			
João Roma	BA	**Sim**			
Joaquim Passarinho	PA	**Sim**			
José Medeiros	MT	**Sim**			
Junio Amaral	MG	**Sim**			
Junior Lourenço	MA	**Sim**			
Júnior Mano	CE	Não			
Lincoln Portela	MG	**Sim**			
Luiz Carlos Motta	SP	**Sim**			

Luiz Lima	RJ	**Sim**			
Luiz Philippe de Orleans e Bragança	SP	**Sim**			
Magda Mofatto	GO	**Sim**			
Major Fabiana	RJ	**Sim**			
Marcelo Álvaro Antônio	MG	**Sim**			
Marcelo Moraes	RS	**Sim**			
Marcio Alvino	SP	**Sim**			
Márcio Labre	RJ	**Sim**			
Miguel Lombardi	SP	**Sim**			
Nelson Barbudo	MT	**Sim**			
Onyx Lorenzoni	RS	**Sim**			
Pastor Eurico	PE	**Sim**			
Pastor Gil	MA	**Sim**			
Paulo Eduardo Martins	PR	**Sim**			
Paulo Marinho Jr	MA	**Sim**			
Policial Katia Sastre	SP	**Sim**			
Pr. Marco Feliciano	SP	**Sim**			
Professor Alcides	GO	**Sim**			
Rosana Valle	SP	**Sim**			
Sanderson	RS	**Sim**			
Silvia Cristina	RO	**Sim**			
Soraya Santos	RJ	**Sim**			
Sóstenes Cavalcante	RJ	**Sim**			
Tiririca	SP	Não			
Vermelho	PR	**Sim**			
Vinicius Gurgel	AP	**Sim**			
Vitor Hugo	GO	**Sim**			
Wellington Roberto	PB	**Sim**			
Zé Vitor	MG	**Sim**			
Total PL: 69 votos favoráveis e 3 contrários					
Partido Político: PODEMOS **Espectro Político:** Centro-direita **Posicionamento Ideológico:** Progressista **Número de Parlamentares:** 8 **Orientação do Partido: SIM**					
PARLAMENTAR	**UF**	**VOTO**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
Igor Timo	MG	**Sim**	7	1	-
Léo Moraes	RO	**Sim**			
Maurício Dziedricki	RS	**Sim**			
Raimundo Costa	BA	**Sim**			
Renata Abreu	SP	**Sim**			
Ricardo Teobaldo	PE	**Sim**			
Rodrigo Coelho	SC	**Sim**			
Tiago Dimas	TO	Não			
Total PODEMOS: 7 votos favoráveis e 1 contrários					
Partido Político: PP **Espectro Político:** Centro-direita **Posicionamento Ideológico:** Conservador **Número de Parlamentares:** 35 + Presidente da Câmara **Orientação do Partido: SIM**					
PARLAMENTAR	**UF**	**VOTO**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
Aelton Freitas	MG	**Sim**	31	4	-
AJ Albuquerque	CE	Não			
Arthur Lira	AL	Art. 17			
Átila Lira	PI	**Sim**			
Beto Rosado	RN	**Sim**			
Celina Leão	DF	**Sim**			

Christiane de Souza Yared	PR	Não			
Claudio Cajado	BA	**Sim**			
Covatti Filho	RS	**Sim**			
Cristiano Vale	PA	**Sim**			
Dr. Luiz Ovando	MS	**Sim**			
Eduardo da Fonte	PE	**Sim**			
Evair Vieira de Melo	ES	**Sim**			
Felício Laterça	RJ	**Sim**			
Fernando Monteiro	PE	**Sim**			
Franco Cartafina	MG	**Sim**			
Hiran Gonçalves	RR	**Sim**			
Jaqueline Cassol	RO	**Sim**			
Jerônimo Goergen	RS	Não			
José Nelto	GO	Não			
Laercio Oliveira	SE	**Sim**			
Lourival Gomes	RJ	**Sim**			
Luiz Antônio Corrêa	RJ	**Sim**			
Marcelo Aro	MG	**Sim**			
Mário Negromonte Jr.	BA	**Sim**			
Marx Beltrão	AL	Não			
Mauro Lopes	MG	**Sim**			
Neucimar Fraga	ES	**Sim**			
Norma Ayub	ES	**Sim**			
Osmar Serraglio	PR	**Sim**			
Pedro Lupion	PR	**Sim**			
Pinheirinho	MG	**Sim**			
Ricardo Barros	PR	**Sim**			
Ronaldo Carletto	BA	**Sim**			
Tereza Cristina	MS	**Sim**			
Vicentinho Júnior	TO	**Sim**			
Total PP: 31 votos favoráveis e 4 contrários. Art. 17 - Presidente da Câmara.					
Partido Político: PROS **Espectro Político:** Centro **Posicionamento Ideológico:** Neutro **Número de Parlamentares:** 4 **Orientação do Partido: SIM**					
PARLAMENTAR	**UF**	**VOTO**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
Aline Sleutjes	PR	**Sim**	4	-	-
Dra. Vanda Milani	AC	**Sim**			
Toninho Wandscheer	PR	**Sim**			
Weliton Prado	MG	**Sim**			
Total PROS: 4 votos favoráveis					
Partido Político: PSB **Espectro Político:** Centro-esquerda **Posicionamento Ideológico:** Progressista **Número de Parlamentares:** 22 **Orientação do Partido: NÃO**					
PARLAMENTAR	**UF**	**VOTO**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
Alessandro Molon	RJ	Não	-	22	-
Bira do Pindaré	MA	Não			
Camilo Capiberibe	AP	Não			
Danilo Cabral	PE	Não			
Denis Bezerra	CE	Não			
Elias Vaz	GO	Não			
Felipe Carreras	PE	Não			
Gervásio Maia	PB	Não			
Gonzaga Patriota	PE	Não			
Heitor Schuch	RS	Não			

Lídice da Mata	BA	Não			
Luciano Ducci	PR	Não			
Marcelo Freixo	RJ	Não			
Mauro Nazif	RO	Não			
Milton Coelho	PE	Não			
Paulo Foletto	ES	Não			
Professor Israel Batista	DF	Não			
Rafael Motta	RN	Não			
Rodrigo Agostinho	SP	Não			
Tabata Amaral	SP	Não			
Tadeu Alencar	PE	Não			
Vilson da Fetaemg	MG	Não			
Total PSB: 22 votos contrários					
Partido Político: PSC **Espectro Político:** Extrema-direita **Posicionamento Ideológico:** Conservador **Número de Parlamentares:** 9 **Orientação do Partido: SIM**					
PARLAMENTAR	**UF**	**VOTO**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
Abílio Santana	BA	**Sim**			
Aluisio Mendes	MA	**Sim**	8	1	-
Gilberto Nascimento	SP	**Sim**			
Glaustin da Fokus	GO	**Sim**			
Guiga Peixoto	SP	**Sim**			
Lauriete	ES	**Sim**			
Leonardo Gadelha	PB	**Sim**			
Osires Damaso	TO	**Sim**			
Ruy Carneiro	PB	Não			
Total PSC: 8 votos favoráveis e 1 contrário					
Partido Político: PSD **Espectro Político:** Centro **Posicionamento Ideológico:** Neutro **Número de Parlamentares:** 32 **Orientação do Partido: SIM**					
PARLAMENTAR	**UF**	**VOTO**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
Átila Lins	AM	**Sim**			
Capitão Fábio Abreu	PI	Não	25	7	-
Cezinha de Madureira	SP	**Sim**			
Danrlei de Deus Hinterholz	RS	**Sim**			
Edilázio Júnior	MA	**Sim**			
Eleuses Paiva	SP	**Sim**			
Expedito Netto	RO	**Sim**			
Fabio Reis	SE	**Sim**			
Fábio Trad	MS	Não			
Hugo Leal	RJ	**Sim**			
Jones Moura	RJ	**Sim**			
Josivaldo JP	MA	**Sim**			
Júnior Ferrari	PA	**Sim**			
Leandre	PR	**Sim**			
Luisa Canziani	PR	**Sim**			
Luiz Nishimori	PR	**Sim**			
Marcelo Ramos	AM	Não			
Marco Bertaiolli	SP	**Sim**			
Marcos Aurélio Sampaio	PI	**Sim**			
Misael Varella	MG	**Sim**			
Nereu Crispim	RS	Não			
Otto Alencar Filho	BA	**Sim**			
Paulo Magalhães	BA	**Sim**			

Pedro Paulo	RJ	Não			
Ricardo Guidi	SC	**Sim**			
Ricardo Silva	SP	Não			
Renato Queiroz	RR	**Sim**			
Sandro Alex	PR	**Sim**			
Sargento Fahur	PR	**Sim**			
Sérgio Brito	BA	**Sim**			
Sidney Leite	AM	Não			
Subtenente Gonzaga	MG	**Sim**			
Total PSD: 25 votos favoráveis e 7 contrários					
Partido Político: PSDB **Espectro Político:** Centro **Posicionamento Ideológico:** Neutro **Número de Parlamentares:** 17 **Orientação do Partido: SIM**					
PARLAMENTAR	**UF**	**VOTO**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
Adolfo Viana	BA	**Sim**			
Beto Pereira	MS	**Sim**	13	4	-
Carlos Sampaio	SP	**Sim**			
Dagoberto Nogueira	MS	Não			
Daniel Trzeciak	RS	**Sim**			
Eduardo Barbosa	MG	**Sim**			
Eduardo Cury	SP	**Sim**			
Geovania de Sá	SC	**Sim**			
Joice Hasselmann	SP	**Sim**			
Lucas Redecker	RS	**Sim**			
Luiz Carlos	AP	**Sim**			
Nilson Pinto	PA	**Sim**			
Pedro Vilela	AL	Não			
Rossoni	PR	**Sim**			
Samuel Moreira	SP	Não			
Vanderlei Macris	SP	Não			
Vitor Lippi	SP	**Sim**			
Total PSDB: 13 votos favoráveis e 4 contrários					
Partido Político: PSOL **Espectro Político:** Esquerda **Posicionamento Ideológico:** Progressista **Número de Parlamentares:** 6 **Orientação do Partido: NÃO**					
PARLAMENTAR	**UF**	**VOTO**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
Fernanda Melchionna	RS	Não			
Glauber Braga	RJ	Não	-	6	-
Ivan Valente	SP	Não			
Luiza Erundina	SP	Não			
Sâmia Bomfim	SP	Não			
Vivi Reis	PA	Não			
Total PSOL: 6 votos contrários					
Partido Político: PT **Espectro Político:** Centro-esquerda **Posicionamento Ideológico:** Progressista **Número de Parlamentares:** 45 **Orientação do Partido: NÃO**					
PARLAMENTAR	**UF**	**VOTO**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
Afonso Florence	BA	Não			
Airton Faleiro	PA	Não	1	44	-
Alencar Santana	SP	Não			
Arlindo Chinaglia	SP	Não			
Beto Faro	PA	Não			

Bohn Gass	RS	Não			
Carlos Veras	PE	Não			
Carlos Zarattini	SP	Não			
Célio Moura	TO	Não			
Enio Verri	PR	Não			
Erika Kokay	DF	Não			
Flávio Nogueira	PI	Não			
Frei Anastacio Ribeiro	PB	Não			
Helder Salomão	ES	Não			
Henrique Fontana	RS	Não			
João Daniel	SE	Não			
Jorge Solla	BA	Não			
José Airton Félix Cirilo	CE	Não			
José Guimarães	CE	Não			
José Ricardo	AM	Não			
Joseildo Ramos	BA	Não			
Josias Gomes	BA	Não			
Leo de Brito	AC	Não			
Marcon	RS	Não			
Maria do Rosário	RS	Não			
Marília Arraes	PE	Não			
Merlong Solano	PI	Não			
Natália Bonavides	RN	Não			
Nilto Tatto	SP	Não			
Odair Cunha	MG	Não			
Padre João	MG	Não			
Paulão	AL	Não			
Paulo Guedes	MG	Não			
Paulo Teixeira	SP	Não			
Pedro Uczai	SC	Não			
Professora Rosa Neide	MT	Não			
Reginaldo Lopes	MG	Não			
Rogério Correia	MG	Não			
Rubens Pereira Júnior	MA	Não			
Valmir Assunção	BA	Não			
Vander Loubet	MS	Não			
Vicentinho	SP	Não			
Zé Carlos	MA	Não			
Zé Neto	BA	**Sim**			
Zeca Dirceu	PR	Não			
Total PT: 1 voto favorável e 44 contrários					
Partido Político: PTB **Espectro Político:** Extrema-direita **Posicionamento Ideológico:** Conservador **Número de Parlamentares:** 2 **Orientação do Partido: SIM**					
PARLAMENTAR	**UF**	**VOTO**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
Daniel Silveira	RJ	Sim			
Dra. Soraya Manato	ES	Sim	2	-	**-**
Total PTB: 2 votos favoráveis					
Partido Político: PV **Espectro Político:** Centro-esquerda **Posicionamento Ideológico:** Progressista **Número de Parlamentares:** 3 **Orientação do Partido: NÃO**					
PARLAMENTAR	**UF**	**VOTO**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
Aliel Machado	PR	Não			
Bacelar	BA	Não	-	3	-

Júlio Delgado	MG	Não			
Total PV: 3 votos contrários					
Partido Político: REDE **Espectro Político:** Centro-esquerda **Posicionamento Ideológico:** Progressista **Número de Parlamentares:** 2 **Orientação do Partido: NÃO**					
PARLAMENTAR	**UF**	**VOTO**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
Joenia Wapichana	RR	Não			
Túlio Gadêlha	PE	Não	-	2	-
Total REDE: 2 votos contrários					
Partido Político: REPUBLICANOS **Espectro Político:** Direita **Posicionamento Ideológico:** Conservador **Número de Parlamentares:** 36 **Orientação do Partido: SIM**					
PARLAMENTAR	**UF**	**VOTO**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
Alê Silva	MG	**Sim**			
Alex Santana	BA	**Sim**	34	1	1
Amaro Neto	ES	**Sim**			
Aroldo Martins	PR	**Sim**			
Augusto Coutinho	PE	**Sim**			
Carlos Gomes	RS	**Sim**			
Celso Russomanno	SP	**Sim**			
Cleber Verde	MA	**Sim**			
Diego Garcia	PR	**Sim**			
Dr. Leonardo	MT	Abstenção			
Gil Cutrim	MA	**Sim**			
Gustinho Ribeiro	SE	**Sim**			
Jhonatan de Jesus	RR	**Sim**			
João Campos	GO	**Sim**			
Jorge Braz	RJ	**Sim**			
Julio Cesar Ribeiro	DF	**Sim**			
Lafayette de Andrada	MG	**Sim**			
Léo Motta	MG	**Sim**			
Liziane Bayer	RS	**Sim**			
Luis Miranda	DF	**Sim**			
Márcio Marinho	BA	**Sim**			
Marcos Pereira	SP	**Sim**			
Maria Rosas	SP	**Sim**			
Mariana Carvalho	RO	**Sim**			
Marina Santos	PI	**Sim**			
Milton Vieira	SP	**Sim**			
Nivaldo Albuquerque	AL	**Sim**			
Ossesio Silva	PE	**Sim**			
Ricardo Izar	SP	**Sim**			
Roberto Alves	SP	**Sim**			
Roberto de Lucena	SP	**Sim**			
Rosangela Gomes	RJ	**Sim**			
Silvio Costa Filho	PE	**Não**			
Vavá Martins	PA	**Sim**			
Vinicius Carvalho	SP	**Sim**			
Wilson Santiago	PB	**Sim**			
Total REPUBLICANOS: 34 votos favoráveis, 1 voto contrário e 1 abstenção					
Partido Político: SOLIDARIEDADE **Espectro Político:** Centro-esquerda **Posicionamento Ideológico:** Progressista **Número de Parlamentares:** 4					

Orientação do Partido: SIM					
PARLAMENTAR	**UF**	**VOTO**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
Bosco Saraiva	AM	**Sim**	3	1	-
Luizão Goulart	PR	**Sim**			
Paulinho da Força	SP	Não			
Zé Silva	MG	**Sim**			
Total SOLIDARIEDADE: 3 votos favoráveis e 1 contrário					
Partido Político: UNIÃO BRASIL **Espectro Político:** Centro-direita **Posicionamento Ideológico:** Conservador **Número de Parlamentares:** 41 **Orientação do Partido: SIM**					
PARLAMENTAR	**UF**	**VOTO**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
Alan Rick	AC	**Sim**	33	8	-
Alexandre Leite	SP	**Sim**			
Arthur Oliveira Maia	BA	Não			
Benes Leocádio	RN	Não			
Bilac Pinto	MG	**Sim**			
Bozzella	SP	**Sim**			
Carla Dickson	RN	**Sim**			
Carlos Henrique Gaguim	TO	**Sim**			
Chiquinho Brazão	RJ	**Sim**			
Clarissa Garotinho	RJ	**Sim**			
Damião Feliciano	PB	**Sim**			
Daniela do Waguinho	RJ	**Sim**			
Danilo Forte	CE	Não			
Delegado Antônio Furtado	RJ	**Sim**			
Delegado Marcelo Freitas	MG	**Sim**			
Delegado Pablo	AM	**Sim**			
Delegado Waldir	GO	**Sim**			
Dr. Zacharias Calil	GO	**Sim**			
Efraim Filho	PB	**Sim**			
Eli Corrêa Filho	SP	Não			
Fábio Henrique	SE	**Sim**			
Fabio Schiochet	SC	**Sim**			
Felipe Francischini	PR	**Sim**			
Felipe Rigoni	ES	Não			
Fernando Coelho Filho	PE	**Sim**			
General Peternelli	SP	**Sim**			
Hélio Leite	PA	**Sim**			
Igor Kannário	BA	**Sim**			
José Rocha	BA	**Sim**			
Julian Lemos	PB	**Sim**			
Juninho do Pneu	RJ	**Sim**			
Juscelino Filho	MA	**Sim**			
Leur Lomanto Júnior	BA	**Sim**			
Moses Rodrigues	CE	Não			
Nelho Bezerra	CE	Não			
Ney Leprevost	PR	**Sim**			
Nicoletti	RR	**Sim**			
Paulo Azi	BA	Não			
Pedro Lucas Fernandes	MA	**Sim**			
Professora Dayane Pimentel	BA	**Sim**			
Vinicius Farah	RJ	**Sim**			
Total UNIÃO BRASIL: 33 votos favoráveis e 8 contrários					
TOTAL GERAL			**264**	**144**	**2**

Apêndice D - Manifestações realizadas no plenário pelos Deputados que votaram em defesa da Educação Domiciliar na votação do PL nº. 3.179/2022.

DEPUTADO: MARCEL VAN HATTEM
PARTIDO: NOVO/RS (vice-líder)

1- Discurso de 18/05/2022 - 19:48:
Sr. Presidente, quero fazer a defesa não apenas do homeschooling em si, e vejo aqui tantos pais, mães, filhos, enfim, famílias. Quero fazer a defesa da educação e da **família brasileira, que é quem tem o direito de decidir - a família - como será a educação dos filhos**.
Devo dizer aos colegas Parlamentares - e vi muita fake news ao longo desta discussão - que **o Supremo Tribunal Federal declarou constitucional a prática do homeschooling.** É constitucional! O que nós precisamos fazer - e não podemos mais fugir dessa nossa obrigação - é regulamentar aquilo que o Supremo declarou constitucional. Aliás, a decisão do Supremo foi histórica, com dez votos favoráveis à prática do homeschooling no Brasil. E toda essa discussão iniciou-se lá no Rio Grande do Sul, com uma família de Canela, que teve impossibilitada uma prática que, em muitos países do mundo - países avançados como a Suíça, a Inglaterra, o Canadá, a Finlândia, os Estados Unidos -, é corriqueira. **É uma prática natural por ser um direito das famílias, por ser um direito das crianças, por ser um direito dos estudantes.** Repito, o STF declarou essa prática constitucional.
Quem aqui está vociferando, falando que isso não existe, que é um absurdo, está agindo contra a própria Constituição. Aliás, muitas vezes, sim, cabem críticas às decisões do STF, mas é muito importante ler o teor da decisão desses dez ministros, para lembrar que nada havia de inconstitucional na prática. O que falta agora é a regulamentação. É isso.
Quem quer fugir da raia do debate está negando a essas famílias o direito de andarem dentro da lei, porque, de acordo com a Constituição, elas já estão. A liberdade já é garantida pela Constituição, assim como o direito à educação das crianças de vocês. O que não pode, apesar de estarem constitucionalmente respaldadas, é essas famílias continuarem a ser declaradas ilegais. É um absurdo! É um contrassenso!
É por isso que nós estamos orientando favoravelmente à matéria, bem regulamentada, e contamos com o apoio dos demais Deputados.

2 - Discurso de 19/05/2022 - 10:44:
Eu não venci no aplicativo porque V.Exa. foi muito rápido na abertura.
Entendo que devemos ser rápidos mesmo, Sr. Presidente, porque faz 10 anos que esse projeto está protocolado. Uma série de contribuições foram dadas, e ele foi aprovado ontem por uma maioria expressiva nesta Câmara. Os pais que fazem homeschooling precisam de segurança jurídica, precisam que a atividade seja legalizada, e essa é a responsabilidade desta Câmara dos Deputados.
Por isso, Sr. Presidente, nós somos contra a retirada de pauta.

3 - Discurso de 19/05/2022 - 10:48:
Sr. Presidente, é incrível que justamente quem defende mais regulação e intervenção do Estado esteja contra um projeto que está regulando uma atividade que já existe e **um direito consagrado pela Constituição, de acordo com o que o próprio STF decidiu pelo voto de 10 dos seus Ministros.**
É incrível ver aqui quem diz defender minorias dizer que, por serem apenas 15 mil famílias, esse projeto não tem valor. Defendem ou não defendem minorias, Presidente?
Que não defendem a família em muitos casos, infelizmente, nós já vemos em vários discursos por aí, mas e as minorias? São 15 mil famílias e tantas outras que, como em outros países, poderiam aderir ao processo bem regulamentado. É por isso que nós somos contrários à retirada de pauta e somos a favor do projeto.
Votamos "não".

4 - Discurso de 19/05/2022 - 13:32:
Sr. Presidente, o NOVO orienta "não" a esta emenda, entende o mérito dela, mas vai votar pelo relatório, porque é preciso haver um debate mais amplo sobre esse assunto do que simplesmente tratar de mudança de temporalidade, por meio de uma emenda.
Quero aproveitar este momento e dizer que muito me estranha o posicionamento da Deputada do Partido Comunista do Brasil que até há poucos dias estava defendendo que todo mundo tinha que

ficar em casa, que as escolas não poderiam voltar, que todo mundo tinha se cuidar em relação ao vírus, etc. Agora, quando há famílias estruturadas, com crianças em casa aprendendo, com acesso a informação de qualidade, a Deputada é contra, a Esquerda toda é contra, a Oposição é contra. Isso é completamente incoerente com o que vinham dizendo há pouco tempo. Ou são a favor de ficar em casa ou não são.
Se, com qualidade, não pode ficar em casa, então era só quando não havia qualidade?
O NOVO orienta "não".

5 - Discurso de 19/05/2022 - 13:36:
Sr. Presidente, foi-me atribuída uma opinião que eu não tenho pessoalmente. Em nenhum momento aqui eu falei sobre classe social. Eu falei sobre famílias estruturadas. Existem famílias estruturadas na pobreza e na riqueza. Portanto, só quero deixar muito claro o que foi dito aqui, para repor a verdade, de acordo com o que diz o Regimento.
Obrigado, Sr. Presidente.

6 - Discurso de 19/05/2022 - 13:40:
Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, este destaque é do NOVO. Havia, inclusive, uma emenda muito parecida com esta que foi destacada por nós de autoria do Deputado Dr. Jaziel.
Com essa emenda, nós queremos evitar a penalização de pais de estudantes que tenham dificuldades e que porventura não foram aprovados. E há motivos para isso, aliás a reprovação é pedagógica. Sabemos que hoje existe uma política de aprovação automática, na maior parte das escolas. A reprovação pode ser pedagógica, porque o aluno não teve condições de passar de ano. Se a criança reprovar, o pai pode perder o direito de fazer o homeschooling com essa criança e também com as demais. Se o pai tiver mais 2 ou 3 filhos, ele perde indefinidamente o direito de continuar fazendo o homeschooling na sua família. Não faz sentido. Aliás, isso gera incentivos perversos.
Sabemos que, muitas vezes, quando a lei faz algo que não se pode cumprir, ou a penalidade é muito maior do que aquilo que alguém pode suportar, começam a surgir os jeitinhos. Não podemos aqui cogitar a possibilidade de os pais eventualmente não usarem o instrumento pedagógico da reprovação, com medo de serem penalizados com o fim do uso de um instrumento tão importante, como é o homeschooling para muitas famílias.
Eu quero aproveitar, aliás, esta discussão e pedir penhoradamente, Deputado Sóstenes Cavalcante, Deputada Bia Kicis, Deputado Hildo Rocha, todos os Deputados que têm apoiado o projeto, para votarmos a favor deste destaque para evitar que isso aconteça. E quero colocar um ponto aqui de uma forma muito clara. Como eu disse antes, um colega Deputado falou há pouco que o NOVO estaria defendendo famílias elitizadas, e não é nada disso.
Para começar, existem homeschoolers pobres e ricos. Existem famílias estruturadas e bem estruturadas, pobres e ricas. Assim como existem, Deputada Soraya, Deputados aqui presentes - e nós lidamos com isso no dia a dia -, famílias desestruturadas, pobres e ricas. Então, não se trata aqui de defender uma determinada classe social, não. **Estamos defendendo um direito, a liberdade de as famílias fazerem sua escolha, com uma regulamentação apropriada, aprovada por este Parlamento, depois de o próprio STF reconhecer a constitucionalidade do homeschooling.**
É um tema bastante complexo, distante da realidade de muita gente. Principalmente quem defende as minorias não poderia ser contra algo que pega justamente poucas famílias hoje, mas que não por isso são menos importantes do que todos as outras milhões de famílias que nós temos no Brasil.
Muitíssimo obrigado pela tolerância, Presidente.

7 - Discurso de 19/05/2022 – 13:52
O NOVO, Sr. Presidente, orienta favoravelmente a esta emenda - inclusive o destaque é nosso -, agradece ao Deputado Sóstenes a menção e agradece a outros Deputados tanto da base do Governo como independentes que têm entendido a nossa intenção.
Nós não entendemos que se pode punir um pai ou uma mãe com o fim do direito de homeschooling porque um dos seus filhos reprovou 1 ano - e de forma indefinida. A punição, a penalização não é equilibrada. Isso vai ter que ser repensado depois, seja no Senado, seja por veto presidencial, não sei, mas não é possível que se mantenha o texto desse jeito.
Se esta emenda não tem a melhor redação, nós podemos discutir, e é algo que vai ficar para a próxima Casa. Mas não pode ser mantido o texto dessa forma, porque vai inviabilizar o homeschooling em muitas famílias.

Obrigado, Sr. Presidente.

8 - Discurso de 19/05/2022 - 14:12:
Quanto terraplanismo de esquerda aqui no plenário! Meu Deus do céu! É a teoria da conspiração. Faltou só mencionar algum bilionário financiador de iniciativas liberais conservadoras reacionárias. Que coisa mais original que eu ouvi há pouco aqui no plenário!
Sr. Presidente, nós somos favoráveis à manutenção do texto, porque entendemos que é preciso haver um período de transição, mas - claro - quem é contra o projeto está tentando o máximo possível tirar direitos: direitos das minorias, direitos das famílias, direitos das crianças. Se tirarmos o período de transição, muitos pais hoje que fazem homeschooling vão ter de parar, porque não têm ainda curso tecnólogo e superior.
É engraçada a hipocrisia, porque muitos professores não têm curso superior, e é uma meta do PNE que todos tenham. Por que os pais, que não têm pretensão de ser professores e serão regulados por escolas, teriam de ter?
Obrigado, Sr. Presidente.

9 - Discurso de 19/05/2022 - 14:28:
O NOVO orienta "não", Sr. Presidente, porque esta é mais uma emenda que visa apenas prejudicar, no fim das contas, aquelas famílias que já estão fazendo com qualidade o homeschooling e que, a partir da aprovação desta lei, vão ser acompanhadas em todo esse processo por escolas.
Obrigar que os pais estejam desde já matriculados em um curso de ensino superior ou de tecnólogo vai apenas burocratizar mais o processo, sendo que já há uma fase de transição para que eles tenham essa formação. Aliás, nós ainda assim questionamos isso, porque há muitos professores na escola pública que não têm formação superior. Como eu disse no meu pronunciamento anterior, existe um objetivo dentro do PNE - Plano Nacional de Educação de que eles atinjam essa educação superior.
Cobrar essa formação dos pais que não têm a pretensão de se tornarem professores, ainda mais naquilo que é cobrado dos professores que, por meio das escolas, vão fazer o acompanhamento dessas famílias do homeschooling, parece-me demasiado. Portanto, encaminhamos "não".

10 - Discurso de 19/05/2022 - 14:40:
Sr. Presidente, na verdade, eu entendo que revisões são sempre importantes. Elas não precisam estar na lei para serem feitas; muito antes pelo contrário, aquelas que estão na lei não são feitas.
A revisão da Lei de Cotas deveria acontecer em 10 anos a contar da publicação, vencendo este ano. Cadê a revisão? Cadê a análise? O que está sendo feito? Não, pelo contrário, o que aconteceu é que os que propuseram 10 anos para a Lei de Cotas, dizendo que era algo paliativo, protocolaram um projeto de lei nesta Câmara, Deputado Sóstenes, pedindo mais 50 anos. Esse é o ponto hoje.
Então, por mais meritória que seja a busca da transparência, não é por meio de uma emenda a esse projeto que nós vamos buscar uma revisão em 5 anos. Pelo contrário, isso está sendo feito muito mais para melar o projeto e, daqui a 5 anos, acabar com possibilidade de homeschooling de novo. Esse é o interesse, essa é a intenção. E nós aqui precisamos votar atentos não apenas ao texto que está escrito, mas também à intenção das emendas que são protocoladas.
E a intenção é preconceituosa. Eu fiquei triste de acompanhar esta sessão, porque há um preconceito, um preconceito triste, contra pais que se esforçam para dar a melhor educação para os seus filhos. Eu faço aqui um desabafo final, porque esta é a minha última fala sobre esse projeto antes da orientação: há um preconceito enorme contra pais de alunos que querem exercer esse direito de dar uma educação que entendem a mais adequada a seus filhos.
Além do mais, há uma série de estudos, não só de países em que o ensino domiciliar é implementado de forma legal, mas também de outros onde para oficialmente ele acontece, que demonstram que muitos desses alunos saem melhores e conseguem atingir melhores médias depois em estudos universitários e assim por diante.
Então, há um preconceito enorme. Falam em dados, dizem que querem fontes, etc., mas não as trazem. É um troço impressionante o que estamos vendo aqui ao longo desses dias.
Eu fico feliz com a conclusão desta discussão, porque nós estamos vencendo esse preconceito, vencendo essa intolerância, vencendo o corporativismo que impregnou certos discursos aqui, vencendo o atraso, vencendo o extremismo - há quem fale em extremismo quando extremista é -, vencendo todos esses obstáculos, para fazer algo que é questão de respeito à Constituição.
Repito aquilo que disse na minha primeira fala ontem: **o STF disse que é constitucional, que é um direito dos pais e das crianças o homeschooling.** Sim, são poucos. Podem ser muitos mais, mas são poucos. Vamos respeitar esta minoria. Não vamos ser intolerantes, não vamos ser

preconceituosos. Pelo contrário, **vamos valorizar a família, valorizar a educação de qualidade, valorizar a liberdade de escolha.**
Por isso, nós encaminhamos contrariamente a esta emenda e celebramos, junto com todos os Parlamentares que foram favoráveis a este projeto, a vitória dos homeschoolers no Brasil e a vitória da educação brasileira.
Muito obrigado.

11 - Discurso de 19/05/2022 - 14:52:
Sr. Presidente, o NOVO, em linha com o que eu já havia defendido da tribuna mais cedo, orienta contrariamente à emenda, entendendo, sim, que há mérito na busca tanto da transparência como da análise de resultados das políticas públicas.
Não é pelo fato de a emenda ter vindo do PSOL que nós somos contrários a ela, pelo contrário. Aliás, estamos aqui fazendo um elogio à iniciativa. No entanto, nós entendemos que isso precisaria ser muito mais amplo do que uma análise apenas pelo poder público federal, ainda mais em se tratando de um assunto que há tantos anos vem mobilizando famílias que veem dificuldade na discussão desse assunto com o Estado. Por isso, quaisquer análises que venham a ser feitas desta política pública - aliás, não é uma política pública -, ou melhor, deste direito, precisam ser acompanhadas por outras entidades, e não apenas pelo poder público federal.
Portanto, entendendo a iniciativa do PSOL e até mesmo a elogiando até certo ponto, nós somos contra a emenda da forma como foi redigida.
Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADA: DRA. SORAYA MANATO
PARTIDO: PTB/ES (1º vice-líder)

1- Discurso de 18/05/2022 - 18:32:
Sr. Presidente, logicamente que sou contra essa retirada. Agora nós ouvimos uma Deputada de esquerda falando que isso representa uma exclusão das crianças e adolescentes do meio mais saudável. Que meio mais saudável é esse? **Há sexualização das nossas crianças dentro da escola, há politização das nossas crianças dentro da escola e agora há a implantação de banheiros unissex dentro das escolas**. Então, os pais e os responsáveis pelas nossas crianças e adolescentes têm o direito, sim, de não querer isso para seus filhos.
Portanto, eu acho um absurdo que a Esquerda venha com esse discurso fajuto, um discurso ultrapassado em relação à educação da criança e do adolescente. Nós vemos o quê? Há muitas escolas de período integral em que **crianças de 10, 11 anos ainda não sabem ler.**
Aliás, há gente na faculdade que não sabe ler. É esse ensino que a turma da Esquerda quer para as crianças e adolescentes do Brasil? Poupem-me desse discurso, que já está mais do que ultrapassado.
Os pais e responsáveis têm o direito, sim, de educarem os seus filhos da maneira que eles acham mais justa, fortalecendo as famílias, fortalecendo a religiosidade dessas crianças, tornando-os adultos sérios, adultos que vão constituir suas famílias, adultos com uma educação muito melhor.
Portanto, não concordo o que a Deputada de esquerda falou.
Nós somos a favor do projeto. "Sim".

2- Discurso de 18/05/2022 - 21:00:
Obrigada, Sr. Presidente.
O PTB, logicamente, orienta "sim".
Quero lembrar à Esquerda que, realmente, **as nossas crianças pertencem às famílias, não ao Estado. Portanto, os pais e os responsáveis têm autonomia para decidir sobre a educação.**
Estamos querendo, com este projeto de lei, trazer realmente para a luz da lei o homeschooling, que essas famílias desejam há muitos anos, há mais de 10 anos.
O texto está mais do que amadurecido, está mais do que discutido.
O PTB orienta "sim".

3- Discurso de 19/05/2022 - 11:52:
Sr. Presidente, o PTB orienta "não".
Logicamente, o texto foi muito bem discutido, o texto está muito bom, e nós queremos manter o que está no texto original, relatado pela Deputada Luisa Canziani.
Há pouco eu ouvi a Esquerda dizer que não quer policial educando. Na realidade, a função específica dos policiais na escola cívico-militar é a disciplina. Há muitas escolas hoje em que os

professores são ameaçados com facas, são agredidos fisicamente, e na escola cívico-militar isso não existe e não existirá. Não é a disciplina por força, é ensino e orientação aos alunos.
Portanto, o nosso voto é "não", Sr. Presidente.

4- Discurso de 19/05/2022 - 12:16:
O PTB, Sr. Presidente, orienta "sim".
Há pouco nós ouvimos alguém da Esquerda dizer que o homeschooling é um desrespeito à criança. **Nós da Direita conservadora achamos que desrespeito às crianças é a ideologia de gênero na escola, é um menino de 6 anos ir para casa com batom na boca porque a professora disse que meninos e meninas podem usar batom. Isso é desrespeito! Desrespeito é o banheiro unissex para os nossos filhos.**
Portanto, os pais têm que ter a liberdade de querer ou não isso para os filhos. Eles têm que ter a liberdade de escolher se vão educar as crianças em uma escola tradicional ou em casa.
Portanto, o PTB é "sim".

5- Discurso de 19/05/2022 - 12:36:
Sr. Presidente, o PTB orienta "não", para mantermos o acordo.
Segundo o Censo Escolar de 2017, 15% dos professores da educação básica não possuem curso superior.
Esta é uma boa emenda, mas, para mantermos o acordo, o PTB orienta o voto "não".

6- Discurso de 19/05/2022 - 13:08:
O PTB orienta "não", logicamente, Sr. Presidente.
Eu sou do Espírito Santo e sou governada lá por um Governo de esquerda. O Secretário de Educação do Estado do Espírito Santo é do PCdoB, de esquerda. E a **educação no Estado do Espírito Santo está um caos!**
Depois de 2 anos de pandemia, as crianças voltaram às escolas. Há crianças com 10 anos que não sabem ler. Eles não tiveram tempo, nesses 2 anos, de se estruturar para dar suporte às crianças com deficiência? As crianças com deficiência, no Estado do Espírito Santo, ainda estão sem aula.
Eu vejo aqui os Deputados de esquerda falando da educação, dizendo que eles são isso, são aquilo, e eu tenho o grande exemplo do Estado do Espírito Santo, que está arrasado.
Portanto, o PTB orienta "não".

7- Discurso de 19/05/2022 - 13:36:
O PTB, Sr. Presidente, logicamente orienta "não". Como o Deputado Marcel van Hattem falou, a Esquerda é bem ambígua mesmo! Com essa onda do "fique em casa", "fique em casa", houve um prejuízo tão grande para a educação brasileira que é provável que demoremos muitos anos para voltar à normalidade.
Portanto, PTB vota "não".

8- Discurso de 19/05/2022 - 14:16:
O PTB, Sr. Presidente, orienta "sim" ao texto logicamente.
A Deputada que me antecedeu, na realidade, quer fechar as escolas no Brasil, porque nós sabemos que no interior, como eu já disse aqui, 25% dos professores que dão aulas para a primeira infância não têm nível superior. Portanto, há Parlamentares aqui que querem fechar as escolas do interior do País. No Espírito Santo mesmo, se não houvesse esses professores com ensino médio, muitas escolas do interior já estariam fechadas.
Votamos "sim" ao texto.

9- Discurso de 19/05/2022 - 14:32:
O PTB, Sr. Presidente, orienta "não". Contrariamente ao que a Deputada que me antecedeu disse, ouçam o que vou ler aqui: **"Nas escolas brasileiras, cerca de 40% dos professores que atuam no ensino médio não têm formação adequada nas disciplinas que lecionam**. São docentes que fizeram a graduação em outra área, não possuem licenciatura ou sequer se formaram na universidade".
Vocês querem colocar regras para o homeschooling que normalmente não há nas escolas. Os pais que querem adotar o homeschooling para seus filhos podem não ter formação específica, mas estão se qualificando para dar uma **boa qualidade de ensino a essas crianças**.

10- Discurso de 19/05/2022 - 18:32:
O PTB, Sr. Presidente, orienta "não".
Nós notamos, como o Deputado que me antecedeu falou, um claro preconceito contra o homeschooling aqui dentro deste plenário por parte de alguns partidos que estão depreciando e duvidando da capacidade dos pais e responsáveis de realmente praticar esse método com os seus filhos.
Em relação aos dados que eu mencionei, de que cerca de 40% dos professores que atuam no ensino médio não têm formação adequada nas disciplinas que lecionam, são dados do Censo Escolar 2019, elaborado pelo INEP.

DEPUTADO: SÓSTENES CAVALCANTE
PARTIDO: PL/RJ

1- Discurso de 18/05/2022 - 20:32:
(...) Presidente, colegas Parlamentares, esta é uma noite histórica para todas as famílias que têm a prática do ensino domiciliar na educação dos seus filhos. É muito salutar ver as nossas galerias hoje repletas dessas crianças. Esses pais, muitos deles, ao longo de décadas no Brasil, vinham sofrendo inclusive perseguição do Ministério Público e de outros entes da Justiça brasileira por terem optado por educar seus filhos no homeschooling, que estamos discutindo e aprovando neste dia. Quero aqui dizer da minha satisfação, do meu apoio à matéria, do meu voto, e parabenizar a luta de todos os pais que, ao longo de décadas, estiveram aqui.
Quanto aos discursos que ouço de alguns colegas da Oposição, mesmo respeitosamente, quero discordar totalmente, porque tivemos tempo de sobra para discutir a matéria e precisamos deliberá-la definitivamente para que essas crianças possam continuar exercendo a **formação educacional escolhida por seus pais, que são os que mais interesse têm na eficiência educacional e no crescimento dos seus filhos no que tange à educação. Trata-se de uma modalidade avançada no mundo em mais de 65 países, e o Brasil precisa avançar na educação.**
Obrigado, Presidente.

2- Discurso de 19/05/2022 - 12:24:
Sr. Presidente, o destaque apresentado pelo nosso partido visa defender os pais que já fazem a prática do homeschooling no Brasil e abrir a possibilidade do que historicamente sempre aconteceu no País: o ensino fundamental, por anos, neste País, ser ministrado por professores com nível médio. E nós entendemos que é possível isso ser aplicado nessa modalidade educacional.
Em respeito ao acordo que houve com a Relatora - S.Exa. aquiesceu a todas as nossas demandas - e, em especial, com o Governo, pessoalmente peço ao nosso querido partido e a todos os Parlamentares que entendem o que é o homeschooling, como ele é aplicado, o voto favorável a essa emenda. Entretanto, por respeito à divergência interna no partido e ao acordo que houve com o Governo e com a Relatora, nós vamos orientar no painel por liberar a votação. Nós cumprimos acordo, diferentemente de outros que o fazem e não o cumprem, e a individualidade do Parlamentar, nesta Casa, faz com que tenha o total direito de votar com a sua consciência, com o seu eleitor.
Portanto, o Partido Liberal fica liberado para votar. Mas defendo, sim, essa emenda. É emenda meritória, necessária, que diz respeito ao que já vem acontecendo, há anos, na educação brasileira. Essa prática não foi totalmente extinta, como alguns colegas vão querer dizer que não existe mais

no Brasil, porque ainda temos centenas, milhares de professores que dão aula para o ensino fundamental sem formação em nível superior.
Por isso, defendo veementemente a possibilidade de que o homeschooling para o ensino fundamental também seja de pais, professores ou tutores que não tenham o ensino superior. E deixo claro que isso seja para aulas de ensino fundamental.
Então, defendemos, sim, essa emenda e espero a aquiescência e o voto dos colegas.

3- Discurso de 19/05/2022 - 12:44:
Sr. Presidente, observe bem: aqueles que se dizem arautos da educação brasileira, agora, sobem à tribuna para colocar em dúvida as escolas brasileiras.
Ora, qualquer instituição de ensino brasileiro é supervisionada, fiscalizada pelas Secretarias Estaduais de Educação. Onde estão aqueles que falam dos professores, que defendem os professores, a educação brasileira e as nossas escolas? Acredito que as instituições e secretarias estaduais de ensino são instituições sérias, que não só credenciam como supervisionam a boa educação brasileira.
Pelo que estou vendo, parece que a educação não vai tão bem assim, se agora não podemos nem mais confiar e temos que selecionar escolas para a prática de homeschooling, é um contrassenso ao argumento que a esquerda diz acerca da educação brasileira.
Por isso, somos contrários à emenda e pedimos a todo o Plenário que mantenhamos o texto, conforme acordo, inclusive porque tivemos acordo com a Relatora. Peço a todos os partidos da base que orientem contra essa emenda em nome da boa prática de homeschooling no Brasil. O ensino domiciliar precisa ser preservado.
Então, orientamos "não" à emenda.

4- Discurso de 19/05/2022 - 12:56:
Vamos ao que interessa, que é trabalhar. O Brasil precisa deste Parlamento trabalhando.
Sr. Presidente, parabéns pela condução equilibrada de V.Exa.!
Nós precisamos dar uma resposta às famílias que estão praticando homeschooling. Por isso, esta emenda em nada vai contribuir.
Nós tivemos um hercúleo trabalho da Relatora Luisa Canziani, que prestou o seu serviço como Parlamentar desta Casa, ouviu todas as forças políticas e fez um relatório que atende a necessidade dos pais, um relatório o mais próximo possível da realidade.
Por isso, nós somos contra esta emenda, Sr. Presidente. Acreditamos que **a educação brasileira tem muito a avançar com o homeschooling.** Milhares de famílias hoje já utilizam essa prática. Muitas delas, lamentavelmente, são perseguidas por instituições judiciais no Brasil e estão respondendo a processos judiciais, o que nós lamentamos.
Neste nosso Brasil, nós **precisamos entender e garantir a liberdade**. Nós estamos vivendo numa democracia em que o principal bem e patrimônio defendido à luz da nossa Constituição é a família, que é a base, o pilar da nossa sociedade. **Ninguém melhor do que a família para determinar a educação dos seus filhos.**
Nós conservadores somos chamados por alguns, com demérito, de fundamentalistas. Eu gostaria de lembrar a esses que acham que isso é um demérito: se alguém é fundamentalista, é sinal de que tem fundamento. Quem tem fundamento não se deixa levar por ventos ou por oportunistas. Nós somos muito bem fundamentados. Nós temos fundamentos sólidos do que acreditamos. Nós acreditamos no que é melhor para o Brasil. Em especial e acima de tudo, nós temos um fundamento, que é o verde e amarelo, as cores pátrias, o amor por esta Nação, o amor por esta Pátria. Não vamos abrir mão disso.
Por isso, Sr. Presidente, nós orientamos contra esta emenda, em nome das famílias que praticam homeschooling no Brasil e em nome de todas as outras famílias, que, a partir deste momento, poderão aderir ao ensino domiciliar, que é altamente importante para a educação brasileira.

5- Discurso de 19/05/2022 - 12:20:
O Partido Liberal orienta "não" à emenda.
Entendemos que este partido que governou o País por muitos anos e que inclusive defendeu a aprovação automática de alunos, agora, quer exigir menor tempo no homeschooling, lamentavelmente.
Esse discurso não cola com o homeschooling aplicado como precisamos.
Orientamos "não", Sr. Presidente.
6- Discurso de 19/05/2022 - 13:48:
Sr. Presidente, respeitando o acordo feito com a Relatora, o PL orienta "não" a esta emenda.

Entretanto, pessoalmente, quero aqui tributar um voto de louvor ao Partido Novo, que inclusive acatou esta emenda feita por um colega do nosso partido. Entendo que a preocupação do Partido Novo é dar opção às famílias que possuírem um filho com consecutivas reprovações, sem que se prejudique outros filhos que essas famílias possam ter. Entendo o mérito do Partido Novo.
Receba aqui o nosso voto de louvor o Partido Novo, por ter acatado a emenda do Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Homeschooling, o Deputado Dr. Jaziel, do nosso partido, encampando-a como emenda do NOVO. Mas, por respeito ao acordo, a orientação do partido é "não".
Pessoalmente, eu darei um voto de confiança pelo gesto singelo do Partido Novo ao colega do nosso partido, mas a orientação é "não".

7- Discurso de 19/05/2022 - 14:08:
Sr. Presidente, eu também seria contra - por outros motivos, totalmente divergentes dos motivos que a Deputada Erika Kokay acabou de propor - esta emenda. Lógico que para ensino fundamental não vejo a menor necessidade, haja vista que mais de 15%, segundo dados estatísticos, dos atuais professores no ensinos brasileiros não têm sequer o nível superior.
Por isso, a orientação do nosso partido será, inclusive, "sim", para manter o texto, contrária à emenda, porque entendemos que as famílias homeschooling precisam urgentemente desta matéria aprovada, sancionada, para que elas deixem de ser pressionadas por instituições, em especial pelo Judiciário brasileiro.
Então somos contrários a esta emenda e a favor do texto.

8- Discurso de 19/05/2022 - 14:24:
Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho ao colega que me antecedeu - e somos colegas na Comissão de Educação -, eu entendo a preocupação de S.Exa., entretanto, temos aqui o Deputado RRenato, que é do glorioso Estado do Acre, não é isso Deputado RRenato?(Pausa.)
Ele é de Roraima. Desculpem-me. Ele já fez uma correção sobre esse tema em fala anterior e disse que o curso de tecnólogo, à luz da legislação educacional brasileira, é reconhecido como um curso superior. Então, entendo a preocupação do colega que me antecedeu. Entretanto, como a legislação educacional brasileira já reconhece o curso de tecnólogo como um curso de nível superior e está garantido que, se os pais não tiverem curso de nível superior, o preceptor ou um dos pais, no mínimo, deve ter o curso de tecnólogo, a preocupação do colega já está contemplada no projeto. Por isso, sou contrário a esta emenda e a favor da manutenção do texto da Relatora.

DEPUTADA: BIA KICIS
PARTIDO: PL/DF (vice-líder)

1- Discurso de 18/05/2022 - 18:24:
Sr. Presidente, caros colegas, todos que nos ouvem, eu quero cumprimentar aqui esta galeria maravilhosa formada por pais, mães, filhos, crianças, alunos homeschoolers que estão aqui neste momento vibrando, com muita ansiedade, porque esperam que este Parlamento faça o seu papel. Eu, como autora de um dos projetos favoráveis ao homeschooling, venho acompanhando esta matéria. Como Presidente que fui da CCJ, aprovamos os projetos na CCJ, e agora estamos aqui com o projeto da relatoria da Deputada Luisa Canziani. Trabalhamos juntas durante todo este tempo. A Deputada Luisa Canziani ouviu. Ouviu o Governo, de onde veio o projeto; ouviu pais, ouviu associações, ouviu líderes, para chegar, enfim, a um projeto que tivesse condições de ser aprovado.
Meus queridos pais homeschoolers, vocês tem em mim uma ferrenha admiradora. Vocês são pessoas de extrema dedicação. O amor de vocês pelos seus filhos supera todas as barreiras e dificuldades do dia a dia. E é por isso que os seus filhos são pessoas privilegiadas.
Nós aqui não queremos fazer nenhum tipo de ataque às escolas. Nós sabemos que a questão educacional do Brasil é muito complexa e este Parlamento tem muito ainda que caminhar, muito o que fazer, muito serviço a prestar à sociedade, mas, enquanto isso, também é preciso que tratemos deste outro tema.
São poucas ainda as famílias homeschoolers do Brasil - em torno, talvez, de 15 mil -, mas talvez este universo possa se alargar no momento em que as pessoas se sintam mais seguras com esta regulamentação.
Infelizmente, nós sabemos que alguns pais homeschoolers sofrem verdadeira perseguição por parte de alguns agentes públicos, alguns até sofrendo ameaças da perda da guarda dos seus filhos. Isso é injusto, isso é imoral e é ilegal.
Por isso, hoje nós iremos votar a urgência, iremos votar o mérito e dar a vocês, que tanto esperam por esse momento, uma resposta que seja honesta, uma resposta que seja possível, uma resposta

que possa acalmar o coração de vocês para trazer aquela paz de espírito, aquele sossego que vocês tanto merecem.
Eu conheço pessoalmente vários pais e crianças homeschoolers. É admirável o grau de sapiência dessas crianças.
Que Deus proteja as famílias homeschoolers do Brasil e que nós possamos cumprir o nosso papel como legisladores.
Muito obrigada.

2- Discurso de 19/05/2022 - 12:20:
Presidente, a Maioria orienta "sim" ao texto.
Vou reforçar o que disse o Deputado Renato Queiroz, de Roraima, formado em marketing. Os cursos tecnólogos são considerados de nível superior. Então, não podemos votar com base em mentiras que insistem em falar. **Quem conhece a qualidade do homeschooling, quem conhece a qualidade dos alunos, quem convive com eles, como eu conheço vários, não tem que ficar aqui agora achando que "só se tiver nível superior", porque isso não é verdade**. De qualquer maneira, o texto ficou dessa forma, e estabelece que pai, mãe ou preceptor precisa ter formação em nível superior, e o curso tecnológico é considerado curso de nível superior.
Por essa razão, Presidente, a Maioria orienta "sim".

3- Discurso de 19/05/2022 - 12:40:
A Maioria, Presidente.
Presidente, isso é muito ambíguo. A esquerda, que está aqui defendendo que professor para pré-primário, para ensino básico, tem que ter nível superior, acha que médico formado em qualquer lugar, que tenha feito curso técnico - o curso de medicina em muitos lugares não passa de um curso técnico; nem é curso superior - pode vir para cá sem REVALIDA e ser médico, mexendo com vidas. Então, isso é uma incoerência muito grande.
Nós apostamos no sucesso da educação do homeschooling.
A Maioria vai liberar, porque o PL liberou também.

4- Discurso de 19/05/2022 - 13:12:
Presidente, eu acho que houve uma compreensão errada do colega que me antecedeu. O projeto já prevê que o aluno que faça homeschooling esteja ligado a uma escola. O que esta emenda quer é que nem todas as escolas sejam autorizadas a isso, mas apenas escolas específicas. Então, não existe esse risco que o Deputado falou.
Todos os alunos estarão ligados a uma escola, porque o projeto optou por acolher o sistema português. Existem países em que a criança realmente não precisa estar vinculada a uma escola, mas o sistema português, ao qual aderimos aqui, determina que a criança esteja ligada a uma escola.
Nós achamos que todas as escolas, por serem escolas, por já serem uma concessão de um serviço público, têm condição de prestar esse serviço.
Não vai haver essa história de ter que tirar um professor, isso ou aquilo. As próprias escolas vão se organizar e cada uma vai decidir. Nós não vamos aqui decidir para cada escola. São quase 5.600 Municípios no País. Deixemos... (Desligamento automático do microfone.)

5- Discurso de 19/05/2022 - 13:36:
Vou orientar a Maioria, Sr. Presidente.
Na verdade, este projeto não faz nada disso, ele não autoriza que famílias pobres deixem de levar os filhos para a escola e digam que estão fazendo homeschooling.
Nós aqui não legislamos para quem quer ficar na marginalidade, para quem quer enganar o Estado. Nós estamos legislando para as famílias que efetivamente praticam o homeschooling e careciam dessa legislação, dessa regulamentação, segundo **o Supremo Tribunal Federal, que já declarou que o homeschooling e o ensino domiciliar são, sim, constitucionais.** O Estado é que tem que se ocupar de fiscalizar quem está querendo passar a perna, quem está querendo enganar. Nós não estamos legislando para essas pessoas.
Além disso, há um grande engano, quando dizem que são só famílias ricas que irão se beneficiar. Comunidades muito carentes podem contratar preceptores e, assim, terem seus filhos bem cuidados, com aprendizado, sem precisarem se submeter ao... (Desligamento automático do microfone.)

DEPUTADO: DIEGO GARCIA
PARTIDO: REPUBLICANOS/PR (vice-líder)

1- Discurso de 18/05/2022 - 18:56:
Obrigado, Presidente Arthur Lira.
Eu queria iniciar a minha fala cumprimentando o Presidente Arthur Lira, que, ainda ano passado, permitiu que grande parte dos Líderes da Câmara, que inclusive apoiaram nesta noite a aprovação da urgência dessa matéria, tivessem a oportunidade de estar reunidos na casa do Presidente com algumas famílias educadoras.
E foi excepcional o que nós vivenciamos ali na frente daquelas crianças e daquelas famílias.
Eu sou um pai educador, um pai que, durante a pandemia, fez a opção pelo homeschooling, porque eu fiquei desesperado, Deputada Caroline de Toni, quando meus filhos foram para casa, e não conseguiam ficar 15 minutos na frente do celular. A escola mandou o material didático para dentro de casa, e vimos ali o que os nossos filhos estavam recebendo.
Foi com base no trabalho e no conteúdo disponibilizado pelo MEC, através da Secretaria Nacional de Alfabetização, e com base nos conteúdos gratuitos que as famílias educadoras disponibilizam como apoio para os pais que querem aderir a essa modalidade, que eu vi os meus filhos serem alfabetizados dentro de casa. Isso não tem preço.
É lamentável o discurso de alguns Parlamentares aqui, que, na prática, se chamassem a polícia, iriam mandar prender todos os pais e mães que estão aqui, porque, na cara dura, tiveram a capacidade de chamar todos nós pais educadores de pedófilos, de pais que promovem a violência junto dos seus filhos. E quem conhece as famílias educadoras sabe que isso não procede, que isso não é verdade. **Muito pelo contrário, a educação domiciliar permite o fortalecimento dos vínculos familiares. Ela é a base para muitas dessas famílias.**
Por isso, hoje é um dia histórico, em que nós veremos não só a aprovação do mérito dessa importante matéria, mas nós veremos também um avanço muito grande para o nosso País.
"Sim" ao homeschooling e "sim" às famílias educadoras pelo Brasil!

2- Discurso de 18/05/2022 - 19:24:
Obrigado, Sr. Presidente.
É tanta mentira que é dita, por tantas vezes, aqui da tribuna da Câmara, que elas precisam ser desmascaradas agora.
A primeira mentira é a de que se vai acabar com as escolas, é a de que se vai acabar com a profissão dos nossos professores ou de que é um ato contra os professores.
Vocês que são contra o homeschooling nunca vão ouvir nenhum desses pais e dessas mães que estão aqui falarem mal de professor, nunca! Nunca vocês vão ver ações desses pais que estão aqui contra professores. Muito pelo contrário. Vocês demonstram total desconhecimento da matéria que está sendo posta aqui. Aliás, em países em que a Esquerda está à frente, governando, o homeschooling é adotado como uma modalidade de ensino também.
Nós vivemos um momento, no nosso País, em que aumenta a evasão escolar. O Brasil, por causa das políticas públicas do Governo do PT, tornou-se um dos países que mais investem em educação, mas está avaliado, em todos os rankings, em qualquer ranking de educação, entre os piores países do mundo. Por quê? Porque essa é uma política pública fracassada, que não dá certo.
O que nós estamos votando aqui não é fechamento de escolas, não é contra professores, é mais uma opção para pais e mães, para não continuarem sendo perseguidos, como muitos pais que estão hoje aqui, que representam milhares de famílias, têm sido perseguidos por Tribunais de Justiça, têm respondido a processos, como se fossem criminosos. Muitos Parlamentares subiram a esta tribuna hoje para colocar esse carimbo nos pais educadores, como se fossem criminosos - e não são! Criminosos são aqueles que desviaram milhões dos cofres públicos durante anos, durante um governo que só promoveu retrocessos neste País e afundou a educação pública no nosso País.
"Sim" ao homeschooling, "sim" às famílias educadoras! Chega daqueles que levantam plaquinha e dizem que lugar de crianças é na escola, mas votam contra o retorno das atividades presenciais das nossas crianças...(Desligamento automático do microfone.)

3- Discurso de 19/05/2022 - 11:40:
Sr. Presidente, este destaque não tem sentindo algum, até porque é justamente junto às crianças que nós vamos ver os **resultados extremamente positivos do homeschooling**.
Ainda ontem, da tribuna, eu falei do que aconteceu dentro da minha própria casa. Fizemos a opção pela educação domiciliar com a minha filha, de 5 anos de idade. O resultado, em 3 meses, foi o de que ela já está lendo e escrevendo. Nós conseguimos alfabetizá-la em casa, com uma carga horária bem menor do que aquela que ela teria dentro da sala de aula.

É muito importante que neste momento rejeitemos este destaque, para não prejudicarmos a matéria que está em discussão, o PL do homeschooling. Por isso, eu peço o apoiamento de todos os partidos, para que votem contra este destaque da Oposição.

4- Discurso de 19/05/2022 - 11:44:
Sr. Presidente, o Republicanos orienta contra este destaque. Este destaque prejudica o projeto de lei que diz respeito ao homeschooling, até porque uma de suas bases fundamentais é justamente a educação infantil. Nós sabemos que os resultados são gigantescos com as nossas crianças, vemos isso quando estamos com elas, com as crianças que compõem as famílias educadoras.
Nós orientamos contra este destaque, para que a matéria não seja prejudicada, e pedimos o apoio dos Deputados, pedimos que estejam na sessão para votar. Teremos vários destaques para enfrentar na sessão de hoje. É fundamental que todo o esforço que nós fizemos ontem seja feito hoje também, para que possamos vencer esta matéria no dia de hoje. Então, pedimos o apoio de todos os partidos da base, pedimos que votem contra o destaque.

5- Discurso de 19/05/2022 - 12:08:
Presidente, o Republicanos orienta "sim". Nós queremos que a matéria avance e vá para a Casa Revisora, que é o Senado. Então, vamos orientar o voto "sim" e pedir o apoio dos Parlamentares para que votem e ajudem no quórum, a fim de que, o mais rapidamente possível, avancemos nos demais destaques.
Este é um dia muito importante. Nós não podemos esquecer tudo o que vivemos ontem. Essa matéria está há mais de 20 anos sendo debatida na Câmara dos Deputados, e agora, graças à condução de V.Exa., Presidente Arthur Lira, estamos avançando em mais uma pauta importante no Congresso Nacional.
Por isso, pedimos a todos os partidos que registrem o voto "sim", para que possamos avançar em mais esse destaque.

DEPUTADO: TIAGO MITRAUD
PARTIDO: NOVO/MG

1- Discurso de 18/05/2022 – 22:04:
Presidente, o NOVO orienta o voto "não" ao adiamento da discussão.
Essa é uma discussão cujo momento chegou. Finalmente, depois de muitos anos com o projeto tramitando aqui na Câmara, é o dia de nós votarmos o mérito do homeschooling.
E acho curioso a Esquerda, que diz defender as minorias, argumentar que esse é um projeto que não deve ser votado porque são poucas as famílias, são só alguns milhares de famílias no Brasil, que adotam o homeschooling. Então, se alguém aqui defende minorias, deveria votar a favor do projeto. Ainda que fosse uma família só que quisesse ter o direito de educar os seus filhos, nós deveríamos defender o direito dessa família de fazê-lo. Quem defende o direito das minorias defende a menor parte do processo, que é o indivíduo.
Por isso, o NOVO vota "não" ao adiamento da discussão e a favor de que votemos esse projeto ainda na noite de hoje.

2- Discurso de 18/05/2022 – 22:56:
Senhoras e senhores, inicialmente, eu gostaria de fazer uma confissão: já estou na Câmara há 3 anos e meio e é a primeira vez que as galerias estão cheias, mas não de pessoas que são contra o que eu vou falar. Normalmente, nas galerias há muitos sindicalistas. Hoje temos, pela primeira vez, nos últimos 3 anos e meio, pessoas nas galerias que são favoráveis ao que vou falar. Então, essa é uma experiência nova para mim, inclusive esta orientação.
Presidente, eu fico feliz que isso aconteça justamente na discussão sobre esse tema. Obviamente**, além da questão educacional envolvida na discussão do homeschooling, ela diz respeito à liberdade, de não se ter o Estado tutelando o que nós devemos ou não devemos fazer das nossas vidas.**
A Constituição prevê o direito das crianças à educação. É verdade. E esse direito mantém-se após a aprovação desse projeto e de outros, como o de hoje. Mas o que nós estamos oferecendo é a possibilidade de as famílias, se elas quiserem, ofertarem outra opção educacional para seus filhos, para suas crianças. Nenhuma das famílias aqui presentes é negligente com suas crianças, nenhuma das famílias aqui presentes quer o mal para seus filhos. O que elas querem é a possibilidade de ofertar outro modelo educacional.
Convenhamos, o modelo educacional tradicional tem suas falhas. E, se há famílias no Brasil que querem dar outra opção educacional para seus filhos, por que somos nós Congressistas que vamos retirar essa possibilidade delas?

Eu lamento muito que para buscar atentar contra esse projeto pela defesa do modelo único estatal de educação, supostamente gratuito, estejam misturando inúmeros temas que nada têm a ver com as famílias educadoras.
Muitas vezes eu ouço, na Comissão de Educação, quando defendo um ponto de vista diferente do que a Esquerda está acostumada a ouvir: "Tiago, você tem que ir à escola para falar com os professores e conhecer a realidade da escola pública". E eu vou à escola, converso com os professores, conheço a realidade da escola pública.
Mas faço aqui um convite aos colegas da Esquerda que estão falando um monte de absurdos a respeito da educação domiciliar: conheçam a realidade da educação ofertada por essas famílias, conheçam a realidade dos sistemas e métodos utilizados pelos tutores. Isso porque há pessoas aqui dizendo que educação domiciliar é quase como colocar o filho em um quartinho isolado, fechado, escuro e frio por 7 anos. Não é isso o que significa educação domiciliar.
Então, conheçam o projeto e, juntos, vamos dar liberdade para essas famílias educarem seus filhos.

3- Discurso de 18/05/2022 – 23:56:
- Presidente, o que está em votação agora é o direito das famílias brasileiras de indicarem para os seus filhos **um tipo de educação diferente da tradicional, como acontece em inúmeros países do mundo, como já aconteceu no Brasil em tempos passados.**
Hoje, por força da falta de regulamentação, elas estão impedidas de terem essa faculdade.
Ao impedirmos essas famílias de terem essa possibilidade, estamos jogando-as para a ilegalidade, quando tudo que elas mais querem é o direito de optar por um ensino não tradicional quando julgarem **que têm condições de dar uma educação melhor para os seus filhos do que a escola tradicional.**
Não há como ser contra isso, Presidente, especialmente num partido que **defende, acima de tudo, a liberdade.**
Por isso, o NOVO é "sim"

4- Discurso de 19/05/2022 – 14:52:
Sr. Presidente, o NOVO orienta "não" a este destaque, que vem com o sentido de desfigurar o texto do projeto do homeschooling.
São curiosos alguns argumentos que a Esquerda usa: "Como é que o Estado vai ter capacidade de fiscalizar essas famílias?". Mas como é que o Estado vai ter capacidade de entregar educação de qualidade para todas as escolas também?
Por que confiam plenamente na capacidade do Estado para ofertar educação de primeira linha para 100% dos alunos brasileiros, mas não confiam na capacidade do Estado para fiscalizar a educação domiciliar? Que incoerência é essa? Por que tanta discrepância assim?
Nós temos uma coerência: não confiamos na capacidade do Estado. É por isso que **queremos dar a liberdade, para aquelas famílias que não confiam no Estado ou que, por qualquer outro motivo, querem oferecer educação domiciliar, de oferecerem.**
O NOVO orienta "não" a esta emenda

5- Discurso de 19/05/2022 – 15:12:
Presidente, o Partido Novo, **por ser o maior defensor da liberdade neste plenário e na política brasileira, ao contrário de outros partidos**, que têm liberdade no nome, mas pregam regimes autoritários, é favorável a essa matéria e favorável à manutenção do texto.
Defender a liberdade é defender a possibilidade de que cada indivíduo, cada pai de família, cada mãe de família possa escolher o tipo de educação que deseja dar aos filhos, como preconiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento acima de tudo liberal, uma vez que defende a liberdade de cada indivíduo ser quem ele quiser ser. É por essa defesa da liberdade, Presidente, que o NOVO, desde sua fundação, antes mesmo
de saber quem iria ser o Presidente do atual mandato, tem a pauta da educação domiciliar como parte de seu programa.
Por isso, defendemos a manutenção do texto

DEPUTADO: FILIPE BARROS
PARTIDO: PL/PR

1- Discurso de 18/05/2022 – 21:36:
Sr. Presidente, acabamos de aprovar no plenário desta Casa o requerimento de urgência para discussão e votação desse projeto de lei. Está sobre a mesa um requerimento de retirada de pauta.

O meu questionamento a V.Exa. e à Mesa é: o requerimento não está prejudicado, uma vez que acabamos de aprovar um requerimento de urgência?

2- Discurso de 18/05/2022 – 22:00:
Sr. Presidente, o PL orienta o voto "não" ao adiamento da discussão.
E eu gostaria, rapidamente, nestes segundos que me restam, de fazer uma correção ao que disse a nobre Deputada Alice Portugal, que fez uso da palavra na tribuna e afirmou que o formato da terra é esférico. Na verdade, a terra tem um formato chamado geoide. Ela não é esférica. O nome correto é geoide. Talvez, se a Deputada tivesse praticado o homeschooling, ela soubesse.
O PL orienta o voto "não

3- Discurso de 18/05/2022 – 23:24:
Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, em primeiro lugar eu quero fazer um desagravo público a todas as famílias que praticam o homeschooling, ou ensino domiciliar, se assim o Deputado Ivan Valente prefere denominar, em português.
Quero fazer um desagravo pelas graves ofensas que foram e que estão sendo proferidas contra essas famílias de todo o Brasil, ofensas essas proferidas por muitas pessoas que não têm qualquer tipo de moral para falar sobre qualquer assunto relacionado à educação.
Cito como exemplo a Deputada que me antecedeu, que faz parte de um grupo que trata educação como mercadoria. Não consideramos a educação como mercadoria, consideramos a educação como uma atividade essencial. Aliás, a própria esquerda votou contra considerar educação como atividade essencial, quando neste plenário nós votamos essa questão, meses atrás.
Sr. Presidente, quero falar como um pai que não pratica o homeschooling. **Eu não pratico o homeschooling, porque não tenho o dom para isso.** Pode ser que, em dado momento da minha vida, eu e minha esposa resolvamos mudar e praticar o homeschooling, mas hoje eu não o pratico.
É necessário restabelecer algumas premissas neste debate. A primeira premissa é que, se nós ouvirmos a esquerda, temos a impressão de que o projeto de lei quer obrigar todos os pais a tirar seus filhos do colégio e os colocar dentro de suas casas para fazer o homeschooling. Isso é mentira. O que nós queremos é, simplesmente, regularizar a situação dos pais que praticam educação domiciliar, porque esses pais estão sendo, muitas vezes, processados pelo Ministério Público, num nítido abuso de autoridade.
Esta Casa votou a questão do abuso de autoridade em 2019, mas me parece que alguns da esquerda só gostam de falar de abuso de autoridade quando se trata de caso de corrupção. Ah, aí eles vêm correndo a este plenário falar de abuso de autoridade. Mas, quando falamos de pais que estão tendo seus direitos e garantias violados, segundo as palavras da esquerda, não podemos falar sobre essa questão.
Sr. Presidente, aqueles que estão criticando o projeto estiveram no Governo nos últimos anos, com a chamada Pátria educadora, e colocaram o nosso **País nas últimas posições dos rankings internacionais.** Portanto, não têm qualquer tipo de moral para falar sobre educação.
Para finalizar, Sr. Presidente, quero solicitar aos nobres Deputados e Deputadas favoráveis ao ensino domiciliar que permaneçam em plenário para garantir o quórum necessário para que possamos avançar nesta pauta tão importante para o Brasil, que tem prioridade e que, portanto, nós votaremos.
Muito obrigado.

DEPUTADO: GENERAL PETERNELLI
PARTIDO: UNIÃO/SP

1- Discurso de 19/05/2022 - 19:04:
Presidente, o art. 5º da Constituição coloca como direito fundamental a vida, a liberdade, a segurança, a propriedade privada e a igualdade. Dentre esses, temos **a liberdade, que é um direito fundamental do cidadão brasileiro.**
Também pela mesma Constituição - já foi dito aqui inúmeras vezes -, nós sabemos que a educação é um direito da criança e é um dever do Estado e da família, ou seja, a família participa desse processo de educação, gerenciado e com provas pelo Estado.
Portanto, não há como orientar para se adiar uma decisão desse nível. O UNIÃO orienta o voto "não".

2- Discurso de 19/05/2022 - 12:28:
Presidente, o UNIÃO orienta "não".
Gostaria de comentar uma ressalva.

Eu vejo que é natural contratar determinada pessoa para fazer um reforço de química, de física ou de determinada matéria. Muitas vezes, quem ministra aquela aula para o seu filho é um estudante que passou há pouco na engenharia ou na química. Ele consegue superar aquelas dificuldades.
Então, eu vejo que muitas discussões estão elevando muito o problema, e o importante é que a criança aprenda.
Dessa maneira, dentro desse foco, nós vamos manter o acordo, orientando "não".

3- Discurso de 19/05/2022 - 13:04:
Presidente, eu vejo que nós estamos discutindo uma coisa que já ocorre normalmente.
A família Schurmann viajou pelo mundo e ensinou os filhos dentro de um barco. Muitas vezes, os filhos de militares vão para a fronteira e não existe uma escola regulamentar naquele nível. Então, eles fazem um curso, e quem os orienta são os pais. As provas vão para lá para serem realizadas e remetidas de volta. Muitas vezes, um diplomata vai para um país que não tem compatibilidade de ensino, e os filhos são orientados e fazem as provas.
Então, **nós estamos discutindo uma atividade que já ocorre**. Não era para estarmos sendo tão efetivos nesse posicionamento.
O UNIÃO orienta "não".

DEPUTADO: CAPITÃO ALBERTO NETO
PARTIDO: PL/SP

1- Discurso de 18/05/2022 - 22:32:
Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a expressão de origem inglesa homeschooling propõe a substituição do ensino tradicional (escolar) para o direcionado em casa (domiciliar), pelos pais ou por profissionais contratados. Justamente esse novo perfil educacional, que foge completamente ao padrão tradicional de ensino tem sido pautado na atualidade e o assunto é debate aqui na Casa Legislativa.
Como todo contexto de debate, há aqueles que concordam com o novo perfil e o outro grupo que prefere o perfil convencional (escolar). O que há de se pensar é sobre uma possibilidade a mais na sociedade, mais uma forma de promover o ensino. **Essa modalidade promove o ensino mais disciplinado, em casa, sob a tutela dos pais ou de um professor contratado que tenha habilidade e domínio de conteúdo para ministrar aula, passar corretamente o conhecimento para o aluno.**
Essa temática é algo pontual e é ápice de debate no sistema educacional. Nesse mérito, o **Supremo Tribunal Federal já se pronunciou e declarou ser constitucional a mudança no texto original da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil. Assim, os pais poderão acompanhar diretamente o projeto de ensino dos seus filhos, pautar o ensino de valores e virtudes que considerem primordiais nessa fase inicial da vida.** O pleno acompanhamento é um dos pontos mais pautados entre os pais, bem como a disponibilidade de ensino de forma mais paulatina, dentro dos critérios exigidos pelo sistema educacional.
O sistema não é algo solto, sem prumo, mas sim um projeto que abre uma quebra de paradigma do tradicional para o visivelmente inovador. Apesar de ser ponto de muita discussão e de ser alvo de desconfiança de muitos pais de todo o País, não há como negar que esta se apresenta como mais uma possibilidade de ensino e de alguma forma amplia as possibilidades de acesso à educação.
A máxima desse projeto concentra-se na diminuição das desigualdades sociais por meio da educação e como resultado atinja o objetivo pleno de ser um direito de todos: humano e social.
De qualquer forma, promover a mudança é algo que incomoda sempre. No entanto, é algo necessário. Essa modalidade possibilita um desejo de mudança e esse sentimento é a única coisa que faz a pessoa mudar. O desejo transforma a expectativa em realidade.
Pois bem, que seja uma nova realidade e que os próximos dias demonstrem se essa medida promoveu a mudança esperada. Assim, como todo o processo, os ajustes se adequam ao perfil sugerido pela sociedade e para isso que estamos aqui: para colocar em pauta essas ideias e transformar os anseios de muitos em uma realidade.
A educação por si só já promove a própria mudança, mas ela transcende esse patamar porque ela é a ponte que liga o conhecimento à transformação.
Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a divulgação deste discurso nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e no programa A Voz do Brasil.

2- Discurso de 19/05/2022 - 10:44:

Presidente, o Governo tinha o compromisso de pautar, de aprovar esse projeto desde 2018, quando o Presidente Bolsonaro foi eleito Presidente do Brasil, e uma das promessas está sendo cumprida. Foi votado o mérito ontem e hoje nós vamos votar os destaques.
Trata-se de um tema importante. São 11 mil famílias que já fazem esse estilo de educação, o homeschooling, a educação domiciliar, e nós temos que atender a todos.
É lógico que esse não é o principal projeto de educação. O Governo Bolsonaro tem investido na educação básica, que foi esquecida por muitos anos no nosso País. Nós regulamentamos o FUNDEB, que foi o maior FUNDEB da história, e o piso salarial dos professores aumentou 33%.
Então, há o compromisso do Governo de melhorar a educação do nosso País.

3 - Discurso de 19/05/2022 - 10:44:
(...) Presidente, agora vamos falar sobre a retirada de pauta de algo que já foi votado ontem pela maioria, obteve 290 votos. Nós não estamos falando aqui de um projeto educacional do Governo. Isso é uma promessa de campanha do Presidente Bolsonaro. No nosso País, a democracia tem que atender a todos, inclusive a minoria. Nós vimos aqui a Oposição, que enche a boca para dizer que quer brigar pela minoria, mas só quando há interesses políticos. Quando é pauta do Presidente - porque é promessa de campanha do Presidente -, a Esquerda se opõe a um **projeto simples, pautado pela ética liberal**. A finalidade é dar a oportunidade que já está prevista na Constituição, já está prevista na LDB.
Ontem foi aprovado o projeto do homeschooling, o Projeto de Lei nº 3.179, de 2012, cujo tema é debatido há mais de 10 anos. Olhem como a nossa democracia é lenta, como o nosso povo sofre por essa lentidão. O que nós estamos aprovando aqui é apenas a regulamentação. O **projeto dá segurança jurídica para os familiares que já praticam o ensino domiciliar por diversos motivos - motivos de saúde, motivos ideológicos.**
Por muitos anos, infelizmente, a nossa educação foi infestada por conceitos equivocados. Eu sou prova disso. Tive um professor de história que informava com todas as letras que o melhor caminho era o do comunismo. É lógico que vamos crescendo, vamos estudando e vemos que o comunismo e o socialismo não deram certo em canto nenhum deste mundo; que o capitalismo, com todos os seus defeitos, foi o responsável pela redução da pobreza da humanidade, é o que deu certo e precisa ser continuado, aperfeiçoado. Nós não podemos mais voltar ao passado.
Respeitando as famílias brasileiras, nós aprovamos ontem o projeto. Eu falei de 11 mil famílias, mas o Deputado Marcel van Hattem informa que são mais de 15 mil famílias que praticam o homeschooling. Com a pandemia, acredito, muitos se adaptaram e vão querer utilizar esse estilo. Nós vamos, aqui, respeitar, regulamentar.
Esta é a função do Parlamento: regulamentar a nossa Constituição, regulamentar algumas legislações, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que precisava dessa regulamentação para dar segurança jurídica e mais dignidade às famílias que precisam e escolheram esse método de ensino. Isso é democracia. Precisamos respeitar a democracia (...).

DEPUTADA: ADRIANA VENTURA
PARTIDO: NOVO/SP

1- Discurso de 19/05/2022 - 10:12:
Obrigada, Presidente.
Eu subo a esta tribuna hoje, primeiro, para celebrar a aprovação do homeschooling. Depois de 30 anos, finalmente, **as famílias brasileiras podem decidir, podem escolher, podem ter a liberdade de resolver como seus filhos serão educados.**
Eu, pessoalmente, acho muito importante a convivência das crianças em escolas até para elas aprenderem a lidar com situações conflitosas, aprenderem a conviver e a respeitar. Mas há **muitas famílias que enfrentam vários problemas: problemas às vezes de enfermidade, problemas às vezes de violência no bairro, problemas às vezes de perseguição, problemas psicológicos. Então, elas têm que ter toda a liberdade para escolher como o seu filho deve ser educado.** O que nós temos que garantir é uma educação de qualidade, é uma avaliação periódica para verificar se a criança está aprendendo.
Na verdade, existe uma falácia de que a criança está sendo privada de alguma coisa. Privadas ficaram as crianças durante com 2 anos sem a escola aberta. Privadas ficaram as crianças cujos pais não puderam mandá-las para a escola. Eu estou falando de escola pública, da qual a criança carente precisa. Ela ficou trancafiada 2 anos em casa, ou melhor, nas ruas, porque a escola não estava aberta. Como eu já disse aqui, foi muito mais importante para esta Casa não colocar a criança no centro, não colocar a educação como um direito fundamental, e colocar o direito à greve, o direito de os sindicatos fazerem o que quiserem e ficarem aterrorizando famílias.

Agora, espero que, nas próximas medidas que tenhamos aqui, nós possamos realmente colocar a educação e a recuperação da aprendizagem no centro.
Outro assunto que eu trago também aqui é o nosso orçamento. O orçamento do Brasil, que é da população brasileira, na verdade deveria contemplar políticas públicas que melhorassem a vida da população. Eu venho aqui falar da distorção que é, agora, a chamada "emenda de Relator". Essa emenda de Relator, cuja verba supera o montante da verba de seis Ministérios, envergonha-nos, porque distorce completamente o processo legislativo. Essa emenda de Relator não tem transparência nenhuma. Nós sabemos, pelo jornal, que um Parlamentar aqui indicou 400 milhões, outro indicou 300 milhões... Vamos lembrar que a verba de um Parlamentar - um Deputado, um Senador -, por ano, de indicação é 16 milhões. Então, minimamente, nós temos que saber qual é o critério. Temos que saber como isso é medido. Por que quase 200 Parlamentares não responderam ao ofício enviado pelo Presidente Rodrigo Pacheco?
Então, eu quero convidar todos a assinarem um projeto de resolução que foi protocolado, para devolver ao Relator o papel que sempre foi dele: corrigir erros, corrigir omissões do processo orçamentário, e não ficar distribuindo ao bel-prazer emendas como uma forma de compra de apoio político, como uma forma de "toma lá, dá cá", esse balcão de negócio que é feito - o pior de tudo - sem transparência.
Se eu, que sou uma Parlamentar interessada no assunto orçamento, participo das reuniões do orçamento, não sei como essas emendas são destinadas, o que dirá a população brasileira?
Convido todos a assinarem o projeto de resolução. Para todos aqueles que criticam, que falam de orçamento, orçamento secreto e tudo mais, esta é uma boa oportunidade de se unir a essa luta.
Muito obrigada.

2- Discurso de 19/05/2022 - 15:32:
Presidente, o NOVO orienta "sim", porque, além do que já foi falado, o papel do pai educador não é o mesmo de um professor. Vamos lembrar que esse aluno está sujeito também a várias avaliações periódicas.
Por isso, o NOVO orienta "sim".

3- Discurso de 19/05/2022 - 13:08:
Presidente, o NOVO orienta "não".
Nós acreditamos que não devamos nos limitar às escolas tradicionais, até pelas razões já explicitadas aqui por outros colegas. Achamos importante existirem, além das escolas tradicionais, outras instituições sérias que possam também exercer o seu papel para trazer inovação, para trazer outras boas práticas, porque infelizmente **nós sabemos que a educação e as escolas tradicionais têm tido muita dificuldade de entregar um bom ensino, um ensino de qualidade, com aprendizagem.** Então, nós realmente precisamos rediscutir isso.
Por isso, o NOVO é "não".
DEPUTADA: LUISA CANZIANI
PARTIDO: PSD/PR (Relatora)

1- Discurso de 18/05/2022 - 18:36:
Muito obrigada pela gentileza, Sr. Presidente. Eu peço licença a V.Exa. para ir direto ao voto, no seguinte sentido.
"II - Voto da Relatora
O tema da educação domiciliar é recorrente no cenário das discussões sobre políticas públicas educacionais e nos espaços de deliberação legislativa. Em anos mais distantes, quatro projetos tramitaram nesta Casa: nº 6.001, de 2001; nº 6.484, de 2002; nº 3.518, de 2008; e nº 4.122, de 2008. Todos tinham objetivo semelhante à proposição principal ora examinada: instituir ou permitir a educação básica domiciliar. Todos foram rejeitados pela então Comissão de Educação e Cultura. Entre os argumentos que basearam a rejeição, encontram-se os de que a iniciativa contrariaria o art. 208, § 3º, da Constituição Federal, e não se articularia com a legislação vigente sobre educação básica, decorrente da Carta Magna e confrontaria inclusive o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente; os estudantes em educação domiciliar estariam privados dos processos pedagógicos desenvolvidos no espaço escolar, que promovem a socialização e a formação para a cidadania; a alternativa seria elitista, pois seu exercício, na prática, seria possível apenas para as famílias de mais alto capital cultural, o que não favoreceria as políticas de qualificação da escola pública brasileira.
Foi também lembrada decisão do Superior Tribunal de Justiça, referente a mandado de segurança, em 2002, afirmando a não previsão da educação domiciliar na legislação. Foram citados pronunciamentos de diversos educadores, ressaltando a relevância da educação escolar como

processo de socialização. Finalmente, foi mencionado que, mesmo em países que admitem essa modalidade de educação, ela enfrenta dificuldades ou óbices para implementação. (...)

O tema foi novamente trazido à apreciação desta Casa, pela apresentação do Projeto de Lei nº 3.179, de 2012, a proposição principal ora em exame que, em setembro desse mesmo ano, recebeu um primeiro parecer favorável, elaborado pelo Deputado Maurício Quintella Lessa, no âmbito da então Comissão de Educação e Cultura. Esse pronunciamento não chegou a ser apreciado pelo colegiado.

Esse parecer não votado fez menção a uma realidade: **a educação domiciliar é admitida em diversos países, ainda que de acordo com distintas regulamentações.** Mesmo nos Estados Unidos da América, há significativas diferenças entre os Estados, com relação aos requisitos para autorização para que o equivalente à educação escolar seja realizado em casa. Há Estados em que eles são reduzidos, como o Texas. Há outros em que são detalhados, como Washington, Louisiana, Dakota do Norte e Califórnia.

A seguir, sob a relatoria da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, foram apresentados diversos pareceres favoráveis à matéria, com substitutivo, no âmbito da Comissão de Educação, sucessivamente nos anos de 2014, 2015, 2016, 2018 e 2019. Tais pareceres, que também não foram votados pela Comissão, ofereciam densa análise da matéria, reunindo argumentos relevantes, dos quais se destacam:

"Se a educação domiciliar deve ser formalmente reconhecida no contexto brasileiro, cabe observar a história e a forma de organização da educação no País. Em primeiro lugar, é preciso considerar a proposta no âmbito das normas constitucionais referentes à educação. A educação básica, dos quatro aos dezessete anos de idade, é obrigatória. Cabe ao Estado oferecê-la, e à família assegurar que a criança e o jovem a ela tenham efetivo e exitoso acesso. Essa determinação se encontra no art. 208, I, da Carta Magna. Ela se complementa pela disposição do § 3º desse mesmo artigo. Nele se lê sobre a competência do poder público para recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Sobre esse ponto, há uma questão de interpretação a ser discutida. Em termos de eficácia educacional, isto é, garantia do direito do estudante à educação básica, é preciso esclarecer o que significa o "zelo do poder público junto às famílias sobre a frequência à escola". Certamente o objetivo é assegurar que toda criança e todo jovem tenham acesso à educação básica de qualidade. O conceito de frequência à escola pode ser entendido de maneira ampla, dependendo do que estiver fixado na legislação infraconstitucional. No caso, a legislação de diretrizes e bases da educação nacional.

Pode a frequência ser estabelecida em termos de obrigação de presença na escola ao longo de todo o período letivo; em termos de um percentual mínimo de presença e máximo de faltas; em termos de períodos de alternância, com duração variável; ou mesmo em termos de formas diferenciadas de articulação presencial com a escola, de acordo com processos de orientação pedagógica e de avaliação especificamente estabelecidos. Nessa última alternativa, pode ser aceita a hipótese de inserir a chamada educação domiciliar. Ela não poderá, porém, jamais prescindir de uma efetiva articulação e supervisão por parte da instituição escolar oficialmente constituída.

Parece oportuno, ainda, explicitar algumas questões adicionais nas diretrizes da União sobre o assunto, objeto dos projetos de lei em análise. É necessário deixar claro que essa alternativa combina responsabilidades da família e das instituições escolares oficiais, ainda que em grau distinto do tradicionalmente praticado no sistema educacional brasileiro. É também importante que o órgão competente do sistema de ensino mantenha registro da opção dos pais ou responsáveis, autorize a prática, faça acompanhamento qualificado dos estudantes nessa situação e promova inspeções periódicas. Os estudantes devem se submeter a avaliações periódicas em escolas oficiais, nas quais deverão estar regularmente matriculados, em regime diferenciado de estudos, e aos exames nacionais e locais de avaliação da educação básica".

Em acórdão resultante do julgamento, em 2018, do Recurso Extraordinário nº 888.815/RS, com repercussão geral sobre o tema da educação domiciliar, publicado em 2019, o Supremo Tribunal Federal manifestou o seguinte posicionamento:

"O ensino domiciliar não é um direito público subjetivo do aluno ou de sua família, porém não é vedada constitucionalmente sua criação por meio de lei federal, editada pelo Congresso Nacional, na modalidade "utilitarista" ou "por conveniência circunstancial", desde que se cumpra a obrigatoriedade, de 4 a 17 anos, e se respeite o dever solidário Família/Estado, o núcleo básico de matérias acadêmicas, a supervisão, avaliação e fiscalização pelo poder público; bem como as demais previsões impostas diretamente pelo texto constitucional, inclusive no tocante às finalidades e objetivos do ensino; em especial,

evitar a evasão escolar e garantir a socialização do indivíduo, por meio de ampla convivência familiar e comunitária (CF, art. 227)."

O projeto de lei principal em análise, de nº 3.179, de 2012, faculta aos sistemas de ensino admitir, sem obrigar, a possibilidade de uma diferenciação na responsabilidade pela educação básica, autorizando a alternativa de que pais e tutores se responsabilizem diretamente pela condução do processo ensino/aprendizagem de crianças e jovens de suas famílias. Aqui há uma dimensão nacional que precisa ser considerada. De fato, dada a existência de diretrizes gerais, fixadas pela União, para toda a educação nacional, seria inadequado que, em determinado ente da Federação essa alternativa fosse implementada e em outra, não. A norma, nesse caso, deve ser geral. Ressalte-se novamente que o projeto especifica que deve haver diretrizes que assegurem a articulação, a supervisão e a avaliação periódica da aprendizagem pelos órgãos próprios dos sistemas de ensino.

O primeiro projeto de lei apensado, de nº 3.261, de 2015, apresenta a norma com caráter nacional, prevendo, entretanto, regulamentação pelos sistemas de ensino. As modificações nos diferentes dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional seguem direção semelhante à do projeto principal. As alterações propostas no Estatuto da Criança e do Adolescente podem ser, em parte, acolhidas. Não parece necessário reescrever o art. 55, pois, de todo modo, a ideia é a de que haja matrícula na rede regular de ensino, independentemente do regime de estudos. Já a mudança de texto do art. 129 pode ser adotada, embora de modo mais simplificado, para que se caracterize a diferenciação entre os dois regimes: presencial e domiciliar.

O segundo projeto de lei apensado, de nº 10.185, de 2018, apresenta diversos pontos comuns com a redação do substitutivo a seguir apresentado. Acolhe-se, por exemplo, a sugestão relativa ao art. 5º, III, da LDB.

O terceiro projeto de lei apensado, de nº 2.401, de 2019, apresenta várias disposições que se encontram contempladas no substitutivo ora oferecido. Entre elas, a realização de avaliação anual para fins de certificação da aprendizagem do estudante, as hipóteses em que os pais ou responsáveis perdem o direito de optar pela educação domiciliar e os casos em que, por condenações penais, lhes é vedada essa opção. Considera-se mais adequado, porém, inserir a matéria na Lei nº 9.394, de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e não sobre ela tratar em lei isolada. A organização federativa da educação básica brasileira também não recomenda que se acolha o caráter centralizador, no Ministério da Educação, da regulação e acompanhamento dessa nova modalidade educativa. Atribui-se então essa responsabilidade aos sistemas de ensino, mas sempre de acordo com normas gerais nacionais.

O quarto projeto de lei apensado, de nº 3.159, de 2019, visa vedar a alternativa da educação domiciliar tal como entendida no conjunto das demais proposições em exame. Não há, pois, como acolhê-lo no contexto do presente parecer.

O quinto projeto de lei apensado, de nº 5.852, de 2019, tem por objetivo, em última instância, permitir a prática da educação domiciliar, embora de forma bem mais genérica do que a proposta nos demais projetos ora apreciados e no substitutivo adiante apresentado.

O sexto projeto de lei apensado, de nº 6.188, de 2019, apresenta muitas das disposições que são contempladas no substitutivo ora oferecido. Não cabe considerar, porém, a restrição de inadequação ou impossibilidade de inclusão na rede regular de ensino, uma vez que se adota o posicionamento de que a opção pela educação domiciliar é um direito da família.

Do conjunto das proposições apresentadas e do acúmulo das discussões mantidas sobre o tema, cabe destacar que a regulamentação da educação domiciliar contemple algumas dimensões indispensáveis. Entre elas, o direito de opção dos pais e responsáveis, suas decorrentes responsabilidades e requisitos de qualificação; a autorização, o acompanhamento e a supervisão pelo Poder Público; a articulação da educação domiciliar com as redes de ensino; promoção do desenvolvimento intelectual, emocional, físico, social e cultural do educando (...); e acompanhamento e avaliação periódica da aprendizagem.

Ressalte-se ainda que o presente parecer se coaduna com a já referida manifestação do Supremo Tribunal Federal.

Tendo em vista o exposto, no âmbito da Comissão Especial, voto pela adequação orçamentária e financeira e pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.179, de 2012, e de seus apensados e, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Lei nº 3.179, de 2012; nº 3.261, de 2015; nº 10.185, de 2018; nº 2.401, de 2019; nº 5.852, de 2019; e nº 6.188, de 2019, na forma do substitutivo anexo, e pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.159, de 2019."

Diante do exposto, Sr. Presidente, peço aos nobres colegas apoio para essa matéria.

Não poderia deixar de prestar o meu reconhecimento e a minha gratidão a V.Exa., Presidente Arthur, por me ter confiado essa missão, por ter acreditado na nossa competência e capacidade de

liderança, de trazer serenidade, equilíbrio e tecnicidade para uma matéria complexa, que desperta paixões, mas que merece o respaldo desta Casa. Por isso, Presidente Arthur, leve sempre o meu reconhecimento, a minha gratidão e, sobretudo, a minha lealdade.
Peço apoio dos nobres colegas para este projeto.
Muito obrigada.

2- Discurso de 18/05/2022 - 20:36:
Muito obrigada pela gentileza, Sr. Presidente.
Peço licença para me dirigir direto ao voto:
"II - Voto da Relatora
Reconhecendo a nobre intenção dos autores das emendas, cabe argumentar que:
No caso da Emenda de Plenário nº 1, é preciso considerar que o objetivo do texto do substitutivo é o de garantir o atendimento de qualidade aos educandos em educação domiciliar pelas escolas com a responsabilidade de realizar seu acompanhamento. Nem todas as escolas das redes de ensino estarão adequadamente preparadas para fazê-lo. Para além do credenciamento pelo órgão competente do sistema de ensino, é importante que esse órgão selecione e autorize aquelas escolas que poderão fornecer, com qualidade e equipes preparadas, esse adequado atendimento aos educandos em educação domiciliar.
No caso das Emendas de Plenário nº 2 e 4, a escolaridade mínima de nível superior ou de educação profissional tecnológica, para os pais ou responsáveis ou ainda o preceptor, é garantia do melhor atendimento educacional aos educandos em educação domiciliar. O substitutivo prevê um dilatado tempo para que esse requisito seja alcançado pelos interessados.
No caso da Emenda de Plenário nº 3, o texto do substitutivo oferece maior segurança para garantia e preservação da integridade física, psicológica e educacional dos educandos.
A Emenda nº 5, ao propor que a aplicação da educação domiciliar seja revista em 5 anos, traz insegurança jurídica para as famílias optantes e para os sistemas de ensino.
Com relação à Emenda de Plenário nº 6, parece suficiente que a escola seja credenciada pelo órgão competente do sistema de ensino (...).
No tocante à Emenda de Plenário nº 7, a questão da insuficiência da aprendizagem, como condição para possível perda do direito dos pais ou responsáveis em darem continuidade à opção pela educação domiciliar, é suficientemente clara e tem o objetivo maior de garantir a formação intelectual dos educandos com qualidade.
A Emenda de Plenário nº 8 tem o positivo objetivo de oferecer garantias a pais ou responsáveis optantes pela educação domiciliar. Parece adequado acolher a proposta, com adaptação ao texto da subemenda substitutiva anexa."
Inclusive, gostaria de fazer um agradecimento especial à Deputada Bia Kicis pela gentileza e, sobretudo, pelo espírito de construção que tivemos ao longo desta relatoria. Agradeço não só à Deputada Bia Kicis, mas também à Deputada Caroline de Toni, à Deputada Chris Tonietto, à Deputada Greyce Elias, que tanto contribuíram para que tivéssemos essa aprovação e consequentemente a aprovação também da emenda de Plenário nº 8, oferecendo garantia aos pais e dando segurança jurídica às nossas famílias.
"No tocante às emendas de Plenário nºs 9, 10 e 11 não parece adequado impedir a educação domiciliar para as crianças na fase de educação infantil, exatamente aquelas em faixa etária com relação ainda mais próxima do ambiente familiar.
A emenda de Plenário nº 12 retira alternativa de comprovação de escolaridade dos pais ou responsáveis, a educação profissional tecnológica, o que pode discriminar indevidamente um grande contingente de famílias envolvidas.
A emenda de Plenário nº 13, ao propor que os encontros de acompanhamento das famílias e dos educandos com a escola responsável sejam trimestrais e não semestrais, estabelece periodicidade curta, cuja necessidade não é evidente para um bom acompanhamento, sem impor excessivo ônus de agenda aos envolvidos.
Para efeitos do acompanhamento, a periodicidade semestral de avaliação para os educandos com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento, não cabendo, pois, acatar sua redução para trimestral, como propõe a emenda de Plenário nº 14.
A emenda de Plenário nº 15 exige dos pais ou responsáveis formação idêntica à dos professores que lecionam nas escolas de educação básica. Tendo em vista que a educação domiciliar é um continuum, no ambiente familiar não cabe fazer distinção no nível de escolaridade a ser exigido do pais ou responsáveis ou do preceptor.
Tendo em vista o exposto, no âmbito da Comissão Especial, voto pela adequação orçamentária e financeira e pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as emendas de

Plenário com apoio regimental e, no mérito, pela aprovação da emenda de Plenário nº 8, na forma da subemenda substitutiva anexa, e pela rejeição das demais emendas de Plenário com apoio regimental."
Este é o voto, Sr. Presidente.
Mais uma vez, agradeço a gentileza e peço o apoio dos colegas.

3- Discurso de 18/05/2022 - 21:04:
Deputada Rosangela Gomes, já dizia Victor Hugo: "Não há nada tão forte como uma ideia cujo tempo chegou". E é chegado o tempo de as nossas famílias terem segurança jurídica e de darmos esse passo rumo à aprovação do homeschooling.
Eu não poderia deixar de expressar aqui a nossa gratidão ao Presidente Arthur Lira, pela sua firmeza, pela sua competência, pela sua postura ao pautar esta matéria. Se nós aprovamos o homeschooling no dia de hoje, foi graças à liderança do Presidente Arthur Lira.
Deixo registrado também o nosso reconhecimento à Ministra Damares, que tanto lutou por esse projeto. Agradeço à Liderança do Governo, a todos os integrantes da Secretaria de Governo, ao Bira, da Casa Civil, que nos ajudaram nessa construção. Agradeço também ao time do PSD, à minha equipe. Agradeço à bancada evangélica, ao Deputado Sóstenes. Agradeço também aos Deputados, inclusive da oposição, que se dispuseram a conversar e entender as balizas e as travas que nós colocamos para que pudéssemos construir esse texto.
Por fim, Presidente Rosangela, eu não poderia deixar de expressar o nosso carinho e o nosso reconhecimento a todas as famílias que praticam homeschooling, ressaltando uma família muito especial do Estado do Paraná, a família do Jônatas, que me acompanhou até aqui. À família dele e a todas as famílias homeschoolers do Brasil, o nosso carinho e o nosso reconhecimento.
Muito obrigada.

DEPUTADA: CAROLINE DE TONI
PARTIDO: PL/SC

1- Discurso de 18/05/2022 - 19:44:
Presidente Arthur Lira, estamos neste momento apenas querendo autorizar o ensino domiciliar às famílias que já o praticam, para que tenham legitimidade perante o Estado, porque legitimidade e direito elas já têm**. É um direito natural, um direito que é a base de todas as famílias.**
No entanto, a Esquerda vive dizendo que não quer autorizar o ensino domiciliar como se o modelo de educação brasileira fosse um exemplo, quando, na verdade, **os números da educação brasileira são alarmantes.** A universalização do ensino não resolveu o problema do analfabetismo funcional. Se nós pegarmos os índices do PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, verificaremos que o Brasil sempre tira os piores lugares do mundo.
Há para a educação investimento de 6% do PIB, mas isso não impede que nós tenhamos os piores números e as piores posições nos testes internacionais. Isso não impede que tenhamos o analfabetismo funcional no Brasil. Isso não impede que as crianças, mesmo reprovadas, passem de ano, nessa ficção de que estão aprendendo alguma coisa quando isso acontece. O que falar do bullying nas escolas? O que falar da violência dentro de sala de aula entre os próprios alunos? E, às vezes, há violência de alunos contra os professores.
Nem sempre a escola é esse ambiente paradisíaco como a Esquerda quer fazer acreditar. A escola brasileira tem muitos problemas. Mas nós estamos querendo falar aqui sobre os conteúdos. Muitas vezes **há ideologia de gênero e doutrinação político-partidária dentro das escolas.** Mas aqui eles não querem falar desse problema na escola brasileira. Vale tudo para poder dizer que as famílias que querem praticar uma modalidade diferente - e são uma minoria no Brasil - não podem exercer esse direito.
Nós estamos aqui, em essência, para legitimar **uma prática que já está autorizada em 85% dos países signatários da OCDE.** Há ao redor do mundo mais de 60 países que já regulamentaram essa prática, como Estados Unidos, África do Sul, Austrália, Rússia, Reino Unido, Chile, Paraguai e Colômbia. Em todos esses países, o ensino domiciliar já é autorizado. Mas, no Brasil, há um verdadeiro tabu. Eu digo para V.Exas. que o ensino domiciliar é para poucos. Poucos querem se dedicar a essa arte, a essa virtuosa atividade, que é educar os filhos em casa.
Quero parabenizar os pais, as crianças, os filhos, enfim, as famílias que resolveram encarar o Estado brasileiro...(Desligamento automático do microfone.)

2- Discurso de 18/05/2022 - 20:48:
Presidente, o PL orienta "sim" à emenda substitutiva ao projeto de lei do ensino domiciliar.
As famílias estão aqui desde cedo, desde ontem. Aliás, há anos estão esperando pela regulamentação e precisam sair do limbo jurídico em que estão.

Nós defendemos a família brasileira, a liberdade das famílias, a liberdade de educar e essa modalidade, que é uma opção.
Eles não podem ser tratados como criminosos, porque são heróis da educação brasileira.
Parabéns, pais, mães e alunos!
"Sim" ao projeto de ensino domiciliar.
Obrigada, Presidente.

DEPUTADO: ELI BORGES
PARTIDO: PL/TO

1- Discurso de 18/05/2022 - 20:04:
Sr. Presidente, quero cumprimentar os pais e as crianças que abrilhantam esta importante sessão, uma vez que resgata um sonho que ultrapassa 30 anos. As marcas no contexto da educação brasileira são incontestes. Por isso, faço três ponderações importantes.
A primeira delas é que o homeschooling **é uma opção em que a família tem de se doar, no sentido de levar o aprendizado para seus pimpolhos, para seus filhos. Ontem ouvi o depoimento de uma mãe: ela trabalhava, assim como seu esposo, mas fez a opção de que apenas o esposo trabalharia e ela se dedicaria ao homeschooling.** Há outras famílias em que ambos os pais trabalham, mas têm tempo suficiente para se dedicar ao ensino. Portanto, é mais uma opção e, sendo assim, o homeschooling não é uma opção em detrimento do atual modelo que nós temos, como estão pregando por aí alguns Deputados da Esquerda.
Em segundo lugar, **no homeschooling o ambiente é saudável e familiar.** A família é a célula mater da sociedade e a base principal da educação e da formação do caráter, e o homeschooling traz essa oportunidade para famílias que querem no seu seio promover a educação.
Em terceiro lugar, as hipóteses de que haverá violência etc., isso não existe, até porque, no ensino secular, as pessoas estão em uma escola secular e depois também convivem em um ambiente familiar. Aliás, **os números revelam que o lugar mais seguro, em que pesem algumas exceções, é na própria família,** e aqui me refiro a famílias que serão acompanhadas e monitoradas. Inclusive, em alguma exceção da regra, as famílias serão punidas nesse procedimento.
Em quarto lugar, Sr. Presidente, é um grande projeto e haverá monitoramento e avaliação. Portanto, é um projeto que precisamos aprovar.
Viva mais uma modalidade de ensino, o homeschooling! É a defesa do Deputado Eli Borges.

2- Discurso de 19/05/2022 - 09:56:
Presidente, grande homem da medicina deste Brasil. À minha querida Deputada Adriana Ventura, que fez uma permuta das falas, gratidão.
Presidente, existem temas que estão inserindo no ordenamento jurídico brasileiro uma visão nova do que seria a posição deste Parlamento e as transformações do País, como o caso do homeschooling ontem e de outras matérias. É um assunto que vem sendo calado por aqui, Presidente, desde que cheguei, mas que a meu ver é um dos mais importantes. Eu o chamo de redução da maioridade penal.
O Brasil vive, com exceções que aqui respeito, direitos humanos excessivos. Ora, existem menores infratores que têm 17 anos, 11 meses, 30 dias e 23 horas de existência. Faltando 1 hora para completar 18 anos, ele comete uma infração com alto nível de conhecimento do mundo, do desrespeito ao próximo, do mundo da malandragem, do mundo do crime organizado. Como consequência, é mandado para uma fundação que tinha um nome, por exemplo, em São Paulo, de FEBEM - agora temos um nome mais bonito: Fundação Casa -, que são centros socioeducativos instalados em muitos lugares do País, onde a Justiça determina a prisão para recuperação desses, que chamam de menores infratores.
Tenho dito que a criança, quando trisca o dedinho no fogo e se queima, nunca mais repete o ato, porque foi punida pelo erro cometido.
É claro que eu não estou aqui dizendo que crianças têm que ser passíveis de uma punição excessiva, mas eu defendo que, a partir dos 14 anos, haja numa pena que vá aumentando de grau e de nível. Esse menor infrator precisa saber que o seu erro será passível de punição do Judiciário. É claro que temos que melhorar esses locais onde eles ficam presos. É claro que podemos inclusive aumentar essa pena para 22 anos, mas numa escala que comece com 14 anos e atinja um nível de 22 anos, onde se alcança o que eu chamo de redução ou aumento da maioridade penal.
Sr. Presidente, este é um assunto extremamente grave no Brasil e muitas vezes essas facções do crime usam esses menores infratores para que eles não tenham a punição como elas teriam se comandassem determinados crimes e determinados assaltos. Defendo, portanto, uma escala de ampliação de pena e espero que tenhamos compreensão no ordenamento jurídico brasileiro.

DEPUTADO: ENRICO MISASI
PARTIDO: MDB/SP

1- Discurso de 18/05/2022 - 20:04:
Presidente, eu gostaria de fazer uma reflexão rápida sobre três aspectos dessa matéria.
O primeiro é que muitas pessoas contrárias à regulamentação do ensino domiciliar fazem críticas argumentando que podem haver abusos, que podem haver fraudes ao homeschooling e que, portanto, quem o pratica pode explorar ou eventualmente até abusar das crianças.
Aqui há um problema de princípio. Não é porque há possibilidade de abuso que se deve negar o exercício de um direito, Deputada Adriana. Isso é muito evidente, porque, se assim fosse, não deveria ser permitida a abertura de uma empresa no Brasil, porque há empresas que fraudam a declaração do Imposto de Renda, por exemplo; não deveria ser permitida a concessão da carta de motorista, porque há pessoas que atropelam outras na rua. Então, a possibilidade de abuso de um direito não pode servir de justificativa para a negação do próprio exercício dele. O que deve, sim, acontecer, é haver a institucionalização das práticas para coibir o abuso.
É exatamente isso o que o relatório da Deputada Luisa Canziani promove: uma série de regras, uma série de verificações para coibir o abuso. Então, vai-se coibir o abuso ao obrigar-se às famílias a matrícula dos filhos nas escolas; vai-se coibir o abuso ao obrigar-se às famílias que submetam as crianças a avaliações periódicas e que haja um tutor da instituição de ensino para acompanhar aquela família. Então, não é que passou despercebida pela Relatora essa necessidade de se coibirem os abusos. Pelo contrário, a Deputada pautou o relatório em critérios objetivos para isso.
Portanto, eu não vejo justificativa plausível para negar a uma família o direito de ter maior protagonismo na educação formal dos seus filhos. Essas **famílias devem ser incentivadas, essas famílias devem ser auxiliadas pelo Estado e pelas escolas, para que exerçam com maior dignidade o protagonismo educativo que querem ter.**
O relatório da Deputada Luisa Canziani está prudentemente discutido. Há critérios objetivos para a coibição do abuso. Portanto, nós devemos aprová-lo. O homeschooling no Brasil não pode ser uma discussão sobre se ele vai resolver todos os problemas da educação no Brasil, porque não vai, nem pode ser uma bandeira ideológica para coibir a liberdade de famílias que querem ter, como eu disse, maior protagonismo na educação formal dos seus filhos.
Portanto, minha posição é favorável. Parabenizo a Relatora pelo trabalho sério e dedicado que realizou.

2- Discurso de 19/05/2022 - 09:56:
Presidente, o MDB libera a bancada.
Eu queria dialogar com o Deputado Afonso Motta. Evidentemente, a socialização é fundamental para a educação, mas **não há uma obrigação jurídica, nem na Constituição nem em outro lugar, dizendo que a única forma de socializar é pela escola. É possível suprir a socialização por outros meios, evidentemente.**
Por isso, **o homeschooling não é inconstitucional. Foi o que afirmou o próprio Supremo. Se não houvesse outras formas de socializar, provavelmente o Supremo teria declarado a inconstitucionalidade.**
As famílias que optarem pela educação domiciliar terão, sim, a obrigação jurídica, expressa no texto da Deputada Luisa Canziani, de suprir a socialização, que não está sendo feita na escola nesse caso, com frequência a associações, a clubes, a outros tipos de aula, com a convivência expandida com a família e outros meios.
O MDB libera a bancada.

DEPUTADO: JUNIO AMARAL
PARTIDO: PL/MG

1- Discurso de 18/05/2022 - 20:12:
Presidente, eu acredito que os Parlamentares que estão fazendo discursos mais extremos contra esse modelo, utilizando argumentos absurdos, deveriam pedir desculpas às famílias que estão sendo atacadas aqui hoje, colocadas sob suspeição. Citaram questão de abuso sexual dentro das residências das famílias que optam pelo modelo. Isso seria colocado como pretexto, numa covardia e desrespeito para com as famílias, que só querem, Presidente, liberdade. É opção.
A própria Esquerda, em seu discurso, reconhece que esse modelo vai ser adotado por um número muito pequeno de pais que terão condições, tempo e qualificação para poder ensinar os filhos em casa. E o texto, com todo o respeito, para mim ainda não está bom. Poderia ser muito melhor do que está posto.
Chega de se dizer ao indivíduo ou às famílias o que devem fazer. O Estado não pode ser tão invasivo. Temos que sair dessa mentalidade de o Estado controlador de tudo. Como pai, pense

você, cidadão brasileiro, que está nos assistindo no momento, se tiver condições, por que impedir você de fazer isso? Por que cercear esse seu direito? Por que eliminar as outras opções para você ensinar o seu filho? A família é uma instituição sagrada e é ela que deve decidir sobre inúmeros rumos dos seus membros. Por que não falar a respeito do projeto nesse contexto também?
Parabéns aos pais que se mobilizaram e estão presentes aqui hoje. Parabéns aos Parlamentares que há tanto tempo estão empenhados nessa causa. Eu tenho aprendido muito sobre o tema com a Deputada Chris Tonietto, grande defensora do modelo, assim como com outros Parlamentares - o Deputado Lincoln Portela, o Deputado Delegado Éder Mauro, o Deputado Filipe Barros -, os quais vêm, ao longo deste mandato, e alguns até de mandatos passados, buscando a aprovação desse modelo. **Ele vai permitir que os pais, que as famílias tenham liberdade, e não se deixem levar por discursos falaciosos, ofensivos, por aqueles que estão desesperados porque vão perder - em pequena parte, mas vão perder - a possibilidade de continuar, muitas vezes, ofendendo a fé dos seus filhos, da sua família, tentando doutriná-los ideologicamente, além de outros valores que, infelizmente, através de alguns espaços no ensino, acabam desvirtuando a sua família e corrompendo os nossos jovens.**
É por liberdade esse projeto, Presidente.

DEPUTADO: EDUARDO CURY
PARTIDO: PSDB/SP

1- Discurso de 18/05/2022 - 19:08:
Sr. Presidente, alguns argumentos aqui contra o homeschooling até têm uma certa procedência: "Olha, há casos de violência em casa." Sim, é verdade, mas há também casos de violência e abuso na escola. Nós vamos generalizar e dizer que todos os professores cometem isso? É um absurdo, porque a grande maioria dos professores realmente são pessoas dedicadas.
A grande questão é que a educação e a formação dos nossos filhos são complementares. A família tem um papel importante também.
Do jeito que se fala, pode-se chegar à seguinte conclusão: nasceu, tire a criança e a entregue ao Estado. Isso não tem sentido! Cada um tem um papel fundamental na educação dela.
Volto a dizer que esse projeto pode ser aprimorado. Agora, a grande questão é: nós vamos criminalizar uma família que quer ter a opção de complementar a educação de seus filhos dentro de casa? Não. É disso que se trata, mas há quem não queira enfrentar o problema. Volto a dizer que podemos aprimorar o mérito, mas esse **é um direito fundamental de quem cria.**
Quem cria não é necessariamente o pai biológico, mas quem dá seu amor e sua vida para ajudar a formar uma criança.

DEPUTADO: ALAN RICK
PARTIDO: UNIÃO/AC

1- Discurso de 18/05/2022 - 20:32:
Sr. Presidente, eu tive a satisfação e a honra de participar, como representante do Parlamento brasileiro, de um congresso mundial de homeschooling na Rússia. Pasme, Sr. Presidente: a Rússia socialista faz, pratica e apoia o homeschooling. O Brasil não pode deixar de olhar para seus pais, que têm o **direito de ensinar os seus filhos em casa**. **O mundo pratica o homeschooling, e o nível de eficiência desses estudantes é de 15% a 30% maior. São alunos procurados pelas melhores universidades.**
Sr. Presidente, o Brasil não pode fechar os olhos. O Supremo Tribunal Federal já disse: "Cabe ao Parlamento brasileiro regulamentar o homeschooling."
Quero parabenizar a Relatora, a Deputada Luisa Canziani, pelo equilíbrio do relatório. Trata-se de um relatório que, inclusive, traz uma série de garantias à socialização das crianças, ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular e também traz uma série de garantias para que esses estudantes tenham uma formação qualificada em suas casas. A Constituição diz que cabe, primeiro à família, à sociedade e ao Estado, a educação das crianças.
Quero parabenizar meu amigo Lincoln Portela, que foi o primeiro autor deste projeto e tem lutado por um direito dos pais.
O mundo pratica homeschooling, meu amigo Deputado Lincoln Portela. **A Constituição brasileira, repito, garante aos pais o direito de educar os seus filhos.** As pautas levantadas aqui da não socialização, que os estudantes não teriam acompanhamento tradicional do ensino regular, tudo isso está previsto no relatório, no projeto. Eu acredito que o Brasil dará um passo fundamental para regulamentar o homeschooling.
Quero aqui também parabenizar a Associação Nacional de Educação Domiciliar - ANED pelo grande trabalho que tem feito, inclusive de informar à sociedade brasileira sobre a educação domiciliar, o homeschooling.

Sr. Presidente, peço, mais uma vez, que nós possamos definitivamente aprovar uma matéria que já é uma decisão do Supremo Tribunal Federal, basta que a Câmara dos Deputados e o Senado a regulamente. Já é uma obrigação nossa dar uma resposta ao povo brasileiro.
Mais uma vez, parabéns à nossa Relatora, a Deputada Luisa Canziani.

DEPUTADO: ALEX MANENTE
PARTIDO: Cidadania/SP

1- Discurso de 18/05/2022 - 19:08:
O Cidadania, Presidente, orienta o voto "não".
A Deputada Paula Belmonte aqui já falou durante a votação da urgência. Nós entendemos a importância do homeschooling e parabenizamos a Relatora, que trouxe avanços importantes no texto, como o controle de avaliação do Estado, que é uma inovação em relação aos tipos de homeschooling que existem pelo mundo. Certamente, esse equilíbrio faz com que nós não tenhamos nenhum discurso que seja radical. **Trata-se apenas da formalização do homeschooling para as pessoas no Brasil terem a liberdade de colocar os seus filhos na educação que queiram, com controle de avaliação do Estado para formação futura.**
Então, somos contra o adiamento da discussão e entendemos que a matéria ficou muito bem escrita pela Relatora, a quem mais uma vez parabenizamos.

DEPUTADO: BIBO NUNES
PARTIDO: PL/RS

1- Discurso de 18/05/2022 - 19:36:
Fico grato, digníssimo Presidente Arthur Lira.
Nobres colegas, é uma honra estar neste ringue, onde luto pelo Brasil.
Eu fico surpreso quando vejo membros da Oposição contrários ao homeschooling. Eles não entendem. Nunca generalizo, mas digo que a maioria da Esquerda brasileira é contra tudo e a favor de nada. Eles nem sabem o que estão discutindo e são contrários.
O que é homeschooling? Infelizmente, a Esquerda brasileira não sabe o que é o agronegócio. Muitas famílias que moram no campo e que têm crianças, que lá estão, distantes, no campo, e têm que ter aprendizado, usam o homeschooling.
Vejam que maravilha este plenário! Vejam a criançada nas galerias! Elas pedem o homeschooling. Vejam que maravilha, que beleza: crianças querendo estudar! (Manifestação nas galerias.)
É com o estudo que se vence, é com o trabalho que se vence. Disso a Esquerda não sabe, mas tem que aprender. Isso não se aprende em bancos escolares, aprende-se em casa, com o homeschooling.
Vou ler para quem não entende, porque é impossível discutir o óbvio ululante.
Aliás, "Lulante" está se casando hoje, numa quarta-feira, dia em que só quem não trabalha se casa. Nunca vi casamento numa quarta-feira. Mas deixemos isso de lado.
Atenção para o Projeto de Lei nº 3.179, de 2012. Não há como não entender. A Esquerda só teve 47 votos na última votação. Ou seja, não sabem nem para que lado vão.
Os pais ou os responsáveis legais têm prioridade de direito na escolha do tipo de instrução que será ministrada a seus filhos. Fica assegurada a isonomia de direitos entre os estudantes em educação escolar e os estudantes em educação domiciliar.
Os pais deverão efetuar a opção pela educação domiciliar formalmente, por meio de plataforma virtual do Ministério da Educação.
Atenção, urubus de plantão! Atenção:
O estudante matriculado em educação domiciliar será submetido, para fins de certificação da aprendizagem, a uma avaliação anual sob a gestão do Ministério da Educação.
Portanto, ninguém vai passar de ano sem ter conhecimento.
Por que impedir crianças que estão no campo de aprenderem? Não há lógica nisso. Por isso vai passar o homeschooling, para o bem do Brasil.
Fico grato, nobre Presidente.

DEPUTADO: PAULA BELMONTE
PARTIDO: Cidadania/DF

1 - Discurso de 18/05/2022 - 20:56:
Presidente, quero registrar, mais uma vez, que estão presentes aqui pais e alunos, o que nos honra muito. Esse barulho das crianças faz com que continuemos tendo esperança no Brasil.
Quero dizer da minha alegria de ver esse relatório sendo aprovado. Reconheço o trabalho da nossa Deputada Luisa Canziani. Parabéns pelo trabalho e pela construção que V.Exa. vem fazendo!
Esta Casa mostra, mais uma vez, **a importância da liberdade do cidadão brasileiro e da cidadã brasileira.**

Parabéns para todas as famílias brasileiras! Parabéns para as nossas crianças! Parabéns pelo futuro do nosso País!
O Cidadania orienta "sim".

DEPUTADO: MARCO FELICIANO
PARTIDO: PL/SP

1 - Discurso de 19/05/2022 - 09:44:
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Brasil que assiste à TV Câmara, ontem esta Casa fez história. Aprovamos aqui o PL do homeschooling, depois de 30 anos tramitando nesta Casa. Finalmente, o Brasil se coloca no mesmo patamar de alguns países de Primeiro Mundo.
O PL que regulamenta o homeschooling no Brasil é um marco na afirmação dos direitos individuais na exata forma como está previsto no art. 5º da Constituição Federal. O sistema democrático é um regime das maiorias em detrimento ao respeito das minorias, é verdade**. Que uma família eduque os seus filhos segundo os seus costumes e tradições, isso é assegurado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o Pacto de São José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário.** Por isso, este Parlamento fez história ontem.
Era isso o que eu gostaria de dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DEPUTADO: NEY LEPREVOST
PARTIDO: UNIÃO/PR

1 - Discurso de 18/05/2022 - 20:48:
Sr. Presidente, o UNIÃO, evidentemente, admite a importância fundamental e preponderante da escola na vida das crianças, mas o partido também entende que **a autoridade máxima sobre o destino de cada criança são os seus pais.** É claro que se recomenda, sempre que for possível, que a criança frequente a escola, até para ter a convivência com os colegas, adquirir habilidades, interagir socialmente. Mas existem exceções, e essas exceções estão contempladas com muita segurança na subemenda substitutiva que foi aqui apresentada através de parecer da minha colega Deputada paranaense Luisa Canziani.
Portanto, o UNIÃO recomenda o voto "sim".

Apêndice E - Quadro comparativo LDB, ECA e CP com alterações do Projeto de Lei nº. 1.338/2022.

Lei n.º 9.394/96 – LDB (atual)	PL n.º 1.338/2022 (LDB alterada)
	Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. ~~§1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.~~ §2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.	Art. 1º (...). §1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve predominantemente em instituições próprias, admitida, na educação básica, a educação domiciliar. § 2º A educação escolar e domiciliar deverão vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.
Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. §1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; II - fazer-lhes a chamada pública; ~~III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.~~	Art. 5º (...). III - zelar, junto aos pais ou responsáveis legais, pela frequência à escola e, no caso do disposto no § 3º do art. 23 desta Lei, pelo adequado desenvolvimento da aprendizagem do estudante.
Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. §1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais. §2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.	Art. 23 (...). §3º É admitida a educação básica domiciliar, por livre escolha e sob a responsabilidade dos pais ou responsáveis legais pelos estudantes, ressalvado o disposto no art. 81-A desta Lei e observadas as seguintes disposições: I - formalização de opção pela educação domiciliar, pelos pais ou responsáveis legais, perante a instituição de ensino referida no inciso II deste parágrafo, ocasião em que deverão ser apresentadas: a) comprovação de escolaridade de nível superior ou em educação profissional tecnológica, em curso reconhecido nos termos da legislação, por pelo menos um dos pais ou responsáveis legais pelo estudante ou por preceptor; b) certidões criminais da Justiça Federal e da Justiça Estadual ou Distrital dos pais ou responsáveis legais; II - obrigatoriedade de matrícula anual do estudante em instituição de ensino

	credenciada pelo órgão competente do sistema de ensino, nos termos desta Lei; III - manutenção de cadastro, pela instituição de ensino referida no inciso II deste parágrafo, dos estudantes em educação domiciliar nela matriculados, a ser anualmente informado e atualizado perante o órgão competente do sistema de ensino; IV - cumprimento dos conteúdos curriculares referentes ao ano escolar do estudante, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, admitida a inclusão de conteúdos curriculares adicionais pertinentes; V - realização de atividades pedagógicas que promovam a formação integral do estudante e contemplem seu desenvolvimento intelectual, emocional, físico, social e cultural; VI - manutenção, pelos pais ou responsáveis legais, de registro periódico das atividades pedagógicas realizadas e envio de relatórios trimestrais dessas atividades à instituição de ensino em que o estudante estiver matriculado; VII - acompanhamento do desenvolvimento do estudante por docente tutor da instituição de ensino em que estiver matriculado, inclusive mediante encontros semestrais com os pais ou responsáveis legais, o educando e, se for o caso, o preceptor ou preceptores; VIII - realização de avaliações anuais de aprendizagem e participação do estudante, quando a instituição de ensino em que estiver matriculado for selecionada para participar, nos exames do sistema nacional de avaliação da educação básica e, quando houver, nos exames do sistema estadual ou sistema municipal de avaliação da educação básica; IX – avaliação semestral do progresso do estudante com deficiência ou com transtorno global de desenvolvimento por equipe multiprofissional e interdisciplinar da rede ou da instituição de ensino em que estiver matriculado; X - previsão de acompanhamento educacional, pelo órgão competente do sistema de ensino, e de fiscalização, pelo Conselho Tutelar, nos termos da legislação relativa aos direitos da criança e do adolescente; XI - garantia, pelos pais ou responsáveis legais, da convivência familiar e comunitária do estudante; XII - garantia de isonomia de direitos e vedação de qualquer espécie de discriminação entre crianças e adolescentes que recebam educação escolar e as que recebam educação domiciliar, inclusive no que se refere à participação em concursos, competições, eventos pedagógicos, esportivos e culturais, bem como, no caso dos

	estudantes com direito à educação especial, acesso igualitário a salas de atendimento educacional especializado e a outros recursos de educação especial; XIII - promoção, pela instituição de ensino ou pela rede de ensino, de encontros semestrais das famílias optantes pela educação domiciliar, para intercâmbio e avaliação de experiências. §4º O Conselho Nacional de Educação editará diretrizes nacionais, e os sistemas de ensino adotarão providências que assegurem e viabilizem o exercício do direito de opção dos pais ou responsáveis legais pela educação domiciliar, bem como sua prática, nos termos desta Lei. § 5º Os pais ou responsáveis legais perderão o exercício do direito à opção pela educação domiciliar caso: I - incorram no disposto no art. 81-A desta Lei; II - a avaliação anual qualitativa, na educação pré-escolar, prevista no inciso I do §3º do art. 24 desta Lei, evidencie insuficiência de progresso do educando em 2 (dois) anos consecutivos; III - o estudante do ensino fundamental e médio seja reprovado, em 2 (dois) anos consecutivos ou em 3 (três) anos não consecutivos, na avaliação anual prevista nos §§ 3º e 5º do art. 24 desta Lei, ou a ela injustificadamente não compareça; IV - a avaliação semestral referida no inciso IX do § 3º deste artigo evidencie, por 2 (duas) vezes consecutivas ou 3 (três) vezes não consecutivas, insuficiência de progresso do estudante com deficiência ou com transtorno global do desenvolvimento, de acordo com suas potencialidades.
Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita: a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola; b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas; c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada,	Art. 24 (...). VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas para aprovação, ressalvado o disposto no § 3º do art. 23 desta Lei; (...). §3º Para fins de certificação da aprendizagem, a avaliação do estudante em educação domiciliar, realizada pela instituição de ensino em que estiver matriculado, compreenderá: I – na educação pré-escolar, avaliação anual qualitativa cumulativa dos relatórios trimestrais previstos no inciso VI do §3º do art. 23 desta Lei; II – no ensino fundamental e médio, além do disposto no inciso I deste parágrafo, a avaliação anual, baseada nos conteúdos curriculares referidos no inciso IV do § 3º do

conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino; III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino; ~~IV - poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares~~; V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito; e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos; VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação; VII - cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis. §1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017. § 2º Os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º.	art. 23 desta Lei, admitida a possibilidade de avanço nos cursos e nas séries, previsto na alínea c do inciso V do caput deste artigo. § 4º A avaliação referida no § 3º deste artigo, para o estudante com deficiência ou com transtorno global de desenvolvimento, será adaptada à sua condição. §5º Na hipótese de o desempenho do estudante na avaliação anual de que trata o §3º deste artigo ser considerado insatisfatório, será oferecida uma nova avaliação, no mesmo ano, em caráter de recuperação.
Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças,	Art. 31 (...). IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total

sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; ~~IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;~~ V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.	de horas, ressalvado o disposto no § 3º do art. 23 desta Lei;
Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. §1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos. §2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino. §3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. ~~§4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.~~ §5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a	Art. 32 (...) § 4º O ensino fundamental será presencial, e o ensino a distância será utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais, ressalvado o disposto no § 3º do art. 23 desta Lei.

produção e distribuição de material didático adequado. §6º O estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental.	
	Art. 81-A. É vedada a opção pela educação domiciliar prevista no § 3º do art. 23 desta Lei nas hipóteses em que o responsável legal direto for condenado ou estiver cumprindo pena pelos crimes previstos: I - na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); II - na Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha), de 7 de agosto de 2006; III - no Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); IV - na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; V - na Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos).
	Art. 89-A. Para o cumprimento do disposto na alínea a do inciso I do § 3º do art. 23 desta Lei pelos pais ou responsáveis legais que formalizarem a opção pela educação domiciliar nos 2 (dois) primeiros anos de vigência deste artigo, será admitido período de transição, nos seguintes termos: I – comprovação, ao longo do ano da formalização da opção pela educação domiciliar, de que pelo menos um dos pais ou responsáveis legais esteja matriculado em curso de nível superior ou em educação profissional tecnológica, em curso reconhecido nos termos da legislação; II – comprovação anual de continuidade dos estudos, com aproveitamento, por pelo menos um dos pais ou responsáveis legais, no curso de nível superior ou em educação profissional tecnológica em que estiver matriculado; III – conclusão, por pelo menos um dos pais ou responsáveis legais, do curso de nível superior ou em educação profissional tecnológica em que estiver matriculado, em período de tempo que não exceda a 50% (cinquenta por cento) do limite mínimo de anos para sua integralização, fixado pelas normas do Conselho Nacional de Educação.
Lei n.º 8.069/90 – ECA (atual)	**PL n.º 1.338/2022 (ECA alterado)**
Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável: I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;	*Art. 2º O inciso V do caput do art. 129 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com a seguinte redação:*
I - encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família; II - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;	Art. 129 (...). V - obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar, de acordo com o regime de estudos, se presencial ou domiciliar;

III - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; IV - encaminhamento a cursos ou programas de orientação; ~~V - obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;~~ VI - obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado; VII - advertência; VIII - perda da guarda; IX - destituição da tutela; X - suspensão ou destituição do poder familiar	
Decreto-Lei n.º 2.848/40 – CP (atual)	**PL n.º 1.338/2022 (não aplicação de dispositivo do Código Penal)**
Art. 246 - Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar: Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.	*Art. 3º O disposto no art. 246 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), não se aplica aos pais ou responsáveis legais que optarem pela oferta da educação básica domiciliar, nos termos do art. 1º desta Lei.*